



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1114

Quinta-feira - 08 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta	2
Biguaçu	2
Caçador	17
Campo Alegre	40
Campos Novos	53
Canoinhas	56
Catanduvas	56
Chapadão do Lageado	57
Concórdia	58
Corupá	58
Curitibanos	60
Forquilha	81
Fraiburgo	81
Garopaba	87
Garuva	88
Gaspar	97
Herval d'Oeste	97
Ibiam	98
Imbituba	106
Ipumirim	106
Irineópolis	107
Itapoá	107
Joaçaba	110
Lages	114
Lauro Muller	114
Lindóia do Sul	115
Luzerna	119
Macieira	121
Marema	139
Massaranduba	139
Meleiro	140
Morro da Fumaça	140
Navegantes	143
Paial	144
Palhoça	144
Passo de Torres	148
Pinheiro Preto	157
Porto Belo	162
Porto União	163
Rio do Sul	176
Salto Veloso	192
São Bento do Sul	193
São Lourenço do Oeste	207
São Pedro de Alcântara	208
Schroeder	208
Timbó	263
Tunápolis	270
Turvo	274

Vargeão	387
Videira	387

Consórcios

CIGA	390
CINCO	390
CIS/AMOSC	390
CITMAR	391

Antônio Carlos

PREFEITURA

Concelho Tutelar - Lista das Chapas Inscritas

Conselho Tutelar de Antônio Carlos

LISTA DAS CHAPAS INSCRITAS

Rafael R. Menegon, Presidente da Comissão Eleitoral do Conselho Tutelar, nomeado pela Portaria 477/2012, homologa e torna pública a Lista de chapas inscritas, conforme estabelecido no Edital Eleitoral.

Noutro norte, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação das chapas, a teor do disposto no art. 5º, da Lei Municipal 869/2000.

Eleição Conselho Tutelar - 2012

CHAPA 01

NOME

1. Débora Cristina de Amorim Mariano
2. Maria das Neves Rampa Pauli
3. Scheila Suely Itso
4. Sonia Regina Richartz Schmitt
5. Juliana Hoffmann
6. Cristielle Ariane da Silveira
7. Patrícia Pires Peixer
8. Daniela Maria Arcêno
9. Jussara Maria Junkes
10. Pamela Silveira

CHAPA 02

1. Romilda Machado Lucca
2. Nilza de Oliveira Basei
3. Vanessa Witt Rios
4. Veridiana Bresciani Correa
5. Sonia A. Urbano Moreira
6. Izoete Mannes Meurer
7. Jociane S. de Souza Kretzer
8. Carmelita Schmitt

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

9. Nilceia Petri Machado
10. Andreia Goulart Neis

Antônio Carlos, 07 de Novembro de 2012.
RAFAEL R. MENEGON
Presidente

Portaria Nº 502/2012

PORTARIA Nº 502/2012.
Concede Licença p/acompanhar familiar
tratamento de saúde.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de
suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/ACOMPANHAR FAMILIAR, para
Tratamento de Saúde, à servidora ACT, MARIA APARECIDA FRAGA
ROSA, ocupante do Cargo de ENFERMEIRO, a contar de 02 de
novembro de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de novembro de
2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 07 de
novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0016/2012.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna pú-
blico, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar lici-
tação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0016/2012.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE
PROTEÇÃO E SEGURANÇA E COMBUSTÍVEL, PARA A ESCOLA MU-
NICIPAL PROJAF E PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL PROFABI.

Regimento: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e consolidadas.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 22/11/2012

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 22/11/2012

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto
ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua
XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal
de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/
fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 07 de novembro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Lei

LEI Nº 3273, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO ARISTIDES BERNARDINO
PERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU,
FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE
SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Aristides Bernardino Peres,
a referida servidão a ser denominada inicia-se ao lado esquerdo da
Rua Marina Costa do lado da mercearia Amaral, rua que se inicia
ao lado da marginal da BR 101 sentido Biguaçu-Florianópolis com
coordenadas 27°29'05.24" Sul e com coordenadas 48°38'59.69"
Oeste. "Termina na frente da residência da Senhora Geralda Ivone
Gonçalves Pereira com coordenadas 27°29'05.19" Sul e com coor-
denadas 48°39'00.50" Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 26 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3273/2012, de 26/10/2012

Sancionada em 26/10/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3277, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU,
FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE
SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado
a conceder auxílio financeiro a Senhora NILVA APARECIDA DOS
SANTOS, no valor de R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais),
valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um
óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por
conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrario.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3277/2012, de 06/11/2012

Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3278, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor JAIME IRINEU SOARES, no valor de R\$ 115,00 (cento e quinze reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3278/2012, de 06/11/2012

Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3279, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a Senhora Maria Honorato Marcos, no valor de R\$ 169,65 (cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3279/2012, de 06/11/2012

Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3280, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a Senhora Maria Isabel da Silva, no valor de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3280/2012, de 06/11/2012

Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3281, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor Francisco de Oliveira, no valor de R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3281/2012, de 06/11/2012

Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3282, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor José Nazareno da Conceição, no valor de R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3282/2012, de 06/11/2012
Sancionada em 06/11/2012
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3283, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a Senhora Ercília Pruch da Silva, no valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3283/2012, de 06/11/2012
Sancionada em 06/11/2012
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3284, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor Manoel João Firme, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3284/2012, de 06/11/2012
Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3285, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor Vanir Manes, no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3285/2012, de 06/11/2012
Sancionada em 06/11/2012
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3286, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor Isaías Durval Amaral, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos para sua filha Kátia Regina Amaral.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3286/2012, de 06/11/2012
Sancionada em 06/11/2012
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3287, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a Senhora Adautina de Lima da Silva, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3287/2012, de 06/11/2012

Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Lei

LEI Nº 3288, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor Edson Bernardino de Souza, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3288/2012, de 06/11/2012

Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto Nº 231/2012

DECRETO Nº 231/2012 DE: 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 17.264,62 (dezessete mil duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recurso 0.1.09.000000 e 0.1.17.000000.

0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

0701.12.361.0003.2023 Manutenção do Transporte Escolar 14.296,91

3.3.90.00/0.1.09.000000 Outras Despesas Correntes 14.296,91

1001. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

1001.15.452.0009.2088 Manutenção de Serviços de Trânsito 2.967,71

3.3.90.00/0.1.17.000000 Outras Despesas Correntes 2.967,71

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 224/2012

DECRETO Nº 224/2012 DE: 29 DE OUTUBRO DE 2012.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º da Lei Municipal nº 3156/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13 da Lei Municipal nº 3174/2011 - Lei Orçamentária para 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

0201. GABINETE DO PREFEITO**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

0201.04.122.0001.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito 1.700,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.700,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.700,00

0204. PROCURADORIA GERAL**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

0204.04.122.0002.2009 Manutenção da Procuradoria Geral do Município 1.700,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.700,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.700,00

0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

0701.12.306.0003.2017 Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental 2.300,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.300,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.300,00

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.366.0003.2029 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos 1.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.000,00

0901. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0901.15.452.0009.2083 Melhoria e Manutenção do Cemitério 1.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.000,00

1501. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1501.27.122.0005.2044 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer 3.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 3.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 3.000,00

1701. SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E MARICULTURA

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1701.20.602.0007.2070 Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura 1.800,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.800,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.800,00

1901. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1901.18.541.0008.2080 Manutenção da Fundação do Meio Ambiente 18.873,66

ANULA:

3.1.90.00/0.2.36.000000 Pessoal e Encargos Sociais 9.500,00

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.397,66

4.4.90.00/0.2.36.000000 Investimentos 7.976,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.2.36.000000 Pessoal e Encargos Sociais 12.476,00

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.397,66

3.3.90.00/0.2.36.000000 Outras Despesas Correntes 5.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Portaria Nº 2466 de 27 de Setembro de 2012

PORTARIA nº 2466 de 27 de setembro de 2012

Torna sem efeito a portaria 969/2010, que averbava o tempo de contribuição expedido pelo INSS do(a) servidor(a), ROSARY SCHAUFFERT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 969 de 18 de maio de 2010, do(a) funcionário(a), ROSARY SCHAUFFERT, que averbava o tempo de contribuição expedido pelo INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de setembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2703 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2703 de 01 de novembro de 2012

Torna sem efeito a portaria 2649/2012, que exonerava o(a) servidor(a), CAROLINE DE FREITAS SKORWONSKI KIRCH, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 2649 de 19 de outubro de 2012, do(a) funcionário(a), CAROLINE DE FREITAS SKORWONSKI KIRCH, que exonerava a servidora do cargo de Secretária Municipal de Assistência social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2704 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2704 de 01 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) MERI TEREZINHA DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MERI TEREZINHA DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/11/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2705 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2705 de 01 de novembro de 2012

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Nilo Celso Scheidt, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, Anízio Silva Filho, ocupante do cargo efetivo de Operário Braçal e José Carlos Teixeira, ocupante do cargo efetivo de operário Braçal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Eduardo Marques, conforme CI nº 302/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2706 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2706 de 01 de novembro de 2012

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Anízio Silva Filho, ocupante do cargo efetivo de Operário Braçal, Nilo Celso Scheidt, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, e José Carlos Teixeira, ocupante do cargo efetivo de operário Braçal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Gedir Prazeres, conforme CI nº 343/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2707 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2707 de 01 de novembro de 2012

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores José Carlos Teixeira, ocupante do cargo efetivo de operário Braçal, Anízio Silva Filho, ocupante do cargo efetivo de Operário Braçal, Nilo Celso Scheidt, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Manoel José de Oliveira, conforme CI nº 347/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2709/2012

PORTARIA Nº 2709/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILÉIA GLÓRIA FERREIRA, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8284/2012 em anexo no período de 22/10/2012 a 05/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2710/2012

PORTARIA Nº 2710/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DENISIA RIBEIRO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8358/2012 em anexo no período de 23/10/2012 a 21/12/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2711/2012

PORTARIA Nº 2711/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISABETE REGINA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8290/2012 em anexo no período de 19/10/2012 a 28/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2712/2012

PORTARIA Nº 2712/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IARA MARIA CORDOVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8405/2012 em anexo no período de 19/10/2012 a 23/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2713/2012

PORTARIA Nº 2713/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ ANTONIO SANTANA, ocupante do Cargo efetivo de CALCETEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8065/2012 em anexo no período de 06/10/2012 a 04/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2714/2012

PORTARIA Nº 2714/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILENE SOARES ROMARIZ, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7777/2012 em anexo no período de 01/10/2012 a 08/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2715/2012

PORTARIA Nº 2715/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILENE SOARES ROMARIZ,

ocupante do Cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8277/2012 em anexo no período de 09/10/2012 a 15/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2716/2012

PORTARIA Nº 2716/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZETE CAMPIONI, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8420/2012 em anexo no período de 08/10/2012 a 06/12/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2717/2012

PORTARIA Nº 2717/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIANE SILVA DO NASCIMENTO, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8306/2012 em anexo no período de 19/10/2012 a 22/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2718/2012

PORTARIA Nº 2718/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIO JOÃO LUIZ, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8279/2012 em anexo no período de 19/10/2012 a 02/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2719/2012

PORTARIA Nº 2719/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDETE MARIA STEIL PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8248/2012 em anexo no período de 12/10/2012 a 10/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2720/2012

PORTARIA Nº 2720/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA FIORI PIRES MERCADANTE, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8330/2012 em anexo no período de 05/10/2012 a 17/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2721/2012

PORTARIA Nº 2721/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDNESIA DE MATOS ESPINDOLA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8238/2012 em anexo no período de 16/10/2012 a 19/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2722/2012

PORTARIA Nº 2722/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANESIA MARIA MARTINS FURTADO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8327/2012 em anexo no período de 22/10/2012 a 26/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2723/2012

PORTARIA Nº 2723/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARMEM LUCIA SCHIMITZ FRAGA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8356/2012 em anexo no período de 22/10/2012 a 27/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2724/2012

PORTARIA Nº 2724/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CHRISTINA PINTO GUILHERME SOMENSI, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8060/2012 em anexo no período de 16/10/2012 a 19/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2725/2012

PORTARIA Nº 2725/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARLA BEATRIZ KONS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8280/2012 em anexo no período de 18/10/2012 a 16/12/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2726/2012
PORTARIA Nº 2726/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:
CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), IREMAR NERI COSTA, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada no Processo nº 8301/2012, no período de 23/10/2012 a 20/04/2013.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2727/2012
PORTARIA Nº 2727/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARLETE ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8173/2012 em anexo no período de 17/10/2012 a 15/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2728/2012
PORTARIA Nº 2728/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8457/2012 em anexo no período de 24/10/2012 a 22/12/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2729/2012
PORTARIA Nº 2729/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), FATIMA REGINA WERLICH, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8488/2012 em anexo no período de 25/10/2012 a 08/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2730/2012
PORTARIA Nº 2730/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), RENATA LOPES PEDRO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8224/2012 em anexo no período de 15/10/2012 a 19/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2731/2012
PORTARIA Nº 2731/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSIANI CUNHA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8407/2012 em anexo no período de 24/10/2012 a 02/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2732/2012
PORTARIA Nº 2732/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA GLADY VIEIRA COUÑAGO DE MORAES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8447/2012 em anexo no período de 22/10/2012 a 26/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2733/2012
PORTARIA Nº 2733/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARLI ANTONIA LAPA WEIGARTNER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8494/2012 em anexo no período de 24/10/2012 a 07/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2734/2012
PORTARIA Nº 2734/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANGELITA AURA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8519/2012 em anexo no período de 22/10/2012 a 26/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2735/2012
PORTARIA Nº 2735/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GEANE LUIZA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8467/2012 em anexo no período de 23/10/2012 a 06/11/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2736/2012
PORTARIA Nº 2736/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EVANIA CUNHA MEDEIROS, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8431/2012 em anexo no período de 23/10/2012 a 25/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2737/2012
PORTARIA Nº 2737/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARJORY BIANCA TERNES TRAEBERT, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8305/2012 em anexo no período de 18/10/2012 a 26/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2738/2012
PORTARIA Nº 2738/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), ALTAMIRO MIGUEL DE BARROS, ocupante do Cargo Efetivo de MOTORISTA II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no período de 24/10/2012 a 21/04/2013.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2739 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2739 de 01 de novembro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Fabrício Basílio de Almeida, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Cadastro Técnico, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Fabrício Basílio de Almeida, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Cadastro Técnico, nível CC-3, na Secretaria Municipal de

Planejamento e Gestão, inscrito(a) na matrícula funcional nº 11323, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2740 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2740 de 01 de novembro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Suellen Cristiny Gomes, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Suellen Cristiny Gomes, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Ensino Fundamental, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9961, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2742 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2742 de 01 de novembro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Luciano Santos, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Núcleo de Transportes, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Luciano Santos, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Núcleo de Transportes, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, inscrito(a) na matrícula funcional nº 11929, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2743 de 01 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2743 de 01 de novembro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Francisco de Souza Pereira, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Operações Internas, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Francisco de Souza Pereira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Operações Internas, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7431, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2745 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2745 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) GREICE KELLY SABINO CAVALHEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GREICE KELLY SABINO CAVALHEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/10/2012 a 29/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2746 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2746 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ROSELI MARIA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI MARIA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/11/2012 a 01/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2748 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2748 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ROSIMERE APARECIDA DE SOUZA DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSIMERE APARECIDA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/10/2012 a 23/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2749 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2749 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) JULIANA WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANA WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/11/2012 a 01/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2750 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2750 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) WANEISSA CORAL COLONETTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) WANEISSA CORAL COLONETTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de

MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/10/2012 a 08/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2751 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2751 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ANDRESSA TEODORO SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDRESSA TEODORO SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2752 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2752 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) LAURIANA CAMPOS DE BEM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAURIANA CAMPOS DE BEM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/10/2012 a 15/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2753 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2753 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) BEATRIZ SARAIVA, de acordo com a

Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BEATRIZ SARAIVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/10/2012 a 17/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2755 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2755 de 05 de novembro de 2012

Demite o (a) Servidor (a) Roseli Maria Pereira, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Roseli Maria Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2756 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2756 de 05 de novembro de 2012

Demite o (a) Servidor (a) Juliana Weber, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Juliana Weber, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2757 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2757 de 05 de novembro de 2012

Demite o (a) Servidor (a) Lauriana Campos de Bem, ocupante do cargo temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Lauriana Campos de Bem, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2759 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2759 de 05 de novembro de 2012

Demite o (a) Servidor (a) Rafaela Nara Hipolito, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitária de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Rafaela Nara Hipolito, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2760 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2760 de 05 de novembro de 2012

Demite o (a) Servidor (a) Bruna de Souza, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Saúde II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Bruna de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Saúde II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2761 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2761 de 05 de novembro de 2012

Concede demissão o (a) Servidor (a) Fernanda Algarve Antunes, ocupante do cargo temporário de Enfermeiro da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Fernanda Algarve Antunes, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeiro da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2762 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2762 de 05 de novembro de 2012

Concede demissão o (a) Servidor (a) Lorraine Abdala Alves, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Lorraine Abdala Alves, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2763 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2763 de 05 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GUSTAVO ZANELLA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GUSTAVO ZANELLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ODONTÓLOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta,

com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 20 horas semanais, no período de 12/10/2012 a 16/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2764 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2764 de 05 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AMAURI LAURI DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse AMAURI LAURI DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I (CARTEIRA B - VEÍCULOS LEVES), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 08/10/2012 a 30/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2765 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2765 de 05 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE DE FREITAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LUCIANE DE FREITAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 07/10/2012 a 01/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 07/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2766 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2766 de 05 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIANY COELHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARIANY COELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/10/2012 a 12/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2767 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2767 de 05 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES AMORIM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DEIZE CRISTINA PERES AMORIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICA EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 19/10/2012 a 29/03/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/10/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2768/2012

PORTARIA nº 2768/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, MARGARETE MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (40HS) - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (SI) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 30/10/2012 a 27/02/2013.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2769 de 06 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2769 de 06 de novembro de 2012

Concede demissão o (a) Servidor (a) Marcus Vinicius de Oliveira Bueno, ocupante do cargo temporário de Professor III (20hs) - Matemática, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Marcus Vinicius Bueno, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (20hs) - Matemática, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/10/2012.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº. 2708 de 01 de Novembro de 2012.

PORTARIA nº. 2708 de 01 de novembro de 2012.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) JAIR RUBENS DA SILVA, detentor(a) da matrícula 467 e do cargo de provimento efetivo ESCRITURÁRIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) JAIR RUBENS DA SILVA, detentor(a) da matrícula 8397 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00030/12-0, da qual se extraiu o período de 04 (quatro) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de novembro de 2012.
JOSE CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato Número 10. 224/2012 - Pe 159/2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 224/2012/FMS
PROCESSO: PE 159/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME

Valor: R\$ 7.300,00 (SETE MIL E TREZENTOS REAIS).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 226/2012 - DI 175/2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 226/2012/FMS
PROCESSO: DL 175/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALMOÇO E JANTA, DE ACORDO COM O CARDÁPIO EM ANEXO, PARA ATENDER OS FUNCIONÁRIOS DE UNIDADES DE SAÚDE ESPECÍFICAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: MICHELLE CRISTINA FREITAS RODRIGUES HOFFMANN ME

Valor: R\$ 17.220,00 (DEZESSETE MIL DUZENTOS E VINTE REAIS).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.373

DECRETO Nº 5.373, de 10 de outubro de 2012.
Abre crédito adicional suplementar, por conta de anulação de dotação orçamentária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.865, de 22/12/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

04.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0008.2.060 - Manutenção do Programa de Agentes

Comunitários de Saúde -PACS

3.1.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 30.000,00
10.301.0008.2.151 - Manutenção do Setor de Farmácia
3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 30.000,00
SOMA R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.388

DECRETO Nº 5.388, de 31 de outubro de 2012.
Suplementa e anula dotação orçamentária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.865, de 22/12/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0005.2.194 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0005.2.194 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
4.4.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.



www.ciga.sc.gov.br

Compras Mês Agosto 2012 - Saúde**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR**

Página: 1/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	Bromoprida 4mg/ml (Frasco com 20ml) gts	2454	900,000	0,6900	621,00
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	Cetoprofeno IV 100mg pó liofilizado	2454	350,000	1,7790	622,65
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	DEXAMETASONA 4 mg/ml, FOSFATO DISSÓDICO SOL. INJ.frasco com	2445	600,000	0,3412	204,72
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	Escopolamina, Butilbrometo sol. Inj. 20mg/mL - Frasco com 1m	2454	400,000	0,3530	141,20
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	2445	20.000,000	0,1499	2.998,00
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	NEOMICINA 5 MG/G +BACITRACINA 250 UI/g CREME BISNAGA COM 10G	2454	800,000	0,6240	499,20
A P A E	Contratação da APAE	2387	0,354	25.354,4500	8.972,88
A P A E	Contratação da APAE	2622	0,417	25.354,4500	10.575,18
A. G. KIENEN E CIA LTDA	DISSULFIRAM 250MG	2459	600,000	0,2500	150,00
A. G. KIENEN E CIA LTDA	Fenoterol, Bromidrato Sol. para nebulização 5mg/mL frasco co	2451	150,000	1,1000	165,00
A. G. KIENEN E CIA LTDA	METOCLOPAMIDA, CLORIDRATO SOL. INJ. 5MG/ML - FRASCO COM 2 ML	2439	2.000,000	0,1700	340,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível multipolar 0,6/1 kV, 3x25 mm2	2412	10,000	20,9906	209,91
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 2,5 mm2, 750 V - preto	2412	150,000	0,6070	91,05
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre unipolar semirígido 10 mm2, 0,6/1 kV - cor iso	2412	50,000	2,8855	144,28
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre unipolar semirígido 25 mm2, 0,6/1 kV - azul	2412	100,000	6,7476	674,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	De manutenção elétrica em diversos locais com reposição de p	2325	8,841	23,7530	210,01
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	De manutenção elétrica em diversos locais com reposição de p	2412	7,694	23,7530	182,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Disjuntor tripolar, padrão DIN, 25 A, 5 kA	2412	1,000	43,5296	43,53
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Disjuntor unipolar, padrão NEMA, 15 A, 2 kA	2412	3,000	6,3077	18,92
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Eletroduto flexível corrugado 1.1/4"	2412	100,000	1,5835	158,35
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Fita isolante em PVC, antichama, 19 mm x 10 m	2412	10,000	1,2140	12,14
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Isolador roldana de porcelana, 72x72 mm	2325	3,752	2,6656	10,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente tubular 20 W, selo PROCEL/INMETRO	2325	10,105	3,0431	30,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente tubular 40 W, selo PROCEL/INMETRO	2412	65,000	3,0439	197,85
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Poste de concreto DT 7/100 daN	2412	1,000	216,8208	216,82
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Reator eletrônico para lâmpada fluorescente 2x40 W	2325	5,524	16,2928	90,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Reator eletrônico para lâmpada fluorescente 2x40 W	2412	14,476	16,2928	235,85
ADELVO BASQUERA	OXIGÊNIO MEDICINAL 01 M3	2226	10,000	11,2000	112,00
ADELVO BASQUERA	OXIGÊNIO MEDICINAL 01 M3	2308	10,000	11,2000	112,00
ADRIANA RIBAS	CONSULTA COM PSICOLOGA	2214	1,000	900,0000	900,00
ADRIANA RIBAS	CONSULTA COM PSICOLOGA	2488	1,000	950,0000	950,00
AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	LEVODOPA +BENSERAZIDA HBS 100/25mg	2493	600,000	1,1700	702,00
AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	Levodopa+Benserazida 100/25mg Dispersível	2493	600,000	1,1700	702,00
AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200/50MG	2493	2.460,000	1,5700	3.862,20
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Anlodipino, Besilato 5mg (genérico ou referencia)	2444	45.000,000	0,0475	2.137,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Bandejas lisas 22 x 12 x 1,5 para 6 instrumentos	2374	30,000	11,6438	349,31
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CONSULTORIO ODONTOLOGICO COM- cadeira odontológica com arti	2374	2,000	5.400,0000	10.800,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	DIAZEPAM 10 MG	2444	10.000,000	0,1600	1.600,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Fitomenadiona sol. Inj. 10mg/ml frasco com 1mL	2444	200,000	0,4270	85,40
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ISOFLAVONA DA SOJA (GLYCINE MAX) 75mg	2498	3.240,000	0,2500	810,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	METOCLOPRAMIDA SOL. ORAL 4mg/ml - FRASCO COM 10 ML	2498	800,000	0,3067	245,36
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	NIMESULIDE 50 MG/ML SOL. ORAL - FRASCO COM 15 ML	2453	600,000	0,5747	344,82

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	PROPRANOLOL 40 MG	2498	60.000,000	0,0093	558,00
ANA MARLI CORDEIRO MACHON	CONCERTOS	2411	3,000	66,6667	200,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	AMOXICILINA 250mg/5ml + CLAVULANATO 62,5mg/ML SUSP. ORAL	2497	700,000	4,9900	3.493,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	CEFALEXINA 500 MG	2497	30.000,000	0,0889	2.667,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	Dexametasona, Acetato creme dermatológico 0,1% frasco com 10	2497	600,000	0,4198	251,88
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	DIGOXINA 0,25 MG	2497	15.000,000	0,0187	280,50
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	OMEPRAZOL 20 MG	2497	120.000,000	0,0339	4.068,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	PARACETAMOL SOL. ORAL 200 mg/ml	2497	2.000,000	0,3878	775,60
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	SULFADIAZINA 500MG	2497	1.000,000	0,0979	97,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Café tipo exportação, embalado a vácuo, torrado e moído, ext		1.424,000	5,1800	7.376,32
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Copo descartável, 50 ml, pacote com 100 unidades		5.650,000	0,7400	4.181,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO.		2.400,000	3,9900	9.576,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PÓ, EMBALAGEM CO 500 GR. COM BRANQUEADOR ÓPTICO E C		1.600,000	1,6600	2.656,00
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	CORRENTE SOLDADA 8,0 MM	2360	1,000	5,5000	5,50
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	VASSOURA DE JARDIM	2360	1,000	7,1500	7,15
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	2391	2.240,000	2,2000	4.928,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	2410	1.500,000	2,2000	3.300,00
AUTO ELITE LTDA.	MANUTENÇÃO MGZ 1066 KOMBI FLEX 2010	2327	2.258,200	1,0000	2.258,20
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 1	2254	692,260	1,0000	692,26
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 1	2326	241,000	1,0000	241,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 2	2323	1.853,230	1,0000	1.853,23
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA PARA COMPRAS/LICITAÇÕES	2397	6,000	151,8100	910,86
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA PARA CONTABILIDADE	2397	6,000	303,6300	1.821,78
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA PARA TESOUREARIA	2397	6,000	151,8100	910,86
BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	Ondansetrona, Cloridrato 4mg	2442	4.000,000	1,7000	6.800,00
BIOTEC - LFM COM. E MANUT. DE EQUIP. MED. HOS	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AUTOCLAVE	2278	1,000	750,0000	750,00
C R E A - SC	PAGAMENTO DE ART CREA	2335	1,000	40,0000	40,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ARGAMASSA 18 KG	2237	10,000	6,0000	60,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ARGAMASSA ACII INT. 20 KG	2237	3,000	6,0000	18,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CERAMICA 40X40	2237	6,000	10,2800	61,68
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	Rejunte	2237	5,000	2,1100	10,55
CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSP. ORAL FRASCO COM 60 ML	2500	1.000,000	1,2700	1.270,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação do CIEE/SC	2383	14,347	759,0000	10.889,20
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	2438	6.000,000	0,2340	1.404,00
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	2438	10.000,000	0,4900	4.900,00
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	TEOFILINA 100MG CÁPSULA	2450	15.000,000	0,3200	4.800,00
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	Vitamina A+D gotas 50000/10000 UI/ml	2450	100,000	4,7400	474,00
CLICHERIA WILFLEX	CARIMBO P 301	2336	4,000	20,0000	80,00
CLICHERIA WILFLEX	CARIMBO P 301	2337	1,000	20,0000	20,00
CLICHERIA WILFLEX	CARIMBO AUTOMATICO	2336	39,000	55,0000	2.145,00
CLICHERIA WILFLEX	CARIMBO AUTOMATICO	2338	8,000	26,6250	213,00
CLICHERIA WILFLEX	CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	2337	19,000	30,0000	570,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CLICHERIA WILFLEX	CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	2338	3,000	30,0000	90,00
CLÍNICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LT	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORTOPEDIA	2319	347,000	40,0000	13.880,00
CLINICA DR. MIRANDA LTDA	Contratação de serviços médicos espec. em neuro-psiquiatria	2504	1,000	10.000,0000	10.000,00
CLINICA DR. MIRANDA LTDA	Contratação de serviços médicos espec. em neuro-psiquiatria	2557	1,000	10.000,0000	10.000,00
CLINICA MEDICA DR. NORTON LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA	2295	40,000	54,0000	2.160,00
CLINICA MEDICA DR. NORTON LTDA	CONTRATAÇÃO DO DR. NORTON ANDRÉ FELIPE KNOBLAUCH	2239	112,000	75,0000	8.400,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO MBF 5023 DUCATO DIESEL 2006	2481	2.871,690	1,0000	2.871,69
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO MGC 3052 DOBLO FLEX 2006	2253	859,800	1,0000	859,80
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO MHE 5136 DUCATO DIESEL 2010	2298	3.280,940	1,0000	3.280,94
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO NOVA DOBLO 2011 1	2275	1,000	194,0500	194,05
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO NOVA DOBLO 2011 1	2402	740,000	1,0000	740,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO NOVA DOBLO 2011 2	2276	605,490	1,0000	605,49
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO NOVA DUCATO 2011	2277	3.432,490	1,0000	3.432,49
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Betametasona, Acetato + Betametasona, Fosfato Dissódico 3+3	2496	150,000	5,1000	765,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CARBAMAZEPINA 200 MG CP	2496	60.000,000	0,1120	6.720,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	IBUPROFENO 200 MG	2496	20.000,000	0,0600	1.200,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 2% GELÉIA - bisnaga com 30g	2496	100,000	1,2200	122,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Lidocaína cloridrato 2% sol. Inj frasco com 20 ml..	2496	200,000	1,4999	299,98
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	METOCLOPAMIDA, CLORIDRATO 10MG	2496	15.000,000	0,0430	645,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG	2496	4.000,000	0,0220	88,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	RANITIDINA SOL. INJ. 25 mg/ml - frasco com 2 ml	2496	600,000	0,1930	115,80
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Timolol, maleato 0,5% sol. oftálmica	2496	30,000	0,9800	29,40
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	CAIXA DE POLIPROPILENO COM TAMPA	2341	1,000	206,5000	206,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	GELOX CROMUS ICE	2341	6,000	3,9000	23,40
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PACOTE DE PAPEL FARMACIA 01 KG	2220	10.000,000	0,0300	300,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PACOTE DE PAPEL PARA FARMACIA 02 KG	2220	10.000,000	0,0400	400,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	POTES	2375	3,000	19,5000	58,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	POTES DE PLÁSTICO	2375	3,000	14,5000	43,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	TNT, CORES A ESCOLHER	2375	5,000	5,0000	25,00
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	2499	100.000,000	0,0073	730,00
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO XAROPE 0,4MG/ML - FRASCO COM 120	2499	500,000	0,7670	383,50
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, pct com 27,9 g	2499	1.000,000	0,2478	247,80
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	CONDOMINIO	2307	1,000	201,0000	201,00
CONSTRUTORA EXATA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, POR EMPREITADA GLOBAL PAR		19.726,350	1,0000	19.726,35
CORATEL COM E ASSIST.TECNICA LTDA	CONCERTO DE MICROONDAS	2300	1,000	15,0000	15,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS	2351	72,000	7,0000	504,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS	2352	120,000	7,0000	840,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2414	100,120	8,3000	831,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2415	13,012	8,3000	108,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2416	6,747	8,3000	56,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2417	29,518	8,3000	245,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2418	24,819	8,3000	206,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 4/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL S/GAS EMB. COM 500ML.	2351	25,000	11,7200	293,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	CARGA DE GÁS	2351	16,000	40,0000	640,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	Refeições prontas tipo marmite, número 09, compostas de no	2228	888,000	8,5800	7.619,04
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	Refeições prontas tipo marmite, número 09, compostas de no	2229	1.948,000	8,5800	16.713,84
CRISTAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	LACTULOSE XAROPE 667 mg/ml - frasco com 120 ml	2501	350,000	6,1500	2.152,50
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	Hidralazina, Cloridrato 20mg/ml sol. inj. Frasco com 1 mL	2506	20,000	2,9100	58,20
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	Morfina, Sulfato 30mg cp de liberação prolongada (genérico o	2506	200,000	0,9100	182,00
DAIANE KAREN GALVAN - ME	CAMA CONFECCIONADA EM MDF	2213	1,000	399,0000	399,00
DAIANE KAREN GALVAN - ME	CRUADO MUDO	2213	1,000	179,0000	179,00
DAIANE KAREN GALVAN - ME	ROUPEIRO	2213	1,000	299,0000	299,00
DAIANE KAREN GALVAN - ME	SOFA DE DOIS LUGARES	2213	1,000	999,0000	999,00
DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - ME (DI FRATELLI)	ALMOÇO	2334	20,000	19,0000	380,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	ACIDO VALPROICO 250/5ML XAROPE	2507	300,000	1,6300	489,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML	2507	1.000,000	0,0690	69,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	Escopolamina, Butilbrometo + Dipirona 4mg +500mg/mL sol. Inj	2456	500,000	0,4600	230,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	FUROSEMIDA 40 MG	2507	40.000,000	0,0200	800,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	HALOPERIDOL, DECANOATO 70,52 mg/ml - FRASCO COM 1 ML	2507	200,000	2,8600	572,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	Hidrocortisona, Acetato creme 10mg/g frasco com 30g	2507	150,000	1,7500	262,50
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	Isossorbida, dinitrato 10 mg	2507	3.000,000	0,0900	270,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	LORAZEPAM 2MG	2333	800,000	0,0300	24,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	MICONAZOL, NITRATO CREME VAGINAL 2% BISNAGA COM 80G	2507	200,000	1,4000	280,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	PREDNISONA 20 MG	2507	13.000,000	0,0500	650,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	SULFATO FERROSO SOL. ORAL 25MG / ML GOTAS	2507	150,000	0,5000	75,00
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	ALENDRONATO DE SÓDIO 70mg	2508	1.500,000	0,2400	360,00
DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	METILDOPA 250 MG	2441	30.000,000	0,0840	2.520,00
DR. NABIL ELIAS BITTAR	ELETOENCEFALOGRAMA	2245	34,000	127,0000	4.318,00
DR. RUDYAR FAUSTO BUBA	CONTRATAÇÃO DO DR. RUDYAR FAUSTO BUBA	2289	29,000	75,0000	2.175,00
DRA. ELISABETH MARY KINCELER	CONTRATAÇÃO DA DRA. ELISABETH MARY KINCELER	2388	26,500	75,0000	1.987,50
ESCRIMATE COM. DE MAT. DE ESCR. E INF. LTDA	impressora laser até 18 ppm	2212	54,000	312,0500	16.850,70
ESCRIMATE COM. DE MAT. DE ESCR. E INF. LTDA	impressora laser multifuncional até 18 ppm	2212	18,000	735,0000	13.230,00
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA	Adesivo dental - fotopolimerizavel de frasco único com flúor	2370	50,000	69,4809	3.474,05
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE		2,222	10,8000	24,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO		25,000	12,0000	300,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE PLACAS	2305	50,000	5,2000	260,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO DE OUTDOOR	2284	2,000	200,0000	400,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE		5,400	39,0000	210,60
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE BANNERS	2284	15,000	14,4000	216,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE FAIXAS	2305	3,359	70,0000	235,12
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇOS DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO, CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO	2305	5,000	480,0000	2.400,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇOS DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO, CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO	2305	5,445	375,0000	2.041,88
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	VEICULAÇÃO DE OUTDOOR NO PERÍODO DE 30 DIAS, INCLUSO SERVIÇO	2284	2,000	300,0000	600,00
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FROTA	2437	1,000	26,0000	26,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 5/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORM/	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FROTA	2457	2,000	26,0000	52,00
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORM/	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FROTA	2465	2,000	26,0000	52,00
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORM/	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FROTA	2468	2,000	26,0000	52,00
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORM/	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FROTA	2469	1,000	26,0000	26,00
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORM/	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FROTA	2471	17,000	26,0000	442,00
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORM/	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FROTA	2472	3,000	26,0000	78,00
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2403	9.117,800	1,0000	9.117,80
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2404	2.354,390	1,0000	2.354,39
FARMACONN LTDA	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de potássio 125mg cp (gené	2447	8.000,000	0,5829	4.663,20
FENIX ELETRONICOS E COM. EM GERAL LTDA	monitor de Led 18.5	2607	146,000	283,0200	41.320,92
FETEC - FUNDAÇÃO EMPRES. TECNOL.CACADOR	CONDOMINIO	2227	1,000	580,0000	580,00
FREIBERGER E ZINI LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FREIBERGER E ZINI LTDA	2266	4.768,000	1,0000	4.768,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Banana Caturra - Características: tamanho médio em processo	2286	58,761	1,0900	64,05
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Banana Caturra - Características: tamanho médio em processo	2349	1.218,376	1,0900	1.328,03
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Laranja Pêra - Características: casca de cor alaranjada	2286	50,847	1,1800	60,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Laranja Pêra - Características: casca de cor alaranjada	2349	2.038,128	1,1800	2.404,99
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Melancia - Características: casca rígida s/ amassados	2286	42,553	0,9400	40,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Melancia - Características: casca rígida s/ amassados	2349	124,947	0,9400	117,45
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Pokan - Características: Casca de cor alaranjada textura ríg	2349	1.200,098	1,8500	2.220,18
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Pokan - Características: Casca de cor alaranjada textura ríg	2350	1.500,000	1,8500	2.775,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Pokan - Características: Casca de cor alaranjada textura ríg	2353	650,000	1,8500	1.202,50
FUNERARIA NOIVA DO MAR LTDA	TRANSPORTE FUNERÁRIO	2250	1.030,000	0,4500	463,50
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	Cetoprofeno IM 50mg/mL frasco com 2mL	2449	2.000,000	0,9430	1.886,00
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO DE VEÍCULO	2473	1,000	817,0600	817,06
GERMINO COFFERRI-ME	CONFECÇÃO DE PLACAS	2393	1,000	115,0000	115,00
GERMINO COFFERRI-ME	CONFECÇÃO DE PLACAS	2396	1,000	115,0000	115,00
IDS - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSU	Locação do software de Saúde nos termos do Anexo I - Termo d	2470	6,000	4.900,0000	29.400,00
ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA	computador desktop processador intel core	2209	119,000	809,5000	96.330,50
ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA	licença de uso windows 7 professional	2209	120,000	377,6100	45.313,20
IMAGEM DIAGNÓSTICOS COMPLEMENTARES LTDA	BIOPSIA	2329	3,000	856,6667	2.570,00
INDUSTRIA DE MOVEIS NDN LTDA	COLOCAÇÃO DE DIVISÓRIAS COM PORTAS COMPLETAS	2272	1,000	4.400,0000	4.400,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOLACHA ÁGUA E SAL, PACOTE COM 800 GR		1.491,000	3,9800	5.934,18
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOTA DE BORRACHA, 10 PARES DE Nº 34,35,36,37 E 38		1,000	19,0000	19,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Copo descartável, 200 ml, tira com 100 unidades, produzido c		12.150,000	1,6900	20.533,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Doce de frutas tipo chimia (diversos) 500g		35,000	1,9000	66,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, PACOTE COM 05 QUILOS		380,000	5,4500	2.071,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, CAIXA COM 1 LITRO		6.976,000	1,8900	13.184,64
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LUVA LATEX MULTI USO, SENDO 300 TAMANHO P		345,000	1,7000	586,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Óleo de girassol, embalagem de 01 litro		20,000	4,8900	97,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pá para junta lixo de plástico		100,000	1,2000	120,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA, FOLHAS		3.800,000	4,7000	17.860,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	REFRIGERANTE 600 ML	2263	471,207	2,6100	1.229,85

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 6/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	REFRIGERANTE 600 ML	2262	442,923	2,6100	1.156,03
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	REFRIGERANTE 600 ML	2505	67,870	2,6100	177,14
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SABONETE SUAVE EM BARRA COM 90 GRAMAS		180,000	0,6000	108,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Saco de lixo reforçado, preto, capacidade para 30 litros, pa		4.500,000	0,8600	3.870,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO REFORÇADOD/ PRETO/ 100 LITROS/PTE/5UN.		3.700,000	0,8600	3.182,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE	Contratação do IEL/SC	2384	13,413	759,0000	10.180,80
JD MÁRMORES E GRANITOS EIRELI	MARMORE	2348	35,000	200,0000	7.000,00
JOAO GOMES SOARES	CONTRATAÇÃO DO DR. JOAO GOMES SOARES	2238	190,000	75,0000	14.250,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA CONserto AR CONDICIONADO	2340	2,000	123,0000	246,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA CONserto AR CONDICIONADO	2392	1,000	294,5000	294,50
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA CONserto DE LAVADORA	2339	1,000	298,0000	298,00
JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	CONTRATAÇÃO DO DR. JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	2288	16,000	75,0000	1.200,00
JULIO CESAR MANDELLI	CONSULTA /EXAME	2273	1,000	1.000,0000	1.000,00
JULIO CESAR MANDELLI	CONSULTA /EXAME	2274	1,000	1.000,0000	1.000,00
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MADA	2267	4.050,790	1,0000	4.050,79
LABORATORIO CLINICO SANTA RITA LTDA.	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LABORATÓRIO SANTA RITA	2268	6.706,740	1,0000	6.706,74
LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME	GIZ BRANCO	2285	10,000	2,9500	29,50
LENISE HEINZMANN	CONTRATAÇÃO DA DRA. LENISE HEINZMANN	2240	47,000	75,0000	3.525,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	CARBONATO DE LITIO 300 MG	2443	15.000,000	0,0860	1.290,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	ESPIRONOLACTONA 25 MG	2443	45.000,000	0,0860	3.870,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	RISPERIDONA 1 MG	2461	12.000,000	0,1000	1.200,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	RISPERIDONA 2MG	2461	8.000,000	0,1000	800,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	TOPIRAMATO 25MG	2466	3.000,000	0,1180	354,00
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	antena wireless omni-direcional indoor	2207	131,000	21,0000	2.751,00
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2433	31.938,714	0,0700	2.235,71
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2434	4.633,000	0,0700	324,31
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2435	33.617,000	0,0700	2.353,19
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2436	556,000	0,0700	38,92
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME	DIVISÓRIA PARA FICHÁRIO	2306	7,000	3,0000	21,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME	DIVISORIAS	2306	10,000	3,9000	39,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME	FICHARIO	2306	120,000	10,0000	1.200,00
LOJAS CAPOANI MÓVEIS E ELETRO	BALANÇA ELETRONICA ADULTO		1,000	59,9000	59,90
LOJAS CAPOANI MÓVEIS E ELETRO	BALANÇA ELETRONICA ADULTO	2309	1,000	59,9000	59,90
LOJAS SALFER S.A.	GPS AUTOMOTIVO	2310	1,000	279,0000	279,00
MACCAGNINI E LIMA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSO	2244	254,000	50,0000	12.700,00
MACRO E MICRO ANATOMIA PATOLÓGICA	BIOPSIA	2312	1,000	2.280,0000	2.280,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	INSTALAÇÃO DE RAMAL TELEFONICO	2398	1,000	1.285,0000	1.285,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	INSTALAÇÃO DE RAMAL TELEFONICO	2399	1,000	80,0000	80,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	INSTALAÇÃO DE RAMAL TELEFONICO	2400	1,000	80,0000	80,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	ACIDO FOLICO 5 MG	2446	15.000,000	0,0160	240,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	2446	10.000,000	0,0230	230,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSP. ORAL	2446	350,000	1,5490	542,15

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 7/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	DIPIRONA SOL INJ. 500 MG/ML - FRASCO COM 2 ML	2446	2.000,000	0,2490	498,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	GUACO XAROPE	2446	1.000,000	1,5900	1.590,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	IBUPROFENO SOL. ORAL 50 mg/ml	2446	1.000,000	0,6400	640,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	LORATADINA 1 mg/ml XAROPE	2446	100,000	1,0800	108,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	RANITIDINA 150 MG	2446	15.000,000	0,0330	495,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA. SUSP. ORAL (40mgml+8mg)ml FRASC	2446	500,000	0,6300	315,00
MARCOS BULE DA COSTA	Cha mate, caixa de 40gr. com 25 saquinhos cada		3.650,000	1,4900	5.438,50
MARCOS BULE DA COSTA	CHALEIRA DE ALUMINIO 2,7 LITROS		2,000	19,9000	39,80
MARCOS BULE DA COSTA	Esponja dupla face antibacterias, lado verde de fibra abrasi		1.404,000	0,9900	1.389,96
MARCOS BULE DA COSTA	Lixeira de plástico com tampa e pedal para abri-lá, capacida		40,000	27,9000	1.116,00
MARCOS BULE DA COSTA	MOLHO DE TOMATE SEM GLUTEN LATA 840 GRAMAS		296,000	4,2900	1.269,84
MARCOS BULE DA COSTA	Odorizador de ambientes tipo bom ar, fragrâncias variadas, f		41,000	5,9600	244,36
MARCOS BULE DA COSTA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO		7.598,370	1,8400	13.981,00
MARCOS BULE DA COSTA	Rodo duplo de borracha com cabo		51,000	2,8000	142,80
MARCOS BULE DA COSTA	SAPONÁCEO COM DETERGENTE, TAMPABRE E FECHA		2.325,000	0,9800	2.278,50
MARCOS BULE DA COSTA	VASSOURA DE NYLON SEM CABO		175,535	1,7900	314,21
MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	CONTRATAÇÃO DA DRA. MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	2293	145,000	40,0000	5.800,00
MATHEUS MORO	CONTRATAÇÃO DO DR. MATHEUS MORO	2291	224,000	75,0000	16.800,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	2440	10.000,000	0,2900	2.900,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ATENOLOL 50 MG	2448	70.000,000	0,0157	1.099,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2 MG	2448	10.000,000	0,0143	143,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	DIPIRONA SODICA SOL. ORAL 500 MG/ML - FRASCO COM ML	2448	2.500,000	0,3949	987,25
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ENALAPRIL, MALEATO DE 5MG	2448	15.000,000	0,1525	2.287,50
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ERITROMICINA, ESTOLATO SUSP. ORAL 250 MG/ML - frasco com	2448	100,000	2,6999	269,99
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	GLIBENCLAMIDA 5 MG	2448	60.000,000	0,0157	942,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	HIDROXIDO DE ALUMINO + MAGNESIO SUSP. ORAL FRASCO COM 150ML	2448	300,000	1,1789	353,67
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	IBUPROFENO 300 MG	2448	14.000,000	0,0375	525,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG SL	2448	1.000,000	0,0425	42,50
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Levodopa+Carbidopa 250/25mg cp (genérico ou referência)	2448	5.000,000	0,4710	2.355,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	2448	15.000,000	0,1365	2.047,50
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	METRONIDAZOL 250 MG	2448	10.000,000	0,0335	335,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	METRONIDAZOL 40 MG/ML SUSP. ORAL - FRASCO COM 120 ML	2448	200,000	1,4250	285,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PREDNISONA 5 MG	2448	15.000,000	0,0223	334,50
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	VARFARINA 5MG	2331	4.000,000	0,0875	350,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	BATERIA PARA VEICULO 45 AMP	2342	1,000	220,0000	220,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Filtro óleo para Ducato código PSL 156	2649	1,000	64,0349	64,03
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Filtro óleo para Fiesta código PH 5713	2322	1,000	14,4079	14,41
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Óleo 15w40 para motor a Diesel	2320	10,000	14,4079	144,08
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Óleo 15w40 para motor a Diesel	2321	2,000	14,4079	28,82
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Óleo 15w40 para motor a Diesel	2649	7,000	14,4079	100,86
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Óleo 15w40 para motor a gasolina ou flex	2322	4,500	14,4079	64,84
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSP. ORAL - frasco com 100ml	2509	50,000	3,7000	185,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 8/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	CARVEDILOL 3,125 MG	2509	13.000,000	0,1320	1.716,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	CLONAZEPAN 0,5 MG	2462	5.000,000	0,0620	310,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	Clopidogrel 75 mg	2509	7.000,000	0,3850	2.695,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	ESPIRONOLACTONA 100 mg	2509	800,000	0,2630	210,40
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	FLUOXETINA, CLORIDRATO GOTAS 20 mg/ml - frasco com 20 ml	2462	30,000	8,0000	240,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	FUROSEMIDA SOL. INEJTÁVEL 10 MG/ML - FRASCO COM 2 ML	2509	100,000	0,1900	19,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500 mg PÓ PARA SOL. INJ.	2509	200,000	2,0800	416,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	Omeprazol Sódico 40mg inj.	2490	200,000	2,8990	579,80
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	PARACETAMOL 500 MG_1	2490	90.000,000	0,0200	1.800,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	SINVASTATINA 20 mg	2490	18.000,000	0,0580	1.044,00
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA	SEGURO DE VEÍCULO	2474	1,000	2.427,3700	2.427,37
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA	SEGURO DE VEÍCULO	2474	1,000	2.307,7900	2.307,79
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA	Escova de mão - descartável caixa com 50 unidades	2373	15,000	63,7500	956,25
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA	Kit cirúrgico - descartável contendo: 2 aventais cirúrgicos	2373	100,000	16,5700	1.657,00
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA	Pasta profilática - com flúor e bisnaga 90g sabor tuti-fruti	2373	20,000	3,7664	75,33
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA	Sugador cirúrgico - de sangue descartável em plástico rígido	2373	30,000	1,1900	35,70
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ALOPURINOL 100MG	2513	4.000,000	0,0215	86,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	Carvedilol 12,50mg (genérico ou referência)	2513	4.000,000	0,3400	1.360,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	GLIMEPIRIDA 2 MG	2455	20.000,000	0,2200	4.400,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	IVERMECTINA 6 MG	2513	500,000	0,2480	124,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10% - FRASCO COM 50 G	2513	500,000	1,1990	599,50
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO XAROPE 3MG- FRASCO COM 120 ML	2513	100,000	5,1800	518,00
MWV WEB SITE COM. DE PROD. ELETROELETRONIK	estabilizador 1000VA	2211	18,000	162,0000	2.916,00
MWV WEB SITE COM. DE PROD. ELETROELETRONIK	no-break tensão de entrega 120/220 V automático	2211	119,000	195,5000	23.264,50
NOVO LAR COM. DE MÓVEIS LTDA - ME	CAMA SOLTEIRO	2313	2,000	390,0000	780,00
NOVO LAR COM. DE MÓVEIS LTDA - ME	CRIADO MUDO	2313	1,000	140,0000	140,00
NOVO LAR COM. DE MÓVEIS LTDA - ME	ROUPEIRO	2313	1,000	299,0000	299,00
NUCLEO DE ANALISES CLINICAS LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NÚCLEO ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	2265	4.443,010	1,0000	4.443,01
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTO. E HOSP. LTD/	Luva cirúrgica TAM 7.5 - esterilizada por raio gama (cobalto	2372	100,000	0,9580	95,80
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTO. E HOSP. LTD/	Revelador para película radiográfica - de 475 ml contendo Ág	2372	50,000	3,4666	173,33
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	OXIMETRO DE PULSO	2489	2,000	2.490,0000	4.980,00
OTICA OCULAR LTDA	Armação NOVA para óculos de grau em acetato e/ou metal, adul	2205	23,000	39,0000	897,00
OTICA OCULAR LTDA	Lente orgânica para óculos, incolor, 2.25 a 4,00	2205	2,000	29,0000	58,00
OTICA OCULAR LTDA	Lente orgânica para óculos, incolor, visão simples, 0,00 a 2	2205	2,000	25,0000	50,00
OTICA OCULAR LTDA	Lente para óculos, incolor, multifocal, graduação acima de 3	2205	19,000	65,0000	1.235,00
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Espelho clinico plano para reposição aço inoxidável nº5	2369	50,000	1,3000	65,00
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para alta rotação diamantada - Nº 1190 F	2369	30,000	1,1459	34,38
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para alta rotação diamantada - Nº 2200	2369	15,000	1,1459	17,19
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para alta rotação diamantada - Nº 3118 F	2369	30,000	1,1459	34,38
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para alta rotação diamantada - Nº 3168 FF	2369	30,000	1,1459	34,38
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para baixa rotação de inox - Nº 1	2369	20,000	2,2680	45,36
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para baixa rotação de inox - Nº2	2369	20,000	2,2680	45,36

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 9/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para baixa rotação de inox - Nº4	2369	30,000	2,1818	65,45
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para baixa rotação de inox - Nº6	2369	30,000	2,1818	65,45
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ponta para baixa rotação de inox - Nº8	2369	30,000	2,1818	65,45
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	ARQUIVO MORTO COR PARDO	2257	350,000	2,2000	770,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	CD/DVD -R	2215	500,000	0,8000	400,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	PRANCHETA EM DURATEX, OFÍCIO	2354	30,000	3,2000	96,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	ALOPURINOL 300mg	2521	5.000,000	0,0830	415,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	AMOXICILINA 500MG.	2521	25.000,000	0,0500	1.250,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	AZITROMICINA 40mg/ml - frasco com 15 ml	2521	400,000	2,2500	900,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	AZITROMICINA 500 MG	2521	3.000,000	0,3400	1.020,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	CIPROFLOXACINO 500MG	2521	7.000,000	0,0870	609,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	ERITROMICINA 500 MG	2521	1.000,000	0,2300	230,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	FLUCONAZOL 150MG	2521	800,000	0,1400	112,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	2521	100.000,000	0,0270	2.700,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	2521	25.000,000	0,0499	1.247,50
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	2521	100.000,000	0,0385	3.850,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	MICONAZOL, NITRATO CREME DERMATOLÓGICO 2% BISNAGA COM 28G	2521	150,000	1,1120	166,80
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	SULFADIAZINA DE PRATA PASTA 1% - BISNAGA COM 50G	2521	100,000	1,7400	174,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA. 400/80 MG	2521	12.000,000	0,0415	498,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	SULFATO FERROSO 40 MG	2521	10.000,000	0,0230	230,00
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Cone de papel absorvente 1ª serie 15- 40	2368	15,000	10,0000	150,00
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Cone de papel absorvente 2ª serie 45-60	2368	10,000	10,0000	100,00
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Material de moldagem - a base de alginato, sistema longa vid	2368	20,000	10,4000	208,00
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Ponta para alta rotação diamantada - FG Nº 1011	2368	30,000	1,0692	32,08
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Ponta para alta rotação diamantada - FG Nº 1013	2368	30,000	1,0692	32,08
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Ponta para alta rotação diamantada - FG Nº 1014	2368	30,000	1,0692	32,08
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Ponta para alta rotação diamantada - FG Nº 1015	2368	30,000	1,0692	32,08
PRHODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	Ponta para alta rotação diamantada- FG Nº 1012	2368	30,000	1,0692	32,08
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2251	810,000	3,2500	2.632,50
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2252	940,000	3,2500	3.055,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2297	810,000	3,2500	2.632,50
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2299	760,000	3,2500	2.470,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2301	810,000	3,2500	2.632,50
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2328	4.860,000	3,2500	15.795,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2406	3.240,000	3,2500	10.530,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2419	3.240,000	3,2500	10.530,00
ROBERTO KENDI ANZILIERO LANNA	CONTRATAÇÃO DO DR. ROBERTO KENDI ANZILIERO LANNA	2292	114,000	75,0000	8.550,00
SAWAIA & CIA LTDA	BLACK OUT	2206	1,000	49,5000	49,50
SAWAIA & CIA LTDA	BLACK OUT	2314	1,000	25,0000	25,00
SAWAIA & CIA LTDA	COBERTOR	2206	2,000	140,0000	280,00
SAWAIA & CIA LTDA	COBERTOR	2314	1,000	140,0000	140,00
SAWAIA & CIA LTDA	CORTINA TECIDO	2206	1,000	110,0000	110,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 10/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SAWAIA & CIA LTDA	CORTINA TECIDO	2314	1,000	78,0000	78,00
SAWAIA & CIA LTDA	CORTINA TECIDO	2358	1,000	25,0000	25,00
SAWAIA & CIA LTDA	ENDREDON MALHA	2206	1,000	120,0000	120,00
SAWAIA & CIA LTDA	ENDREDON MALHA	2314	1,000	138,0000	138,00
SAWAIA & CIA LTDA	LENÇOL SOLTEIRO	2206	4,000	48,0000	192,00
SAWAIA & CIA LTDA	LENÇOL SOLTEIRO	2314	3,000	55,0000	165,00
SAWAIA & CIA LTDA	TAPETE DE BANHEIRO	2206	4,000	12,0000	48,00
SAWAIA & CIA LTDA	Toalha de rosto, 100% algodão, branca, felpuda	2206	7,000	7,5000	52,50
SAWAIA & CIA LTDA	TOALHAS DE BANHO	2206	7,000	29,9000	209,30
SAWAIA & CIA LTDA	TRAVESSEIRO	2314	2,000	38,0000	76,00
SAWAIA & CIA LTDA	VARÃO DUPLO	2206	1,000	49,8000	49,80
SAWAIA & CIA LTDA	VARÃO DUPLO	2314	1,000	27,0000	27,00
SAWAIA & CIA LTDA	COBERTOR	2223	2,000	140,0000	280,00
SAWAIA & CIA LTDA	ENDREDON MALHA	2223	2,000	120,0000	240,00
SAWAIA & CIA LTDA	LENÇOL SOLTEIRO	2223	4,000	48,0000	192,00
SCARDUA & CIA LTDA	Exame radiográfico panorâmico odontológico com laudo.	2246	19,000	45,9900	873,81
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	Posicionador Radiográfico para exames Periapicais. Kit com 4	2381	20,000	45,0900	901,80
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	Roletes descartáveis - 100% algodão levemente engomado evita	2371	500,000	1,3400	670,00
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	Touca descartável - sanfonada em TNT pacote com 100 unidades	2371	100,000	6,9961	699,61
SO DROGAS DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSP.	CLONAZEPAN 2,5 mg/ml GOTAS	2522	1.000,000	1,9900	1.990,00
SO DROGAS DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSP.	LORATADINA 10 MG	2522	15.000,000	0,0332	498,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ALPRAZOLAM 1 MG	2332	5.000,000	0,1680	840,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ALPRAZOLAM 2MG	2463	3.500,000	0,1100	385,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CITALOPRAM 20 MG	2463	12.000,000	0,2300	2.760,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	DOXAZOSINA 2 MG	2495	6.990,000	0,0600	419,40
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20 mg	2495	34.000,000	0,1150	3.910,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ISOSSORBIDA MONONITRATO DE 40MG	2495	3.000,000	0,1400	420,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Preservativo masculino em látex lubrificado 52 mm, com selo	2283	7.200,000	0,1500	1.080,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Preservativo masculino em látex lubrificado 55 mm, com selo	2283	2.880,000	0,2900	835,20
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TOPIRAMATO 50 MG	2463	7.000,000	0,2330	1.631,00
Tecnicomp Informática Ltda ME	roteador wireless padrão IEEE 802.11n	2208	18,000	75,6500	1.361,70
TORTELLI MOTORES LTDA	CONCERTO DE LAVA JATO	2367	1,000	35,0000	35,00
TORTELLI MOTORES LTDA	SERVIÇO DE CONCERTO DE ROÇADEIRA	2367	1,000	29,0000	29,00
VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG	2494	4.000,000	0,8600	3.440,00
VIDECROS COM DE MOTOS LTDA	veículo tipo motocicleta 0 km, modelo e ano de fabricação	2264	3,000	6.800,0000	20.400,00
VIDROBOX COM DE VIDROS LTDA	VIDROS COLOCADOS	2204	8,000	40,6250	325,00
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	AMITRIPTILINA 25 MG	2492	60.000,000	0,1150	6.900,00
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	Anlodipino, Besilato 10mg (genérico ou referencia)	2492	10.000,000	0,1600	1.600,00
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	BUPROPIONA 150mg	2460	2.000,000	0,7000	1.400,00
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	DILTIAZEM, CLORIDRATO 60MG	2452	15.000,000	0,1000	1.500,00
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	DOXICICLINA, CLORIDRATO 100 MG	2492	500,000	0,3300	165,00
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA	CLORPROMAZINA 100 MG	2491	10.000,000	0,2390	2.390,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 11/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA	CLORPROMAZINA 25 MG	2491	8.000,000	0,1600	1.280,00
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA	CLORPROMAZINA SOL. ORAL 40 MG/ML - frasco com 20 ml	2491	20,000	3,8600	77,20
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA	LEVOMEPRAMAZINA, MALEATO 100 MG	2464	5.000,000	0,5400	2.700,00
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA	LEVOMEPRAMAZINA, MALEATO 25 MG	2464	12.000,000	0,2500	3.000,00
WYLER MARINHO ROBERT	CONTRATAÇÃO DO DR. WYLER MARINHO ROBERT	2294	92,000	40,0000	3.680,00
WYLER MARINHO ROBERT	CONTRATATAÇÃO DO DR. WYLER MARINHO ROBERT PA	2290	213,000	75,0000	15.975,00
Total Geral do Mês ---->					1.018.183,43



Compras Mês Setembro 2012 - Saúde**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A P A E	INGRESSOS	2620	50,000	2,0000	100,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 16 mm2, 750 V - preto	2633	50,000	4,0028	200,14
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre unipolar semirígido 35 mm2, 0,6/1 kV - preto	2599	5,816	9,1053	52,96
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	De manutenção elétrica em diversos locais com reposição de p	2598	1,683	23,7530	39,98
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	De manutenção elétrica em diversos locais com reposição de p	2599	1,773	23,7530	42,11
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	De manutenção elétrica em diversos locais com reposição de p	2633	25,357	23,7530	602,30
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Eletroduto flexível corrugado 2"	2633	50,000	2,7096	135,48
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Eletroduto flexível corrugado 3"	2633	95,750	4,5131	432,13
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente tubular 20 W, selo PROCEL/INMETRO	2633	39,895	3,0431	121,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Plugue monofásico 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	2633	30,000	3,5278	105,83
ADELVO BASQUERA	RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL 7M3	2558	35,000	45,0000	1.575,00
ALESSANDRO DE OLIVEIRA BLEICHVEHL	Contratação de serviços de instrutor de INFORMÁTICA		6,000	1.500,0000	9.000,00
ALFREDO TARTAROTTI	ABERTURA DE PORTA	2604	6,000	25,0000	150,00
ALFREDO TARTAROTTI	CADEADO E40	2605	2,000	14,8500	29,70
ALFREDO TARTAROTTI	CILINDRO DE FECHADURA	2605	2,000	20,0000	40,00
ALFREDO TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE	2604	58,000	4,5000	261,00
ALFREDO TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE	2605	56,000	4,5000	252,00
ALFREDO TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE PARA CILINDRO	2605	10,000	13,5000	135,00
ALFREDO TARTAROTTI	COPIA DE CHAVE YALE	2604	3,000	19,5667	58,70
ALFREDO TARTAROTTI	Fechadura completa	2605	3,000	65,0000	195,00
ALFREDO TARTAROTTI	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA	2604	4,000	25,0000	100,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	MEBENDAZOL 20 mg/ml SUSP. ORAL	2600	800,000	0,6500	520,00
ASSIS MARINI E FILHOS LTDA	COLCHÃO 1,94 X 0,68 X 9 CM	2611	1,000	618,0000	618,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	2592	1.818,182	2,2000	4.000,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	2651	2.062,000	2,2000	4.536,40
AUTO ELITE LTDA.	MANUTENÇÃO MGZ 1066 KOMBI FLEX 2010	2647	1.354,800	1,0000	1.354,80
AUTO ELITE LTDA.	MANUTENÇÃO MHE 4856 GOL FLEX 2010	2648	1.635,570	1,0000	1.635,57
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 2	2641	616,550	1,0000	616,55
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 3	2642	352,580	1,0000	352,58
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 5	2643	1.846,690	1,0000	1.846,69
CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP- TOI	PEÇAS PARA MANUTENSÃO DE APARELHO A25	2615	1,000	77,0000	77,00
CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação do CIEE/SC	2625	13,000	759,0000	9.867,00
CLINICA MEDICA DR. NORTON LTDA	CONTRATAÇÃO DO DR. NORTON ANDRÉ FELIPE KNOBLAUCH	2517	112,000	75,0000	8.400,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO MHS 7686 DUCATO DIESEL 2010	2644	1.137,330	1,0000	1.137,33
COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E FÍSIO I	MATERIAIS DIVERSOS PARA FISIOTERAPIA	2586	100,000	78,6647	7.866,47
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	PAGAMENTO DE CONDOMINIO	2601	1,000	161,0000	161,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2597	8,300	8,3000	68,89
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2632	21,000	8,3000	174,30
DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA	ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL	2613	2.000,000	2,5500	5.100,00
DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA	CARTEIRINHA DE DOCUMENTOS SAUDE	2613	2.000,000	0,6000	1.200,00
DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA	FITAS PARA ISOLAMENTO PERSONALIZADAS	2613	144,000	11,1000	1.598,40
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	SERTRALINA 50MG	2650	15.000,000	0,1000	1.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DR. RUDYAR FAUSTO BUBA	CONTRATAÇÃO DO DR. RUDYAR FAUSTO BUBA	2540	39,000	75,0000	2.925,00
DRA. ELISABETH MARY KINCELER	CONTRATAÇÃO DA DRA. ELISABETH MARY KINCELER	2543	21,500	75,0000	1.612,50
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2573	771,080	1,0000	771,08
FC DÁRIO & CIA LTDA	FOGÃO 4 BOCAS	2856	1,000	355,0000	355,00
FC DÁRIO & CIA LTDA	TV LCD 40	2858	1,000	1.561,3500	1.561,35
FETEC - FUNDACAO EMPRES. TECNOL.CACADOR	PAGAMENTO DE CONDOMINIO	2524	1,000	580,0000	580,00
FREIBERGER E ZINI LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FREIBERGER E ZINI LTDA	2569	5.588,890	1,0000	5.588,89
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Maça tipo fugi	2545	2.241,379	2,9000	6.500,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Maça tipo fugi	2546	1.034,483	2,9000	3.000,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Maça tipo fugi	2547	76,852	2,9000	222,87
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Pokan - Características: Casca de cor alaranjada textura ríg	2545	270,270	1,8500	500,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Pokan - Características: Casca de cor alaranjada textura ríg	2546	270,270	1,8500	500,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Pokan - Características: Casca de cor alaranjada textura ríg	2547	686,560	1,8500	1.270,14
GERMINO COFFERRI-ME	CONFECÇÃO DE PLACAS	2591	1,000	115,0000	115,00
GERMINO COFFERRI-ME	CONFECÇÃO DE PLACAS	2619	3,000	65,0000	195,00
GISELE TACCOLA HERNANDES CARNEIRO	Contratação de serviços de instrutor de ARTES PLÁSTICAS.		6,000	1.480,0000	8.880,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE	Contratação do IEL/SC	2626	12,000	759,0000	9.108,00
IVONICE TEREZINHA PIERDONA- ME	GÁS GLP P13 - sem casco	2655	6,000	44,5000	267,00
JESSICA COM DE MOVEIS LTDA	REVISTEIRO	2612	1,000	99,0000	99,00
JOAO GOMES SOARES	CONTRATAÇÃO DO DR. JOAO GOMES SOARES	2516	167,000	75,0000	12.525,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA CONserto DE LAVADORA	2560	1,000	108,0000	108,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO	2606	1,000	225,0000	225,00
JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	CONTRATAÇÃO DO DR. JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	2542	51,000	75,0000	3.825,00
JULIO CESAR MANDELLI	CONSULTA /EXAME	2530	1,000	1.000,0000	1.000,00
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MADA	2511	4.611,180	1,0000	4.611,18
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MADA	2670	3.432,550	1,0000	3.432,55
LABORATORIO CLINICO SANTA RITA LTDA.	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LABORATÓRIO SANTA RITA	2512	5.662,510	1,0000	5.662,51
LENISE HEINZMANN	CONTRATAÇÃO DA DRA. LENISE HEINZMANN	2541	25,000	75,0000	1.875,00
LENISE HEINZMANN	CONTRATAÇÃO DA DRA. LENISE HEINZMANN	2544	1,000	75,0000	75,00
LENISE HEINZMANN	CONTRATAÇÃO DA DRA. LENISE HEINZMANN	2666	38,000	75,0000	2.850,00
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2659	29.780,857	0,0700	2.084,66
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2660	31.106,000	0,0700	2.177,42
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2661	571,000	0,0700	39,97
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2662	2.507,000	0,0700	175,49
MACCAGNINI E LIMA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSO	2568	330,000	50,0000	16.500,00
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	MANUTENÇÃO MDM 9313 RANGER GASOLINA 2007	2646	577,990	1,0000	577,99
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	MANUTENÇÃO MHL 8456 FIESTA FLEX 2010	2645	1.217,320	1,0000	1.217,32
MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	CONTRATAÇÃO DA DRA. MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	2514	11,000	40,0000	440,00
MATHEUS MORO	CONTRATAÇÃO DO DR. MATHEUS MORO	2519	147,000	75,0000	11.025,00
MATHEUS MORO	CONTRATAÇÃO DO DR. MATHEUS MORO	2667	108,000	75,0000	8.100,00
MELO COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES DE FERRAME	CUBA DE ALUMÍNIO-EQUIP.-VITALE	2532	12,000	166,6667	2.000,00
NUCLEO DE ANALISES CLINICAS LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NÚCLEO ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	2510	4.197,120	1,0000	4.197,12

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA - I	X-salada simples	2548	394,746	3,8000	1.500,03
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	BOBINA TERMOSSENSÍVEL PARA APARELHO HEMATOLÓGICO 57 X 22	2582	30,000	2,7500	82,50
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO COM 100 UNID	2579	5,000	20,1700	100,85
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	CÓPIAS COLORIDAS	2581	186,000	0,1000	18,60
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	ENCADERNAÇÃO	2579	45,000	8,5656	385,45
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	ENCADERNAÇÃO	2580	35,000	5,6643	198,25
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	ENCADERNAÇÃO	2581	1,000	19,3000	19,30
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 01-Prédio sede da Secretaria Municipal de Saúde	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 02-Vigilância Sanitária	2630	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 03- Vigilância Epidemiológica	2629	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 04- Pronto Atendimento	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 07-Posto de saúde Berger	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 08-Posto de saúde Bom Jesus	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 09-Posto de saúde Bom Sucesso	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 10-Posto de saúde CAIC	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 11-Posto de saúde Castelhana	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 12-Posto de saúde Martello	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 13-Posto de saúde Municípios	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 14-Posto de saúde Nossa Senhora Salete	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 15-Posto de saúde Rancho Fundo	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 16-Posto de saúde Santa Catarina	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 17-Posto de saúde Sorgatto	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 18-Posto de saúde Taquara Verde	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 19- Reserva	2631	2,000	61,7000	123,40
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 20- Reserva	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 21- Reserva	2628	12,000	61,7000	740,40
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 23- Reserva	2628	6,000	61,7000	370,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 24- Reserva	2628	6,000	61,7000	370,20
PEDRO PAULO SUTIL	SERVIÇO DE JARDINAGEM	2614	1,000	2.450,0000	2.450,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2590	7.692,308	3,2500	25.000,00
ROBERTO KENDI ANZILIERO LANNA	CONTRATAÇÃO DO DR. ROBERTO KENDI ANZILIERO LANNA	2520	79,000	75,0000	5.925,00
ROBERTO KENDI ANZILIERO LANNA	CONTRATAÇÃO DO DR. ROBERTO KENDI ANZILIERO LANNA	2668	90,000	75,0000	6.750,00
SANTAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUT	cadeira do coleta, acento, encosto e apoio de mão estofados	2602	3,000	553,0000	1.659,00
TELECAL TEC. E INF. LTDA	SERVIÇO DE ASSESSORIA	2578	1,000	720,0000	720,00
VITAL TREINAMENTOS GERENCIAIS E PROFISSIONA	Contratação de serviços técnicos profissionais especializado	2658	0,400	17.800,0000	7.120,00
WYLER MARINHO ROBERT	CONTRATAÇÃO DO DR. WYLER MARINHO ROBERT	2515	8,000	40,0000	320,00
WYLER MARINHO ROBERT	CONTRATATAÇÃO DO DR. WYLER MARINHO ROBERT PA	2518	232,000	75,0000	17.400,00
WYLER MARINHO ROBERT	CONTRATATAÇÃO DO DR. WYLER MARINHO ROBERT PA	2669	187,500	75,0000	14.062,50
Total Geral do Mês ---->					286.643,83

Compras Mês Outubro 2012 - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 1/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	2818	20.000,000	0,1377	2.754,00
A P A E	Contratação da APAE	2806	0,484	25.354,4500	12.269,04
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível multipolar 0,6/1 kV, 3x25 mm2	2788	3,830	20,9906	80,39
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível multipolar 0,6/1 kV, 3x25 mm2	2823	24,519	20,9906	514,67
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 1,5 mm2, 750 V - vermelho	2704	22,862	0,3871	8,85
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre unipolar semirígido 10 mm2, 0,6/1 kV - cor iso	2823	152,456	2,8855	439,91
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre unipolar semirígido 10 mm2, 0,6/1 kV - cor iso	2832	93,000	2,8855	268,35
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre unipolar semirígido 10 mm2, 0,6/1 kV - verde	2833	130,660	2,8855	377,02
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	De manutenção elétrica em diversos locais com reposição de p	2675	4,309	23,7530	102,34
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Eletroduto ferro galvanizado a fogo 1"x3,0 m	2675	1,438	41,1103	59,10
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Eletroduto flexível corrugado 3"	2823	4,250	4,5131	19,18
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente tubular 32 W, selo PROCEL/INMETRO	2823	13,000	5,9910	77,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Tomada simples 2P + T, 20 A, 250 V - NBR 14136	2675	5,465	3,6597	20,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Tomada simples 2P + T, 20 A, 250 V - NBR 14136	2788	43,535	3,6597	159,33
ADELVO BASQUERA	CARGA DE OXIGÊNIO 3M3	2807	1,000	65,0000	65,00
ADELVO BASQUERA	OXIGÊNIO MEDICINAL 07 M3	2807	3,000	112,0000	336,00
ADELVO BASQUERA	OXIGÊNIO MEDICINAL 07 M3	2809	5,000	112,0000	560,00
ADRIANA RIBAS	CONSULTA COM PSICOLOGA	2716	1,000	950,0000	950,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	DIPIRONA SODICA SOL. ORAL 500 MG/ML - FRASCO COM ML	2766	3.000,000	0,4000	1.200,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	METOCLOPRAMIDA SOL. ORAL 4mg/ml - FRASCO COM 10 ML	2766	400,000	0,3067	122,68
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	ABRAÇADEIRA	2748	10,000	0,2200	2,20
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	ADAPTADOR 1/2	2747	7,000	2,1900	15,33
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	ADAPTADOR 1/2	2748	10,000	2,1900	21,90
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	ADESIVO PVC 17 G	2747	1,000	9,4100	9,41
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	BUCHA SOLD RED LG 50MM/25MM	2748	5,000	2,1300	10,65
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	CAP SOLD TIGRE 50MM	2748	5,000	3,8800	19,40
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	CONJUNTO TUBULAÇÕES	2747	7,000	9,7800	68,46
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	ENGATE FLEXIVEL	2748	8,000	2,4500	19,60
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	JOELHO SOLDAVEL	2748	5,000	3,6500	18,25
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	JOELHO SOLDÁVEL 90° 25 MM²	2748	8,000	0,5100	4,08
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	LUVA SOLDAVEL 60MM	2748	5,000	2,6000	13,00
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	SIFÃO CORRUGADO	2748	8,000	4,7500	38,00
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	TEE 25MM	2748	5,000	0,8400	4,20
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	TORNEIRA LAV.MOVEL	2748	5,000	32,3800	161,90
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	TORNEIRA PARA LAVATORIO AUTOMATICA	2748	4,000	59,5700	238,28
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	TUBO DE PVC 6 MT 25MM SOLDAVEL	2748	3,000	13,1700	39,51
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	VALVULA COMPLETA	2747	7,000	6,4500	45,15
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	VALVULA DE DESC.COM JOELHO/ANEL NR18	2748	5,000	6,4500	32,25
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	VALVULA/DESCAR DOCOL	2747	7,000	74,9500	524,65
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	VEDA ROSCA	2747	1,000	7,8900	7,89
ASSIS MARINI E FILHOS LTDA	COLÇÃO DE SOLTEIRO	2677	1,000	618,0000	618,00
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	2777	1,000	3.900,0000	3.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	2803	2.036,364	2,2000	4.480,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 4	2761	2.483,880	1,0000	2.483,88
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 5	2762	1.166,350	1,0000	1.166,35
AUTO MECANICA GERAL LTDA	MANUTENÇÃO NOVO CORSA 2011 6	2826	1.166,350	1,0000	1.166,35
AUTOVIA COMÉRCIO DE SOM E ACESSORIOS LTDA	PELÍCULA PARA VIDROS	2787	1,000	73,0000	73,00
BEL PRESTADORA DE SERV. COM. REPR. LTDA - CL	ENCADERNAÇÃO	2740	10,000	5,6500	56,50
BIO NUCLEAR	EXAME PETSCAN	2828	1,000	3.400,0000	3.400,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Cubetas para coagulômetro	2805	400,000	0,8475	339,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	DEXTROSE, FRASCO 600 MG COM SABOR	2805	15,000	8,8600	132,90
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Hipoclorito - 10% a 12% para desinfecção de materiais	2805	20,000	14,9200	298,40
CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES	CODEÍNA + PARACETAMOL 30/500 mg		15.000,000	0,4540	6.810,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação do CIEE/SC	2829	13,000	759,0000	9.867,00
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	2763	6.000,000	0,2340	1.404,00
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	2763	10.000,000	0,4900	4.900,00
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	ETANERCEPT 50 MG INJETAVEL		4,000	1.142,5600	4.570,24
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	ETANERCEPT 50 MG INJETAVEL	2810	4,000	1.142,5600	4.570,24
CLINICA AMER & AMER SS LTDA	CONTRATAÇÃO DA CLÍNICA AMER & GOUVEIA	2825	3.970,750	1,0000	3.970,75
CLÍNICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LT	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORTOPEDIA	2808	26,595	40,0000	1.063,80
CLINICA DR. MIRANDA LTDA	Contratação de serviços médicos espec. em neuro-psiquiatria	2703	3,000	10.000,0000	30.000,00
CLINICA MEDICA DR. NORTON LTDA	CONTRATAÇÃO DO DR. NORTON ANDRÉ FELIPE KNOBLAUCH	2671	141,000	75,0000	10.575,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 2% GELÉIA - bisnaga com 30g	2768	100,000	1,2200	122,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	METOCLOPAMIDA, CLORIDRATO 10MG	2768	10.000,000	0,0430	430,00
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	IPATRÓPIO BROMETO 0,25 mg/ ml sol. p/ inalação - frasco com	2819	40,000	0,0580	2,32
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	NITROFURANTOINA 100 MG CP	2819	4.000,000	0,1549	619,60
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	PAGAMENTO DE CONDOMINIO	2736	1,000	161,0000	161,00
CONSTRUTORA EXATA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, POR EMPREITADA GLOBAL PAR		2.932,090	1,0000	2.932,09
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2698	96,735	8,3000	802,90
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2699	8,000	8,3000	66,40
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2700	3,000	8,3000	24,90
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2701	8,000	8,3000	66,40
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2702	2,000	8,3000	16,60
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	água mineral acondicionada em galão de 20 litros - sem casco	2776	6,000	8,3000	49,80
CRISTAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	MEDICAMENTO BORTEZOMIBE 3,5 MG	2811	4,000	4.164,4000	16.657,60
DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - ME (DI FRATELLI)	ALMOÇO	2859	62,000	17,6274	1.092,90
DELVO ZAPANI- ME	INSTAÇÃO DE ANTENA PARABOLICA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	2752	1,000	631,0000	631,00
DELVO ZAPANI- ME	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ANTENA PARABOLICA	2718	1,000	1.067,0000	1.067,00
DELVO ZAPANI- ME	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ANTENA PARABOLICA	2720	1,000	527,0000	527,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL. NASAL - frasco com 30 ml		150,000	0,4800	72,00
DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	DIAZEPAM SOL. INJETÁVEL 5mg/ml		100,000	0,3000	30,00
DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	METILDOPA 250 MG	2816	30.000,000	0,0840	2.520,00
DR. RUDYAR FAUSTO BUBA	CONTRATAÇÃO DO DR. RUDYAR FAUSTO BUBA	2708	33,000	75,0000	2.475,00
DRA. ELISABETH MARY KINCELER	CONTRATAÇÃO DA DRA. ELISABETH MARY KINCELER	2709	20,000	75,0000	1.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	Curva de ferro galvanizado a fogo 90°1"	2853	1,000	1,8600	1,86
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	FIO GUIA PRETO	2853	5,200	2,8700	14,92
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	FIO PARA TELEFONE EXTERNO FE 100	2853	46,200	1,0202	47,13
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	FITA ALUMINIZADA	2853	3,000	1,5000	4,50
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	LUVA PVC 100MM²	2853	1,000	0,9200	0,92
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	2853	4,000	40,0000	160,00
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	2853	4,000	30,0000	120,00
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	TAMPA	2853	1,000	194,6000	194,60
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	TUBO GALV.3/4	2853	9,000	14,7000	132,30
ELETRO VAN LTDA EPP	SERVIÇOS DIVERSOS	2721	1,000	648,0000	648,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE FOLDER	2685	1.126,316	0,3800	428,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	SERVIÇOS DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE FOLDERS 4	2686	230,108	1,8600	428,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	SERVIÇOS DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE FOLDERS 4	2687	516,129	1,8600	960,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	SERVIÇOS DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE FOLDERS 4	2772	1.062,000	1,8600	1.975,32
EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTD	CREATINO-QUINASE, KIT DIRETO UV NAC PARA AUTOMAÇÃO A25	2705	664,000	0,5580	370,51
EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTD	DESIDROGENASE LÁTICA, KIT CINÉTICO UV PARA A25	2705	664,000	0,1495	99,27
EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTD	FERRO, KIT DIRETO REAGENTE PRONTO PARA USO PARA AUTOMAÇÃO A2	2705	498,000	0,1793	89,29
EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTD	FOSFATASE ALCALINA, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	2705	498,000	0,1295	64,49
EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTD	GAMA-GLUTAMIL-TRNSFERASE, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	2705	666,000	0,2092	139,33
EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTD	Glicose, kit enzimático direto para automação A25	2705	9.999,000	0,0199	198,98
EQUILIBRIUM CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA	CONTRATAÇÃO DA CLÍNICA EQUILIBRIUM		3.301,670	1,0000	3.301,67
EQUILIBRIUM CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA	CONTRATAÇÃO DA CLÍNICA EQUILIBRIUM	2827	3.301,670	1,0000	3.301,67
FABIANE DA SILVA ANANIAS	PALESTRA:		1,000	30,0000	30,00
FABIANE DA SILVA ANANIAS	SERVIÇO DE CONSULTORIA	2750	1,000	1.500,0000	1.500,00
FABIANO DOBNER - ME	SERVIÇO DE GUINCHO	2822	1,000	300,0000	300,00
FANEM LTDA	BANHO - MARIA SOROLÓGICO	2774	1,000	620,0000	620,00
FANEM LTDA	CENTRÍFUGA SOROLÓGICA	2774	1,000	3.200,0000	3.200,00
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2682	2.261,190	1,0000	2.261,19
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2683	3.526,470	1,0000	3.526,47
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2684	4.775,200	1,0000	4.775,20
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2688	4.310,580	1,0000	4.310,58
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2756	5.714,250	1,0000	5.714,25
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de m	2757	6.521,530	1,0000	6.521,53
FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	ALIMENTAÇÃO ENTERAL	2801	10,000	119,0000	1.190,00
FETEC - FUNDACAO EMPRES. TECNOL.CACADOR	CONDOMINIO	2679	1,000	580,0000	580,00
FRANÇA & CIA LTDA	CONCERTO PNEU	2778	28,000	6,8429	191,60
FRANÇA & CIA LTDA	CONCERTO PNEU	2779	8,000	10,0000	80,00
FRANÇA & CIA LTDA	CONCERTO PNEU	2780	6,000	10,0000	60,00
FRANÇA & CIA LTDA	CONCERTO PNEU	2781	4,000	11,2500	45,00
FRANÇA & CIA LTDA	CONCERTO PNEU	2782	25,000	10,8000	270,00
FRANÇA & CIA LTDA	CONCERTO PNEU	2783	15,000	10,0000	150,00
FREIBERGER E ZINI LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FREIBERGER E ZINI LTDA	2707	5.260,380	1,0000	5.260,38

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 4/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	Ceftriaxona sódica inj. 1g uso IM - com diluente	2814	150,000	8,7400	1.311,00
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	HALOPERIDOL SOL. ORAL 2MG/ML - FRASCO COM 20 ML	2814	15,000	2,5500	38,25
HOSPITAL CARDIOLOGICO CONSTANTINI,	EXAMES DE ECOGRAFIA DE ORGAOS		1,000	300,0000	300,00
HOSPITAL CARDIOLOGICO CONSTANTINI,	EXAMES DE ECOGRAFIA DE ORGAOS	2737	1,000	300,0000	300,00
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	ALIMENTAÇÃO	2738	11,000	20,0000	220,00
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	HOSPEDAGEM	2680	2,000	73,0000	146,00
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	JANTAR	2680	2,000	16,0000	32,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE	Contratação do IEL/SC	2857	12,000	759,0000	9.108,00
JOAO GOMES SOARES	CONTRATAÇÃO DO DR. JOAO GOMES SOARES	2732	82,000	75,0000	6.150,00
JOAO GOMES SOARES	CONTRATAÇÃO DO DR. JOAO GOMES SOARES	2733	142,000	75,0000	10.650,00
JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	CONTRATAÇÃO DO DR. JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	2706	51,000	75,0000	3.825,00
JULIO CESAR MANDELLI	CONSULTA /EXAME	2715	1,000	1.000,0000	1.000,00
LABORATORIO CLINICO SANTA RITA LTDA.	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LABORATÓRIO SANTA RITA	2735	6.180,030	1,0000	6.180,03
LABORATORIO CLINICO SANTA RITA LTDA.	EXAMES LABORATORIAS	2804	1,000	229,0000	229,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	ADAPTADOR DE AGULHAS	2773	250,000	0,4089	102,23
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	ADAPTADOR LUER	2773	100,000	3,1166	311,66
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	AGULHA 30 X 7	2773	2.000,000	0,5906	1.181,20
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	Agulha 30 X 8	2773	2.900,000	0,5906	1.712,74
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	CELLPACK, REAGENTE PARA DILUIÇÃO E LIMPEZA DO APARELHO	2836	4,000	528,7978	2.115,19
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	ESCALPE 21G	2773	500,000	3,3710	1.685,50
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	ESCALPE 23G	2773	500,000	3,3710	1.685,50
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	ESCALPE 25G	2773	500,000	3,3710	1.685,50
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	TUBO COM GEL SEPARADOR	2773	1.000,000	0,4990	499,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	TUBOS COM EDTA	2773	500,000	0,4840	242,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	TUBOS COM EDTA 4ML	2773	500,000	0,3024	151,20
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	TUBOS COM FLUORETO/EDTA	2773	500,000	0,3780	189,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	TUBOS SECOS	2773	5.000,000	0,3024	1.512,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	TUBOS SECOS 4 OU 5 ML	2773	500,000	0,2797	139,85
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	BUDESONIDA 32MCG/spray nasal - frasco com com 120 doses	2765	400,000	8,4400	3.376,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	CARBONATO DE LITIO 300 MG	2817	15.000,000	0,0860	1.290,00
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	BEBEDOURO DE COLUNA	2691	1,000	586,0000	586,00
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2840	30.188,857	0,0700	2.113,22
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2841	26.764,000	0,0700	1.873,48
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2842	688,000	0,0700	48,16
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	Locação de máquinas fotocopiadoras novas ou semi-novas	2843	2.553,000	0,0700	178,71
MACCAGNINI E LIMA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSO	2731	296,000	50,0000	14.800,00
MAGAZINE LUIZA SA	TELEFONE CELULAR SMARTFONE GALAXY	2696	2,000	620,0000	1.240,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE RAMAIS TELEFONICOS	2812	20,000	61,3500	1.227,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	ALBENDAZOL 400 mg - CP MASTIGÁVEIS	2767	500,000	0,1350	67,50
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	2767	8.000,000	0,0230	184,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	GUACO XAROPE	2767	1.000,000	1,5900	1.590,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	IBUPROFENO SOL. ORAL 50 mg/ml	2767	500,000	0,6400	320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 5/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	PERMETRINA LOÇÃO 1% - ,frasco com 60ml	2767	300,000	0,7800	234,00
MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	CONTRATAÇÃO DA DRA. MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	2711	12,000	40,0000	480,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME	BECLOMETASOMA 50mcg SPRAY ORAL	2764	50,000	24,2000	1.210,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	2815	10.000,000	0,2900	2.900,00
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ÁGUA PARA INJEÇÃO 5 ML		2.000,000	0,0813	162,60
MAXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	VARFARINA 5MG		4.000,000	0,0875	350,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	BATERIA PARA VEICULOS 60 H	2784	1,000	260,0000	260,00
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, para lactentes	2837	120,000	19,9000	2.388,00
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	Fórmula infantil de seguimento, enriquecida com ferro, à bas	2837	150,000	19,9000	2.985,00
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	PARACETAMOL 500 MG_1	2770	100.000,000	0,0200	2.000,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	IVERMECTINA 6 MG	2769	500,000	0,2480	124,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO XAROPE 3MG- FRASCO COM 120 ML	2769	300,000	5,1800	1.554,00
NORA & CIA LTDA	ALIMENTAÇÃO ENTERAL	2799	15,000	114,0000	1.710,00
NORA & CIA LTDA	LEITE APTAMIL 1	2831	10,000	28,0000	280,00
NUCLEO DE ANALISES CLINICAS LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NÚCLEO ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	2734	4.507,440	1,0000	4.507,44
ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	Dieta em pó, nutricionalmente completa, normocalórica na dil	2839	80,000	29,5000	2.360,00
ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	Dieta enteral líquida, nutricionalmente completa, para crian	2839	30,000	14,9000	447,00
ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	Fórmula infantil para prematuros e recém-nascidos de baixo p	2839	60,000	20,7800	1.246,80
ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	Nutrição em pó, para crianças à partir de 1 ano de idade, nu	2839	50,000	16,2600	813,00
ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	Nutrição para situações metabólicas especiais; hiperproteica	2839	200,000	13,1600	2.632,00
ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	Suplemento alimentar para crianças ? de 10 anos de idade e a	2839	60,000	9,6000	576,00
ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA	Suplemento nutricional líquido, para crianças ? de 1 ano de	2839	120,000	8,1700	980,40
RADIO CACANJURE LTDA	Contratação de emissora de rádio com alcance em toda exte	2855	270,000	13,8800	3.747,60
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	2695	7.692,308	3,2500	25.000,00
ROSSANE SERAFIM MATOS - EPP	Suplemento líquido, nutricionalmente completo, hipercalórico	2838	80,000	10,3300	826,40
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICOS	fornecimento de órteses e próteses e materiais especiais de	1849	520,000	1,0000	520,00
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICOS	fornecimento de órteses e próteses e materiais especiais de	2758	95,000	1,0000	95,00
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICOS	fornecimento de órteses e próteses e materiais especiais de	2759	79,800	1,0000	79,80
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICOS	fornecimento de órteses e próteses e materiais especiais de	2760	283,290	1,0000	283,29
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICOS	fornecimento de órteses e próteses e materiais especiais de	2813	609,200	1,0000	609,20
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICOS	fornecimento de órteses e próteses e materiais especiais de	2824	239,400	1,0000	239,40
SAWAIA & CIA LTDA	LENÇOL SOLTEIRO SEM ELASTICO	2681	30,000	45,0000	1.350,00
SEGATTO & CIA LTDA-ME- AUTO CAPAS SEGATTO	BANCO DE ENFERMAGEM AMBULANCIA	2785	1,000	280,0000	280,00
SO DROGAS DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSP.	CLONAZEPAN 2,5 mg/ml GOTAS		1.000,000	1,9900	1.990,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ENALAPRIL 10 MG		30.000,000	0,0840	2.520,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20 mg		40.000,000	0,1150	4.600,00
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TOPIRAMATO 50 MG	2771	6.000,000	0,2330	1.398,00
TELECAL TEC. E INF. LTDA	CONCERTO DO RELOGIO PONTO	2676	1,000	930,0000	930,00
TUCANO OBRAS E SERVICOS LTDA	COLETA DE MEDICAÇÃO VENCIDA	2789	227,880	6,0000	1.367,28
VIDROBOX COM DE VIDROS LTDA	VIDROS COLOCADOS	2786	6,000	75,0000	450,00
VILCEU WETIUK	SERVIÇO PEDREIRO	2739	1,000	1.525,0000	1.525,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 6/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIVEIRO E FLORICULTURA FREISLEBEM LTDA - ME	PLANTAS ORNAMENTAIS	2751	60,000	6,7667	406,00
Total Geral do Mês ---->					362.669,86

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 223, de 7 de Novembro de 2012.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012.
Concede a homenagem de Mérito "Legado Caçadoreense" à Senhora DULCI DA ROCHA LIEGEL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 6 de novembro de 2012, aprovou e ela promulga o seguinte,
DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedida à homenagem de Mérito "Legado Caçadoreense" à Senhora DULCI DA ROCHA LIEGEL, pelos relevantes serviços prestados à comunidade caçadoreense.

Parágrafo único. A entrega do Diploma será feita em Sessão Ordinária da Câmara Municipal no dia 12 de novembro de 2012, com a presença dos familiares da homenageada e convidados especiais.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo, correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 2012.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO, CARLOS EVANDRO LUZ,
Presidente. 1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE, WILSON LUIZ BINOTTO,
Vice-Presidente. 2º Secretário.

Emenda À Lei Orgânica do Município de Caçador Nº 014, de 6 de Novembro de 2012.

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR Nº 014, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012.

Acrescenta dispositivos ao art. 49 da Lei Orgânica do Município de Caçador e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso IX da Lei Orgânica do Município e art. 29, inciso X do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador, promulga a seguinte:

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 1º Ficam acrescentados ao art. 49 da Lei Orgânica do Município de Caçador os seguintes dispositivos:

"Art. 49

I -

III - 5% (cinco por cento), no mínimo dos eleitores do Município.

§ 1º

§ 5º As emendas apresentadas a Lei Orgânica Municipal, terão numeração sequencial, a contar da publicação desta Emenda." (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 2012.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO, CARLOS EVANDRO LUZ,
Presidente. 1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

IPASC**Portaria N. 546, de 22 de Outubro de 2012.**

PORTARIA N. 546, de 22 de outubro de 2012.

Aposenta Arno Waldir Maleske.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 093/2006, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005,

Resolvem:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição a ARNO WALDIR MALESKE, portador do CPF nº 182.427.239-15, CI 10/R 390.765, PIS nº 1.06124.6213-4, a partir de 11 de outubro de 2012, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 ("fórmula 85/95"), matrícula nº 803 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Referência 30, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, passando à matrícula nº 3.279, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua remuneração de contribuição, na espécie com paridade, perfazendo um total de R\$ 4.194,90 (quatro mil, cento e noventa e quatro reais e noventa centavos) mensais, que serão pagos pelo IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,
Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de outubro de 2012.

MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO
Diretora Presidente

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
Diretora Administrativa

Portaria N. 547, de 26 de Outubro de 2012.

PORTARIA N. 547, de 26 de outubro de 2012.

Aposenta Eduardo Estevo Combin Neto.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 093/2006, nos termos do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, e art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012,

Resolvem:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez permanente, a EDUARDO ESTEVO COMBIN NETO, portador do CPF nº 423.140.629-49, CI 10/R 2.116.623-4, PIS nº 10756788908, a partir de 01 de outubro de 2012, nos termos do art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, matrícula nº 680 na atividade, ocupante do cargo

efetivo de Pedreiro, Referência 5, lotado na Secretaria de Infra Estrutura, passando à matrícula nº 3.280, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 79,73% de sua remuneração de contribuição, na espécie com paridade, perfazendo um total de R\$ 1.037,81 (hum mil, trinta e sete reais e oitenta e um centavos) mensais, que serão pagos pelo IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de outubro de 2012.

MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO

Diretora Presidente

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa

Portaria N.º 544, de 22 de Outubro de 2012

PORTARIA n.º 544, de 22 de outubro de 2012.

Concede Pensão por Morte.

A DIRETORA PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o Art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 41, de 31/12/03, mais o previsto no art. 2º, I, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte a NILZA VOGHER RIBEIRO, Matrícula nº 5935, nos termos do art. 8º, I, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2003, na qualidade de cônjuge dependente do Servidor Público Municipal aposentado HILTON RIBEIRO, cujo benefício corresponde a uma cota parte de 50% do valor dos proventos da aposentadoria do servidor falecido, no valor de R\$ 665,55 (seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) a serem pagos pelo IPASC, a contar de 12/10/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de outubro de 2012.

MARIA MADIONIR C. BARICHELLO

DIRETORA PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 545, de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA n.º 545, de 22 de outubro de 2012.

Concede Pensão por Morte.

A DIRETORA PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o Art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 41, de 31/12/03, mais o previsto no art. 2º, I, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte a KARINE RIBEIRO, Matrícula nº 5936, nos termos do art. 8º, I e art. 38, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2003, na qualidade de filha dependente do Servidor Público Municipal aposentado HILTON RIBEIRO, cujo benefício corresponde a uma cota parte de 50% do valor dos proventos da aposentadoria do servidor falecido, no valor de R\$ 665,55 (seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) a serem pagos pelo IPASC, a contar de 12/10/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de outubro de 2012.

MARIA MADIONIR C. BARICHELLO

Diretora Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 548, de 31 de Outubro de 2012.

PORTARIA n.º 548, de 31 de outubro de 2012.

Concede Férias a IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO.

A DIRETORA PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no Art. 90 e 93, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004.

RESOLVEM:

Art. 1.º - Conceder Férias à Servidora IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, por vinte (20) dias, referente ao período de aquisição de 01/11/2010 a 31/10/2011, com início a contar de 06 de novembro de 2012, com a conversão em dinheiro de 1/3 das férias, totalizando trinta (30) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 31 de outubro de 2012.

MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO

Diretora Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa.

Portaria N.º 550, de 06 de Novembro de 2012.

PORTARIA n.º 550, de 06 de novembro de 2012.

Encerra benefício de aposentadoria de VALDIR JOSÉ BASSANI, concedida pela Portaria nº 296, de 03/08/2009.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e atendendo Audiência do TCE/SC em Processo APE 10/00385300

RESOLVEM:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria do

Servidor inativo VALDIR JOSÉ BASSANI, matrícula no IPASC sob nº 3189, aposentado pela Portaria nº 296, de 03/08/2009, em razão de análise do Tribunal de Contas do Estado Audiência do Processo APE 10/00385300, que apontou irregularidade na contagem do tempo de contribuição insuficiente, a contar desta data.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de novembro de 2012.

MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO
Diretora Presidente.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
Diretora Administrativa.

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.885 de 05 de Novembro de 2012

LEI Nº 3.885 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO
DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2013, E ESTABELECE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º) Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2013, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art.2º) A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária

de 2013 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art.3º) As prioridades e metas da Administração Pública Municipal

para o exercício de 2013, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2013 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS V

Art.4º) Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos Federal, Estaduais, Municipais, e as Entidades Privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e Entidades Federais constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a Sub função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2010/ 2013.

§5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§8º - A Sub-função, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art.5º) Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art.6º) Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao

objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5;

VI - amortização da dívida - 6.

§3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§4º - Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§6º - O Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§7º - É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§8º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art.7º) O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

V - Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções, Sub funções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub funções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e Desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

vv

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art.8º) A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art.9º) A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art.10) Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art.11) A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

SEÇÃO II

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art.12) A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular V

Art.13) O projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2013, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art.14) Será assegurada aos cidadãos à participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

SEÇÃO IV

DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO V

Art.15) Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§1º - O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§2º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§3º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§4º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art.16) Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.17) Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

V

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art.18) É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2012 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º - As entidades privadas beneficiadas com Recursos Públicos Municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

V

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art.19) A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

V

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art.20) O Orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

V

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art.21) A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 0,73% (zero virgula setenta e três por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2013, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

V

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art.22) O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Vv

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.23) A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art.24) O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art.25) A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Vv

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.26) No exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.27) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art.28) Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Art.29) A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.30) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do

orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Artigo 14 da LRF).

Art.31) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, Parágrafo 3º da LRF).

Art.32) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Artigo 14, Parágrafo 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.33) É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art.34) Até trinta dias após a publicação dos Orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.35) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.886 de 07 de Novembro de 2012

LEI Nº 3.886 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Município de Campo Alegre autorizado a firmar convênio com o ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, doravante denominado TRIBUNAL DE JUSTIÇA, estabelecido na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 83.845.701/0001-59, com o objetivo de disponibilizar servidores efetivos, objetivando auxiliar o Fórum da Comarca de São Bento do Sul na prestação dos serviços jurisdicionais, com atuação especial no executivo fiscal, nos termos e condições da minuta de convênio em anexo, parte integrante desta lei.

Art.2º) Fica autorizado o Município a arcar com o ônus decorrentes do cumprimento do convênio, em especial, com a remuneração dos servidores cedidos.

Art.3º) As custas com a execução da presente lei, correrão por conta do orçamento vigente por ocasião da cessão.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

MINUTA DE CONVÊNIO

Termo de convênio que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e o Município de Campo Alegre, objetivando a disponibilização de servidores efetivos para a comarca de São Bento do Sul.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, POR INTERMÉDIO DO PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DORAVANTE DENOMINADO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ESTABELECIDO NA RUA ÁLVARO MILLEN DA SILVEIRA, 208, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº. 83.845.701/0001-59, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU Presidente, DESEMBARGADOR XXXXXXX, E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE COM SEDE NA RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 CENTRO, CEP 89294-000, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº. 83.102.749/0001-77, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR VILMAR GROSSKOPF, CONSIDERANDO O INTERESSE DE AMBOS EM MELHORAR A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, O DESENVOLVIMENTO E A QUALIDADE DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA A SOCIEDADE, RESOLVEM FIRMAR ESTE CONVÊNIO, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO N. XXXXXXX, DE XX-XX-XXXX, MEDIANTE SUJEIÇÃO ÀS SEGUINTES CLÁUSULAS:

Do objeto

Cláusula primeira. Este Convênio tem por objeto celebrar parceria entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, no sentido da melhor, mais célere e eficiente prestação de serviços à comunidade, naqueles setores em que congreguem afinidades de atribuições legalmente estabelecidas para os entes que celebram este instrumento, em especial no que se refere ao contencioso do executivo fiscal.

Parágrafo único. Caberá ao MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE disponibilizar servidores efetivos, objetivando auxiliar o Fórum da Comarca de São Bento do Sul na prestação dos serviços jurisdicionais, com atuação especial naquelas ações referidas nesta cláusula.

Da execução

Cláusula segunda. Para o cumprimento deste Convênio, o relacionamento entre as partes se dará entre o Juiz Diretor do Foro da Comarca de São Bento do Sul, em nome do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, e o Prefeito Municipal e/ou Secretário Municipal da Administração e Finanças, estes, em nome do MUNICÍPIO DE CAMPO

ALEGRE.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula terceira. São atribuições do MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE:

I - relacionar os servidores efetivos que serão colocados à disposição do Fórum para o desempenho dos serviços;

II - arcar com todos os ônus decorrentes do cumprimento do presente Convênio;

III - orientar os servidores para que mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse dos convenientes ou de terceiro de que tomarem conhecimento; e

IV - substituir imediatamente os servidores à disposição do Fórum, mediante solicitação formal do TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Parágrafo único. Os servidores colocados à disposição no Fórum da Comarca de São Bento do Sul não terão qualquer vínculo empregatício com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Cláusula quarta. São atribuições do TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

I - receber, instrumentalizar, preparar e dar todas as condições de trabalho aos servidores do MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE postos à sua disposição, objetivando o fiel exercício da atividade para a qual foram designados;

II - controlar o ponto dos servidores do MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE colocados à disposição do Fórum a cada 30 (trinta) dias, respeitando o mês comercial, remetendo os referidos documentos ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, até o décimo quinto dia do mês subsequente;

III - devolver os servidores à origem sempre que estes se mostrarem inadequados ao trabalho para o qual foram designados; e

IV - publicar o extrato do convênio e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no endereço www.tjsc.jus.br

Do horário de trabalho

Cláusula quinta. Os servidores cedidos deverão respeitar o horário de expediente e as regras de funcionamento estabelecidos pela Diretoria do Fórum no qual prestarão serviços, respeitada a carga horária do Município.

Da alteração do convênio

Cláusula sexta. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Convênio somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei e, expressamente, em termo aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

Do prazo

Cláusula sétima. O prazo previsto para vigência deste Convênio será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por acordo entre os convenientes, obedecendo a legislação vigente disciplinadora da matéria.

Da rescisão ou denúncia

Cláusula oitava. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA ou o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE poderão a qualquer tempo rescindir este Convênio mediante denúncia por escrito, com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, pelo não cumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, caso não haja mais interesse de qualquer das partes na sua manutenção, por mútuo acordo ou por força de lei que o torne material ou formalmente impraticável.

Da legislação aplicável e dos casos omissos

Cláusula nona. Este Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Complementar n. 101/2000, na Lei Municipal n. 3.886, pelos preceitos de direito público e pelas

disposições de direito privado correlatas.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

Do foro

Cláusula décima. Fica eleito o Foro da comarca da Capital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste Convênio.

E por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor:

Florianópolis/SC, de novembro de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO

xxxxxxx

PRESIDENTE

Município de Campo Alegre

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.335 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.335 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO

MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social de nº 14 e 15 de 30 de outubro de 2012 anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 30 OUTUBRO 2012

ALTERAÇÃO E CORREÇÃO NA LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/ SC - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, em reunião ordinária realizada no dia 30 de Outubro

de 2012, no uso da sua competência de instância deliberativa do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) conforme artigo 16 da Lei Federal nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - LOAS e Lei Municipal nº 2.149 de 20 de Março de 1996, e

Considerando a Lei nº 8.742/ 1993 consolidada com a Lei nº 12.435/ 2011 em seu artigo 16º que traz os Conselhos Municipais de Assistência Social como instâncias deliberativas do SUAS de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil;

Considerando a Resolução nº 237/ 2006 do CNAS que trata das diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social;

Considerando a Resolução nº 24/2006 do CNAS que trata acerca das organizações e representantes de usuários para composição da sociedade civil no CMAS;

Considerando a Resolução nº 23/2006 do CNAS que trata acerca dos representantes dos trabalhadores para composição da sociedade civil no CMAS;

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Alteração, correção e reordenamento da Lei Municipal que cria o Conselho Municipal de Assistência Social embasada nas referidas leis já citadas anteriormente, com minuta da sugestão do modelo da lei a ser encaminhada como projeto de lei à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campo Alegre/SC, anexa parte integrante desta Resolução;

Art.2º) Todas as alterações sugeridas são fruto de embasamento legal, produzidas por Instâncias deliberativas nacional e estadual (CNAS e CEAS/ SC) e se fazem necessárias em caráter emergencial, com aprovação ainda neste ano vigente de 2012.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Outubro de 2012.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de outubro de 2012.

VIVIANE I. F. CALDAS SCHIAVENIN
Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 30 OUTUBRO 2012
ALTERAÇÃO DO NOME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, em reunião ordinária realizada no dia 30 de Outubro

de 2012, no uso da sua competência de instância deliberativa do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) conforme artigo 16 da Lei Federal nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - LOAS e Lei Municipal nº 2.149 de 20 de Março de 1996, e

Considerando a Lei nº 8.742/ 1993 consolidada com a Lei nº 12.435/ 2011;

Considerando a nota técnica elaborada pela Assistente Social da FECAM, nº 006/2012 que trata da estrutura da política municipal de assistência social, parte integrante desta resolução;

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Alteração da nomenclatura da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, considerando a política de Assistência Social como uma política pública, prevista em nossa Constituição Federal como Direito do Cidadão e Dever do estado, bem como acompanhando toda as legislações posteriores como a LOAS consolidada com a Lei Federal 12.435/2011;

Art.2º)A referida alteração da nomenclatura deverá acontecer ainda neste ano de 2012 sem prejuízo a criação de Secretaria Própria, conforme já deliberado em Resolução deste Conselho (Resolução nº 02 de 26 de Março de 2012).

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Outubro de 2012.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de outubro de 2012.

VIVIANE I. F. CALDAS SCHIAVENIN
Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Decreto Nº 7.322 de 31 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 7.322 DE 31 DE OUTUBRO DE 2012
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de dezembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 6.560,00 (seis mil, quinhentos e sessenta reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

08.01 - Serviço de Planejamento e Obras

2.111 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 2.300,00
 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental
 2.124 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental
 300000.00.766 - Despesas Correntes
 330000.00.766 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.766 - Aplicações Diretas
 339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.660,00
 400000.00.766 - Despesas de Capital
 440000.00.766 - Investimentos
 449000.00.766 - Aplicações Diretas
 449052.00.766 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.600,00
TOTAL R\$ 6.560,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras
 2.111 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.100,00
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 449000.00.136 - Aplicações Diretas
 449051.00.136 - Obras e Instalações R\$ 200,00
 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental
 2.124 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental
 300000.00.766 - Despesas Correntes
 330000.00.766 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.766 - Aplicações Diretas
 339014.00.766 - Diárias - Civil R\$ 1.260,00
 339047.00.766 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 3.000,00
TOTAL R\$ 6.560,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 31 de outubro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 31/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.334 de 05 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 7.334 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

“CANCELA DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADA NO EXERCÍCIO DE 2011, PORÉM, NÃO

CONSUMADO O IMPLEMENTO DE CONDIÇÃO NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições: da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, com fulcro no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/1964, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização, DECRETA:

Art.1º) Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2011, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no Balanço Geral do deste Município.

§ 1º Os Restos a Pagar a que se refere o caput deste Artigo fazem parte integrante do Anexo Único deste Decreto.

§ 2º Os créditos cancelados citados no caput deste Artigo, não processados e não liquidados, bem como ainda não enquadrados nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, são anulados por ausência dos implementos de condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do Balanço do exercício de 2012, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Anexo Único do Decreto nº 7.334 de 05 de novembro de 2012

Empenho	Nome do Credor	Saldo a Pagar
0000001/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 386,20
0000005/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 295,11
0000006/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 127,91
0000007/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 128,15
0000031/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 565,19
0000037/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 3.027,76
0000038/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 100,12
0000065/11	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	R\$ 254,33



0000090/11	All Copy Comércio de Materiais	R\$ 522,18
0000384/11	Marli Inez da Cruz	R\$ 50,40
0000385/11	Zélia Kobus Zumbach	R\$ 129,00
0000386/11	Renata Erna Schutzler Giese	R\$ 231,00
0000387/11	Roselia Uhlig de Farias	R\$ 140,00
0000394/11	Magnalat Distribuidora	R\$ 20,97
0000434/11	Nivea Simões de Farias	R\$ 10,00
0000435/11	Marli Inez da Cruz	R\$ 4,80
0000437/11	Ana Maria Sell da Cruz	R\$ 9,60
0000438/11	Renata Erna Schutzler Giese	R\$ 11,00
0000440/11	Rosélia Uhlig de Farias	R\$ 28,00
0000503/11	Borracharia e Lavação e Lubrificação	R\$ 980,00
0000533/11	Nivea Simões de Farias	R\$ 672,00
0000534/11	Marli Inez da Cruz	R\$ 675,20
0000842/11	Porto de Areia Fragosos	R\$ 2.000,00
0000886/11	Ananias José da Silva	R\$ 164,70
0001516/11	Magnalat Distribuidora	R\$ 151,90
0001517/11	Magnalat Distribuidora	R\$ 32,20
0001518/11	Magnalat Distribuidora	R\$ 6,30
0001881/10	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 373,10
0002461/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 127,50
0002641/11	Auto Posto JK Ltda	R\$ 104,22
0002816/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 83,00
0002862/11	Recauchutadora de Pneus	R\$ 75,00
0003129/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 36,00
0003140/11	Banco do Brasil S.A.	R\$ 954,50
0003172/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 20,65
0003372/11	Mineração LB Ltda.	R\$ 1.802,00
0003822/11	Eletro Peça São Bento	R\$ 61,56
0003832/11	Movesco Indústria e Comércio	R\$ 0,12
0000396/11	Magnalat Distribuidora	R\$ 551,54
0001489/11	Zélia Kobus Zumbach	R\$ 30,00
0000398/11	Magnalat Distribuidora	R\$ 243,18
000006211	Sadenco Sul Americana	R\$ 1.532,06
0000077/11	Sadenco Sul Americana	R\$ 6.660,00
0000002/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 135,40
0000003/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 1,87
0000004/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 130,62
0000011/11	Metroweb Informática Importação	R\$ 28,09
0000030/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 1.338,83
0001878/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 900,00
0001879/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 72,00
0002508/11	WBT Internet Ltda-Me.	R\$ 279,60
0003071/11	WBT Internet Ltda-Me.	R\$ 130,00
0003160/11	WBT Internet Ltda-Me.	R\$ 479,80
0000082/11	Auto Posto JK Ltda	R\$ 2.327,00
0001991/11	Prefeitura Municipal de Campo Alegre	R\$ 627,22
0003796/11	Auto Posto JK Ltda	R\$ 294,66
0000009/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 61,34
0000111/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 30,00

0001990/11	Borracharia Lavação e Lubrificação	R\$ 226,00
0002302/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 1.295,50
0002357/11	Auto Elétrica Tabbert Ltda	R\$ 912,00
0002542/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 38,40
0003496/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 28,00
0003987/11	Pauli Oficina Mecânica Diesel	R\$ 1.604,80
0000439/11	Magnalat Distribuidora	R\$ 3.896,40
0000535/11	Meri Terezinha Simões de Farias	R\$ 328,70
0000538/11	Marli Inez da Cruz	R\$ 428,80
0000010/11	Brasil Telecom S.A.	R\$ 125,79
0000036/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 6.249,09
0000094/11	Raiz Soluções Inteligentes	R\$ 576,00
0002642/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 1.365,73
0003630/11	Catarinense Poços Artesianos	R\$ 259,73
0003813/11	Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais	R\$ 194,52
000399111	Catarinense Poços Artesianos	R\$ 172,83
0000309/11	Mineração LB LTDA	R\$ 1.334,50
0000400/11	Papelaria São Bento Ltda	R\$ 2.585,62
0000401/11	Papelaria São Bento Ltda	R\$ 2.772,67
0000402/11	Papelaria São Bento Ltda	R\$ 1.129,31
0000029/11	Auto Posto JK Ltda.	R\$ 7.005,07
0001087/11	Papelaria São Bento Ltda	R\$ 477,36
0002668/11	Francisco Kuhn Neto	R\$ 12,00
0002669/11	Francisco Kuhn Neto	R\$ 15,00
0001817/11	Munhoz Material de Construção	R\$ 22,00
0001876/11	Oficina Auto Service Ltda	R\$ 359,00
0001877/11	Oficina Auto Service Ltda	R\$ 192,00
0001841/11	Papelaria São Bento Ltda	R\$ 252,90
0000414/11	Pauli Jateamento e Pinturas	R\$ 120,00
0000415/11	Pauli Jateamento e Pinturas	R\$ 160,00
0001215/11	Alvino Sell (Caixaria Lumber)	R\$ 175,00
0000382/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 360,29
0000491/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 21,60
0001076/11	Auto Elétrica Tabbert Ltda	R\$ 2.952,00
0001077/11	Raul Johanson - ME	R\$ 1.490,00
0001078/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 113,73
0001079/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 477,64
0001097/11	Auto Car Reinaldo Manutencão	R\$ 397,86

0001495/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 397,60
0001542/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 32,94
0001873/11	Auto Car Reinaldoinho Manutenção	R\$ 2.703,58
0001875/11	Auto Car Reinaldoinho Manutenção	R\$ 162,00
0001880/11	Auto Car Reinaldoinho Manutenção	R\$ 359,80
00001882/11	Auto Car Reinaldoinho Manutenção	R\$ 40,50
0002464/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 797,93
0002791/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 26,40
0003190/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 192,09
0003778/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 33,78
0000100/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 269,40
0000888/11	Auto Car Reinaldoinho Manutenção	R\$ 372,00
0000399/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 100,01
0001253/11	Supermercado Blaszkowski	R\$ 63,35
000310511	Supermercado Blaszkowski	R\$ 106,00
TOTAL	R\$ 76.000,10	

Decreto Nº 7.336 de 07 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.336 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS
REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 16 de novembro de 2012 (sexta-feira), ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, voltando com expediente normal no dia 19 de novembro de 2012 (segunda-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resolução Nº 14 de 30 Outubro 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 30 OUTUBRO 2012

ALTERAÇÃO E CORREÇÃO NA LEI DE CRIAÇÃO DO

CONSELHO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/ SC - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, em reunião ordinária realizada no dia 30 de Outubro de 2012, no uso da sua competência de instância deliberativa do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) conforme artigo 16 da Lei Federal nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - LOAS e Lei Municipal nº 2.149 de 20 de Março de 1996, e

Considerando a Lei nº 8.742/ 1993 consolidada com a Lei nº 12.435/ 2011 em seu artigo 16º que traz os Conselhos Municipais de Assistência Social como instâncias deliberativas do SUAS de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil;

Considerando a Resolução nº 237/ 2006 do CNAS que trata das diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social;

Considerando a Resolução nº 24/2006 do CNAS que trata acerca das organizações e representantes de usuários para composição da sociedade civil no CMAS;

Considerando a Resolução nº 23/2006 do CNAS que trata acerca dos representantes dos trabalhadores para composição da sociedade civil no CMAS;

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Alteração, correção e reordenamento da Lei Municipal que cria o Conselho Municipal de Assistência Social embasada nas referidas leis já citadas anteriormente, com minuta da sugestão do modelo da lei a ser encaminhada como projeto de lei à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campo Alegre/SC, anexa parte integrante desta Resolução;

Art.2º) Todas as alterações sugeridas são fruto de embasamento legal, produzidas por Instâncias deliberativas nacional e estadual (CNAS e CEAS/ SC) e se fazem necessárias em caráter emergencial, com aprovação ainda neste ano vigente de 2012.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Outubro de 2012.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de outubro de 2012.

VIVIANE I. F. CALDAS SCHIAVENIN
Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC

Resolução Nº 15 de 30 Outubro 2012ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****RESOLUÇÃO Nº 15 DE 30 OUTUBRO 2012****ALTERAÇÃO DO NOME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, em reunião ordinária realizada no dia 30 de Outubro de 2012, no uso da sua competência de instância deliberativa do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) conforme artigo 16 da Lei Federal nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - LOAS e Lei Municipal nº 2.149 de 20 de Março de 1996, e

Considerando a Lei nº 8.742/ 1993 consolidada com a Lei nº 12.435/ 2011;

Considerando a nota técnica elaborada pela Assistente Social da FECAM, nº 006/2012 que trata da estrutura da política municipal de assistência social, parte integrante desta resolução;

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Alteração da nomenclatura da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, considerando a política de Assistência Social como uma política pública, prevista em nossa Constituição Federal como Direito do Cidadão e Dever do estado, bem como acompanhando toda as legislações posteriores como a LOAS consolidada com a Lei Federal 12.435/2011;

Art.2º)A referida alteração da nomenclatura deverá acontecer ainda neste ano de 2012 sem prejuízo a criação de Secretaria Própria, conforme já deliberado em Resolução deste Conselho (Resolução nº 02 de 26 de Março de 2012).

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Outubro de 2012.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de outubro de 2012.

VIVIANE I. F. CALDAS SCHIAVENIN
Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Portaria Nº 9.402 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.402 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, ODENILSON CONTRAT EHLKE, Registro no Sistema sob nº 954717, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) O Secretário gozará as férias no período de 06 de novembro de 2012 á 31 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.403 de 06 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.403 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE
NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2003; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor II, na função de Professor de Educação Física - ANTONIO MAURI CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000564, Registro no Sistema sob nº 954694, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível 1 Sub-Nível P1 Referência A para Nível 2 Sub-Nível P2 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de julho de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2012, será pago o valor de R\$ 309,93 (trezentos e nove reais, noventa e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2012. Fica retido o valor de R\$ 38,31 (trinta e oito reais, trinta e um centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 76,61 (setenta e seis reais sessenta e um centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de

novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.404 de 06 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.404 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema Sob nº 443000, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência B no valor de R\$ 911,95 (novecentos e onze reais, noventa e cinco centavos), mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 28 de outubro de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2012, será pago o valor de R\$ 23,63 (vinte e três reais, sessenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2012. Fica retido o valor de R\$ 2,92 (dois reais, noventa e dois centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 5,84 (cinco reais, oitenta e quatro centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de outubro de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 20/2012 - Saude

Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC
Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 20/2012

Objeto: Contratação através de inexigibilidade de licitação de clínica para prestação de serviços em exames especializados, de acordo com os valores unitários constante de relação, parte integrante do processo.de inexigibilidade de licitação nº 20/2012.

Contratada: Multimagem S/C Ltda.

Justificativa para escolha do fornecedor: Única clínica de imagem na microregião que o Município de Campo Alegre integra, não sendo viável o encaminhamento de pacientes para outras cidades.

Reserva-se o valor global de R\$ 13.000,00 como previsão de gastos com tais exames.

Base Legal: Inexigibilidade de Licitação com fulcro no Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Campo Alegre, 23 de agosto de 2012.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 23/2012 - Saude

Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 23/2012

Objeto: Contratação através de inexigibilidade de licitação de Laboratório para prestação de serviços em exames de laboratório, de acordo com os valores unitários constante de relação, parte integrante do processo.de inexigibilidade de licitação nº 23/2012.

Contratada: Laboratório de Análises Clínicas Santos & Ruckl SS.

Justificativa para escolha do fornecedor: Único laboratório de análises sediado no Município de Campo Alegre, sendo inviável o deslocamento dos pacientes para outros Municípios.

Reserva-se o valor global de R\$ 6.500,00 como previsão de gastos com tais exames.

Base Legal: Inexigibilidade de Licitação com fulcro no Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Campo Alegre, 10 de outubro de 2012.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 25/2012 - Saude

Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 25/2012

Objeto: Contratação através de inexigibilidade de licitação de Laboratório para prestação de serviços em exames de laboratório, de acordo com os valores unitários constante de relação, parte integrante do processo.de inexigibilidade de licitação nº 25/2012.

Contratada: Laboratório de Análises Clínicas Santos & Ruckl SS.

Justificativa para escolha do fornecedor: Único laboratório de análises sediado no Município de Campo Alegre, sendo inviável o deslocamento dos pacientes para outros Municípios.

Reserva-se o valor global de R\$ 5.283,00 como previsão de gastos com tais exames.

Base Legal: Inexigibilidade de Licitação com fulcro no Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Campo Alegre, 01 de novembro de 2012.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 26/2012 - Saude

Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2012

Objeto: Contratação através de inexigibilidade de licitação de clínica para prestação de serviços em exames especializados, de acordo com os valores unitários constante de relação, parte integrante do processo de inexigibilidade de licitação nº 26/2012.

Contratada: Multimagem S/C Ltda.

Justificativa para escolha do fornecedor: Única clínica de imagem na microregião que o Município de Campo Alegre integra, não sendo viável o encaminhamento de pacientes para outras cidades.

Reserva-se o valor global de R\$ 3.600,00 como previsão de gastos com tais exames.

Base Legal: Inexigibilidade de Licitação com fulcro no Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Campo Alegre, 01 de novembro de 2012.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.617/2012 de 29/10/2012

DECRETO Nº 6.617/2012 DE 29/10/2012

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 100, incisos VIII e XVI da Lei Orgânica;

Considerando a documentação juntada ao processo administrativo nº 38.653;

Com amparo no artigo 4º, inciso II e art. 11 da Lei Federal nº 6.766, c/c art. 8º, inciso II da Lei Estadual nº 6.063, e artigos 55, §2º, 57, inciso III e §4º da Lei Complementar do município nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade do município de Campos Novos - CNPJ 82.939.232/0001-74, com a área de 1.800 m² (hum mil e oitocentos metros quadrados) sem benfeitorias, matriculado no CRI da Comarca sob nº 10.011.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo 1º possui as seguintes confrontações:

Ao norte: com terrenos de Paulo Tessaro, Alcindo de Jesus, Terezinha Zancanaro, Valter Paganini em 60 mais 30 metros;

Ao sul: com a Rua Deputado Iraí Zílio em 75 metros;

Ao leste: com a Rua Manoel Antunes em 15 metros;

Ao oeste: com terrenos de Assis Fogaça e João de Andrada em 30 metros.

Art. 3º. Desmembramento autorizado por este decreto dará origem a 2 (das) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes confrontações e dimensões:

Lote nº 1 - área 450m²

Confrontações:

Norte: em 30m com terrenos de Valter José Paganini;

Sul: em 30m Com a Rua Deputado Iraí Zílio;

Leste: em 15m com a Rua Manoel Antunes;

Oeste: em 15m com o Lote nº 02.

Lote nº 02 - área 1.350m²

Confrontações:

Norte: em 15m com terrenos de Alcindo de Jesus, 15m com terrenos de Dirceu Moreto de Almeida, e 15m com terrenos de Terezinha Zancanaro;

Sul: em 45m com a Rua Deputado Iraí Zílio;

Leste: em 15m com terrenos de Valter José Paganini, e 15m com o Lote nº 01;

Oeste: em 30m com terrenos do patrimônio público do município.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no art. 3º deste decreto, que integram o mesmo.

Art. 5º. Ficam os tabelionatos, e Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro do imóvel, objeto do presente desmembramento.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

29 de outubro de 2012

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Correção do Extrato do Contrato 10/2012 Auto Elite

ALTERAÇÃO PARA CORREÇÃO DO VALOR EM 10/2012.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2012 PROCESSO 07/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - FUNDO AGROPECUÁRIO

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I. Conforme descrição do anexo I. RECURSO FEDERAL, CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA PRAGRAMA PRONAT CONVÊNIO 764.875/2011.

VALOR: R\$ 36.708,88 (trinta e seis mil, setecentos e oito reais e oitenta e oito centavos). Referente ao lote 01.

VIGÊNCIA: 31/12/2012 - DATA: 20/07/2012 - CONTRATO: 10/2012

Edital de Publicação Nº 40/2012 - CM

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 40/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Tiradentes (Trecho Rua Nilton Rodrigues Arruda até Rua Felicita Bresola); Rua Felicita Brezola (Trecho Rua João Cordeiro Dos Santos até Rua Frei Rogério); Rua Frei Rogério (Trecho Rua Francisco Danilo Valenti até Rua Zenóbio Falcão); Rua Dorcílio Crispin Corrêa (Trecho Rua Marechal Deodoro até Rua Frei Rogério); Rua Elizio José Biolchi (Trecho Rua Beatriz

Alves Dos Santos até Rua Tiradentes); Rua Felicita Bresola (Trecho Rua Frei Rogério até Rua Marechal Deodoro); Rua Agenor Farias (Trecho Rua Frei Rogério até Rua Marechal Deodoro). numa extensão de 1096,80 m/l, com 7.486,00 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 203.901,00 (duzentos e três mil novecentos e um reais), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 360.175,59 (trezentos e sessenta mil cento e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 30,00 (trinta reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 360.175,59 (trezentos e sessenta mil cento e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 203.901,00 (duzentos e três mil novecentos e um reais)

Valor Total da Obra: R\$ 564.076,59 (quinhentos e sessenta e quatro mil e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 564.076,59 (quinhentos e sessenta e quatro mil e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final

da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.745 de 18/04/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, de 06 Novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Felicita Bresola

- (Trecho Rua Frei Rogério até Rua Mal. Deodoro)

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

b) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

2. Rua Elizio José Biolchi

- (Trecho Rua Beatriz Alves Dos Santos até Rua Tiradentes)

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 22,41

d) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 39,21

3. Rua Dorcílio Crispin Corrêa

- (Trecho Rua Mal. Deodoro até Rua Frei Rogério)

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 13,79

f) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 24,13

4. Rua Frei Rogério

- (Trecho Rua Zenóbio Falcão até Rua Felicita Bresola)

g) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

h) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

- (Trecho Rua Felicita Bresola até Rua Dorcílio Crispin Correa)

i) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

j) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

- (Trecho Rua Dorcílio Crispin Correa até Rua Agenor Farias)

k) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 13,79

l) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 24,13

- (Trecho Rua Agenor Farias até Rua Francisco Danilo Valenti)

m) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 18,54

n) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 32,44

5. Rua Felicita Bresola

- (Trecho Rua Frei Rogério até Rua Hercílio Rupp)

o) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

p) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

- (Trecho Rua Hercílio Rupp até Rua João Cordeiro Dos Santos)

q) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

r) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

6. Rua Tiradentes

- (Trecho Rua Nilton Rodrigues Arruda até Rua Elizio José Biolchi)

s) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

t) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

- (Trecho Rua Elizio José Biolchi até Rua Severino Devilla)

u) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

v) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

- (Trecho Rua Severino Devilla até Rua Zenóbio Falcão)

w) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

x) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

- (Trecho Rua Zenóbio Falcão até Rua felicita Bresola)

y) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 11,83

z) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 20,70

7. Rua Agenor Farias

- (Trecho Rua Mal. Deodoro até Rua Frei Rogério)

aa) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 16,50

bb) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 28,87

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.



Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro
www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Ruas: Tiradentes [Trecho Rua Nilton Rodrigues Arruda até Rua Felicita Bresola]; Rua Felicita Bresola [Trecho Rua João Cordeiro Dos Santos até Rua Frei Rogério]; Rua Frei Rogério [Trecho Rua Francisco Danilo Valenti até Rua Zenóbio Falcão]; Rua Dorcílio Crispin Correa [Trecho Rua Marechal Deodoro até Rua Frei Rogério]; Rua Elizio José Biolchi [Trecho Rua Beatriz Alves Dos Santos até Rua Tiradentes]; Rua Felicita Bresola [Trecho Rua Frei Rogério até Rua Marechal Deodoro]; Rua Agenor Farias [Trecho Rua Frei Rogério até Rua Marechal Deodoro].

Valor Total da Obra (R\$):	R\$	564.076,59
Participação Prefeitura (%):		63,85%
Saldo (R\$):	R\$	360.175,59
Total em m ² :		7.486,00
Valor do m ² :	R\$	30,00
Extensão (m):		1.096,80

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Rua Agenor Farias			
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	103,60	R\$ 3.108,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	61,60	R\$ 1.848,00
Francisco Antonio Camargo	ESQUERDO	124,00	R\$ 3.720,00
Gesmar De Moura	DIREITO	31,60	R\$ 948,00
Eloir Sartori E Paula	DIREITO	19,40	R\$ 582,00
Junior Luiz Romio	DIREITO	19,40	R\$ 582,00
Zortéa Const. E Com. LTDA	DIREITO	19,40	R\$ 582,00
Maria Teresa M. Bogoni	DIREITO	19,40	R\$ 582,00
Zortéa Const. E Com. LTDA	DIREITO	19,40	R\$ 582,00
Zortéa Const. E Com. LTDA	DIREITO	19,40	R\$ 582,00
Fernando De Sá Michelin	DIREITO	32,00	R\$ 1.440,00
Fernando De Sá Michelin	DIREITO	100,00	R\$ 4.500,00
Rua Tiradentes			
Miguel Wilpert	ESQUERDO	172,00	R\$ 5.160,00
Joel Peres De Macedo e Fátima De Macedo	ESQUERDO	76,00	R\$ 2.280,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	ESQUERDO	288,00	R\$ 8.640,00
Videcar LTDA.	ESQUERDO	236,00	R\$ 7.080,00
Ivo Braga	DIREITO	125,00	R\$ 3.750,00
Darci José Rodrigues	DIREITO	54,40	R\$ 1.632,00
Darci Moresco	DIREITO	58,00	R\$ 1.740,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	DIREITO	128,00	R\$ 3.840,00
Airton Antunes Da Silva	DIREITO	28,00	R\$ 840,00
Sebastião De Jesus Cordeiro	DIREITO	78,40	R\$ 2.352,00
Daniel Agostinho Carvalho	DIREITO	72,00	R\$ 2.160,00
João Ozório De Moraes	DIREITO	43,20	R\$ 1.296,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	DIREITO	120,00	R\$ 3.600,00
Rua Felicita Bresola			
Alcides De Jesus	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.800,00
Ademir Antonio Rostoli	ESQUERDO	90,00	R\$ 2.700,00
Jorge Valmor Ferreira	ESQUERDO	90,00	R\$ 2.700,00
Herdeiros De Dorcilio C. Correa	ESQUERDO	100,00	R\$ 3.000,00
Lima Cordeiro	ESQUERDO	56,00	R\$ 1.680,00
Julio Cesar R. De Camargo	ESQUERDO	56,00	R\$ 1.680,00
Ronaldo Suppi	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Ronaldo Suppi	ESQUERDO	76,00	R\$ 2.280,00
João Maria Ribeiro	ESQUERDO	72,00	R\$ 2.160,00
Herdeiros De Dorcilio C. Correa	DIREITO	68,00	R\$ 2.040,00
Juvenal Ferreira Terres	DIREITO	104,00	R\$ 3.120,00
Nelci Saugo	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Liris De Campos Moreira	DIREITO	120,00	R\$ 3.600,00
Adriano Xavier Almeida	DIREITO	53,00	R\$ 1.590,00
Aginaldo Pedrosa De Souza	DIREITO	30,60	R\$ 918,00
Dirceu M. De Almeida	DIREITO	30,60	R\$ 918,00
Dario Salvador Correa	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Dario Salvador Correa	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Dario Salvador Correa	DIREITO	100,00	R\$ 3.000,00
Rua Dorcilio Crispin Correa			
Antonio Candido Contini	DIREITO	96,00	R\$ 2.880,00
Marciane Fabiola Fagundes	DIREITO	96,00	R\$ 2.880,00
João Vilmar De Oliveira	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
André Felipe Moreira	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	103,60	R\$ 3.108,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	61,60	R\$ 1.848,00
Francisco Antonio Camargo	ESQUERDO	124,00	R\$ 3.720,00
Rua Frei Rogério			
Prefeitura Municipal De Campos Novos	ESQUERDO	4,00	R\$ 120,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	ESQUERDO	65,20	R\$ 1.956,00
José Lauro Magrinelli	ESQUERDO	392,00	R\$ 11.760,00
Gilson Moretto	ESQUERDO	41,60	R\$ 1.248,00
Antonio Candido Contini	ESQUERDO	40,00	R\$ 1.200,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.400,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.400,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.400,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	ESQUERDO	52,00	R\$ 1.560,00
Gesmar De Moura	ESQUERDO	88,00	R\$ 2.640,00
Katia Carboni	ESQUERDO	51,60	R\$ 1.548,00
Elói José Zortéa	ESQUERDO	18,30	R\$ 549,00
Sérgio Frano	ESQUERDO	51,60	R\$ 1.548,00
Aglaúrid Surdi E Ivete S. De M. Surdi	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
Mariano Batista Cardoso	DIREITO	40,80	R\$ 1.224,00
Ernestina Dos Santos Pereira	DIREITO	42,00	R\$ 1.260,00
João Maria Ribeiro	DIREITO	72,00	R\$ 2.160,00
Dario Salvador Correa	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
Abel Jani Da Silva	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
Anilto Isaias De Oliveira	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
David Antonio Devilla	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
Maira Cristina A. H. Lemos	DIREITO	56,00	R\$ 1.680,00
Maira Cristina A. H. Lemos	DIREITO	56,00	R\$ 1.680,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	DIREITO	64,00	R\$ 1.920,00
Estrutural Zortéa Ind. e Com. LTDA	DIREITO	64,00	R\$ 1.920,00
Eny Moresco	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Eny Moresco	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Daniilo Moresco	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Rua Felicita Bresola			
Prefeitura Municipal De Campos Novos	ESQUERDO	56,00	R\$ 1.680,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.800,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.800,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	ESQUERDO	120,00	R\$ 3.600,00
Clovis Daniel Bozzo	DIREITO	40,00	R\$ 1.200,00
Claudemir Pessoli	DIREITO	40,00	R\$ 1.200,00
Agenor Do Nascimento	DIREITO	60,00	R\$ 1.800,00
Albino Da Silva	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Ana Elito E Gisele Maria Prigol	DIREITO	84,00	R\$ 2.520,00
Gustavo H. Pinto Tonietto e Jane	DIREITO	40,00	R\$ 1.200,00
Rua Elizio José Biolchi			
Joel Peres De Macedo E Fátima De Macedo	ESQUERDO	140,00	R\$ 4.200,00
Prefeitura Municipal De Campos Novos	DIREITO	152,00	R\$ 4.560,00
TOTAL			203.901,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Canoinhas

PREFEITURA

Portaria Nº 015/2012 - FME

PORTARIA Nº 015/2012 - FME

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005 e através da Portaria nº 481/2008, RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA DOS PROCESSOS SELETIVOS PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2012 - FME

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora dos Processos Seletivos, previsto no Edital Nº 002/2012, visando à contratação temporária de Técnicos Esportivos.

- DIRCÉLIA DOS SANTOS LIMA
- BRUNA SZCZYGIEL KOHLER
- ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 06 de novembro de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 07/11/2012.

Publicação da Alteração do Edital de Pregão Presencial Nº FMS 12/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ALTERAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO N.º FMS 33/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 12/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, torna público que o edital acima foi modificado, sendo alterada a documentação exigida no item 11.6 Qualificação Técnica (art.30 Lei Fed. 8.666/93 e alt.), sendo suprimido o item 11.6.7. Diante disto a data de entrega e abertura dos envelopes foi transferida para o dia 23 de novembro de 2012, sendo a entrega até às 09h00min horas e abertura às 09h05min do mesmo dia. Informações fone (047) 3621-7705. Cópia do edital alterado no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Presidente do Fundo

Abertura das Inscrições ao Teste Seletivo Previsto No Edital Nº 0002/2012/FME

Estado de Santa Catarina

Fundação Municipal de Esportes/Canoinhas

ABERTURA DAS INSCRIÇÕES AO TESTE SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 0002/2012/FME

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, SC, torna público

que encontram-se abertas, no período de 07 a 14.11.2012, das 09:00 às 14:00 horas as inscrições ao Teste Seletivo para preenchimento de vagas oriundas da Lei Municipal nº 3883/05 e constantes no referido Edital.

Local: Fundação Municipal de Esportes, sito a Rua 03 de maio, nº 189, Centro, Canoinhas, SC.

Realização das Provas e horário:

ESCRITAS: Serão realizadas no dia 20 de novembro de 2012, nas dependências da Fundação Universidade do Contestado - FunC, localizada a Rua Roberto Elke, nº86, Centro, Canoinhas, SC, com início as 09 horas e término as 12horas.

As inscrições efetivadas até 14 de novembro de 2012 serão homologadas até o dia 19/11/2012.

Informações: (47) 3622-5341 ou diretamente na Sede da FME/SC, falar com Bruna Kohler.

Canoinhas, 06 de novembro de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente Da Fundação Municipal De Esportes

Catanduvas

PREFEITURA

Portaria P/ 5572/12, de 05.11.2012.

PORTARIA P/ 5572/12, de 05.11.2012.

"Prorroga contrato por prazo determinado, TIAGO CAZELLA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a admissão de TIAGO CAZELLA, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, Nível CE 91A, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 30 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A presente medida é de interesse público municipal, vez que o servidor José Carlos Favaro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, 30 horas semanais, nomeado pela Portaria P/ 3420/03, se encontra afastado das atividades mediante licença médica para tratamento de saúde sendo necessária a presente medida para evitar solução de continuidade nos trabalhos essenciais inerentes à atividade da medicina veterinária para o Município.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/ 5534/12, elevando-o até 31/12/2012.

Catanduvas, 05 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5534/12.

Portaria P/5570/12, de 05.11.2012.

PORTARIA P/5570/12, de 05.11.2012.

"Prorroga contrato por prazo determinado, Leandro Ramires Carneiro"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação de Leandro Ramires Carneiro, ocupante do Cargo de Motorista, Nível CE 36A, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/ 5477/12, elevando-o até 31/12/2012.

Catanduvas, 05 de novembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5477/12.

Portaria P/5571/12, de 05.11.12

PORTARIA P/5571/12, de 05.11.12

"Exonera a pedido,

Antonio Silvio Wasmann"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

R e s o l v e

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), Antonio Silvio Wasmann, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE-56A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato atende pedido do (a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 05 de novembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5136/11

Portaria P/5573/12, de 05.11.2012

PORTARIA P/5573/12, de 05.11.2012

"Revoga Portaria anterior de Servidor"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

R e s o l v e

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/5569/12, que designou o(a) Servidor(a) Claudinei Antonio Sella, Nível CC-01, matrícula nº 1406, delegando e outorgando poderes para conferir e assinar documentos referentes ao Município de Catanduvas-SC.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 02 de novembro de 2012.

Catanduvas, 05 de novembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5569/12

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0089/2012 - Edital de Dispensa Nº 0005/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0089/2012

Edital de Dispensa Nº 0005/2012

Objeto: Contratação de empresa para conserto (peças e serviços - relação anexa) de veículo de terceiro conforme termo de acordo indenizatório relativo ao veículo GOL 1.0 2011/2011 Chassi 9BWA-A05U7BP192126 Placa - MJG2162 R.324571020 em período de garantia - de propriedade de Rosane Zanchetta.

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7 horas às 13 horas, de segunda a sexta feira, ou pelo telefone (49) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 07 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN.

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação - Processo Nr.: 0089/2012 - Licitação Nr.: 0005/2012 - Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato do(a) Senhor(a), que dispensou a licitação, com fundamento do art. 24, inciso XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

a) Processo Nr.: 0089/2012

b) Licitação Nr.: 0005/2012 - Dispensa de Licitação

c) Modalidade : Dispensa de Licitação

d) Objeto : Contratação de empresa para conserto (peças e serviços - relação anexa) de veículo de terceiro conforme termo de acordo indenizatório relativo ao veículo GOL 1.0 2011/2011 Chassi 9BWAA05U7BP192126 Placa - MJG2162 R.324571020 em período de garantia - de propriedade de Rosane Zanchetta.

e) Fornecedores.:252- JOAÇABA AUTO LTDA, no(s) item(ns) 01, com um valor total de R\$ 9.500,00(nove mil e quinhentos reais).

f) Valor Total.: R\$ 9.500,00.

Publique-se.

CATANDUVAS, 07 de novembro de 2012.

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata da Portaria 367/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1112 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 06.11.2012, p.28, Portaria n. 367/2012,

Onde se lê:

Suplente: João Nunes França

Leia-se:

Suplente: João Nunes de Almeida

Os demais dados permanecem inalterados.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
07 DE NOVEMBRO DE 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 44/2012, de 6 de Outubro de 2012..
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 44/2012, DE 6 DE OUTUBRO DE 2012.

Extingue a cota da Pensão por Morte concedida ao senhor LUCAS URBANSKI BENDER.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 86, II, da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Em face do implemento da maioria do senhor LUCAS URBANSKI BENDER, pensionista do senhor ALVÍCIO BENDER, extinguir a cota da Pensão por Morte concedida através do Decreto nº 499/2000, de 17 de agosto de 2000.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, a Pensão por Morte passa a ser rateada entre as pensionistas remanescentes, senhoras DOLÍVIA GUIMARÃES e REGINA APARECIDA BENDER.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 9 de outubro de 2012.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 6 de outubro de 2012.

MARGARETE PECINI
Agente Administrativo

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 39/2012 - PMC
MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2012 - PMC

A Secretaria Municipal de Administração torna público que ratificou

o ato da senhora Elisete Maria Pedott, Diretora de Administração, que Dispensou a licitação, nos termos do Inciso XXII, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para despesas com consumo de energia elétrica não previstas para o início do exercício de 2012, a favor da empresa CELESC DISTRIBUIDORA S.A, no valor total estimado de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais).

Concórdia, SC, 05 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 510/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.
DECRETO Nº 510/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011, de 08 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.1.90.00.00.00.00 0.3.00.02 Aplicações Diretas 220.000,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
07.001 Divisão de Serviços Públicos
015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.1.90.00.00.00.00 0.3.00.00 Aplicações Diretas 140.000,00
TOTAL 360.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.00.00 Recursos Ordinários no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), e fonte 03.00.02 Rec. de Imp. E de Transf. Imp. Saúde no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 22 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 511/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº 511/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011, de 08 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

09.000 Secretaria Municipal Assistência Social, Trabalho e Habitação

09.001 Manutenção da Assistência Social

008.244.0064.2011 Manutenção do Departamento de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 0.3.00.00 Aplicações Diretas 4.300,00

TOTAL 4.300,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.00.00 Recursos Ordinários no valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 22 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 508/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 508/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011, de 08 de dezembro de 2011, DECRETA:

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares em favor da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá, até o limite do valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

15.000 Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

15.002 Divisão de Turismo

023.695.0070.2007 Manutenção da Divisão de Turismo

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 40.000,00

15.000 Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

15.003 Divisão de Cultura e Lazer

023.695.0070.2007 Incentivo à Cultura do Município
3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 9.000,00

TOTAL 49.000,00

ART. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$

15.000 Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

15.002 Divisão de Turismo

023.695.0070.2007 Manutenção da Divisão de Turismo

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 40.000,00

15.000 Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

15.003 Divisão de Cultura e Lazer

023.695.0070.2007 Incentivo à Cultura do Município

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 9.000,00

TOTAL 49.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

20 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social


www.ciga.sc.gov.br
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Curitibanos

CÂMARA MUNICIPAL

Balancete de Verificação - Outubro/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 1/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.641.265,86D	788.603,03	589.208,35	4.840.660,54D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	197.447,26D	149.990,99	100.587,30	246.850,95D
1.1.1		DISPONIVEL	197.447,26D	149.990,99	100.587,30	246.850,95D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	197.447,26D	149.990,99	100.587,30	246.850,95D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	197.447,26D	149.990,99	100.587,30	246.850,95D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	197.447,26D	149.990,99	100.587,30	246.850,95D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	197.447,26D	149.990,99	100.587,30	246.850,95D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	197.447,26D	149.990,99	100.587,30	246.850,95D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9411)	F	BANCO DO BRASIL S/A - C/C 27940-4	106,01D	0,00	0,00	106,01D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (24632)	F	BANCO DO BRASIL S.A - MOVIMENTO 27.800-9	197.341,25D	149.990,99	100.587,30	246.744,94D
1.2		ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2		CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2.4		CREDITOS A RECEBER	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2.4.2		ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2.4.2.00.00.03		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2010	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.03.99		ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.03.99.0012 (89207)	F	ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.04		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2011	239.637,37D	0,00	0,00	239.637,37D
1.2.2.4.2.00.00.04.99		VALDECI GARCIA	239.637,37D	0,00	0,00	239.637,37D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0001 (89208)	F	ANA MARIA CORREA CARVALHO	157.373,92D	0,00	0,00	157.373,92D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0002 (89209)	F	ROQUE STANGUERLIN	4.187,12D	0,00	0,00	4.187,12D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0003 (89210)	F	PAULO ROBERTO HALLA	4.037,71D	0,00	0,00	4.037,71D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0004 (89211)	F	LUIZ A T CEOLLA	1.248,92D	0,00	0,00	1.248,92D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0005 (89212)	F	OSNI RIGHES	2.310,02D	0,00	0,00	2.310,02D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0006 (89213)	F	IZABEL PADILHA	576,80D	0,00	0,00	576,80D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0007 (89214)	F	JOSETE IVANA ALMEIDA CLOSS	1.954,73D	0,00	0,00	1.954,73D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0008 (89215)	F	VALDECI GARCIA	65.512,79D	0,00	0,00	65.512,79D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0009 (89216)	F	VALDIR PICOLI	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0010 (89217)	F	ROGERIO MACHADO	663,29D	0,00	0,00	663,29D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0011 (89218)	F	JANIA FERNANDES DE OLIVEIRA	772,07D	0,00	0,00	772,07D
1.4		ATIVO PERMANENTE	583.714,25D	0,00	0,00	583.714,25D
1.4.2		IMOBILIZADO	583.714,25D	0,00	0,00	583.714,25D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	583.714,25D	0,00	0,00	583.714,25D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	434.287,77D	0,00	0,00	434.287,77D
1.4.2.1.1.91 (8534)	P	OBRAS EM ANDAMENTO	422.647,77D	0,00	0,00	422.647,77D
1.4.2.1.1.92 (8535)	P	INSTALAÇÕES	11.640,00D	0,00	0,00	11.640,00D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	149.426,48D	0,00	0,00	149.426,48D
1.4.2.1.2.12 (8548)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	369,00D	0,00	0,00	369,00D
1.4.2.1.2.18 (8552)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	2.198,00D	0,00	0,00	2.198,00D
1.4.2.1.2.30 (8559)	P	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	113,00D	0,00	0,00	113,00D
1.4.2.1.2.33 (8561)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	2.829,00D	0,00	0,00	2.829,00D
1.4.2.1.2.34 (8562)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	60.205,23D	0,00	0,00	60.205,23D
1.4.2.1.2.35 (8563)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	44.911,85D	0,00	0,00	44.911,85D
1.4.2.1.2.39 (8566)	P	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	634,50D	0,00	0,00	634,50D
1.4.2.1.2.42 (8568)	P	MOBILIARIO EM GERAL	35.227,90D	0,00	0,00	35.227,90D
1.4.2.1.2.51 (8573)	P	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	667,00D	0,00	0,00	667,00D
1.4.2.1.2.99 (8597)	P	OUTROS BENS MOVEIS	2.271,00D	0,00	0,00	2.271,00D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 2/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.508.383,68D	638.612,04	488.621,05	3.658.374,67D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (8932)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.365.973,03D	638.612,04	488.621,05	1.515.964,02D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.365.973,03D	638.612,04	488.621,05	1.515.964,02D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.365.973,03D	638.612,04	488.621,05	1.515.964,02D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.365.973,03D	638.612,04	488.621,05	1.515.964,02D
1.9.3.2.9.02.01 (89170)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	382.859,98C	446.166,91	91.857,83	28.550,90C
1.9.3.2.9.02.02 (89171)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	580.307,24D	91.857,83	396.763,22	275.401,85D
1.9.3.2.9.02.03 (89172)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.168.525,77D	100.587,30	0,00	1.269.113,07D
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1.99.00.10		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2010	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.10.99		ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.10.99.0012 (89247)	C	ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.11		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2011	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.9.9.1.1.99.00.11.99		VARDECI GARCIA	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0001 (89250)	C	ANA MARIA CORREA CARVALHO	157.373,92D	0,00	0,00	157.373,92D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0002 (89251)	C	ROQUE STANGUERLIN	4.187,12D	0,00	0,00	4.187,12D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0003 (89252)	C	PAULO ROBERTO HALLA	4.037,71D	0,00	0,00	4.037,71D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0004 (89253)	C	LUIZ A T CEOLLA	1.248,92D	0,00	0,00	1.248,92D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0006 (89255)	C	IZABEL PADILHA	576,80D	0,00	0,00	576,80D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0007 (89256)	C	JOSETE IVANA ALMEIDA CLOSS	1.954,73D	0,00	0,00	1.954,73D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0008 (89257)	C	VALDECI GARCIA	65.512,79D	0,00	0,00	65.512,79D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0010 (89259)	C	ROGERIO MACHADO	663,29D	0,00	0,00	663,29D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0011 (89260)	C	JANIA FERNANDES DE OLIVEIRA	772,07D	0,00	0,00	772,07D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 3/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.276.376,62C	699.870,61	846.946,32	4.423.452,33C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	233.237,30C	118.080,99	115.165,71	230.322,02C
2.1.1		DEPOSITOS	98.445,86C	21.015,16	17.984,68	95.415,38C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	94.190,43C	20.498,71	17.493,69	91.185,41C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	24.284,09C	4.733,70	4.951,96	24.502,35C
2.1.1.1.1.02		INSS	24.284,09C	4.733,70	4.951,96	24.502,35C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9437)	F	I. N. S. S	19.550,39C	0,00	0,00	19.550,39C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0002 (24637)	F	I.N.S.S. FOLHA	4.733,70C	4.733,70	4.951,96	4.951,96C
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	61.308,41C	3.683,74	3.683,74	61.308,41C
2.1.1.1.4.02		ISS	0,00	9,88	9,88	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (27388)	F	ISS RETIDO	0,00	9,88	9,88	0,00
2.1.1.1.4.04		IRRF/GDF	61.308,41C	3.673,86	3.673,86	61.308,41C
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0001 (9438)	F	I. R. R. F.	61.308,41C	0,00	0,00	61.308,41C
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0002 (24640)	F	I.R.R.F. FOLHA	0,00	3.673,86	3.673,86	0,00
2.1.1.1.5		PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	1.922,04C	2.589,01	2.589,01	1.922,04C
2.1.1.1.5.00.00.00.00.0001 (9439)	F	UNIMED	1.922,04C	0,00	0,00	1.922,04C
2.1.1.1.5.00.00.00.00.0002 (9440)	F	IPESMUC	0,00	2.589,01	2.589,01	0,00
2.1.1.1.8		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.893,15D	7.670,51	4.447,23	14.116,43D
2.1.1.1.8.00.00.00.01 (24635)	F	CONSIGNAÇÕES CAIXA ECON. FEDERAL	10.893,15D	7.670,51	4.447,23	14.116,43D
2.1.1.1.9		DIVERSOS CONSIGNATARIOS	17.569,04C	1.821,75	1.821,75	17.569,04C
2.1.1.1.9.04		SINDICATOS	1.291,45C	1.004,25	1.004,25	1.291,45C
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0001 (9441)	F	CONTRIBUICAO SINDICAL	432,22C	0,00	0,00	432,22C
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0002 (9442)	F	SINDICATO - FUNC. PUBLICOS	859,23C	0,00	0,00	859,23C
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0003 (24642)	F	MENSALIDADE SINDICAL	0,00	212,54	212,54	0,00
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0004 (24643)	F	UNIMED - SINDICATO	0,00	791,71	791,71	0,00
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	16.277,59C	817,50	817,50	16.277,59C
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (9444)	F	DEMAIS RETENCOES	16.277,59C	0,00	0,00	16.277,59C
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0005 (24633)	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	817,50	817,50	0,00
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.255,43C	516,45	490,99	4.229,97C
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	4.255,43C	516,45	490,99	4.229,97C
2.1.1.4.9.99		OUTROS DEPOSITOS	4.255,43C	516,45	490,99	4.229,97C
2.1.1.4.9.99.00.00.00.0001 (89175)	F	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA 2011	3.738,98C	0,00	0,00	3.738,98C
2.1.1.4.9.99.00.00.00.0002 (27414)	F	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	516,45C	516,45	490,99	490,99C
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	134.791,44C	97.065,83	97.181,03	134.906,64C
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	134.791,44C	97.065,83	97.181,03	134.906,64C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	3.364,25C	8.125,59	7.824,11	3.062,77C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	1.095,05C	8.125,59	7.824,11	793,57C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	1.095,05C	8.125,59	7.824,11	793,57C
2.1.2.1.1.02		DO EXERCICIO ANTERIOR	2.269,20C	0,00	0,00	2.269,20C
2.1.2.1.1.02.00.03		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - LEGISLATIVO	2.269,20C	0,00	0,00	2.269,20C
2.1.2.1.1.02.00.03.00.0002 (27382)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR PROC.-LEGISL. - 2011	2.269,20C	0,00	0,00	2.269,20C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	4.788,99C	73.770,55	73.770,55	4.788,99C
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	73.770,55	73.770,55	0,00
2.1.2.1.2.02		DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.788,99C	0,00	0,00	4.788,99C
2.1.2.1.2.02.00.03		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - LEGISLATIVO	4.788,99C	0,00	0,00	4.788,99C
2.1.2.1.2.02.00.03.00.0001 (27405)	F	PESSOAL-RESTOS A PAGAR PROCESSADOS-LEGISL. - 2011	4.788,99C	0,00	0,00	4.788,99C
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	81.985,77C	15.169,69	15.586,37	82.402,45C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 4/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.2.1.3.01		INSS	81.985,77C	9.991,68	10.408,36	82.402,45C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCICIO	9.991,68C	9.991,68	10.408,36	10.408,36C
2.1.2.1.3.01.00.03		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - LEGISLATIVO	71.994,09C	0,00	0,00	71.994,09C
2.1.2.1.3.01.00.03.00.0001 (27408)	F	INSS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS-LEGISL. - 2011	71.994,09C	0,00	0,00	71.994,09C
2.1.2.1.3.08		CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	0,00	5.178,01	5.178,01	0,00
2.1.2.1.3.08.00.01		CONTRIBUIÇÃO AO RPPS DO EXERCICIO	0,00	5.178,01	5.178,01	0,00
2.1.2.1.3.08.00.01.00.0001 (12516)	F	I.P.E.S.M.U.C	0,00	5.178,01	5.178,01	0,00
2.1.2.1.6		RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02		RESTOS A PAGAR	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02.02		NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02.02.03		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS-LEGISLATIVO	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02.02.03.00.0002 (27383)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR NÃO PROC.LEGISL. - 2011	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	534.755,64C	0,00	0,00	534.755,64C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	534.755,64C	0,00	0,00	534.755,64C
2.4.1.1 (8136)	P	PATRIMONIO	534.755,64C	0,00	0,00	534.755,64C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.508.383,68C	581.789,62	731.780,61	3.658.374,67C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	1.794.000,00C	581.789,62	581.789,62	1.794.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	736.742,38C	581.789,62	484.723,79	639.676,55C
2.9.2.1.1 (8360)	O	CREDITO DISPONIVEL	378.585,71C	91.366,84	296.175,92	583.394,79C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	358.156,67C	490.422,78	188.547,87	56.281,76C
2.9.2.1.3.01 (8766)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	347.069,94C	393.356,95	91.366,84	45.079,83C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	11.086,73C	97.065,83	97.181,03	11.201,93C
2.9.2.1.3.02.01 (9084)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	11.086,73C	97.065,83	97.181,03	11.201,93C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	1.057.257,62C	0,00	97.065,83	1.154.323,45C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	1.057.257,62C	0,00	97.065,83	1.154.323,45C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	1.057.257,62C	0,00	97.065,83	1.154.323,45C
2.9.2.4.1.04.03 (9111)	O	VALORES PAGOS	1.057.257,62C	0,00	97.065,83	1.154.323,45C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.365.973,03C	0,00	149.990,99	1.515.964,02C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.365.973,03C	0,00	149.990,99	1.515.964,02C
2.9.3.2.9 (89174)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.365.973,03C	0,00	149.990,99	1.515.964,02C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	348.410,65C	0,00	0,00	348.410,65C
2.9.9.1 (8155)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	348.410,65C	0,00	0,00	348.410,65C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 5/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.068.344,35D	97.181,03	0,00	1.165.525,38D
3.3		DESPESAS CORRENTES	1.044.215,83D	97.181,03	0,00	1.141.396,86D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	885.269,83D	89.356,92	0,00	974.626,75D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	885.269,83D	89.356,92	0,00	974.626,75D
3.3.1.9.0.04		Contratacao por Tempo Determinado	112.712,58D	13.167,34	0,00	125.879,92D
3.3.1.9.0.04.99 (24652)	F	Outros Serviços Temporários	112.712,58D	13.167,34	0,00	125.879,92D
3.3.1.9.0.11 (22140)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	632.702,83D	60.603,21	0,00	693.306,04D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	77.997,06D	10.408,36	0,00	88.405,42D
3.3.1.9.0.13.02 (24670)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	77.997,06D	10.408,36	0,00	88.405,42D
3.3.1.9.1		Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Orgã	61.857,36D	5.178,01	0,00	67.035,37D
3.3.1.9.1.13		Contribuição Patronal para o RPPS	61.857,36D	5.178,01	0,00	67.035,37D
3.3.1.9.1.13.03 (24799)	F	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	61.857,36D	5.178,01	0,00	67.035,37D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	158.946,00D	7.824,11	0,00	166.770,11D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	158.946,00D	7.824,11	0,00	166.770,11D
3.3.3.9.0.14		Diarias - Civil	4.325,00D	300,00	0,00	4.625,00D
3.3.3.9.0.14.14 (25819)	F	Diárias no País - Civil	4.325,00D	300,00	0,00	4.625,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	17.668,21D	537,68	0,00	18.205,89D
3.3.3.9.0.30.04 (25839)	F	Gás Engarrafado	154,80D	36,00	0,00	190,80D
3.3.3.9.0.30.07 (25842)	F	Gêneros de Alimentação	2.787,25D	145,84	0,00	2.933,09D
3.3.3.9.0.30.16 (25851)	F	Material de Expediente	5.718,20D	0,00	0,00	5.718,20D
3.3.3.9.0.30.17 (25852)	F	Material de Processamento de Dados	6.607,95D	0,00	0,00	6.607,95D
3.3.3.9.0.30.21 (25856)	F	Material de Copa e Cozinha	146,66D	0,00	0,00	146,66D
3.3.3.9.0.30.22 (25857)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.770,45D	220,84	0,00	1.991,29D
3.3.3.9.0.30.26 (25861)	F	Material Elétrico e Eletrônico	162,90D	135,00	0,00	297,90D
3.3.3.9.0.30.99 (25888)	F	Outros Materiais de Consumo	320,00D	0,00	0,00	320,00D
3.3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	2.390,04D	0,00	0,00	2.390,04D
3.3.3.9.0.33.01 (25900)	F	Passagens Para o País	409,08D	0,00	0,00	409,08D
3.3.3.9.0.33.99 (25906)	F	Outras Despesas com Locomoção	1.980,96D	0,00	0,00	1.980,96D
3.3.3.9.0.35		Servicos de Consultoria	2.066,00D	642,00	0,00	2.708,00D
3.3.3.9.0.35.01 (25907)	F	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	2.066,00D	642,00	0,00	2.708,00D
3.3.3.9.0.36		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	7.450,00D	0,00	0,00	7.450,00D
3.3.3.9.0.36.35 (25939)	F	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper	7.450,00D	0,00	0,00	7.450,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	115.752,64D	6.344,43	0,00	122.097,07D
3.3.3.9.0.39.01 (25969)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	4.100,00D	0,00	0,00	4.100,00D
3.3.3.9.0.39.11 (25979)	F	Locação de Softwares	10.714,91D	3.142,06	0,00	13.856,97D
3.3.3.9.0.39.12 (25980)	F	Locação de Máquinas e Equipamentos	3.618,49D	0,00	0,00	3.618,49D
3.3.3.9.0.39.17 (25984)	F	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	335,00D	0,00	0,00	335,00D
3.3.3.9.0.39.43 (26003)	F	Serviços de Energia Elétrica	2.914,70D	282,05	0,00	3.196,75D
3.3.3.9.0.39.47 (26007)	F	Serviços de Comunicação em Geral	879,40D	214,22	0,00	1.093,62D
3.3.3.9.0.39.48 (26008)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	980,00D	0,00	0,00	980,00D
3.3.3.9.0.39.57 (26016)	F	Serviços de Processamento de Dados	651,12D	35,00	0,00	686,12D
3.3.3.9.0.39.58 (26017)	F	Serviços de Telecomunicações	11.110,93D	1.482,28	0,00	12.593,21D
3.3.3.9.0.39.59 (26018)	F	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	5.200,00D	650,00	0,00	5.850,00D
3.3.3.9.0.39.63 (26022)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.700,00D	0,00	0,00	1.700,00D
3.3.3.9.0.39.77 (26036)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	2.305,73D	329,39	0,00	2.635,12D
3.3.3.9.0.39.79 (26038)	F	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	52.800,00D	0,00	0,00	52.800,00D
3.3.3.9.0.39.81 (26040)	F	Serviços Bancários	8.238,46D	50,43	0,00	8.288,89D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 6/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.83 (26041)	F	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	4.248,90D	0,00	0,00	4.248,90D
3.3.3.9.0.39.90 (26046)	F	Serviços de Publicidade Legal	2.969,00D	0,00	0,00	2.969,00D
3.3.3.9.0.39.95 (26050)	F	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	185,00D	0,00	0,00	185,00D
3.3.3.9.0.39.97 (26052)	F	Despesas de Teleprocessamento	1.431,00D	159,00	0,00	1.590,00D
3.3.3.9.0.39.99 (26053)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.370,00D	0,00	0,00	1.370,00D
3.3.3.9.0.47		Obrigações Tributárias e Contributivas	1.490,00D	0,00	0,00	1.490,00D
3.3.3.9.0.47.18 (26075)	F	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	1.490,00D	0,00	0,00	1.490,00D
3.3.3.9.0.92		Despesas de Exercícios Anteriores	7.804,11D	0,00	0,00	7.804,11D
3.3.3.9.0.92.30 (26145)	F	Material de Consumo	3.755,50D	0,00	0,00	3.755,50D
3.3.3.9.0.92.39 (26154)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.048,61D	0,00	0,00	4.048,61D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	24.128,52D	0,00	0,00	24.128,52D
3.4.4		INVESTIMENTOS	24.128,52D	0,00	0,00	24.128,52D
3.4.4.9		Aplicações Diretas	24.128,52D	0,00	0,00	24.128,52D
3.4.4.9.0.51		Obras e Instalações	17.760,52D	0,00	0,00	17.760,52D
3.4.4.9.0.51.91 (26965)	F	Obras em Andamento	17.760,52D	0,00	0,00	17.760,52D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	6.368,00D	0,00	0,00	6.368,00D
3.4.4.9.0.52.30 (26985)	F	Máquinas e Equipamentos Energéticos	113,00D	0,00	0,00	113,00D
3.4.4.9.0.52.35 (26989)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	5.635,00D	0,00	0,00	5.635,00D
3.4.4.9.0.52.99 (27010)	F	Outros Equipamentos e Material Permanente	620,00D	0,00	0,00	620,00D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 7/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 8/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3.3.07.03 (9172)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	534.755,64D	0,00	0,00	534.755,64D
5.2.2.3.3.07.04 (9173)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - FINANCEIRO	331.926,53D	0,00	0,00	331.926,53D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 9/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	2.299.915,76C	0,00	149.500,00	2.449.415,76C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	1.369.628,52C	0,00	149.500,00	1.519.128,52C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	1.345.500,00C	0,00	149.500,00	1.495.000,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.345.500,00C	0,00	149.500,00	1.495.000,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.345.500,00C	0,00	149.500,00	1.495.000,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.345.500,00C	0,00	149.500,00	1.495.000,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.02 (24636)	F	Transferência Financeira Recebida do Município	1.345.500,00C	0,00	149.500,00	1.495.000,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	24.128,52C	0,00	0,00	24.128,52C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	24.128,52C	0,00	0,00	24.128,52C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	24.128,52C	0,00	0,00	24.128,52C
6.1.3.1.1.01 (8845)	P	BENS IMOVEIS	17.760,52C	0,00	0,00	17.760,52C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	6.368,00C	0,00	0,00	6.368,00C
6.1.3.1.1.02.01 (9212)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	6.368,00C	0,00	0,00	6.368,00C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	930.287,24C	0,00	0,00	930.287,24C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	884.047,66C	0,00	0,00	884.047,66C
6.2.2.2		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.2.1		ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.2.1.01		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.2.1.01.00.00.00.0001 (27426)	F	Transferencias Recebidas da Prefeitura	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	866.682,17C	0,00	0,00	866.682,17C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	866.682,17C	0,00	0,00	866.682,17C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	866.682,17C	0,00	0,00	866.682,17C
6.2.2.3.3.07.03 (9214)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	514.855,49C	0,00	0,00	514.855,49C
6.2.2.3.3.07.04 (9215)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - FINANCEIROS	351.826,68C	0,00	0,00	351.826,68C
6.2.3		ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	46.239,58C	0,00	0,00	46.239,58C
6.2.3.2		AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	44.730,24C	0,00	0,00	44.730,24C
6.2.3.2.1		VALORIZACOES DE BENS	44.730,24C	0,00	0,00	44.730,24C
6.2.3.2.1.01 (8863)	P	BENS IMOVEIS	44.730,24C	0,00	0,00	44.730,24C
6.2.3.3		DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.509,34C	0,00	0,00	1.509,34C
6.2.3.3.1		DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.509,34C	0,00	0,00	1.509,34C
6.2.3.3.1.05 (8877)	F	RESTOS A PAGAR	1.509,34C	0,00	0,00	1.509,34C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Outubro

Página: 10/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.585.654,67	1.585.654,67	

CURITIBANOS, 06/11/2012

ANGELO SCOLARO

Presidente

EDENILSON RIBEIRO GOMES

Contador CRC SC 30.943/O-5

Balancete De Verificação - Setembro/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 1/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.494.911,25D	570.332,66	423.978,05	4.641.265,86D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	201.109,10D	150.016,45	153.678,29	197.447,26D
1.1.1		DISPONIVEL	201.109,10D	150.016,45	153.678,29	197.447,26D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	201.109,10D	150.016,45	153.678,29	197.447,26D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	201.109,10D	150.016,45	153.678,29	197.447,26D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	201.109,10D	150.016,45	153.678,29	197.447,26D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	201.109,10D	150.016,45	153.678,29	197.447,26D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	201.109,10D	150.016,45	153.678,29	197.447,26D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9411)	F	BANCO DO BRASIL S/A - C/C 27940-4	106,01D	0,00	0,00	106,01D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (24632)	F	BANCO DO BRASIL S.A - MOVIMENTO 27.800-9	201.003,09D	150.016,45	153.678,29	197.341,25D
1.2		ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2		CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2.4		CREDITOS A RECEBER	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2.4.2		ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	351.720,67D	0,00	0,00	351.720,67D
1.2.2.4.2.00.00.03		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2010	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.03.99		ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.03.99.0012 (89207)	F	ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.04		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2011	239.637,37D	0,00	0,00	239.637,37D
1.2.2.4.2.00.00.04.99		VALDECI GARCIA	239.637,37D	0,00	0,00	239.637,37D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0001 (89208)	F	ANA MARIA CORREA CARVALHO	157.373,92D	0,00	0,00	157.373,92D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0002 (89209)	F	ROQUE STANGUERLIN	4.187,12D	0,00	0,00	4.187,12D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0003 (89210)	F	PAULO ROBERTO HALLA	4.037,71D	0,00	0,00	4.037,71D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0004 (89211)	F	LUIZA T CEOLLA	1.248,92D	0,00	0,00	1.248,92D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0005 (89212)	F	OSNI RIGHES	2.310,02D	0,00	0,00	2.310,02D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0006 (89213)	F	IZABEL PADILHA	576,80D	0,00	0,00	576,80D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0007 (89214)	F	JOSETE IVANA ALMEIDA CLOSS	1.954,73D	0,00	0,00	1.954,73D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0008 (89215)	F	VALDECI GARCIA	65.512,79D	0,00	0,00	65.512,79D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0009 (89216)	F	VALDIR PICOLI	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0010 (89217)	F	ROGERIO MACHADO	663,29D	0,00	0,00	663,29D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0011 (89218)	F	JANIA FERNANDES DE OLIVEIRA	772,07D	0,00	0,00	772,07D
1.4		ATIVO PERMANENTE	583.714,25D	0,00	0,00	583.714,25D
1.4.2		IMOBILIZADO	583.714,25D	0,00	0,00	583.714,25D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	583.714,25D	0,00	0,00	583.714,25D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	434.287,77D	0,00	0,00	434.287,77D
1.4.2.1.1.91 (8534)	P	OBRAS EMANDAMENTO	422.647,77D	0,00	0,00	422.647,77D
1.4.2.1.1.92 (8535)	P	INSTALAÇÕES	11.640,00D	0,00	0,00	11.640,00D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	149.426,48D	0,00	0,00	149.426,48D
1.4.2.1.2.12 (8548)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	369,00D	0,00	0,00	369,00D
1.4.2.1.2.18 (8552)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	2.198,00D	0,00	0,00	2.198,00D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 2/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.4.2.1.2.30 (8559)	P	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	113,00D	0,00	0,00	113,00D
1.4.2.1.2.33 (8561)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	2.829,00D	0,00	0,00	2.829,00D
1.4.2.1.2.34 (8562)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	60.205,23D	0,00	0,00	60.205,23D
1.4.2.1.2.35 (8563)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	44.911,85D	0,00	0,00	44.911,85D
1.4.2.1.2.39 (8566)	P	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	634,50D	0,00	0,00	634,50D
1.4.2.1.2.42 (8568)	P	MOBILIARIO EM GERAL	35.227,90D	0,00	0,00	35.227,90D
1.4.2.1.2.51 (8573)	P	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	667,00D	0,00	0,00	667,00D
1.4.2.1.2.99 (8597)	P	OUTROS BENS MOVEIS	2.271,00D	0,00	0,00	2.271,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.358.367,23D	420.316,21	270.299,76	3.508.383,68D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (8932)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	1.794.000,00D	0,00	0,00	1.794.000,00D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.215.956,58D	420.316,21	270.299,76	1.365.973,03D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.215.956,58D	420.316,21	270.299,76	1.365.973,03D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.215.956,58D	420.316,21	270.299,76	1.365.973,03D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.215.956,58D	420.316,21	270.299,76	1.365.973,03D
1.9.3.2.9.02.01 (89170)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	419.273,64C	151.525,79	115.112,13	382.859,98C
1.9.3.2.9.02.02 (89171)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	620.382,74D	115.112,13	155.187,63	580.307,24D
1.9.3.2.9.02.03 (89172)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.014.847,48D	153.678,29	0,00	1.168.525,77D
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1.99.00.10		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2010	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.10.99		ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.10.99.0012 (89247)	C	ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.11		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2011	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.9.9.1.1.99.00.11.99		VARDECI GARCIA	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0001 (89250)	C	ANA MARIA CORREA CARVALHO	157.373,92D	0,00	0,00	157.373,92D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0002 (89251)	C	ROQUE STANGUERLIN	4.187,12D	0,00	0,00	4.187,12D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0003 (89252)	C	PAULO ROBERTO HALLA	4.037,71D	0,00	0,00	4.037,71D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0004 (89253)	C	LUIZ A T CEOLLA	1.248,92D	0,00	0,00	1.248,92D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0006 (89255)	C	IZABEL PADILHA	576,80D	0,00	0,00	576,80D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0007 (89256)	C	JOSETE IVANA ALMEIDA CLOSS	1.954,73D	0,00	0,00	1.954,73D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0008 (89257)	C	VALDECI GARCIA	65.512,79D	0,00	0,00	65.512,79D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0010 (89259)	C	ROGERIO MACHADO	663,29D	0,00	0,00	663,29D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0011 (89260)	C	JANIA FERNANDES DE OLIVEIRA	772,07D	0,00	0,00	772,07D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 3/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.127.319,71C	603.414,56	752.471,47	4.276.376,62C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	234.196,84C	179.296,47	178.336,93	233.237,30C
2.1.1		DEPOSITOS	97.896,93C	24.076,36	24.625,29	98.445,86C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	93.503,26C	23.421,67	24.108,84	94.190,43C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	24.479,92C	4.929,53	4.733,70	24.284,09C
2.1.1.1.1.02		INSS	24.479,92C	4.929,53	4.733,70	24.284,09C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9437)	F	I. N. S. S	19.550,39C	0,00	0,00	19.550,39C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0002 (24637)	F	I.N.S.S. FOLHA	4.753,53C	4.753,53	4.733,70	4.733,70C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0003 (24638)	F	I.N.S.S. AUTÔNOMOS	176,00C	176,00	0,00	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	61.308,41C	6.330,36	6.330,36	61.308,41C
2.1.1.1.4.02		ISS	0,00	1.401,88	1.401,88	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (27388)	F	ISS RETIDO	0,00	1.401,88	1.401,88	0,00
2.1.1.1.4.04		IRRF/GDF	61.308,41C	4.928,48	4.928,48	61.308,41C
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0001 (9438)	F	I. R. R. F.	61.308,41C	0,00	0,00	61.308,41C
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0002 (24640)	F	I.R.R.F. FOLHA	0,00	4.406,48	4.406,48	0,00
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0003 (24641)	F	I.R.R.F. DEMAIS	0,00	522,00	522,00	0,00
2.1.1.1.5		PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	1.922,04C	3.443,89	3.443,89	1.922,04C
2.1.1.1.5.00.00.00.00.0001 (9439)	F	UNIMED	1.922,04C	0,00	0,00	1.922,04C
2.1.1.1.5.00.00.00.00.0002 (9440)	F	IPESMUC	0,00	3.443,89	3.443,89	0,00
2.1.1.1.8		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.776,15D	6.787,51	7.670,51	10.893,15D
2.1.1.1.8.00.00.00.01 (24635)	F	CONSIGNAÇÕES CAIXA ECON. FEDERAL	11.776,15D	6.787,51	7.670,51	10.893,15D
2.1.1.1.9		DIVERSOS CONSIGNATARIOS	17.569,04C	1.930,38	1.930,38	17.569,04C
2.1.1.1.9.04		SINDICATOS	1.291,45C	1.112,88	1.112,88	1.291,45C
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0001 (9441)	F	CONTRIBUICAO SINDICAL	432,22C	0,00	0,00	432,22C
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0002 (9442)	F	SINDICATO - FUNC. PUBLICOS	859,23C	0,00	0,00	859,23C
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0003 (24642)	F	MENSALIDADE SINDICAL	0,00	248,58	248,58	0,00
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0004 (24643)	F	UNIMED - SINDICATO	0,00	864,30	864,30	0,00
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	16.277,59C	817,50	817,50	16.277,59C
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (9444)	F	DEMAIS RETENCOES	16.277,59C	0,00	0,00	16.277,59C
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0005 (24633)	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	817,50	817,50	0,00
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.393,67C	654,69	516,45	4.255,43C
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	4.393,67C	654,69	516,45	4.255,43C
2.1.1.4.9.99		OUTROS DEPOSITOS	4.393,67C	654,69	516,45	4.255,43C
2.1.1.4.9.99.00.00.00.0001 (89175)	F	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA 2011	3.738,98C	0,00	0,00	3.738,98C
2.1.1.4.9.99.00.00.00.0002 (27414)	F	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	654,69C	654,69	516,45	516,45C
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	136.299,91C	155.220,11	153.711,64	134.791,44C
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	136.299,91C	155.220,11	153.711,64	134.791,44C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	4.422,51C	46.078,99	45.020,73	3.364,25C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	643,97C	44.569,65	45.020,73	1.095,05C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 4/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	643,97C	44.569,65	45.020,73	1.095,05C
2.1.2.1.1.02		DO EXERCICIO ANTERIOR	3.778,54C	1.509,34	0,00	2.269,20C
2.1.2.1.1.02.00.03		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - LEGISLATIVO	3.778,54C	1.509,34	0,00	2.269,20C
2.1.2.1.1.02.00.03.00.0002 (27382)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR PROC.-LEGISL. - 2011	3.778,54C	1.509,34	0,00	2.269,20C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	4.788,99C	91.811,48	91.811,48	4.788,99C
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	91.811,48	91.811,48	0,00
2.1.2.1.2.02		DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.788,99C	0,00	0,00	4.788,99C
2.1.2.1.2.02.00.03		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - LEGISLATIVO	4.788,99C	0,00	0,00	4.788,99C
2.1.2.1.2.02.00.03.00.0001 (27405)	F	PESSOAL-RESTOS A PAGAR PROCESSADOS-LEGISL. - 2011	4.788,99C	0,00	0,00	4.788,99C
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	82.435,98C	17.329,64	16.879,43	81.985,77C
2.1.2.1.3.01		INSS	82.115,98C	10.121,89	9.991,68	81.985,77C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCICIO	10.121,89C	10.121,89	9.991,68	9.991,68C
2.1.2.1.3.01.00.03		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - LEGISLATIVO	71.994,09C	0,00	0,00	71.994,09C
2.1.2.1.3.01.00.03.00.0001 (27408)	F	INSS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS-LEGISL. - 2011	71.994,09C	0,00	0,00	71.994,09C
2.1.2.1.3.02		INSS - CONTRIBUICAO S/SERVICOS DE TERCEIROS	320,00C	320,00	0,00	0,00
2.1.2.1.3.02.00.01		INSS - CONTRIBUICAO S/SERVICOS DE TERCEIROS DO EXE	320,00C	320,00	0,00	0,00
2.1.2.1.3.02.00.01.00.0001 (27424)	F	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CURITIBANOS	320,00C	320,00	0,00	0,00
2.1.2.1.3.08		CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	0,00	6.887,75	6.887,75	0,00
2.1.2.1.3.08.00.01		CONTRIBUIÇÃO AO RPPS DO EXERCICIO	0,00	6.887,75	6.887,75	0,00
2.1.2.1.3.08.00.01.00.0001 (12516)	F	I.P.E.S.M.U.C	0,00	6.887,75	6.887,75	0,00
2.1.2.1.3.08.00.02		DO EXERCICIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.1.5		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.1.5.09		PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.1.5.09.00.01		PIS/PASEP DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.1.6		RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02		RESTOS A PAGAR	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02.02		NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02.02.03		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS-LEGISLATIVO	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02.02.03.00.0002 (27383)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR NÃO PROC.LEGISL. - 2011	44.652,43C	0,00	0,00	44.652,43C
2.1.2.1.6.02.03		NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.1.6.02.03.03		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS-LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	534.755,64C	0,00	0,00	534.755,64C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	534.755,64C	0,00	0,00	534.755,64C
2.4.1.1 (8136)	P	PATRIMONIO	534.755,64C	0,00	0,00	534.755,64C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.358.367,23C	424.118,09	574.134,54	3.508.383,68C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	1.794.000,00C	424.118,09	424.118,09	1.794.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	890.453,15C	424.118,09	270.407,32	736.742,38C
2.9.2.1.1 (8360)	O	CREDITO DISPONIVEL	491.081,39C	114.595,68	2.100,00	378.585,71C
2.9.2.1.2		CREDITO INDISPONIVEL	2.100,00C	2.100,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 5/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.2.1.2.05 (8764)	O	CREDITO PRE-EMPENHADO LIQUIDO	2.100,00C	2.100,00	0,00	0,00
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	397.271,76C	307.422,41	268.307,32	358.156,67C
2.9.2.1.3.01 (8766)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	386.185,90C	153.711,64	114.595,68	347.069,94C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	11.085,86C	153.710,77	153.711,64	11.086,73C
2.9.2.1.3.02.01 (9084)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	11.085,86C	153.710,77	153.711,64	11.086,73C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	903.546,85C	0,00	153.710,77	1.057.257,62C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	903.546,85C	0,00	153.710,77	1.057.257,62C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	903.546,85C	0,00	153.710,77	1.057.257,62C
2.9.2.4.1.04.03 (9111)	O	VALORES PAGOS	903.546,85C	0,00	153.710,77	1.057.257,62C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.215.956,58C	0,00	150.016,45	1.365.973,03C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.215.956,58C	0,00	150.016,45	1.365.973,03C
2.9.3.2.9 (89174)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.215.956,58C	0,00	150.016,45	1.365.973,03C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	348.410,65C	0,00	0,00	348.410,65C
2.9.9.1 (8155)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	348.410,65C	0,00	0,00	348.410,65C



ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 6/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	914.632,71D	153.711,64	0,00	1.068.344,35D
3.3		DESPESAS CORRENTES	890.504,19D	153.711,64	0,00	1.044.215,83D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	776.578,92D	108.690,91	0,00	885.269,83D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	776.578,92D	108.690,91	0,00	885.269,83D
3.3.1.9.0.04		Contratacao por Tempo Determinado	99.545,24D	13.167,34	0,00	112.712,58D
3.3.1.9.0.04.99 (24652)	F	Outros Serviços Temporários	99.545,24D	13.167,34	0,00	112.712,58D
3.3.1.9.0.11 (22140)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	554.058,69D	78.644,14	0,00	632.702,83D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	68.005,38D	9.991,68	0,00	77.997,06D
3.3.1.9.0.13.02 (24670)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	68.005,38D	9.991,68	0,00	77.997,06D
3.3.1.9.1		Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Orgã	54.969,61D	6.887,75	0,00	61.857,36D
3.3.1.9.1.13		Contribuição Patronal para o RPPS	54.969,61D	6.887,75	0,00	61.857,36D
3.3.1.9.1.13.03 (24799)	F	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	54.969,61D	6.887,75	0,00	61.857,36D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.925,27D	45.020,73	0,00	158.946,00D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	113.925,27D	45.020,73	0,00	158.946,00D
3.3.3.9.0.14		Diarias - Civil	4.325,00D	0,00	0,00	4.325,00D
3.3.3.9.0.14.14 (25819)	F	Diárias no País - Civil	4.325,00D	0,00	0,00	4.325,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	16.799,71D	868,50	0,00	17.668,21D
3.3.3.9.0.30.04 (25839)	F	Gás Engarrafado	154,80D	0,00	0,00	154,80D
3.3.3.9.0.30.07 (25842)	F	Gêneros de Alimentação	2.343,61D	443,64	0,00	2.787,25D
3.3.3.9.0.30.16 (25851)	F	Material de Expediente	5.718,20D	0,00	0,00	5.718,20D
3.3.3.9.0.30.17 (25852)	F	Material de Processamento de Dados	6.607,95D	0,00	0,00	6.607,95D
3.3.3.9.0.30.21 (25856)	F	Material de Copa e Cozinha	132,56D	14,10	0,00	146,66D
3.3.3.9.0.30.22 (25857)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.480,69D	289,76	0,00	1.770,45D
3.3.3.9.0.30.26 (25861)	F	Material Elétrico e Eletrônico	41,90D	121,00	0,00	162,90D
3.3.3.9.0.30.99 (25888)	F	Outros Materiais de Consumo	320,00D	0,00	0,00	320,00D
3.3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	2.390,04D	0,00	0,00	2.390,04D
3.3.3.9.0.33.01 (25900)	F	Passagens Para o País	409,08D	0,00	0,00	409,08D
3.3.3.9.0.33.99 (25906)	F	Outras Despesas com Locomoção	1.980,96D	0,00	0,00	1.980,96D
3.3.3.9.0.35		Serviços de Consultoria	0,00	2.066,00	0,00	2.066,00D
3.3.3.9.0.35.01 (25907)	F	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	0,00	2.066,00	0,00	2.066,00D
3.3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.450,00D	0,00	0,00	7.450,00D
3.3.3.9.0.36.35 (25939)	F	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper	7.450,00D	0,00	0,00	7.450,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	76.373,81D	39.378,83	0,00	115.752,64D
3.3.3.9.0.39.01 (25969)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	4.100,00D	0,00	0,00	4.100,00D
3.3.3.9.0.39.11 (25979)	F	Locação de Softwares	10.081,94D	632,97	0,00	10.714,91D
3.3.3.9.0.39.12 (25980)	F	Locação de Máquinas e Equipamentos	3.189,29D	429,20	0,00	3.618,49D
3.3.3.9.0.39.17 (25984)	F	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	335,00D	0,00	0,00	335,00D
3.3.3.9.0.39.43 (26003)	F	Serviços de Energia Elétrica	2.624,00D	290,70	0,00	2.914,70D
3.3.3.9.0.39.47 (26007)	F	Serviços de Comunicação em Geral	804,46D	74,94	0,00	879,40D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 7/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.48 (26008)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	980,00D	0,00	0,00	980,00D
3.3.3.9.0.39.57 (26016)	F	Serviços de Processamento de Dados	525,00D	126,12	0,00	651,12D
3.3.3.9.0.39.58 (26017)	F	Serviços de Telecomunicações	9.824,88D	1.286,05	0,00	11.110,93D
3.3.3.9.0.39.59 (26018)	F	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	4.550,00D	650,00	0,00	5.200,00D
3.3.3.9.0.39.63 (26022)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.700,00D	0,00	0,00	1.700,00D
3.3.3.9.0.39.77 (26036)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.976,34D	329,39	0,00	2.305,73D
3.3.3.9.0.39.79 (26038)	F	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	18.000,00D	34.800,00	0,00	52.800,00D
3.3.3.9.0.39.81 (26040)	F	Serviços Bancários	8.087,00D	151,46	0,00	8.238,46D
3.3.3.9.0.39.83 (26041)	F	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	4.248,90D	0,00	0,00	4.248,90D
3.3.3.9.0.39.90 (26046)	F	Serviços de Publicidade Legal	2.520,00D	449,00	0,00	2.969,00D
3.3.3.9.0.39.95 (26050)	F	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	185,00D	0,00	0,00	185,00D
3.3.3.9.0.39.97 (26052)	F	Despesas de Teleprocessamento	1.272,00D	159,00	0,00	1.431,00D
3.3.3.9.0.39.99 (26053)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.370,00D	0,00	0,00	1.370,00D
3.3.3.9.0.47		Obrigacoes Tributarias e Contributivas	1.490,00D	0,00	0,00	1.490,00D
3.3.3.9.0.47.18 (26075)	F	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	1.490,00D	0,00	0,00	1.490,00D
3.3.3.9.0.92		Despesas de Exercicios Anteriores	5.096,71D	2.707,40	0,00	7.804,11D
3.3.3.9.0.92.30 (26145)	F	Material de Consumo	1.048,10D	2.707,40	0,00	3.755,50D
3.3.3.9.0.92.39 (26154)	F	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.048,61D	0,00	0,00	4.048,61D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	24.128,52D	0,00	0,00	24.128,52D
3.4.4		INVESTIMENTOS	24.128,52D	0,00	0,00	24.128,52D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	24.128,52D	0,00	0,00	24.128,52D
3.4.4.9.0.51		Obras e Instalacoes	17.760,52D	0,00	0,00	17.760,52D
3.4.4.9.0.51.91 (26965)	F	Obras em Andamento	17.760,52D	0,00	0,00	17.760,52D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	6.368,00D	0,00	0,00	6.368,00D
3.4.4.9.0.52.30 (26985)	F	Máquinas e Equipamentos Energéticos	113,00D	0,00	0,00	113,00D
3.4.4.9.0.52.35 (26989)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	5.635,00D	0,00	0,00	5.635,00D
3.4.4.9.0.52.99 (27010)	F	Outros Equipamentos e Material Permanente	620,00D	0,00	0,00	620,00D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 8/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 9/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	866.682,17D	0,00	0,00	866.682,17D
5.2.2.3.3.07.03 (9172)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	534.755,64D	0,00	0,00	534.755,64D
5.2.2.3.3.07.04 (9173)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - FINANCEIRO	331.926,53D	0,00	0,00	331.926,53D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 10/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	2.148.906,42C	0,00	151.009,34	2.299.915,76C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	1.220.128,52C	0,00	149.500,00	1.369.628,52C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	1.196.000,00C	0,00	149.500,00	1.345.500,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.196.000,00C	0,00	149.500,00	1.345.500,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.196.000,00C	0,00	149.500,00	1.345.500,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.196.000,00C	0,00	149.500,00	1.345.500,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.02 (24636)	F	Transferência Financeira Recebida do Município	1.196.000,00C	0,00	149.500,00	1.345.500,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	24.128,52C	0,00	0,00	24.128,52C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	24.128,52C	0,00	0,00	24.128,52C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	24.128,52C	0,00	0,00	24.128,52C
6.1.3.1.1.01 (8845)	P	BENS IMOVEIS	17.760,52C	0,00	0,00	17.760,52C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	6.368,00C	0,00	0,00	6.368,00C
6.1.3.1.1.02.01 (9212)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	6.368,00C	0,00	0,00	6.368,00C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	928.777,90C	0,00	1.509,34	930.287,24C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	884.047,66C	0,00	0,00	884.047,66C
6.2.2.2		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.2.1		ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.2.1.01		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.2.1.01.00.00.00.0001 (27426)	F	Transferencias Recebidas da Prefeitura	17.365,49C	0,00	0,00	17.365,49C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	866.682,17C	0,00	0,00	866.682,17C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	866.682,17C	0,00	0,00	866.682,17C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	866.682,17C	0,00	0,00	866.682,17C
6.2.2.3.3.07.03 (9214)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	514.855,49C	0,00	0,00	514.855,49C
6.2.2.3.3.07.04 (9215)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - FINANCEIROS	351.826,68C	0,00	0,00	351.826,68C
6.2.3		ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	44.730,24C	0,00	1.509,34	46.239,58C
6.2.3.2		AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	44.730,24C	0,00	0,00	44.730,24C
6.2.3.2.1		VALORIZACOES DE BENS	44.730,24C	0,00	0,00	44.730,24C
6.2.3.2.1.01 (8863)	P	BENS IMOVEIS	44.730,24C	0,00	0,00	44.730,24C
6.2.3.3		DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00	1.509,34	1.509,34C
6.2.3.3.1		DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	0,00	1.509,34	1.509,34C
6.2.3.3.1.05 (8877)	F	RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	1.509,34	1.509,34C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Setembro

Página: 11/11

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.327.458,86	1.327.458,86	

CURITIBANOS, 05/10/2012

ANGELO SCOLARO
Presidente_____
EDENILSON RIBEIRO GOMES
Contador CRC SC 30.943/O-5

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 24/FMS/2012.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material médico e odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de novembro de 2012 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através do e-mail licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 07 de novembro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0303/2012

DECRETO Nº 0303, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0400 (85) R\$ 15.000,00

Total R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0304/2012

DECRETO Nº 0304, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (304) R\$ 15.000,00

Total R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2189/2012

PORTARIA N.º 2.189, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 045.307.919-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2190/2012

PORTARIA N.º 2.190, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 024.940.669-13, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2191/2012

PORTARIA N.º 2.191, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.940.669-13, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 08 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2192/2012

PORTARIA N.º 2.192, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCIANE ELOY DE ANDRADE, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 987.835.059-20, no

cargo de provimento efetivo de INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 08 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2193/2012

PORTARIA Nº 2.193, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora MARILENE LAZARETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 004.494.760-73, nomeada no cargo de provimento efetivo de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2194/2012

PORTARIA N.º 2.194, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JANETE GARIPUNA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 853.786.749-72, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2195/2012

PORTARIA N.º 2.195, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital n.º 0022 de 03 de agosto de 2011 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a agente de serviços gerais JUDITE DIAS DOS SANTOS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONETE MOREIRA ALVES FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.261.009-43, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de novembro de 2012 à 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0159/2012 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0159/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de equipamentos de ginástica e lixeiras metálicas para instalação na Academia da Saúde (ao ar livre) localizada na Avenida Michele Simonetti, no bairro São Miguel. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 21.11.2012. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 06 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf216

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF216

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF77

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF176 e TA12PMF211

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA E LÓGICA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO, ANEXOS AO PROCESSO LICITATÓRIO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2012. DATA DO ADITIVO: 30.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 16.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 38/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0004 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07.11.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf217

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF217

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF191

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DO ACESSO ENTRE A ESCOLA E O GINÁSIO DO CEM PE. BIAGIO SIMONETTI. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SÉTIMA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2012. DATA DO ADITIVO: 30.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 20.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 201/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0122 - PMF.

Fraiburgo (SC), 07.11.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf218

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF218

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF196

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E EDUCATIVOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, EJA, PETI E DEPARTAMENTO DE CULTURA. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SÉTIMA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2012. DATA DO ADITIVO: 30.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 20.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 196/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0 0117 - PMF.

Fraiburgo (SC), 07.11.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf219

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF219

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF12

ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF40, TA11PMF50, TA11PMF93, TA11PMF176, TA12PMF13, TA12PMF90, TA12PMF108, TA12PMF113, TA12PMF129, TA12PMF156, TA12PMF181 e TA12PMF196.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: MAURICIO ELY PUTTKAMMER ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA PRAÇA DO COLONO, INTERLIGANDO COM PASSEIO PÚBLICO ATÉ A PRAÇA MARIA FREY E O CIRCUITO DE LAZER E SAÚDE, SITUADA NO CENTRO DESTA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO PARA ATÉ A DATA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012. DATA DO ADITIVO: 30.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 131/2010-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0011 - PMF.

Fraiburgo (SC), 07.11.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº Ct12fms32

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS32

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: MARIA JOSÉ D'ALASCIO. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO LOCADOR, SENDO UMA CASA RESIDENCIAL NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE. VALOR TOTAL: R\$ 800,27 (MENSALMENTE) DATA: 24.10.2012. VIGÊNCIA: 24.10.2012 A 24.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0039/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: 0029.

Fraiburgo (SC), 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

TA 0581/2012

TERMO ADITIVO Nº 0581, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 337/2012

O Município de Fraiburgo constante no contrato de trabalho por tempo determinado supracitado, resolve alterar o prazo final do contrato para 18/10/2012.

Assim, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 19 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____:

CÉLIA MARIA PIRES DE LIMA

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

1º Termo Aditivo Edital Nº 0001/2012

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1º TERMO ADITIVO AO EDITAL N.º 0001/2012

PROCESSO DE ESCOLHA DOS 05 (CINCO) MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E SEUS SUPLENTE.

ALTERAÇÃO DO VALOR DA REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA DE CONSELHEIRO TUTELAR

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº. 8.069 (ECA), Lei Municipal nº. 920/92, Lei Municipal nº. 1219, de 04 de junho de 1997, alteradas pelas Leis nº. 1352/98, 1394/99, 1664/2002 e Lei Complementar nº. 072/2006, torna público a alteração do edital do processo de escolha dos 05 (cinco) membros do Conselho Tutelar do Município e de seus suplentes e,

FAZ SABER:

Que se encontra alterado o Edital nº. 0001/2012, no seu item 2, subitem 2.3, que passa a vigor com a seguinte redação:

2.3 - Na qualidade de membros eleitos, os conselheiros tutelares

não são servidores públicos dos quadros da Administração Pública Municipal, mas como a atividade do Conselho Tutelar é permanente, os conselheiros titulares terão remuneração a título de subsídio, no valor de R\$ 1.364,11 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e onze centavos) mensais, vale alimentação no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) e desconto de INSS, não fazendo jus a 13º salário ou adicional de férias, tampouco FGTS.

Ficam mantidas as demais disposições editalícias.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 06 de novembro de 2012.

SUZILÉIA CECHEIN

Presidente do CMDCA

Edital de Notificação

Edital de Notificação

Aviso de Publicação de Notificação de Exclusão do Simples Nacional

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NOTIFICA AS EMPRESAS ABAIXO RELACIONADAS DA SUA EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, SENDO QUE TERÃO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO OU REGULARIZAR DÉBITOS/PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS PARA COM O MUNICÍPIO (Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 17, inciso V; art. 30, inciso II). Resolução CGSN nº 94 de 29.11.2011, art. 73, inciso II "d"; Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 17, inciso XVI; art. 30, inciso II). Resolução CGSN nº 94 de 29.11.2011, art. 73, inciso II "c"), A SABER: A.R. COMERCIO DE RESIDUOS DE MADEIRAS LTDA-CNPJ:08.979.292/0001-68;ADAIR PUTON-CNPJ:00.517.302/0001-31;ADEMIR CORTE & CIA LTDA ME-CNPJ:08.702.892/0001-84;ADENILTON FABRECNEY - 00998690988-CNPJ:12.493.678/0001-32;ADRIANA GAIO - 06709898946-CNPJ:14.329.224/0001-56;AFEL INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUÁRIO LTDA ME-CNPJ:79.921.409/0001-09;AGROPECUARIA CAMINHO DO CAMPO LTDA-CNPJ:12.061.566/0001-02;AGROPECUARIA E PET SHOP MORESCO LTDA ME-CNPJ:11.487.872/0001-42;AGROPECUARIA E PET SHOP MORESCO LTDA ME - FILIAL-CNPJ:11.487.872/0002-23;ALESANDRO DE OLIVEIRA AUGUSTIN-CNPJ:12.564.893/0001-87;ALESSANDRO ARGEU SUZIN - ME-CNPJ:05.693.991/0001-59;ALFREDO ANTUNES GONCALVES - ME-CNPJ:86.943.339/0001-47;ALFREDO DANA-CNPJ:09.017.246/0001-40;ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI - 99061015987-CNPJ:11.446.851/0001-89;ALLAN RICARDO CONTE-CNPJ:12.316.756/0001-23;ALTINO VARELA 34562524987-CNPJ:15.554.889/0001-26;ALVINA ALVES DA SILVA SIQUEIRA ME-CNPJ:95.811.584/0001-91;ALZERINO R. MORAES & CIA LTDA-CNPJ:02.621.884/0001-27;ANA KLEBIA DE VASCONCELOS IESBIK - 97989797372-CNPJ:14.957.983/0001-63;ANDERSON ROBERTO DE SOUZA-CNPJ:09.168.123/0001-00;ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME-CNPJ:10.500.300/0001-93;ANTERO PINTO DOS SANTOS - ME-CNPJ:02.666.074/0001-97;AREA RESTRITA LTDA ME-CNPJ:07.594.262/0001-70;ARI GRANDO-CNPJ:83.401.075/0001-01;ARLETE BETTEGA-CNPJ:10.659.590/0001-12;AUGUSTINHO CONRADI - 47792191915-CNPJ:11.924.774/0001-25;BAR E RESTAURANTE WALMAR LTDA ME-CNPJ:06.029.943/0001-23;BAR E RESTAURANTE WALMAR LTDA ME - FILIAL-CNPJ:06.029.943/0002-04;BARBARA MARIA ROSSA-CNPJ:07.838.133/0001-80;BAZAR E SALAO DE CABELEIREIRA HUBNER FLORIANO LTDA.-CNPJ:12.008.933/0001-04;C. DA SILVA & CIA LTDA ME-CNPJ:01.709.998/0001-60;CARLOS EDUARDO SAVIAN ME-CNPJ:07.614.855/0001-51;CASA ESQUINA DOS PAES

LTDA.-CNPJ:11.240.851/0001-28; CELANIR APARECIDA TOMAZ DA SILVA RUSCHEL ME-CNPJ:07.458.957/0001-25; CELIA DE OLIVEIRA GOMES-CNPJ:08.855.974/0001-69; CICERO MACHADO RAMOS ME-CNPJ:12.099.599/0001-41; CINTNED LTDA-CNPJ:09.079.429/0001-90; CLAUDIO ANTONIO PADILHA-CNPJ:05.820.482/0001-40; CLEIDE STIEVEN SCHIMITZ E CIA LTDA ME-CNPJ:06.298.005/0001-29; CLEITON RIBEIRO & CIA LTDA ME-CNPJ:13.841.004/0001-44; CLETO VIER ME-CNPJ:00.180.567/0001-97; CLINICAR - POLIMENTO E CHAPEACAO LTDA ME-CNPJ:10.623.396/0001-87; COELHO LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME-CNPJ:10.416.219/0001-20; COMERCIAL BELAS ROUPAS LTDA ME-CNPJ:06.952.320/0001-28; CONFECÇOES PERAZZOLLI LTDA ME-CNPJ:10.247.313/0001-00; DAIANY DE OLIVEIRA - 01053755945-CNPJ:15.064.083/0001-50; DANIEL FLECK-CNPJ:11.067.296/0001-84; DANIEL PIMENTEL DA SILVA & CIA LTDA ME-CNPJ:05.136.540/0001-10; DANIEL SOLTOSKI ME-CNPJ:05.820.449/0001-10; DAVI DA ROSA & CIA LTDA ME-CNPJ:13.361.121/0001-00; DEBRAIR DIAS DE ALMEIDA-CNPJ:07.842.162/0001-16; DELIR MORAES FANTIN - ME-CNPJ:10.572.376/0001-24; DIEGO SOARES MOREIRA - 06680575990-CNPJ:14.397.036/0001-65; DIOGO EMILIO CLAUDIO DA SILVA - 08577321967-CNPJ:13.727.022/0001-08; DIRCE ZANCANARO ME-CNPJ:05.483.456/0001-73; DIRCEU PADILHA DE GOIS - 01950268969-CNPJ:14.164.550/0001-50; DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CONGELADOS FRAIBURGO - LTDA-CNPJ:07.049.731/0001-70; DROGARIA FRAIBURGO LTDA.-CNPJ:82.947.680/0001-10; DROGARIA ILLETACOL LTDA.-CNPJ:11.784.647/0001-78; DUAS IRMAS LTDA ME-CNPJ:01.506.687/0001-02; DVG REFRIGERACAO E CLINICA DO ELETRODOMESTICO LTDA ME-CNPJ:10.664.444/0001-85; EDLA KLEINSCHMIDT KONFLANZ - 80586171991-CNPJ:11.637.627/0001-74; ELISA JUSTIMIANO ME-CNPJ:09.484.893/0001-62; ELIZETE MARIA DE NARDI - 57068020097-CNPJ:13.180.356/0001-04; EMERSON L.DALAG.& CIA LTDA.-ME-CNPJ:02.599.654/0001-09; ESSENCIA DA VIDA PRESENTES LTDA-CNPJ:05.508.678/0003-65; FATIMA APARECIDA G. RIBEIRO ME-CNPJ:72.316.177/0001-02; FRAY BELLA COSMETICOS LTDA ME-CNPJ:08.093.427/0001-93; GALILEU AUTOPECAS LTDA.-ME-CNPJ:02.460.666/0001-58; GATA CHARMOSA LTDA-CNPJ:10.438.977/0001-49; GILBERTO DE SOUZA CARDOZO - 73283797900-CNPJ:11.865.356/0001-04; GISELI ZANIVAN-CNPJ:07.694.526/0001-68; GISELLE MARILIZE DA SILVA-CNPJ:10.941.826/0001-09; GRANDO PREST. SERV. ELET. LTDA-CNPJ:03.982.752/0001-93; HANABOR INDUSTRIA E DISTRIB. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME-CNPJ:09.451.108/0001-75; HELENA FATIMA CONRADI CEMA - ME-CNPJ:02.666.079/0001-10; IARA DE FATIMA DIAS - ME-CNPJ:74.072.570/0001-23; INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES RUDECK LTDA.-CNPJ:79.850.434/0001-30; INES LUIZA PITOL DE QUADROS-CNPJ:82.829.714/0001-71; ITALIANA SORVETES E LANCHES - LTDA-CNPJ:07.354.563/0001-27; IVAM MARCELLO DOS SANTOS-CNPJ:07.198.862/0001-10; IVAN GOMES DOS SANTOS - 76096483968-CNPJ:14.269.035/0001-35; IVONIR THIBES VIEIRA-CNPJ:10.543.902/0001-28; JJP PRESTACOES SERVICOS LTDA-CNPJ:02.976.027/0001-40; JK - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA NA CONSTRUCAO CIVIL LTDA-CNPJ:11.169.834/0001-41; JOAO ADALBERTO DA SILVA ME-CNPJ:09.255.785/0001-18; JOAO BATISTA TIBES DE MELLO & CIA LTDA ME-CNPJ:00.989.142/0001-23; JOAO DE GOEIS ME-CNPJ:02.957.472/0001-62; JOAO FIORAVANTE MARIANO ME-CNPJ:05.823.806/0001-01; JOAO MENES CORDEIRO - ME-CNPJ:85.188.779/0001-73; JOAO TELLES - ME-CNPJ:07.834.221/0001-04; JOCELI DE FATIMA SILVA - 02392535906-CNPJ:12.005.808/0001-40; JORGE GOMES - 423332320997-CNPJ:13.369.441/0001-07; JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA - 64478270953-CNPJ:14.207.121/0001-13; JOSE CARLOS MARTINS MATERIAIS LTDA ME-CNPJ:03.417.972/0001-74; JOSEMAR DO NASCIMENTO TORRES-CNPJ:07.666.143/0001-86; JOSOE ABDOM CACIANO

- 05525903989-CNPJ:12.738.834/0001-88; KALEB PRESENTES E UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-CNPJ:11.126.082/0001-31; KATHLEN LUIZA DOS SANTOS ME-CNPJ:13.804.462/0001-03; KATIA REGINA HEIL - 90488130930-CNPJ:11.487.875/0001-86; KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT ME-CNPJ:14.102.596/0001-45; KUNHEN PEÇAS LTDA .ME-CNPJ:05.678.078/0001-83; L.A.S. PROMOTORA LTDA. ME-CNPJ:11.840.731/0001-61; LANCHONETE BOB BYRNES LTDA ME-CNPJ:07.898.411/0001-95; LANCHONETE E SORVETERIA SUPREMA LTDA ME-CNPJ:10.502.487/0001-64; LENILDO ABNELLO KNOP MULLER ME-CNPJ:79.949.459/0001-96; LEONILDO ALVES DOS SANTOS ME-CNPJ:14.194.439/0001-07; LIVRARIA FILHOS DA LUZ LTDA ME-CNPJ:82.992.744/0001-02; LUIZ CARLOS RIBEIRO - 61270512900-CNPJ:11.985.669/0001-04; MABA LANCHONETE LTDA ME-CNPJ:06.295.469/0001-81; MAIA MARIA CONFECÇOES LTDA EPP-CNPJ:09.549.414/0001-49; MANUEL DOS SANTOS - 15663101802-CNPJ:14.424.008/0001-90; MARIA APOLINARIO & CIA LTDA ME-CNPJ:12.540.122/0001-50; MARIA HELENA DA SILVA PROENCA - 05887706988-CNPJ:12.942.567/0001-66; MARIA IZABEL THIBES - 04524127909-CNPJ:14.772.268/0001-56; MARIA LORECI DOS SANTOS SIQUEIRA - 04535543933-CNPJ:11.689.689/0001-20; MARIA SUELI PINTO-CNPJ:06.071.769/0001-87; MARIELLE CAROLINE DAROL DE MELO - 06070145984-CNPJ:15.050.098/0001-69; MARILDE RISSARDI - 83373373972-CNPJ:12.323.115/0001-04; MARILENE APARECIDA DE SOUZA-CNPJ:07.833.838/0001-05; MARISA RODRIGUES-CNPJ:03.688.716/0001-11; MATERFRAI MERCEARIA E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-CNPJ:03.028.035/0001-27; MAURICEIA GUSATTO BLEICHVEL-CNPJ:10.772.677/0001-00; MECÂNICA CAMILO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-CNPJ:08.472.049/0001-59; MECANICA ESJ LTDA - ME-CNPJ:06.084.148/0001-38; MELOTTO AUTO CENTER LTDA. ME-CNPJ:07.857.959/0001-97; MERCADO PRIMON LTDA ME.-CNPJ:79.242.582/0001-72; MERCEDES SALETE HOECKLER - ME-CNPJ:04.111.813/0001-00; MG MONTAGENS ELETRICAS LTDA. ME-CNPJ:13.572.561/0001-07; MK PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA.-ME-CNPJ:12.112.628/0001-68; NEL BIKE'S COM.BICIC. ACES. ME.-CNPJ:01.248.633/0001-86; NELSON FERNANDES VARELA-CNPJ:03.534.787/0001-60; NELSON PADILHA DE OLIVEIRA-CNPJ:09.305.220/0001-06; NEUSA VARELA - ME-CNPJ:05.366.496/0001-35; NOELI MOREIRA DA COSTA - ME-CNPJ:03.900.592/0001-96; NONALENA COMÉCIO DE CALCADOS LTDA-CNPJ:81.341.869/0001-00; ODELIR MORESCO-CNPJ:11.523.474/0001-34; ORTHOS DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA ME-CNPJ:14.020.814/0001-00; PAULO CESAR DE LIMA-CNPJ:05.887.447/0001-48; PAULO CESAR RIBEIRO EVENTOS - ME-CNPJ:07.139.334/0001-90; PERIN MOVEIS LTDA-CNPJ:04.357.621/0001-88; PLANTA VIDA COMERCIO E PLANTIO DE MUDAS LTDA ME-CNPJ:08.488.986/0001-00; POSTO DE LAVACAO SAO MIGUEL LTDA ME-CNPJ:06.125.638/0001-35; PRISCILA HILDEBRANDO DOS SANTOS-CNPJ:08.067.430/0001-32; RAMOS & CIA LTDA ME-CNPJ:05.072.824/0001-90; RENATA VARELLA ME-CNPJ:11.396.527/0001-01; RIAGG - COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-CNPJ:07.619.244/0001-04; RODRIGO DE LARA - ME-CNPJ:08.766.528/0001-88; ROSANA APARECIDA LAGOS REINEHR-CNPJ:01.994.613/0001-54; ROSEMAR QUIROLI-CNPJ:11.103.184/0001-31; ROSEMERI KNEVELS RODRIGUES ME-CNPJ:07.744.948/0001-09; ROSMARI DE FATIMA GRAEFF GERHARDT - CNPJ:02.460.614/0001-81; SANDRA APARECIDA ALVES RIBEIRO BUFFON ME-CNPJ:07.027.479/0001-07; SANDRA CALDART DA ROCHA ME-CNPJ:06.892.683/0001-15; SCHULTZ COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-CNPJ:04.187.566/0001-25; SCHUMACHER TUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME-CNPJ:06.971.569/0001-80; SEBASTIAO LAERTE CARLIM ME-CNPJ:95.766.580/0001-39; SERVICOS DE LOCACAO DE MAQUINAS TELI LTDA ME-CNPJ:79.496.873/0001-97; SILVINO WURGES-CNPJ:05.209.216/0001-85; SIMONE FATIMA HELT-CNPJ:11.972.206/0001-08; SIRLENE GOMES DAS ALMAS-CNPJ:09.544.771/0001-14; SO PEDRA EMPREITEIRA DE

MAO DE OBRA LTDA.-CNPJ:12.479.169/0001-55;SOLANGE APARECIDA VARELA - 75463962987-CNPJ:12.302.557/0001-66;SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA & CIA LTDA ME-CNPJ:07.858.170/0001-50;SONIA MARLY ZONTA VIERO ME-CNPJ:82.153.107/0001-34;SR MECANICA INDUSTRIAL LTDA-CNPJ:07.038.932/0001-72;SUPER LOJAO JP LTDA ME-CNPJ:11.291.706/0001-76;SUPERMERCADO SAO SEBASTIAO LTDA ME-CNPJ:10.723.151/0001-21;TITON & SANTOS CONFECÇÕES LTDA.-CNPJ:08.725.906/0001-85;TRANSPORTE DE CARGAS RONANZAGO LTDA ME-CNPJ:09.347.332/0001-11;VALMOR FURTADO ME-CNPJ:78.996.808/0001-68;VANDERLEI SIMAO ME-CNPJ:08.513.032/0001-00;VANESSA PIRES DE MELO-CNPJ:11.623.186/0001-51;VITALA CRISTINA DE JESUS-CNPJ:10.534.736/0001-01;VOLNEI FRANCISCO DE OLIVEIRA - 00890911916-CNPJ:12.461.789/0001-67;WALDIR SONDA ME-CNPJ:75.440.230/0001-70;WILLIAN RICARDO DAROL-CNPJ:10.950.003/0001-40;WOLNIR PINZ ME-CNPJ:79.895.561/0001-56;

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 02/2012

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 34, IV, do Regimento Interno, tendo sido aprovada pelo Plenário desta Casa Legislativa, em Sessão Ordinária realizada em 05 de Novembro de 2012, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fixa o valor da diária do Presidente, Vereadores e Servidores Públicos que se ausentarem do Município de Fraiburgo, a serviço ou representação da Câmara Municipal, para indenização de despesas com hospedagem e alimentação.

Art. 2º. O valor da diária fica estabelecido em:

I - Presidente da Câmara: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para viagem fora do Estado de Santa Catarina, e de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) para viagem dentro do território estadual;

II - Vereadores: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) para viagem fora do Estado de Santa Catarina, e de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para viagem dentro do território estadual;

III - Servidores: R\$ 500,00 (quinhentos reais) para viagem fora do Estado de Santa Catarina, e de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para viagem dentro do território estadual.

Art. 3º. A diária será paga, observando-se, rigorosamente, o critério de deslocamento da sede do Município de Fraiburgo:

I - meia diária, a partir de 04 (quatro) horas até 12 (doze) horas;

II - uma diária, superior a 12 (doze) horas, no primeiro dia;

III - uma diária, até 24 (vinte e quatro) horas com pernoite.

Parágrafo Único. Os deslocamentos da sede do Município até 04 (quatro) horas não dá direito a percepção de diária.

Art. 4º. As despesas com passagens, por qualquer meio de transporte, para deslocamento da sede serão pagas, mediante sistema de adiantamento ou de reembolso, desde que devidamente comprovadas.

§ 1º. A utilização de veículo de propriedade da Câmara Municipal ficará sujeita a autorização expressa do Presidente da Câmara e

desde que o requerente atenda as exigências previstas no Termo de Entrega de Veículo - Anexo I.

§ 2º. Fica vedado reembolso de despesas com utilização de veículo particular.

Art. 5º. A concessão e o pagamento de diária serão realizados antecipadamente, mediante requerimento escrito, protocolado e aprovado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º. O requerimento para concessão da diária será dirigido ao Presidente da Câmara e deverá ser instruído com a motivação da viagem, o período de afastamento, o destino e a forma de deslocamento, nos termos do formulário constante no Anexo II.

§ 2º. Em hipótese alguma poderá ser autorizada a concessão de indenização após a realização do evento que deu origem ao pedido.

§ 3º. Havendo necessidade de prorrogação do prazo de afastamento, o beneficiário terá direito às diárias correspondentes aos dias compreendidos no período, desde que motivadamente comprovado.

§ 4º. O beneficiário que receber diária e não se afastar da sede por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la, integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, da data prevista para o deslocamento.

§ 5º. O retorno à sede em prazo inferior do que o previsto para seu afastamento deverá restituir as diárias recebidas em excesso, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do retorno.

Art. 6º. A diária será liquidada, mediante apresentação obrigatória dos comprovantes de despesas, até o quinto dia útil após o retorno da missão de representação ou do objeto do serviço:

I - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme a solicitação prévia da diária;

II - apresentação de notas fiscais de despesas com hospedagem ou alimentação no período de afastamento.

§ 1º. A omissão na apresentação dos documentos de que trata este artigo, implicará em devolução dos valores aos cofres públicos, mediante desconto dos subsídios e em folha de pagamento.

§ 2º. Na hipótese de impugnação e restrição de despesas com diária e transporte, por qualquer órgão fiscalizador externo, o beneficiário fica obrigado a reembolsá-las aos cofres públicos, devidamente atualizadas.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução nº 06/2010 e demais disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 06 de Novembro de 2012.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

ANEXO I - TERMO DE ENTREGA DE VEÍCULO

Eu, _____, Presidente da Câmara Municipal atendendo determinação do § 1º, do artigo 4º, da Resolução nº _____ de _____ de 20____, AUTORIZO, o(a) Sr(a) _____, portador da CNH nº _____ expedida em ____/____/____, com validade até ____/____/____, a conduzir o veículo registrado em nome da

Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para realização de atividades de interesse do Poder Legislativo.

Fraiburgo, ____ de ____ de ____.

Nome/assinatura Presidente

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO DO VEÍCULO

Eu, _____, portador da CNH nº _____, expedida em ____/____/____, com validade até ____/____/____. Categoria _____, DECLARO estar ciente da utilização do veículo exclusivamente para serviços de interesse público, comprometendo-se à observância rigorosa das cautelas adequadas e o respeito às leis e regulamentos de trânsito do país, especialmente ao que se refere ao limite de velocidade, segurança e o porte da habilitação.

Responsabilizo-me pelo uso do veículo abaixo:

Modelo: _____ Placa: _____

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente termo.

Fraiburgo, ____ de ____ de ____.

Nome/cargo/assinatura do condutor responsável

ANEXO II - RELATÓRIO DE VIAGEM

Nome:

Cargo:

Data saída:

Horário:

Data retorno:

Horário:

Destino:

Meio de Transporte:

Nº Diárias:

Valor:

Objeto da viagem

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, sob as penas da lei, a responsabilidade de devolver a presente despesa atualizada aos cofres públicos, na hipótese de restrição/impugnação e não atender interesse público, inclusive, na forma de ação regressiva pelo agente político condenado por ato de gestão.

Fraiburgo, ____/____/____

Nome / Assinatura

AUTORIZADO POR:

Nome / Assinatura Presidente

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 156/2012.

DECRETO N.º 156, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 12.063,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 12.063,00 (doze mil e sessenta e três reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 1.063,00

0412292.005 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração 1.063,00

3.1.71.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 535,00

3.3.71.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 528,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 11.000,00

12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 11.000,00

3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 11.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 12.063,00 (doze mil e sessenta e três reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 1.063,00

0412292.005 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração 1.063,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.063,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 11.000,00

12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 11.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 08/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

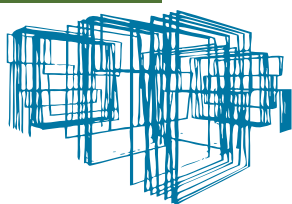
Secretária de Administração

Errata ao Aviso de Licitação PR 87/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº106/2011



Programa de
Gestão de Obras



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

O Município de Garopaba, com sede administrativa na Praça Governador Ivo Silveira, torna público para conhecimento dos interessados que RETIFICA o aviso de licitação do pregão presencial Nº 87/2012, publicado no Diário Oficial dos Municípios, no dia 05 de novembro de 2012.
Onde se lê:

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a Aquisição de ar condicionado para atender as Secretarias deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 21/11/2012.
A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 21/11/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 05 de outubro de 2012.

Lê-se:

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a Aquisição de ar condicionado para atender as Secretarias deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 27/11/2012.
A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 27/11/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 05 de novembro de 2012.

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1637/2012

LEI Nº 1637, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
Suplementar na importância de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

02.001.004.122.1003.2005 Contribuição à entidades e associações 3350 01.00.00 R\$ 39.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.001.004.122.1001.2002 Man. e investim. do Gabinete 3190 01.00.00 R\$ 39.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
Suplementar na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.006.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq Bombeiros 3390 01.00.00 R\$ 10.000,00

19.001.006.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq Bombeiros 4490 01.00.00 R\$ 25.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.002.004.131.1001.2003 Man. e invest do Dep. de Comunicação 3390 01.00.00 R\$ 18.000,00

02.002.004.131.1001.2003 Man. e invest do Dep. de Comunicação 4490 01.00.00 R\$ 3.000,00

02.003.004.122.1001.2004 Man. e invest do Dep. de Controladoria 3190 01.00.00 R\$ 14.000,00

Art. 5o - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1640/2012

LEI Nº 1640, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
Suplementar na importância de R\$ 312.200,00 (trezentos e doze mil e duzentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

04.001.004.122.1003.2007-Man. do Dep. de Administração 3190 01.00.00 R\$ 100.000,00

04.001.008.243.1008.2014-Man. do Conselho Tutelar 3190 01.00.00 R\$ 18.000,00

04.005.028.845.1007.2013-Contribuição para Formação do PASEP 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00

09.001.008.244.1023.2089-Man. do Dep. de Desenv. Social e Hab 3190 01.00.00 R\$ 28.200,00

11.001.020.605.1036.2066-Man. do Setor de Estratégias Rurais 3190 01.00.00 R\$ 37.000,00

12.001.018.451.1042.2081-Man. do Setor de Meio-Ambiente 3190 01.00.00 R\$ 89.000,00

13.001.020.605.1036.2082-Man.do Fundo Municipal de Agricultura 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002-Manutenção e Investimentos do Gabinete 3190 01.00.00 R\$ 31.500,00
 02.001.004.122.1001.2002-Manutenção e Investimentos do Gabinete 4490 01.00.00 R\$ 7.900,00
 02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Contr. Geral 3190 01.00.00 R\$ 6.500,00
 02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Contr. Geral 3390 01.00.00 R\$ 6.000,00
 02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Contr. Geral 4490 01.00.00 R\$ 2.000,00
 03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral 3190 01.00.00 R\$ 24.000,00
 03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral 3390 01.00.00 R\$ 100.000,00
 03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral 4490 01.00.00 R\$ 16.200,00
 04.001.004.121.1010.2017-Manutenção do Conselho da Cidade 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00
 04.001.004.121.1010.2017-Manutenção do Conselho da Cidade 4490 01.00.00 R\$ 8.000,00
 04.001.004.122.1003.2007-Manutenção do Dep. de Administração 4490 01.00.00 R\$ 30.000,00
 04.001.004.129.1009.1002-Projeto de Conscientização Tributária 3390 01.00.00 R\$ 4.000,00
 04.002.004.122.1006.2010-Man. do Dep. de Licitações e Compras 3190 01.00.00 R\$ 5.000,00
 04.002.004.122.1006.2010-Man. do Dep. de Licitações e Compras 4490 01.00.00 R\$ 2.000,00
 04.003.004.122.1004.2008-Man. do Dep. de Recursos Humanos 4490 01.00.00 R\$ 3.600,00
 04.004.004.123.1007.2011-Man. dos Dep. de Contab. e Finanças 3190 01.00.00 R\$ 12.000,00
 04.004.004.123.1007.2011-Man. dos Dep. de Contab. e Finanças 4490 01.00.00 R\$ 1.300,00
 06.001.022.661.1034.2025-Man. do Setor de Des. Econômico 4490 01.00.00 R\$ 10.000,00
 10.001.015.451.1033.2060-Sin./Urbanização de Vias Urbanas 3390 01.00.00 R\$ 11.900,00
 10.002.015.451.1033.2062-Manutenção do Paço Municipal 3390 01.00.00 R\$ 10.300,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 1.282.510,00 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e dez reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação 3190 01.01.00 R\$ 821.208,98
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche 3190 01.01.00 R\$ 332.778,24
 07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola 3190 01.01.00 R\$ 128.522,78

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação 3190 01.19.00 R\$ 214.949,89
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche 3190 01.19.00 R\$ 20.993,84
 07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola 3190 01.19.00 R\$ 15.049,48
 07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação 3190 01.18.00 R\$ 606.259,09
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche 3190 01.18.00 R\$ 311.784,40

07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola 3190 01.18.00 R\$ 113.473,30

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 85.800,00 (oitenta e cinco mil e oitocentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.244.1023.2089-Man. do Dep. de Desenv. Social e Hab 3190 01.00.00 R\$ 85.800,00

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

17.001.016.482.1033.2086-Manutenção do Fundo Mun.de Habitação 3390 01.00.00 R\$ 39.800,00
 17.001.016.482.1033.2086-Manutenção do Fundo Mun.de Habitação 4490 01.00.00 R\$ 42.000,00
 17.001.016.482.1033.2086-Manutenção do Fundo Mun.de Habitação 4490 03.00.00 R\$ 4.000,00

Art. 7o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 842.900,00 (oitocentos e quarenta e dois mil e novecentos reais) no orçamento do Fundo Mun. de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1021.2050-Man. do Pronto Atendimento 24 Horas 3190 01.02.00 R\$ 150.000,00
 14.001.010.304.1018.2047-Man. do Setor de Vigilância Sanitária 3190 01.02.00 R\$ 6.000,00
 14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família 3190 01.02.00 R\$ 686.900,00

Art. 8o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral 3390 01.00.00 R\$ 50.000,00
 04.005.028.843.1007.2012-Amort. do Princ.e Enc. da Dívida Pública 4690 01.00.00 R\$ 308.000,00
 12.001.017.512.1042.2091-Man. do Sist. de abastec. de água 3190 01.00.00 R\$ 150.000,00
 12.001.017.512.1042.2091-Man. do Sist. de abastec. de água 4490 01.00.00 R\$ 270.000,00
 14.001.010.302.1022.1012-Constr. e Reforma de Unidades de Saúde 4490 01.02.00 R\$ 64.900,00

Art. 9o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 838.000,00 (oitocentos e trinta e oito mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação 3190 01.01.00 R\$ 346.000,00
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche 3190 01.01.00 R\$ 140.000,00
 07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola 3190 01.01.00 R\$ 27.000,00
 08.001.010.301.1011.2033-Manutenção do Setor de Saúde 3190 01.02.00 R\$ 65.000,00
 08.001.010.301.1011.2033-Manutenção do Setor de Saúde 3190 01.02.00 R\$ 95.000,00
 10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serv.Públicos 3190 01.00.00 R\$ 85.000,00

10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serv.Públicos 3390 01.00.00 R\$ 80.000,00

Art. 10 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083-Man. do Fundo Municipal de Saúde 3390 01.02.00 R\$ 30.000,00

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.243.1026.2054-Man. dos Atendimentos no Abrigo 3190 01.00.00 R\$ 15.000,00

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9o, 10 e 11 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a fonte: recursos ordinários do tesouro.

Art. 13 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família 3190 01.64.01 R\$ 105.000,00

14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família 3390 01.64.01 R\$ 100.000,00

14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família 4490 01.64.01 R\$ 50.000,00

Art. 14 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 13 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a fonte: Progr. Saúde da Família.

Art. 15 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 19.190,73 (dezenove mil cento e noventa reais e setenta e três centavos) no orçamento do F. M. de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083-Man. do Fundo Municipal de Saúde 4490 01.23.55 R\$ 19.190,73

Art. 16 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 15 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação existente na fonte: transferências de convênios com Estado-Saúde.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva, 07 de novembro de 2012.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1641/2012

LEI Nº 1641, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL POR INTERESSE PÚBLICO DE ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, de maneira amigável, área de 432,46 metros quadrados, delimitada no Anexo I desta Lei, e parte integrante do imóvel matriculado sob nº 108.250, junto ao Cartório da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Joinville-SC, de propriedade da Sociedade Recreativa Amigos de Garuva, CNPJ 81.144.008/0001-23.

Art. 2º Fica referendado, em todos os seus dispositivos, o Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável firmado pelo Município de Garuva e pela Sociedade Recreativa Amigos de Garuva, que passa a fazer parte integrante desta LEI.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 130/2012

DECRETO Nº. 130 de 17 de outubro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Evanio Antunes, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado o servidor EVANIO ANTUNES, do cargo comissionado de Secretário de Infraestrutura e Urbanismo - CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito, nomeado através do Decreto Nº 103/2012 de 15 de agosto de 2012.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 133/2012

DECRETO Nº 133, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1635, de 19 de outubro de 2012;

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais) no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.020.605.1036.2082 Manutenção do Fundo M de Agricultura 3390 01.00.00 R\$ 32.600,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

13.001.020.606.1036.1024 Aquis.de imóvel do Centro de Convenções 3390 03.00.00 R\$ 32.600,00

Art. 3o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 136/2012

DECRETO Nº 136, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

“ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1637, de 23 de outubro de 2012;

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

02.001.004.122.1003.2005 Contribuição à entidades e associações 3350 01.00.00 R\$ 39.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.001.004.122.1001.2002 Man. e investim. do Gabinete 3190 01.00.00 R\$ 39.000,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.006.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq Bombeiros 3390 01.00.00 R\$ 10.000,00

19.001.006.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq Bombeiros 4490 01.00.00 R\$ 25.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.002.004.131.1001.2003 Man. e invest do Dep. de Comunicação 3390 01.00.00 R\$ 18.000,00

02.002.004.131.1001.2003 Man. e invest do Dep. de Comunicação 4490 01.00.00 R\$ 3.000,00

02.003.004.122.1001.2004 Man. e invest do Dep. de Controladoria 3190 01.00.00 R\$ 14.000,00

Art. 5o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 139/2012

DECRETO Nº 139, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

“DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a proximidade do encerramento de Mandato da atual Administração Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas para que o encerramento de mandato se dê nas condições preconizadas

no Artigo 42, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal

CONSIDERANDO a atual situação econômico-financeira mundial, cujos reflexos já se fazem sentir na Prefeitura Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de o Governo Municipal ajustar procedimentos de forma a prevenir e amenizar os efeitos decorrentes dessa situação;

DECRETA:

ART. 1º - Fica instituído, de 05/11/2012 a 31/12/2012, o horário das 07:30 às 13:30 horas, para expediente administrativo da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - As atividades operacionais das Secretarias Municipais de Saúde, de Infra-Estrutura e de Educação, Esportes e Cultura terão seus expedientes ajustados à essencialidade dessas atividades.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 140/2012

DECRETO Nº 140, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRAS QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 63, XI, da Lei Orgânica do Município de Garuva, e artigo 5º, alínea “g”, do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941,

Considerando que o traçado da Rua Vereador Reginaldo Mews, implantada há várias décadas no Município, está parcialmente sobreposto ao imóvel matriculado sob nº 108.250 do Cartório Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, em uma extensão de 432,46 metros quadrados, necessitando ser incorporado ao patrimônio público municipal;

Considerando que a situação atual impossibilita os proprietários de ingressarem com o parcelamento do solo por desmembramento junto aos órgãos competentes conforme Lei 6766/79;

Considerando que a desapropriação da área de 432,46 metros quadrados, dar-se-á de forma amigável sem quaisquer ônus para o município, conforme termo de compromisso firmado pelo proprietário do referido imóvel, e que tal ato administrativo resultará na regularização deste trecho do logradouro.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras de 432,46 metros quadrados, localizada na área urbana do Município, a ser desmembrada de imóvel matriculado sob nº 108.250 do Cartório Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, de propriedade da Sociedade Recreativa Amigos de Garuva, CNPJ 81.144.008/0001-23.

Art. 2º A área expropriada está devidamente especificada no levantamento topográfico georreferenciado, anexo ao presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 141/2012

DECRETO Nº 141, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE PROVIDÊNCIAS COM RELAÇÃO AO ENCERRAMENTO DO MANDATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a proximidade do encerramento de Mandato da atual Administração Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas para que o encerramento de mandato se dê nas condições preconizadas no Artigo 42, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal

CONSIDERANDO a conjuntura financeira atual comprometida pela crise financeira mundial.

CONSIDERANDO a necessidade de o Governo Municipal ajustar procedimentos de forma a prevenir e amenizar os efeitos decorrentes dessa situação;

CONSIDERANDO a redução constante dos repasses Federais e Estaduais ao Município, desequilibrando sobremaneira as contas públicas;

CONSIDERANDO a decisão do Governo Estadual de contingenciamento das verbas de convênio;

CONSIDERANDO a necessidade de tomada de medidas que visem estabelecer o equilíbrio das Contas Públicas;

DECRETA:

ART. 1º - A obrigatoriedade do Registro Ponto a todos os servidores, exceto os Secretários e Chefe de Gabinete.

Parágrafo Único - O Departamento de Recursos Humanos, exercerá rigoroso controle do Registro de Ponto, estando autorizado a efetuar o desconto automático de salário dos servidores que não atenderem esta determinação.

ART. 2º - A proibição de realização de horas extras, salvos aquelas de caráter emergencial e imprescindíveis as atividades fins da Prefeitura e previamente programadas.

ART. 3º - Suspensão da participação de servidores em cursos e treinamentos, salvo aqueles já em execução.

ART. 4º - Suspensão de pagamento de diárias e viagens, ressalvadas aquelas de programação rotineira e constantes das atividades fins das secretarias.

ART. 5º - Suspensão da realização de novas licitações, salvo aquelas para atender situações emergenciais.

ART. 6º - Suspensão de todas as compras, salvo as essenciais ao funcionamento do Governo, desde que submetidas previamente ao Gabinete do Prefeito.

ART. 7º - Suspensão das despesas com publicidade, salvo aquelas de aspecto legal.

ART. 8º - Suspensão no fornecimento de refeições, salvo aos servidores em regime de turno ou plantão.

ART. 9º - Suspensão do pagamento de licença prêmio em pecúnia.

ART. 10 - Suspensão da incorporação de adicionais e vantagens aos servidores, cuja averbação gerem ônus financeiro para a municipalidade.

ART. 11 - Recolhimento de todos os aparelhos de telefonia móvel.

ART. 12 - Controle do deslocamento de viaturas oficiais para fora do município pelo Gabinete do Prefeito.

ART. 13 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 1º de novembro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 142/2012

DECRETO Nº. 142 de 05 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Diogo Costa, do cargo comissionado de Diretor de Finanças."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado, a pedido, o servidor DIOGO COSTA, do cargo comissionado de Diretor de Finanças - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeado através do Decreto Nº 168/2009 de 26 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 142/2012

DECRETO Nº. 142 de 05 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Diogo Costa, do cargo comissionado de Diretor de Finanças."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado, a pedido, o servidor DIOGO COSTA, do cargo comissionado de Diretor de Finanças - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeado através do Decreto Nº 168/2009 de 26 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 143/2012

DECRETO Nº. 143 de 05 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Márcio Ricardo Herpich, para o cargo comissionado de Diretor de Finanças."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeado o servidor MÁRCIO RICARDO HERPICH, para o cargo comissionado de Diretor de Finanças - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 144/2012

DECRETO Nº 144, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

“CREDENCIA FUNCIONÁRIOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam credenciados para movimentarem as contas bancárias de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, o Prefeito Municipal senhor João Romão, a Vice-prefeita senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky e o Diretor de Finanças senhor Marcio Ricardo Herpich.

ART.2º - A movimentação será realizada sempre em conjunto com (02) duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente, do Diretor de Finanças Marcio Ricardo Herpich.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado em especial o Decreto Nº 08, de 02 de fevereiro de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 145/2012

DECRETO Nº 145, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Fica autorizado o Diretor de Finanças, senhor Marcio Ricardo Herpich., para em conjunto com o Prefeito Municipal e/ou Vice-prefeita movimentar as contas correntes bancárias, de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva destinada a depósito de valores do Fundo Municipal de Habitação, conforme demonstrativo anexo.

ART.2º - A movimentação será realizada sempre em conjunto com (02) duas assinaturas, sendo 01 (uma) obrigatoriamente, do gestor do fundo.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado em especial o Decreto 67, de 13 de julho de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 146/2012

DECRETO Nº 146, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

“ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1640, de 07 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 310.700,00 (Trezentos e Dez Mil e Setecentos Reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

04.001.004.122.1003.2007-Man. do Dep. de Administração 3190 01.00.00 R\$ 98.500,00
04.001.008.243.1008.2014-Man. do Conselho Tutelar 3190 01.00.00 R\$ 18.000,00
04.005.028.845.1007.2013-Contribuição para Formação do PASEP 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00
09.001.008.244.1023.2089-Man. do Dep. de Desenv. Social e Hab 3190 01.00.00 R\$ 28.200,00
11.001.020.605.1036.2066-Man. do Setor de Estratégias Rurais 3190 01.00.00 R\$ 37.000,00
12.001.018.451.1042.2081-Man. do Setor de Meio-Ambiente 3190 01.00.00 R\$ 89.000,00
13.001.020.605.1036.2082-Man.do Fundo Municipal de Agricultura 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002-Manutenção e Investimentos do Gabinete 3190 01.00.00 R\$ 31.500,00
02.001.004.122.1001.2002-Manutenção e Investimentos do Gabinete 4490 01.00.00 R\$ 7.900,00
02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Contr. Geral 3190 01.00.00 R\$ 6.500,00
02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Contr. Geral 3390 01.00.00 R\$ 6.000,00
02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Contr. Geral 4490 01.00.00 R\$ 2.000,00
03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral 3190 01.00.00 R\$ 24.000,00
03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral 3390 01.00.00 R\$ 100.000,00
03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral 4490 01.00.00 R\$ 16.200,00
04.001.004.121.1010.2017-Manutenção do Conselho da Cidade 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00
04.001.004.121.1010.2017-Manutenção do Conselho da Cidade 4490 01.00.00 R\$ 8.000,00
04.001.004.122.1003.2007-Manutenção do Dep. de Administração 4490 01.00.00 R\$ 30.000,00
04.001.004.129.1009.1002-Projeto de Conscientização Tributária 3390 01.00.00 R\$ 4.000,00
04.002.004.122.1006.2010-Man. do Dep. de Licitações e Compras 3190 01.00.00 R\$ 5.000,00
04.002.004.122.1006.2010-Man. do Dep. de Licitações e Compras 4490 01.00.00 R\$ 2.000,00
04.003.004.122.1004.2008-Man. do Dep. de Recursos Humanos 4490 01.00.00 R\$ 3.600,00
04.004.004.123.1007.2011-Man. dos Dep. de Contab. e Finanças 3190 01.00.00 R\$ 12.000,00
04.004.004.123.1007.2011-Man. dos Dep. de Contab. e Finanças

4490 01.00.00 R\$ 1.300,00
 06.001.022.661.1034.2025-Man. do Setor de Des. Econômico
 4490 01.00.00 R\$ 10.000,00
 10.001.015.451.1033.2060-Sin./Urbanização de Vias Urbanas
 3390 01.00.00 R\$ 11.900,00
 10.002.015.451.1033.2062-Manutenção do Paço Municipal 3390
 01.00.00 R\$ 8.800,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.174.610,00 (Um Milhão Cento e Setenta e Quatro Mil, Seiscentos e Dez Reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação
 3190 01.01.00 R\$ 713.308,98
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche
 3190 01.01.00 R\$ 332.778,24
 07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola
 3190 01.01.00 R\$ 128.522,78

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação
 3190 01.19.00 R\$ 214.949,89
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche
 3190 01.19.00 R\$ 20.993,84
 07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola
 3190 01.19.00 R\$ 15.049,48
 07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação
 3190 01.18.00 R\$ 498.359,09
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche
 3190 01.18.00 R\$ 311.784,40
 07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola
 3190 01.18.00 R\$ 113.473,30

Art. 5o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 85.800,00 (Oitenta e Cinco Mil e Oitocentos Reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.244.1023.2089-Man. do Dep. de Desenv. Social e Hab
 3190 01.00.00 R\$ 85.800,00

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

17.001.016.482.1033.2086-Manutenção do Fundo Mun.de Habitação 3390 01.00.00 R\$ 39.800,00
 17.001.016.482.1033.2086-Manutenção do Fundo Mun.de Habitação 4490 01.00.00 R\$ 42.000,00
 17.001.016.482.1033.2086-Manutenção do Fundo Mun.de Habitação 4490 03.00.00 R\$ 4.000,00

Art. 7o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 812.000,00 (Oitocentos e Doze Mil Reais) no orçamento do Fundo Mun.de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1021.2050-Man. do Pronto Atendimento 24 Horas
 3190 01.02.00 R\$ 140.000,00
 14.001.010.304.1018.2047-Man. do Setor de Vigilância Sanitária
 3190 01.02.00 R\$ 6.000,00
 14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família
 3190 01.02.00 R\$ 666.000,00

Art. 8o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do

Artigo 7o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.001.002.062.1001.2006-Man. e Invest. da Procuradoria Geral
 3390 01.00.00 R\$ 50.000,00
 04.005.028.843.1007.2012-Amort. do Princ.e Enc. da Dívida Pública 4690 01.00.00 R\$ 308.000,00
 12.001.017.512.1042.2091-Man. do Sist. de abastec. de água
 3190 01.00.00 R\$ 150.000,00
 12.001.017.512.1042.2091-Man. do Sist. de abastec. de água
 4490 01.00.00 R\$ 270.000,00
 14.001.010.302.1022.1012-Constr. e Reforma de Unidades de Saúde 4490 01.02.00 R\$ 34.000,00

Art. 9o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 838.000,00 (Oitocentos e Trinta e Oito Mil Reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028-Manutenção do Setor de Educação
 3190 01.01.00 R\$ 346.000,00
 07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche
 3190 01.01.00 R\$ 140.000,00
 07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola
 3190 01.01.00 R\$ 27.000,00
 08.001.010.301.1011.2033-Manutenção do Setor de Saúde 3190
 01.02.00 R\$ 65.000,00
 08.001.010.301.1011.2033-Manutenção do Setor de Saúde 3190
 01.02.00 R\$ 95.000,00
 10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serv.Públicos 3190 01.00.00 R\$ 85.000,00
 10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serv.Públicos 3390 01.00.00 R\$ 80.000,00

Art. 10 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083-Man. do Fundo Municipal de Saúde
 3390 01.02.00 R\$ 30.000,00

Art. 11 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.243.1026.2054-Man. dos Atendimentos no Abrigo
 3190 01.00.00 R\$ 15.000,00

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9o, 10 e 11 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a fonte: recursos ordinários do tesouro.

Art. 13 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 255.000,00 (Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família
 3190 01.64.01 R\$ 105.000,00
 14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família
 3390 01.64.01 R\$ 100.000,00
 14.001.010.301.1012.2041-Man.do Programa Saúde da Família
 4490 01.64.01 R\$ 50.000,00

Art. 14 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 13 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a fonte: Progr. Saúde da Família.

Art. 15 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 19.190,73 (Dezenove Mil Cento e Noventa Reais e Setenta e Três Centavos) no orçamento do F. M. de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083-Man. do Fundo Municipal de Saúde
4490 01.23.55 R\$ 19.190,73

Art. 16 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 15 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação existente na fonte: transferências de convênios com Estado-Saúde.

Art. 17 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva, 07 de novembro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 408/2012

PORTARIA Nº. 408, de 20 de agosto de 2012

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, a comunicação interna nº. 153/2012;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária mensal de 110 horas para 220 horas do servidor LETICIA DE FREITAS SOUSA, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

GUILHERME ADOLFO VOSS

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 414/2012

PORTARIA Nº 414, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, II, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky, Vice-prefeita, para responder como gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 428/2012

PORTARIA Nº. 428, de 11 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 196/2012.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, o servidor DILCEU CAMPOS DA ROSA, portador do RG 3.861.590 e CPF 791.961.879-72, do cargo de Vigilante, nomeado através da Portaria nº. 401/2012 de 10 de agosto de 2012, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORRÊA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 431/2012

PORTARIA Nº. 431, de 19 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA, PARA COMPARECER EM AUDIÊNCIA ADMINISTRATIVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL;

RESOLVE:

Art. 1o. Designar a servidora, Marcia Aparecida Amaral Correa, para comparecer à audiência administrativa no dia 25.09.2012, às 16 horas, no Ministério Público do Trabalho, com poderes para firmar compromisso em nome do Município.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 432/2012

PORTARIA Nº. 432, de 24 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora MARIA RITA DA SILVA, portadora do RG 6.440.443 e CPF 088.035.009-10, do cargo de Professora Nível I, admitida através da Portaria nº. 143/2012, de 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 452/2012

PORTARIA Nº 452, de 30 de outubro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 444/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 444/2012, que dispõe sobre progressão horizontal de servidores públicos municipais;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Anexo 1 da Portaria nº 444/2012, de 11/10/2012, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
CECILIA ZAVODINE PETERS	PROFESSOR	III	B	D
MÁRCIA APARECIDA A. CORREA	ORIENTADOR ESCOLAR	Junior	J	L
MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS	PROFESSOR	III	C	E

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 453/2012

PORTARIA Nº. 453, de 31 de outubro de 2012

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o requerimento nº. 200 de 22/10/2012;

CONSIDERANDO, a autorização da Secretária Municipal de Educação;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária mensal de 40 horas para 20 horas da servidora MARILDA MARTINS BUDAL, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01/11/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 457/2012

PORTARIA Nº. 457, de 07 de novembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 447/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 347/2012 DE 10/07/2012;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Advogado, ao Senhor Cleber Andrio Pedralli, CPF nº 006.597.509-02, RG nº 3.950.085-3 - SSP/SC, com lotação destinada ao Gabinete do Prefeito, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base salarial o início da carreira Especialista Superior, Classe Junior, Referência "A".

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 08/11/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 458/2012

PORTARIA Nº 458, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE O GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE AUTO ATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, art. 79 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1o. - Designar o Diretor de Finanças, senhor Marcio Ricardo Herpich, juntamente com o Prefeito Municipal João Romão, como administradores de segurança dos Sistemas de Auto Atendimento, para movimentação das contas bancárias da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais cadastradas no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada em especial a Portaria 353, de 02 de junho de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº429/2012

PORTARIA Nº 429, de 11 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna

da República;

RESOLVE:

ART. 1º Nomear os aprovados no Concurso Público, SUELEN CARVALHEIRO DOS SANTOS, inscrita sob o nº. 17100047, classificada em 5º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Vigilante e ADILSON BALTAZAR DA LUZ, inscrito sob o nº 17100017, classificado em 6º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Vigilante, ambos do regime estatutário.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 351/2012 de 18 de Julho de 2012.

Art. 2o. Caso os nomeados não tomem posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estarão renunciando tacitamente a vaga a que foram nomeados, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-27/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-27/2012

Vigência: 25/10/2012 Vencto.: 23/11/2012 Convite nº.: 32/2012. Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: ampliação da E.E.B. Mário Pederneiras. Contratado: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA (03.087.273/0001-03). Valor do aditivo: R\$ 11.063,68 (onze mil, sessenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 25 de Outubro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1085/2012

PORTARIA Nº 1085/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

SUSPENDER a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora MARCIA REGINA MASSIGNANINI LUNARDELLI (Matr. 3492), a qual exerce a função de Monitor Social - ABRIGO, Nível/Referência - 4/2/A, 40 horas semanais, constante do Quadro Específico de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei Complementar Nº. 292/2011, a contar de 04 de novembro de 2012.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada pelo

período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 04 de novembro de 2012 até 03 de março de 2013, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1086/2012

PORTARIA Nº 1086/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora ANA PAULA DE ALMEIDA ROVEA (Matr. 2924), a partir de 05 de novembro de 2012, a qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora da Junta de Serviço Militar, Nível - DAS-3, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 05 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1087/2012

PORTARIA Nº 1087/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 861/2012 que passa a ser redigida da seguinte forma:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND (Matr. 3607), a partir de 16 de agosto de 2012, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, Ensino Fundamental, junto à EBM Cruz e Sousa, em substituição à servidora Inês Rech Marin, aprovada e classificada em 60º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SME-CE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Lei 510/12**

LEI N. 510, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE TERRENO COMO ESTÍMULO ECONÔMICO DE INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, Lei Orgânica do Município; faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. De acordo com o inciso III do Parágrafo Único do artigo 1º, mais o Parágrafo Único do artigo 17, ambos da Lei Complementar n. 025, de 24 de novembro de 2011, combinado com a Lei n. 314, de 24 de maio de 2006, fica autorizada a utilização do restante do terreno nº 01, matrícula nº. 7.492, pela empresa ZI- NIPEL TUBOS DE PAPEL LTDA - ME, no cumprimento e ampliação do objeto do Contrato de Cessão de Direitos e Outras Avenças n. 001, datado de 09 de junho de 2006, respeitando todas as demais cláusulas e condições.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos sete dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
SEC. DA ADM. E DA FAZENDA

Lei 511/12

LEI N. 511, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE TERRENO COMO ESTÍMULO ECONÔMICO DE INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, Lei Orgânica do Município; faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. De acordo com o inciso III do Parágrafo Único do artigo 1º, mais o Parágrafo Único do artigo 17, ambos da Lei Complementar n. 025, de 24 de novembro de 2011, combinado com as Leis n. 325/06, n. 362/07 e n. 364/07, fica autorizada a utilização do restante do terreno nº 02, matrícula nº. 7.493, pela empresa MAUTRA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, no cumprimento e ampliação do objeto do Contrato de Cessão de Direitos e Outras Avenças n. 001, datado de 10 de dezembro de 2007, respeitando todas as demais cláusulas e condições.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos sete dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
SEC. DA ADM. E DA FAZENDA

Portarias 234 a 263 Ano 2012

PORTARIA Nº 234, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

"CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA JANETE APARECIDA FELICETTI - AGENTE ADMINISTRATIVO - NÍVEL 5 - REFERÊNCIA E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de Julho de 2010, RESOLVE: Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora JANETE APARECIDA FELICETTI, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO- Nível 5 - Referência E - Anexo 1 - Subanexo III - Serviços Administrativos, da Lei Municipal nº 044, de 21 de Julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de Março de 2011, referente ao período aquisitivo de 08.03.2011 a 07.03.2012, a partir de 22 a 31 de outubro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE OUTUBRO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 235, 31 DE OUTUBRO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SANDRA REGINA BOESING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de Abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e o Requerimento da servidora protocolado em 20 de agosto de 2012; tudo de acordo com o Prejulgado nº 1477 e nº 1800, do Egrégio Tribunal de Contas de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora SANDRA REGINA BOESING, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 02.07.2001 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 31 de outubro a 15 de dezembro de 2012.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE OUTUBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 236, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA A EMPREGADA PÚBLICA LUCIMAR CERON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 476, Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a empregada pública LUCIMAR CERON, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O período de afastamento será de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social, tendo seu início em 31.10.2012.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 31 DE OUTUBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 237, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA A SRA. LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada do cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE - CC-3, a Sra. LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI, nomeada através da Portaria nº 129, de 04 de agosto de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 130, de 04 de agosto de 2005, Portaria nº 036, de 24 de janeiro de 2007, Portaria nº 135, de 12 de novembro de 2010 e Portaria nº 067, de 09 de abril de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO

DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 238, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA O SR. CEFAS LUCIANO FONTANA CARDOSO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CC-2, o Sr. CEFAS LUCIANO FONTANA CARDOSO, nomeado através da Portaria nº 037, de 18 de março de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 079, de 09 de abril de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 239, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA A SRA. JULIANA LIZOT, ASSISTENTE DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE - CC-1, a Sra. JULIANA LIZOT, nomeado através da Portaria nº 076, de 21 de junho de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 240, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA A SRA. CLAUDIA MARIANE ROMANATTO DANI, ASSISTENTE DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII,

do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:
Art. 1º. Fica exonerada do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE - CC-1, a Srta. CLAUDIA MARIANE ROMANATTO DANI, nomeada através da Portaria nº 009, de 18 de janeiro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 241, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM CEZAR STORI RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício corrente;

Considerando o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas"

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 007/2012, celebrado com CEZAR STORI RAMOS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 242, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM CLEBER FONTANA GONÇALVES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício corrente;

Considerando o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que

"Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas"

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 008/2012, celebrado com CLEBER FONTANA GONÇALVES DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 243, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM MAGDA REGINA POLO TITON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício corrente;

Considerando o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas"

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 004/2012, celebrado com MAGDA REGINA POLO TITON.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 244, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA O SR. CÉLIO COSTA MOREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES - CC-3, o Sr. CÉLIO COSTA MOREIRA, nomeado através da Portaria nº 050, de 15 de abril de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria 082, de 09 de abril de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 245, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA O SR. EDNEI TREVISOL POCERA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA - CC-3, o Sr. EDNEI TREVISOL POCERA, nomeado através da Portaria nº 127, de 23 de MAIO DE 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 246, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA O SR. ADEMAR ODORISSI, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - CC-2, o Sr. ADEMAR ODORISSI, nomeado através da Portaria nº 078, de 10 de março de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 247, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA O SR. JUCIMAR BRESCIANI TREVISOL, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - CC-2, o Sr. JUCIMAR BRESCIANI TREVISOL, nomeado através da Portaria nº 046, de 01 de março de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 075, de 09 de abril de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 248, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM MARINES MINOSSO BOLZANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício corrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 002, de 01 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 002/2011, celebrado com MARINES MINOSSO BOLZANI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 249, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM DELESIA ORZZATTO MICHELIZZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício ocorrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 004, de 02 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 004/2011, celebrado com DELESIA ORZZATTO MICHELIZZI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 250, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM CLARICE APARECIDA ESCUCIATO MOREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 11, da Lei Municipal nº 112/1999,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício ocorrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 005, de 02 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 005/2011, celebrado com CLARICE APARECIDA ESCUCIATO MOREIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 251, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM ELZA ODETE BARBOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício ocorrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 006, de 02 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 006/2011, celebrado com ELZA ODETE BARBOSA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 252, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM BEATRIZ APARECIDA POSSERA TREVISOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício ocorrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 007, de 02 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 007/2011, celebrado com BEATRIZ APARECIDA POSSERA TREVISOL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 253, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM DAMIANE BRESCIANI RINALDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício corrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 023, de 06 de junho de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 023/2011, celebrado com DAMIANE BRESCIANI RINALDI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 254, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM NILSON ROBERTO TIRONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício corrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 012, de 02 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 012/2012, celebrado com NILSON ROBERTO TIRONI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 255, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SONIA MARA CORDEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2002, em especial no que tange acerca da redução de gastos para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do exercício corrente;

Considerando, o Decreto nº 2408, de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre a Limitação de Empenhos e Despesas Objetivando o Equilíbrio das Contas Públicas";

Considerando, o Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, que "Homologa Resultado Final do Concurso Público - Edital nº 001/2012";

Considerando, a cláusula 3ª, do Contrato de Trabalho nº 014, de 11 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o contrato nº 014/2012, celebrado com SONIA MARA CORDEIRO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE

2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda
PORTARIA Nº 256, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
"DISPENSA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o retorno da titular do cargo Antonio Luis Souza do Amaral, RESOLVE:
Art. 1º. Dispensar das funções do cargo de Motorista, o Sr. ILDO TREVISOL, admitido por tempo determinado através do Contrato nº 016, de 02 de julho de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda
PORTARIA Nº 257, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DOMINGOS MACHADO DA SILVA - MOTORISTA - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de Julho de 2010, RESOLVE:
Art. 1º. Conceder férias ao servidor DOMINGOS MACHADO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA - Nível 2 - Referência B - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011, referente ao período aquisitivo de 01.03.2011 a 29.02.2012, a partir de 01 a 30 de novembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda
PORTARIA Nº 258, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR GILMAR FONTANA - TESOUREIRO - NÍVEL 9 - REFERÊNCIA E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:
Art. 1º. Conceder férias ao servidor GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de TESOUREIRO- Nível 9 - Referência E - Anexo 1 - Subanexo III - Serviços Administrativos - Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de 02.01.2011 à 01.01.2012, a partir de 01 a 30 de novembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda
PORTARIA Nº 259, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR LUIZ ÁLVARO RAMOS - MOTORISTA - NÍVEL 2 -REFERÊNCIA C E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, bem como o Decreto nº 2114, de 09.07.2010, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor LUIZ ALVARO RAMOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.97, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011, referente ao período aquisitivo de 06.08.2011 à 05.08.2012, a partir de 01 a 30 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda
PORTARIA Nº 260, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
"CONCEDE FÉRIAS A MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de

Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, bem como o Decreto nº 2114, de 09.07.2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Sra. MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, residente e domiciliada neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal da Agricultura e meio Ambiente - CC-3 - Anexo 1 - Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 002, de 09 de janeiro de 2002, referente ao período aquisitivo de 08.02.2011 à 07.02.2012, a partir de 01 a 30 de novembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda
PORTARIA Nº 261, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
"DESIGNA SERVIDOR SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 36, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora SARA ELOISA RINALDI VIECELI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de provimento comissionado de Diretora do Departamento de Administração e Finanças, para substituir o servidor Gilmar Fontana, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, que se encontra afastado para gozo de férias, no período de 01.11.2012 a 31.12.2012.

Parágrafo único. A substituta continuará percebendo os vencimentos relativos ao seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos primeiro dia do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda
PORTARIA Nº 262, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL, MOTORISTA - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004,

bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de Julho de 2010, RESOLVE:
Art. 1º. Conceder férias ao servidor ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA - Nível 2 - Referência E - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011, referente ao período aquisitivo de 01.01.2009 a 31.12.2009, a partir de 02 de novembro a 04 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro de 2012.

ALCINDO PEROSA
Sec. de Adm. e Finanças
PORTARIA Nº 263, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
"EXONERA O SR. CLEBER CORDEIRO DISSEGNA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA ESPORTE- CC-2, o Sr. CLEBER CORDEIRO DISSEGNA, nomeado através da Portaria nº 059, de 15 de maio de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 078, de 09 de abril de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/147 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/147 A00

Contratada: ELÉTRONS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

C.N.P.J: 85.392.074/0001-73

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DOS CONSUMIDORES DA COSIP, NAS RUAS EUFRÁZIO FIGUEIREDO E RUA TAUBATÉ - VILA NOVA - IMBITUBA.

Valor: R\$ 6.620,24 Prazo: 10 dias

Fundamento: Processo nº. 119/2012 Dispensa 36/2012

Imbituba, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

ELÉTRONS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2012/29 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/29 A01

Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: ACRÉSCIMO DE 23,22%(VINTE E TRES VIRGULA VINTE E DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 13.690,89

Fundamento: Processo nº. 11/2012 Pregão 11/2012

Imbituba, 29 de outubro de 2012

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

VILA NOVA COM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2012/53 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/53 A01

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

C.N.P.J: 83.665.141/0001-50

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 19/12/2012.

Fundamento: Processo nº. 19/2012 Concorrência 01/2012

Imbituba, 16 de agosto de 2012

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2012/53 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/53 A02

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

C.N.P.J: 83.665.141/0001-50

Objeto: ACRÉSCIMO DE 17,39%(DEZESSETE VIRGULA TRINTA E NOVE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 111.818,04

Fundamento: Processo nº. 19/2012 Concorrência 01/2012

Imbituba, 25 de setembro de 2012

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Representante Legal

Contratada

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 470/2012 de 07 de Novembro de 2.012.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A VILMA LANG, matrícula 513-4, Licença Prêmio de 30 dias, relativas aos períodos aquisitivos de 2003 a 2008 e gozo de 07/11/2012 a 06/12/2012.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 07 de Novembro de 2012.

Ipumirim - SC, 07 de Novembro de 2.012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 469 /2012 de 06 de Novembro de 2012.
DESIGNA GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais.

DESIGNA GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARIANA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim - SC, portadora da cédula de identidade nº.3942448 e do CPF sob o nº. 010.155.029-46, Farmacêutica, nomeada por Concurso Público pela portaria nº.378/2010, designa como GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o período

de 06 de Novembro de 2012 a 31 de Janeiro de 2013,
Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará
em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 06 de Novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 26/2012, Pregão Presencial Nº 13/2012

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2012

MARIANA DA SILVEIRA - GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE IPUMIRIM torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 23/11/2012, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 23/11/2012. Objeto da licitação: aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2013, de acordo com as descrições anexas ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 06 de novembro de 2012

MARIANA DA SILVEIRA

Gestora Do Fundo Municipal De Ipumirim

Processo de Licitação Nº 27/2012, Dispensa de Licitação Nº 13/2012

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2012

MARIANA DA SILVEIRA - GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE IPUMIRIM torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de medicamentos destinado ao atendimento à população. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 06 de novembro de 2012

MARIANA DA SILVEIRA

Gestora Do Fundo Municipal De Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Ata de Registro de Preços 18/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Ata nº. 18/2012

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2011 - CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 07/2011 - Processo de Licitação n.º 48/2011, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 28/2011, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 07/2011, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 01: Oleo Diesel Comum - 55.000 litros - valor anterior R\$ 2,0276 Total R\$ 111.518,00 - valor reajustado R\$ 2,0700 - valor total: R\$ 113.850,00, sendo o valor aditivado de R\$ 2.332,00.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes são os que restam receber da Contratada. CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 07 de novembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

JACKSON FAVERO SLOGO

Ceres Comércio E Transporte De Derivados De Petróleo LTDA

Itapoá

PREFEITURA

Errata ao Pregão Presencial N.º 29/2012

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2012 –

REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012 – OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital.

O Município de Itapoá torna público que da licitação em epígrafe:

AONDE LÊ-SE

DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

41	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, IN	83,8000	0,0000
----	--	---------	--------

Vencedor

Vlr Total



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

LOJA ARACAJU LTDA ME	10.202,2000
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	4.120,1800
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, IN	20.950,0000
MARCELO JACOB	8.192,3500
LUIZ FERNANDO GONÇALVES PAPELARIA E INFO	14.287,6000
COMERCIAL CRONUS LTDA	233.530,7200
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA	4.204,0000
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	14.240,0000
SOLO COMERCIAL LTDA	1.371,5000
JOSÉ CARLOS VEDAN ME	2.297,0000
ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA	624,0000
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LT	153,0000

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

41	LOJA ARACAJU LTDA ME,	83,7900	0,0000
----	-----------------------	---------	--------

Vencedor	Vlr Total
LOJA ARACAJU LTDA ME	31.149,7000
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	4.120,1800
MARCELO JACOB	8.192,3500
LUIZ FERNANDO GONÇALVES PAPELARIA E INFO	14.287,6000
COMERCIAL CRONUS LTDA	233.530,7200
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA	4.204,0000
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	14.240,0000
SOLO COMERCIAL LTDA	1.371,5000
JOSÉ CARLOS VEDAN ME	2.297,0000
ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA	624,0000
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LT	153,0000

Justificam-se os termos da presente errata como erro material em consequência da não contabilização do lance realizado pelo licitante vencedor como critério de desempate conforme Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas na referida Ata de Sessão Pública

Itapoá, 06 de novembro de 2012.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 60/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;

Empresa: LOJA ARACAJU LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.758.595/0001-55 e Inscrição Estadual: 252557662, com sede à Rua Assis Brasil nº 280, Saguacu, CEP: 89221-510, na cidade de Joinville/SC. Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 31.149,70 (trinta e um mil cento e quarenta e nove reais e setenta centavos).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 61/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;

Empresa: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.008.570/0001-00 e Inscrição Estadual: 255467893, com sede à Rua Irmgard Carl nº 225, Asilo, CEP: 89037-555, na cidade de Blumenau/SC, representada neste ato por sócio, o Sr ADEMIR LAURINDO, portador do CNPJ/MF nº 624.465.259-20 e do CI.RG nº 1.723.455-7 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 4.120,18 (quatro mil cento e vinte reais e dezoito centavos).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 62/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;

Empresa: COMERCIAL CRONUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.975.632/0001-97 e Inscrição Estadual: 905.20391-66, com sede à Rua Adolfo Bertoldi nº 505, Campo do Santana, CEP: 81490-470, na cidade de Curitiba/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 233.530,72 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e trinta reais e setenta e dois centavos).

Data da assinatura: 06/11/2012;



Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.
MARIO ELOI TAVARES
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 63/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;
Empresa: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.586.694/0001-41 e Inscrição Estadual: 254.261.744, com sede à Rua Doraci Galotti Kehring nº 56, centro, CEP: 88.140-000, no município de Santo Amaro da Imperatriz/SC
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 14.240,00 (quatorze mil duzentos e quarenta reais).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.
MARIO ELOI TAVARES
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 64/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;
Empresa: MARCELO JACOB-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.774.132/0001-97 e Inscrição Estadual: 905.154.621-8, com sede à Rua Frei Gaspar Madre de Deus nº 140, Portão, CEP: 81.070-090, na cidade de Curitiba/PR, representada neste ato por empresário o Sr MARCELO JACOB, portador do CNPJ/MF nº 026.131.759-82 e do CI.RG nº 6.758.981-5 SSP/PR.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 8.192,35 (oito mil cento e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.
MARIO ELOI TAVARES
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 65/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;
Empresa: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.667.876/0001-75 e Inscrição Estadual: 256227250 com sede à Rua Pereira Oliveira nº 85, Bairro Velha, CEP: 89036-350, na cidade de Blumenau/SC, representada neste ato por seu sócio-gerente o Sr THIAGO SEIBT, portador do CNPJ/MF nº 059.028.849-00 e do CI.RG nº 84.606.319 SSP/SC
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 4.240,00 (quatro mil e duzentos e quarenta reais).
Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.
MARIO ELOI TAVARES
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 66/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;
Empresa: LINEAR COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.047.135/0001-91 e Inscrição Estadual: 90522024-15, com sede à Rua Adinar dos Santos Ribeiro nº 279, fazendinha, CEP: 81330-070, na cidade de Curitiba/PR.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 14.287,60 (quatorze mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.
MARIO ELOI TAVARES
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 67/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;
Empresa: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.965.228/0001-68 e Inscrição Estadual: 256.465.061, com sede à Av. 24 de outubro, nº 1162, Bairro: Centro, CEP: 88.680.000, na cidade de Bom Retiro/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 68/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;

Empresa: SOLO COMERCIAL LTDA-EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.102.277/0001-41 e Inscrição Estadual: 90493375-98 com sede à Av. Frederico Lambertucci nº 863, Fazendinha, CEP: 81.330-000 na cidade de Curitiba/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 1.371,50 (um mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 69/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;

Empresa: ENIA DO ROCIO MENDES DE MOURA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.511.076/0001-59 e Inscrição Estadual: 90594926-80, com sede à Rua Maria Teodoro Vilalva, nº 48, Bairro: CIC, CEP: 81.1315-280, na cidade de Curitiba/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação

de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 70/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2012

Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação;

Empresa: JOSÉ CARLOS VEDAN ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.438.716/0001-54 e Inscrição Estadual: 90539192-59, com sede à Rua Pedro Gusso nº 3519, CIC, CEP: 81.315-000, na cidade de Curitiba/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012 - PROCESSO Nº 79/2012;

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, didáticos e pedagógicos para uso na Secretaria de Educação, nas Escolas Municipais, no Centro de Preparação da alimentação escolar e na ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações do anexo V do edital. Valor total: R\$ 2.297,00 (dois mil duzentos e noventa e sete reais).

Data da assinatura: 06/11/2012;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 07 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.184 de 01 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.184 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.210 de 16/12/11 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 - ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E

ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.201.0
Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 01 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.186 de 05 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.186 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMEN-
TAR, AUTORIZADO PELO ART. 15 INCISO I E II DA LEI Nº. 4.210
DE 16/12/2011, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), usando das atribuições
que são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 80.000,00
(oitenta mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo
descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -
JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -
JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.061 Operação e Manutenção do Sistema de Água -
Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-13
Outras despesas correntes - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 60.000,00

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE
Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- 9
Outras despesas correntes - Aplicações Diretas
Valor: R\$ 20.000,00

Art.2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com re-
cursos provenientes do provável excesso de arrecadação verifica-
do no corrente exercício.

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar até a importância
de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) na dotação abaixo
identificada:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -
JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -
JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE
Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- 9

Outras despesas correntes - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 65.000,00

Art. 4º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com
recursos provenientes da anulação da dotação abaixo identificada,
na mesma importância citada no artigo 3º deste Decreto:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -
JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -
JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE
Modalidade de aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 7

Outras despesas correntes - Pessoal e Encargos Sociais - Aplica-
ções Diretas

Valor: R\$ 65.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 05 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Portaria N.º 5.360

PORTARIA Nº 5.360 DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições
legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de
11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no
prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste
ato, a fim de que se apure eventual infração funcional da servido-
ra Sra. Debora Lopes Cesar, conforme memorando da Secretaria
Municipal de Saúde e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, RUBIA KAREN PROVENSI, DE-
SIREE APARECIDA PINO GOMES e JULIO CESAR BISSANI, para
conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de
dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedeci-
do o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho
de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.361

PORTARIA Nº 5.361 DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições
legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN
para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 985/2012/
PMJ de 16 de outubro de 2012, proveniente do Processo Licitatório
n.º 56/2012/PMJ - Tomada de Preço n.º 09/2012/PMJ, de acordo
com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
produzindo efeitos desde 16 de outubro de 2012, obedecido o dis-
posto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.362

PORTARIA Nº 5.362 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições
que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgâ-
nica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) JOÃO CARLOS PEGORARO

SOARES, do cargo de Assessor de Eventos, nível CC-3, com lotação no Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.363

PORTARIA Nº 5.363 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) JAIRO ANDRE DE SA JUNIOR, para exercer o cargo de Assessor de Eventos, nível CC-3, com lotação no Gabinete do Prefeito, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003, nos termos da Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.364

PORTARIA Nº 5.364 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) JORGE MACIEL DE ARRUDA, Técnico em Desenho, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 05 de novembro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.365

PORTARIA Nº 5.365 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) DIANE CARINA MATANA, Técnico em Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 16 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (11 dias), por um período de 11 (onze) dias, a partir de 05 de novembro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.366

PORTARIA Nº 5.365 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2011
"PRORROGA PRAZO DA CESSÃO DO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve

Art. 1º - PRORROGAR O PRAZO DA CESSÃO AO Tribunal Regional Eleitoral 18ª Zona Eleitoral/Joaçaba-SC, do(a) Servidor(a) Sr.(a) IVONE DAGHETTI SIMADON, Professor Licenciatura Plena, para prestar serviços junto aquele órgão de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - Conforme requisição deste órgão através de ofício ZE 018/jrs n.º 218/2012.

Art. 3º - Prorroga-se a cessão pelo período de 1 (um) ano a contar desta data.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.367

PORTARIA Nº 5.367 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR as Sras. ADRIANA CHIAMOLERA e GISLAINE FERREIRA COUTINHO SOARES para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos n.º 348/349/350/2012/FMS de 31 de outubro de 2012, proveniente do Processo Licitatório n.º 41/2012/FMS - Pregão Presencial n.º 23/2012/FMS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de outubro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.368

PORTARIA Nº 5.368 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) ROBERTO MINATI, Técnico em Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando do Gabinete do Prefeito, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de novembro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de novembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

SIMAE**Homologação CV 13/2012 - SIMAE**
HOMOLOGAÇÃO CFE ANEXO**Resumo Contrato JHL 0131/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0131/2012
TERMO DE SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0083/2012
TOMADA DE PREÇO JHL Nº 0006/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2012
PROTOCOLO Nº 1530/2012
Data: 05/11/2012

Objeto: ACRÉSCIMO DE VALORES E SERVIÇO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 65, § 1º DA LEI 8.666, BEM COMO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA REFERENTE REFORMA DO TANQUE REATOR UASB DA ETE LUZERNA, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.
Contratado: GRATT INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA
Valor do Contrato: R\$ 12.420,00 (Doze mil, quatrocentos e vinte reais)

PROGRAMA: 14.01.1.052.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 05/11/2012 a 18/11/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Lages**PREFEITURA****1º Adt. Contrato 179/2012 - PML**

1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM
FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 179/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: RAMALUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.962.222/0001-05, com sede à Av. Santa Catarina, 285 - Lages/SC - cep: 88.512-005.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa RAMALUZ LTDA, representada por seu Procurador o Sr. Sinval Barbosa de Jesus, inscrito no CPF sob n.º 386.015.409-53, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADO, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 52/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 10/2012, aberto em 28/03/2012 e homologado em 15/05/2012, c/c com o Parecer Favorável da Procuradoria Geral do Município sob nºc2113/2012, em apenso e consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia Para Prestação de Serviços de Mão de Obra na Execução de 4.490,56 USIP, ao custo unitário de R\$ 65,78, conforme autorização de fornecimento nº 177/2012, na Rede de Distribuição e para Extensão e Manutenção da Iluminação Pública de Lages, SC, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital Correlato.

1.1 - DO ACRESCIMO DE SERVIÇOS:

1.1.1 - Ficam acrescidos ao objeto contratual mais 1.122,00 USIP correspondente a 24,99% do total contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço destes serviços aditivados é de R\$ 73.805,16 (setenta e três mil, oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, dos projetos, das planilhas, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato e ao Edital Correlato.

3.1 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

LAGES, SC, em 29 de setembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA RAMALUZ LTDA

Prefeito Municipal

Representante

SINVAL BARBOSA DE JESUS

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

Lauro Muller**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 59/2012**

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2012

Processo Licitatório nº 63/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 63/2012

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGISTA E OBSTETRA EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: KATIANE BRUGNARA ZANINI

Prazo de Vigência: 05/11/2012 a 15/12/2012

Valor: R\$ 11.667,24 (onze mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 60/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2012

Processo Licitatório nº 64/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 64/2012

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS DE OBSTETRA EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: JOSÉ CANDIDO RIBEIRO JUNIOR

Prazo de Vigência: 05/11/2012 a 15/12/2012

Valor: R\$ 9.677,50 (nove mil seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 61/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2012

Processo Licitatório nº 65/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 65/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE PARA AS LOCALIDADES DE RIO DA VACA/ RIO ORATÓRIO/ RIO DO MEIO/ RIO DO RASTRO/ LAJEADO E RIO APERTADO EM CARÁTER EMERGENCIAL POR NÃO HAVER INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: GILVANIA ACORDI IGNÁCIO

Prazo de Vigência: 05/11/2012 a 15/12/2012

Valor: R\$ 2.329,40 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 62/2012

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2012

Processo Licitatório nº 66/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 66/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE PARA A LOCALIDADE DE MORRO DA PALHA EM CARÁTER EMERGENCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: ANA CRISTINA FIEIRA

Prazo de Vigência: 05/11/2012 a 15/12/2012

Valor: R\$ 2.329,40 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 63/2012

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2012

Processo Licitatório nº 67/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 67/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSIQUIATRIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM CARÁTER EMERGENCIAL ATE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: VICENTE GANEM

Prazo de Vigência: 05/11/2012 a 15/12/2012

Valor: R\$ 4.777,50 (quatro mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 64/2012

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2012

Processo Licitatório nº 68/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 68/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDIATRIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM CARÁTER EMERGENCIAL ATE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: PRISCILA SOUZA PRUDENTE DE AQUINO

Prazo de Vigência: 05/11/2012 a 15/12/2012

Valor: R\$ 5.812,50 (cinco mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 65/2012

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2012

Processo Licitatório nº 69/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 69/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA UNIDADE DE

SAÚDE DO BARRO BRANCO EM CARÁTER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: ROSELAINE STURÍÃO

Prazo de Vigência: 05/11/2012 a 15/12/2012

Valor: R\$ 14.036,16 (quatorze mil e trinta e seis reais e dezesseis centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 198/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 198/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CROMILUX TECNOLOGIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2012

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, mediante mão-de-obra especializada com fornecimento de materiais elétricos de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC.

Valor: R\$ 23.599,12

Vigência: até 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 11 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 199/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 199/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de tripé profissional e púlpito em acrílico.

Valor: R\$ 2.672,00

Vigência: 18 de outubro de 2013.

Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 200/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 200/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou



o seguinte contrato:

Contratado: COMÉRCIAL DE MÓVEIS MAQUINAS APARELHOS E UTENSÍLIOS HUMAITÁ
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de arquivo de aço, armário, mesa de reunião, e mesas em formato "L".
Valor: R\$ 4.543,00
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 201/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 201/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de 02 cadeiras giratórias e 01 projetor multi-mídia.
Valor: R\$ 2.153,00
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 202/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 202/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMUNICA COMERCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de 01 central telefônica e 610 metros de cabo de rede cat 5e.
Valor: R\$ 5.316,30
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 203/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 203/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E

ESCRITÓRIO LTDA Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de 14 Baterias recarregáveis 9 v. 250 mAh e 01 Quadro branco 90x120cm (A x C) tipo lousa magnética.
Valor: R\$ 328,00
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 204/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 204/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de 02 câmeras de segurança, 100m de fibra óptica, 50 plugsRJ45 8 vias, 01 antena para sinal de internet e 04 mini racks de parede.
Valor: R\$ 4.113,50
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 205/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 205/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de 08 cadeiras fixas empilháveis.
Valor: R\$ 416,00
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 206/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 206/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EKI PAR LICIT INFORMÁTICA LTDA-ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de 02 carregadores de pilhas, 01 micro computador, 01 televisor led 32", 01 tela de projeção e 10 mini mouses ópticos.

Valor: R\$ 3.615,00
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 207/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 207/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2012

Objeto: Aquisição de 01 painel solar instalado na torre de internet de Linha Mimosa.

Valor: R\$ 1.300,00
Vigência: 18 de outubro de 2013.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 208/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 208/2012 - 1º TA 199/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011

Objeto: Aquisição de mais 25 pacotes de luvas plásticas cano longo 5 dedos com 25 unid. para Inseminação Artificial.

Valor: R\$ 230,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 209/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 209/2012 - 1º TA 198/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SRC COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011

Objeto: Aquisição de mais 375 litros de Nitrogênio Líquido com pureza mínima de 99,99% para armazenamento de sêmen bovino para inseminação artificial.

Valor: R\$ 517,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 210/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 210/2012 - 1º TA 197/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011

Objeto: Aquisição de mais 490 doses de sêmen bovino para inseminação artificial.

Valor: R\$ 6.858,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 18 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 211/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 211/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MJ CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2012

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para reforma do Ginásio Municipal de Esportes.

Valor: R\$ 184.519,99
Vigência: 23 de abril de 2013.
Assinatura: 25 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 212/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 212/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AUTO PROGRESSO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2012

Objeto: Serviços mecânicos compreendendo peças e mão-de-obra, para conserto do Micro Onibus Volare W8, placas MCT 8307, ano 2003/2004.

Valor: R\$ 3.750,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 25 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 213/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 213/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: WE EQUIPAMENTOS - COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2012

Objeto: Serviços mecânicos compreendendo peças e mão-de-obra, para conserto da retroescavadeira Caterpillar 416E ano 2007.
Valor: R\$ 12.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 25 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 214/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 214/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2012

Objeto: Contratação de empresa para instalação da iluminação pública e remoção de postes em rede existente no município de Lindóia do Sul, no acesso ao Bairro Caminho do Sol e Bairro Colina Verde.
Valor: R\$ 20.024,16
Vigência: 24 de janeiro de 2013.
Assinatura: 26 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 215/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 215/2012 - 3º TA 116/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra de pavimentação asfáltica com c.b.u.q. e calçadas para acesso ao frigorífico Kaefer Agro Industrial Ltda.
Vigência: 30 de dezembro de 2012.
Assinatura: 26 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 216/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 216/2012 - 1º TA 96/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIO TRANSPORTES E CONFECÇÕES LAMB LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2012

Objeto: Aquisição de mais 16 camisetas.
Valor: R\$ 253,76
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 30 de outubro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato FMS 26/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 26/2012 - 2º TA 10/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DIMENZO ENGENHARIA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2012

Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência de alteração no projeto de execução da obra, tendo em vista que no projeto inicial não foi previsto a execução do estacionamento com pavimentação em paver para ambulâncias e veículos de pacientes, bem como rampas de acesso, reformulação de muros existentes, criação de jardim, e instalação de totem para sinalização.
Valor: R\$ 18.791,60
Vigência: 26 de dezembro de 2012.
Assinatura: 26 de outubro de 2012.

GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 27/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 27/2012 - 1º TA 15/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LINDIG DIAGNÓSTICOS LTDA ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de comodato 15/2012 objetivando o empréstimo de uma sala para atendimento médico por mais um mês.
Vigência: 30 de novembro de 2012.
Assinatura: 31 de outubro de 2012.

GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 28/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 28/2012 - 1º TA 14/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da obra e prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias consecutivos.

Vigência: 02 de abril de 2013.

Assinatura: 01 de novembro de 2012.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

Edital de Receita FMAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Assistência Social:

22/10/2012	Programa Piso Variável II	1.000,00
22/10/2012	Piso Básico Fixo - PBF	4.500,00

Luzerna(SC), 06 de novembro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 004/12

RESOLUÇÃO Nº 004/2012, de 06 de novembro de 2012.

"ACRESCE OS ARTIGOS "214-A" E "249-A", BEM COMO ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS "55, §1º, "143" E "200" DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO SCHNEIDER, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna, SC, dentro de suas atribuições descritas no artigo 17, inciso III, da Lei Orgânica do Município e artigo 158 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica acrescido o Artigo 214-A ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o qual terá a seguinte redação:

"Artigo 214-A. Para os Projetos de que trata o Artigo 214 deste Regimento, caso haja parecer favorável das Comissões pertinentes, poderá ocorrer requerimento para votação do Projeto em questão na mesma Sessão e, se aprovado por maioria simples dos Vereadores, será incluído na Ordem do Dia para votação".

Art. 2º. Fica acrescido o Artigo 249-A ao Regimento Interno da

Câmara de Vereadores, o qual terá a seguinte redação:

"Artigo 249-A. Para fins do artigo 11, I, deste Regimento, poderá o Vereador presente à sessão, antes de qualquer processo de votação, escusar-se de votar, declarando seu impedimento por interesse particular, sendo a sua presença computada para efeito de quorum".

Art. 3º. Ficam alteradas as redações dos seguintes artigos:

I - De:

"Artigo 55 - ()

§1º - O Projeto de Resolução será submetido à discussão e votação, observando-se o quorum previsto no caput do Artigo 55 deste Regimento".

Para:

"Artigo 55 - ()

§1º - O Projeto de Resolução será submetido à discussão e votação, observando-se o quorum previsto no caput do Artigo 50 deste Regimento".

II - De:

Artigo 143 - ()

§12 - A solicitação de prestação de contas de qualquer das Secretarias, Fundos, Autarquias e Entidades Públicas se dará nos termos do Artigo 170 deste Regimento.

Para:

Artigo 143 - ()

§12 - A solicitação de prestação de contas de qualquer das Secretarias, Fundos, Autarquias e Entidades Públicas se dará nos termos do Artigo 173 deste Regimento.

III - De:

Artigo 200 - ()

Parágrafo Único - Da decisão do Presidente caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor, dentro de 10 (dez) dias, e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Justiça, cujo parecer, em forma de Projeto de Resolução, será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário, na forma do Artigo 171, deste Regimento.

Para:

Artigo 200 - ()

Parágrafo Único - Da decisão do Presidente caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor, dentro de 10 (dez) dias, e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Justiça, cujo parecer, em forma de Projeto de Resolução, será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário, na forma do Artigo 160, deste Regimento.

Art. 4º. Os demais artigos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Luzerna, SC, permanecem inalterados.

Art. 5º. Esta Resolução entrará em vigor na data da Publicação.

Luzerna (SC), 06 de novembro de 2012.

JULIANO SCHNEIDER

Presidente da Câmara de Vereadores



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Balancete Financeiro 10/2012

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

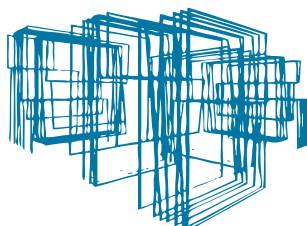
Balancete Financeiro de 10/2012

Emissão: 31/10/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
		DESPESA ORÇAMENTARIA	26.793,25
		LEGISLATIVA	26.793,25
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	48.337,62	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.590,06
PREVIDENCIA SOCIAL	1.547,89	PREVIDENCIA SOCIAL	1.547,89
INSS	1.547,89	INSS	1.547,89
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	349,74	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	268,85
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	349,74	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	268,85
APLICAÇÃO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL	349,74	APLICAÇÃO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL	268,85
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	77,69	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	77,69
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	77,69	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	77,69
ASM ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS	33,02	ASM ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS	33,02
CONTRIBUICAO PARTIDARIA	44,67	CONTRIBUICAO PARTIDARIA	44,67
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.695,63	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.695,63
INSS	4.298,09	INSS	4.298,09
FGTS	397,54	FGTS	397,54
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	41.666,67		
> DESPESA EMPENHADA	26.793,25	> DESPESA PAGA	26.747,41
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	26.793,25	CREDITO LIQUIDADO	26.747,41
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	26.747,41
> SALDOS ANTERIORES	122.695,87	> SALDOS ATUAIS	137.696,02
APLICACOES FINANCEIRAS	122.695,87	APLICACOES FINANCEIRAS	137.696,02
> TOTAL	197.826,74	> TOTAL	197.826,74

PRESIDENTE EM EXERCICIO
JULIANO SCHNEIDER

CONTADORA CRC 029319/O-4
RUBIANA SUELEN BALESTRIN



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Macieira

PREFEITURA

Abre Credito Especial No Orçamento 2012

LEI Nº 606, DE 21 DE AGOSTO DE 2012.

"Inclui ação no PPA e LDO e Abre Credito Especial no Orçamento de 2012".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a incluir ação em programa do PPA Lei 528 de 06 de setembro de 2011 e Lei da LDO 529 de 06 de setembro de 2011 na seguinte programação:

Programa 10.01 Saúde Para Todos

Ação 014 Ampliação da Rede Física da Saúde

Projeto 3014 Ampliação da Rede Física da Saúde

Meta M²

Fonte 01.23.000054 R\$ 58.900,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no orçamento de 2012 na seguinte programação de despesa:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.3057 Ampliação UBS

44900000 Fonte 01.23.000054 R\$ 58,900,00

Art. 3º Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação de Convênio firmado com o Ministério da Saúde na fonte 01.23.000054, no Valor de R\$ 58.900,00 (cinquenta oito mil e novecentos reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº611, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

10.0 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

40,16 Manutenção das Atividades da Saúde

33.71 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

10.0 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

40,16 Manutenção das Atividades da Fundo

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº607, DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.07 Séc. Municipal de Agricultura e Desenv. Econômico.

40.43 Manutenção das Atividades de Desenv. R. e Agrop.

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 9.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito

02,01 Gabinete do Prefeito

40,03 Manutenção das Atividades do Gabinete

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 9.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de agosto de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº615, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
 02.03 Séc. Municipal de Adm. e Fazenda
 40.04 Manut. das Atividades de Administração
 33.50 Transf. A Instituições P. sem fins lucrativos
 R\$ 3.051,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

08.0 Encargos Gerais do Município
 08.01 Encargos Gerais do Município
 40.00 Amortização da Dívida e Encargos Municipais
 32.90 Aplicações Diretas
 R\$ 3.051,00

. Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.
 EMERSON ZANELLA
 Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº613, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando
 A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que
 Estima a Receita e Fixa Despesa
 para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
 02.03 Séc. Municipal de Adm. e Fazenda
 40.04 Manut. das Atividades de Administração
 33.90.3 Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

02.04 Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes.
 40.29 Manutenção do Transporte Escolar
 33.90 Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

02.07 Séc. Municipal de Agricultura e Desenv. Econômico.
 40.43 Manutenção das Atividades de Desenv. R. e Agrop.
 33.90 Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

02.08 Séc. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano
 40.46 Manutenção da Malha Rodoviária
 33.90 Aplicações Diretas.
 R\$ 5.000,00

08.00 Encargos Gerais do Município
 08.01 Encargos Gerais do Município
 40.00 Amortização da Dívida e Encargos Municipais
 46.90 Aplicações Diretas
 R\$ 36.700,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito

02.05 Sec. Municipal de Desenvolvimento Social
 30.08 Apoio ao sistema Habitacional
 33.90 Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

44.90 Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

02.06 Sec. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano
 30.35 Pavimentações de Ruas e Passeios
 44.90 Aplicações Diretas
 R\$ 4.000,00

30.39 Saneamento Básico Geral
 44.90 Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

30.48 Obras de Infraestrutura Rural
 44.90 Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

02.07 Sec. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico
 40.42 Incentivo a produção Animal
 33.90.3 Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

02.05 Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes.
 40.28 Manutenção do Ensino Fundamental
 33.90 Aplicações Diretas
 R\$ 32.700,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2012.
 EMERSON ZANELLA
 Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº617, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação Bolsa Família.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

11.0 Fundo Municipal de Assistência Social
 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 40.10 Manutenção das Atividades A. Social Geral
 33.90.63 Aplicações diretas 5
 R\$ 6.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.
 EMERSON ZANELLA
 Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº610, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação ESPECIFICIDADES REGIONAIS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

10.0 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
40.18 Manutenção do Piso de Atenção Variável
33.90.64.54 Aplicações diretas
R\$ 12.167,28

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº616, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do FUNDEB.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do FUNDEB no exercício de 2012 até o valor abaixo descrito.

02.00 Gabinete do Prefeito
02.05 Sec. Mun. De Educação Cultura e Esportes
20.13 Manutenção do FUNDEB 60%
31.90.18 aplicações diretas
R\$ 40.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº612, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação PMAQ E VIG EPIDEMIOLOGICA.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

10.0 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
40.18 Manutenção do Piso de Atenção Variável (pmaq)
33.90.64.54 Aplicações diretas
R\$ 12.167,28

40.20 Manut. da Vigilância em Saúde Epidemiológica
33.90.66.16 Aplicações Diretas.
R\$ 18.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de setembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº618, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação COSIP.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação da COSIP

02.00 Gabinete do Prefeito
02.06 Séc. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
40.37 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
33.90.17 Aplicações Diretas
R\$ 2.440,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº614, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação SUAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

11.0 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

40.10 Manutenção das Atividades A. Social Geral
33.90.63 Aplicações diretas
R\$ 4.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Dispõe Sobre As Diretrizes Para Elaboração da Lei Orçamentária do Município, Para o Exercício 2013, e Dá Outras Providências."

LEI Nº609, de 28 de Agosto de 2012.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2013, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº.001, de 20 de Junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme

disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 001, de 20 de Junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde; (descentralizado)
- Fundo Municipal de Assistência Social; (descentralizado)
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência; (descentralizado)
- Fundo Municipal de previdência dos servidores públicos de Macieira; (descentralizado)

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da LEI;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2009 a 2011, fixada para 2012 e projetada para 2013 a 2015;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2011 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2013 a 2015;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2009 a 2011;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2013;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2009 a 2011, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2013 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2013, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será

considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não poderá exceder, no exercício de 2013 a 10 % (dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2013.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta LEI.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2013, de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta LEI.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze)

meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2013, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2013, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2013, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal, poderá, desde que autorizado por Lei específica, realizar operações de crédito, mesmo as operações por antecipação da receita, abrir crédito adicionais e realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro;

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2013, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional

interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentados estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao

montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de

consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2013, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2012, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2013.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Lei de autoria do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2012, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;

- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

MACIEIRA (SC) em 28 de agosto de 2012
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Ppa

LEI Nº608, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2010/2013, Lei 419/2009 do Município de MACIEIRA para o exercício de 2013 e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam atualizadas as planilhas do Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2013, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamentos de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I;

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram calculados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento de recursos;

Art. 3º - A revisão tem por objetivo, atualizar os valores, ações, e manter o equilíbrio entre receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de MACIEIRA (SC) em 28 de agosto de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1245, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação Bolsa Família.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 617 de 06/11/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

11.0 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
40.10 Manutenção das Atividades A. Social Geral
33.90.63 Aplicações diretas 5
R\$ 6.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1228, DE 21 DE AGOSTO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 607 de 21/08/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.07 Séc. Municipal de Agricultura e Desenv. Econômico.
40.43 Manutenção das Atividades de Desenv. R. e Agrop.
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 9.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
40.03 Manutenção das Atividades do Gabinete
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 9.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº 1232, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Credito Suplementar por conta do Contrato de repasse nº 0301646-61/2009.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 41 da Lei nº 4.320/64, e conforme art. 6º da Lei Municipal nº. 561/2011 de 23/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio supra citado celebrado com o Ministério do Turismo, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL..

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Séc. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano

30.35 Pavimentação de Ruas e Passeios - Recursos União

44.90.24.54 Aplicações Diretas

R\$79.953,88

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 14 de Setembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1235, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 613 de 09/10/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Séc. Municipal de Adm. e Fazenda

40.04 Manut. das Atividades de Administração

33.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

02.04 Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes.

40.29 Manutenção do Transporte Escolar

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

02.07 Séc. Municipal de Agricultura e Desenv. Econômico.

40.43 Manutenção das Atividades de Desenv. R. e Agrop.

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

02.08 Séc. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano

40.46 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90 Aplicações Diretas.

R\$ 5.000,00

08.00 Encargos Gerais do Município

08.01 Encargos Gerais do Município

40.00 Amortização da Dívida e Encargos Municipais

46.90 Aplicações Diretas

R\$ 36.700,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito

02.05 Sec. Municipal de Desenvolvimento Social

30.08 Apoio ao sistema Habitacional

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

02.06 Sec. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano

30.35 Pavimentações de Ruas e Passeios

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

30.39 Saneamento Básico Geral

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

30.48 Obras de Infraestrutura Rural

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

02.07 Sec. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico

40.42 Incentivo a produção Animal

33.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

02.05 Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes.

40.28 Manutenção do Ensino Fundamental

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 32.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº 1234, DE 27 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Credito Suplementar por conta do Contrato de repasse nº 0314687-35/2009.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 41 da Lei nº 4.320/64, e conforme art. 6º da Lei Municipal nº. 561/2011 de 23/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio supra citado celebrado com o Ministério das Cidades, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL..

02.00 Chefia do Executivo

02.05 Sec. Municipal de Desenvolvimento Social

30.38 Apoio ao Sistema Habitacional

44.90.24.54 Aplicações Diretas

R\$ 98.199,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 27 de Setembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº 1241, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Credito Suplementar por conta do Contrato De repasse nº 0331756-33/2010.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 41 da Lei nº 4.320/64, e conforme art. 6º da Lei Municipal nº. 561/2011 de 23/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convênio supra citado celebrado com o Ministério do Turismo, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL..

02.00 Chefia do Executivo

02.06 Séc. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano

30.35 Pavimentação de Ruas e Passeios - Recursos União

44.90.24.54 Aplicações Diretas

R\$ 98.200,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 23 de Outubro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1231, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 611 de 04/09/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

10.0 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

40,16 Manutenção das Atividades da Saúde

33.71 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

10.0 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

40,16 Manutenção das Atividades da Fundo

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1244, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 561/11 de 23/12/2011 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2012.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 615 de 06/11/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Séc. Municipal de Adm. e Fazenda

40.04 Manut. das Atividades de Administração

33.50 Transf. A Instituições P. sem fins lucrativos

R\$ 3.051,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

08.0 Encargos Gerais do Município

08.01 Encargos Gerais do Município

40.00 Amortização da Dívida e Encargos Municipais

32.90 Aplicações Diretas

R\$ 3.051,00

. Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1230, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação ESPECIFICIDADES REGIONAIS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 610 de 04/09/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

10.0 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

40.18 Manutenção do Piso de Atenção Variável

33.90.64.54 Aplicações diretas

R\$ 12.167,28

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1246, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do FUNDEB.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 616 de 06/11/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do FUNDEB no exercício de 2012 até o valor abaixo descrito.

02.00 Gabinete do Prefeito
02.05 Sec. Mun. De Educação Cultura e Esportes
20.13 Manutenção do FUNDEB 60%
31.90.18 aplicações diretas
R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1233, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação PMAQ E VIG EPIDEMIOLOGICA.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 612 de 18/09/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

10.0 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
40.18 Manutenção do Piso de Atenção Variável (pmaq)
33.90.64.54 Aplicações diretas
R\$ 12.167,28

40.20 Manut. da Vigilância em Saúde Epidemiológica
33.90.66.16 Aplicações Diretas.
R\$ 18.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de setembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1247, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação COSIP.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 618 de 06/11/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação da COSIP

02.00 Gabinete do Prefeito
02.06 Séc. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano

40.37 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica
33.90.17 Aplicações Diretas
R\$ 2.440,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1237, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

Abre Credito Suplementar por conta do provável Excesso de arrecadação SUAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 614 de 16/10/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação.

11.0 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
40.10 Manutenção das Atividades A. Social Geral
33.90.63 Aplicações diretas
R\$ 4.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Desmembramento

DECRETO Nº 1227, 14 de agosto de 2012.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pelos proprietários do imóvel, Sra. Leonires Ana Comin;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 800,00 (oitocentos metros quadrados), de propriedade da Sra. Leonires Ana Comin, localizado na Rua Dona Maria Mendes, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 29.037, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo apresentado, nos seguintes lotes urbanos:

Lote 1 - Área de 440,00 m2 (quatrocentos e quarenta metros quadrados), com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição deste vértice 0=PP, de coordenadas N 7029666.234 m e E 462797.874m, deste segue, confrontando com Rua Dona Maria

Mendes; com os seguintes azimutes e distâncias: 159°58'08" e 17.00 m 3.00 m de acesso totalizando 20.00m até o vértice 1, deste, segue confrontando com Bertotto Lanches Bar Ltda, com as seguintes azimutes e distâncias: 67°32'08" e 22.00 m. até o vértice 2, deste, segue confrontando com Lote 02 do desmembramento, com os seguintes azimutes e distâncias: 339°24'05" e 17.00 m 3.00m de acesso totalizando 20.00m até o vértice 3, deste, segue confrontando com Cristina Lazzarotti matrícula 29.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 247°44'53" e 22.00m até o vértice 0=PP, até o vértice inicial da descrição deste perímetro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Obs. Dentro desta área fica incluído um acesso de passagem para o lote 02, com área de 66.00 m². Também fica proibido qualquer tipo de edificação na área destinada ao acesso de passagem.

Área de acesso - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, deste, segue confrontando com Rua Dona Maria Mendes, com os seguintes azimutes e distâncias: 159°45'46" e 3.00 m até o vértice 1, deste, segue confrontando com Cristina Lazzarotti matrícula 29.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 67°44'53" e 22.00 m até o vértice 2, deste, segue confrontando com o lote 02, com os seguintes azimutes e distâncias: 339°24'05" e 3.00 m até o vértice 3, deste, segue confrontando com lote 01, com os seguintes azimutes e distâncias: 247°44'59" e 22.00m até o vértice 0=PP, até o vértice inicial da descrição deste perímetro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro, foram calculados no plano de projeção UTM.

Lote 2 - Área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição deste vértice 0=PP, com coordenadas geográficas, latitude 26°51'14.28416" S e longitude 51°22'26.82456" V, situado na confrontação com Cristina Lazzarotti matrícula 29.040, deste segue, confrontando com Cristina Lazzarotti matrícula 29.040; com os seguintes azimutes e distâncias: 247°44'59" e 18.00m até o vértice 1, deste, segue confrontando com Governo do Estado de Santa Catarina, com os seguintes azimutes e distâncias: 159°24'05" e 20.00m até o vértice 2, deste, segue confrontando com Bertotto Lanches Bar matrícula 1/21.058, com os seguintes azimutes e distâncias: 67°45'59" e 18.00m até o vértice 3, deste, segue confrontando com Lote 01, com os seguintes azimutes e distâncias: 339°24'17" e 20.00 m até o vértice 0=PP, até o vértice inicial da descrição deste perímetro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro, foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 14 de agosto de 2012.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Desmembramento

DECRETO Nº 1226, 14 de agosto de 2012.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004

(LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pelos proprietários do imóvel, Srs. Airtton Lazzarotti;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 800,00 (oitocentos metros quadrados), de propriedade do Sr. Airtton Lazzarotti, localizado na Rua Dona Maria Mendes, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 29.038, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo apresentado, nos seguintes lotes urbanos:

Lote 1 - Área de 440,00 m² (quatrocentos e quarenta metros quadrados), com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição deste vértice 0=PP, deste segue, confrontando com Prefeitura Municipal de Macieira; com os seguintes azimutes e distâncias: 244°55'03" e 22.00 m até o vértice 1, deste, segue confrontando com lote 02, com as seguintes azimutes e distâncias: 160°46'48" e 17.07 m 3.00 m de passagem totalizando 20.07 m. até o vértice 2, deste, segue confrontando com Cristina Lazzarotti, com os seguintes azimutes e distâncias: 246°20'00" e 22.16 m até o vértice 3, deste, segue confrontando com Rua Dona Maria Mendes, com os seguintes azimutes e distâncias: 240°20'41" e 16.50m 3.00m da passagem totalizando 19.50m até o vértice 0=PP, até o vértice inicial da descrição deste perímetro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Obs. Dentro desta área fica incluído um acesso de passagem para o lote 02, com área de 66.48 m². Também fica proibido qualquer tipo de edificação na área destinada ao acesso de passagem.

Área de acesso - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, deste, segue confrontando com Rua Dona Maria Mendes, com os seguintes azimutes e distâncias: 240°20'41" e 3.00 m até o vértice 1, deste, segue confrontando com Cristina Lazzarotti matrícula 29.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 66°19'48" e 22.16 m até o vértice 2, deste, segue confrontando com o lote 02, com os seguintes azimutes e distâncias: 160°46'48" e 3.00 m até o vértice 3, deste, segue confrontando com lote 01, com os seguintes azimutes e distâncias: 246°20'00" e 22.16m até o vértice 0=PP, até o vértice inicial da descrição deste perímetro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro, foram calculados no plano de projeção UTM.

Lote 2 - Área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição deste vértice 0=PP, deste segue, confrontando com Prefeitura Municipal de Macieira; com os seguintes azimutes e distâncias: 244°55'03" e 17.80m até o vértice 1, deste, segue confrontando com o lote 01 e um acesso de passagem, com os seguintes azimutes e distâncias: 160°46'48" e 20.07m até o vértice 2, deste, segue confrontando com Cristina Lazzarotti matrícula 29.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 66°19'49" e 17.48m até o vértice 3, deste, segue confrontando com Governo do Estado de Santa Catarina, com os seguintes azimutes e distâncias: 340°34'13" e 20.50 m até o vértice 0=PP, até o vértice inicial da descrição deste perímetro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro, foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.



Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 14 de agosto de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Desmembramento

DECRETO Nº 1238, 22 de outubro de 2012.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Sra. Tereza Betunelli;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 6.689,95, de propriedade da Sra. Tereza Betinelli, localizado na Rua Dona Maria Mendes, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 29.983, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 07 lotes urbanos:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 22 de outubro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Desmembramento

DECRETO Nº 1242, 05 de novembro de 2012.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Sra. Tereza Betinelli;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 6.568,21, de propriedade da Sra. Tereza Betinelli, localizado na Rua Idelfonso José Betinelli, no perímetro urbano

desta cidade, registrado na Matrícula nº 26.916, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 07 lotes urbanos:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 05 de novembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Dispõe Sobre As Atividades de Alto Risco Para o Mei e Para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Dá Outras Providências

DECRETO Nº. 1243, de 05 de novembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DE ALTO RISCO PARA O MEI E PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades municipais responsáveis pelo licenciamento, para efeito de definição de atividades de alto grau de risco, em relação ao Microempreendedor Individual - MEI, adotam a lista constante do Anexo I da Resolução CGSIM nº. 22, de 22/06/2010 - DOU de 02/07/2010, e em relação à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o Anexo II da Resolução CGSIM nº. 22, de 22/06/2010 - DOU de 02/07/2010.

§1º O grau de risco será considerado alto se uma ou mais atividades do estabelecimento forem assim classificadas.

§2º Definidas as atividades de alto risco na forma deste artigo, consideram-se de baixo risco as demais atividades constantes da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Art. 2º Aplicam-se ao Alvará de Funcionamento Provisório e ao Alvará de Funcionamento Definitivo as demais normas concernentes aos alvarás previstas na legislação do Município, principalmente as relativas à interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do alvará e a imposição de restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

Silvana G Maffioletti
Secretário de Administração e Planejamento
Registrado e publicado em data supra.

ANEXO I

ATIVIDADES DE ALTO RISCO - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

CNAE	DESCRIÇÃO
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas

1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro
1721-4/00	Fabricação de papel
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis
2052-5/00	Fabricação de desinfetantes domissanitários
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos
3104-7/00	Fabricação de colchões
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
9603-3/04	Serviços de funerárias
ANEXO II	
ATIVIDADES DE ALTO RISCO - EXCETO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	
CNAE	DESCRIÇÃO
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial
1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares
1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira
1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
1721-4/00	Fabricação de papel
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente

1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
1811-3/01	Impressão de jornais
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
1812-1/00	Impressão de material de segurança
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário
1813-0/99	Impressão de material para outros usos
1821-1/00	Serviços de pré-impressão
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte
1910-1/00	Coquerias
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo
1922-5/01	Formulação de combustíveis
1922-5/02	Refino de óleos lubrificantes
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino
1931-4/00	Fabricação de álcool
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes
2014-2/00	Fabricação de gases industriais
2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos
2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas
2033-9/00	Fabricação de elastômeros
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas
2052-5/00	Fabricação de desinfetantes domissanitários
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes
2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos
2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial
2094-1/00	Fabricação de catalisadores
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar

2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro
2320-6/00	Fabricação de cimento
2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção
2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários
2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos
2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos
2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente
2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração
2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso
2392-1/02	Fabricação de abrasivos
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente
2411-3/00	Produção de ferro-gusa
2412-1/00	Produção de ferroligas
2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos
2424-5/01	Produção de arames de aço
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos
2443-1/00	Metalurgia do cobre
2449-1/02	Produção de laminados de zinco
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente
2451-2/00	Fundição de ferro e aço

2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos
2531-4/01	Produção de forjados de aço
2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas
2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal
2532-2/02	Metalurgia do pó
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria
2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
2543-8/00	Fabricação de ferramentas
2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate
2550-1/02	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas
2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados
2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção
2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios
2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios
2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas

2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios
2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores
2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios
2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios
2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios
2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais
2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos
2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios
2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios
2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios
2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios
2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial
2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios
2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios

2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios
2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários
2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários
2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus
2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus
2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões
2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus
2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias
2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores
2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente
3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte
3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários
3041-5/00	Fabricação de aeronaves
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
3104-7/00	Fabricação de colchões
3211-6/01	Lapidação de gemas
3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria
3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos

3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos
3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura
3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente
3511-5/01	Geração de energia elétrica
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados

4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga
4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual
4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana
4912-4/03	Transporte metroviário
4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana
4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários
5223-1/00	Estacionamento de veículos
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
5510-8/01	Hotéis
5510-8/02	Apart-hotéis
5510-8/03	Motéis
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
8230-0/02	Casas de festas e eventos
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências

8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica
8640-2/02	Laboratórios clínicos
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia
8640-2/04	Serviços de tomografia
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos
8640-2/10	Serviços de quimioterapia
8640-2/11	Serviços de radioterapia
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos
9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
9601-7/01	Lavanderias
9601-7/02	Tinturarias
9601-7/03	Toalheiros
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios
9603-3/02	Serviços de cremação
9603-3/03	Serviços de sepultamento
9603-3/04	Serviços de funerárias

Estabelece Horário Especial de Trabalho Nos Órgãos da Administração Pública Municipal, e Dá Outras Providências

DECRETO Nº 1236, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulam a matéria, e;

I - CONSIDERANDO agravamento da situação financeira do Município, provocada pela redução das transferências constitucionais;

II - CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção das despesas públicas, como forma de assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro;

III - CONSIDERANDO, que todos os órgãos do Governo Estadual também adotaram horário especial de funcionamento.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de trabalho nos órgãos da Administração Pública Municipal, a ser cumprido em turno

único, das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 21 de outubro de 2012 a 20 de janeiro de 2013, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. Ficam excluídas, do horário especial estabelecido neste artigo, as Secretarias Municipais da Saúde e da Educação, Cultura e Esportes, bem como os demais serviços públicos essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 11 de outubro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal.

Inclui Ação No Ppa e Ldo

DECRETO Nº 1229, DE 21 DE AGOSTO DE 2012.

"Inclui ação no PPA e LDO e Abre Credito Especial no Orçamento de 2012".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 606 de 21/08/2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a incluir ação em programa do PPA Lei 528 de 06 de setembro de 2011 e Lei da LDO 529 de 06 de setembro de 2011 na seguinte programação:

Programa 10.01 Saúde Para Todos

Ação 014 Ampliação da Rede Física da Saúde

Projeto 3014 Ampliação da Rede Física da Saúde

Meta M²

Fonte 01.23.000054 R\$ 58.900,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no orçamento de 2012 na seguinte programação de despesa:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.3057 Ampliação UBS

44900000 Fonte 01.23.000054 R\$ 58,900,00

Art. 3º Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação de Convênio firmado com o Ministério da Saúde na fonte 01.23.000054, no Valor de R\$ 58.900,00 (cinquenta oito mil e novecentos reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Ponto Facultativo

DECRETO Nº 1239, de 22 de outubro de 2012.

"Estabelece PONTO FACULTATIVO, e dá outras providências".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

I - CONSIDERANDO agravamento da situação financeira do

Município, provocada pela redução das transferências constitucionais;

II - CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção das despesas públicas, como forma de assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da administração pública municipal, no dia 16 de novembro, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 22 de outubro de 2012.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

Ponto Facultativo

DECRETO Nº 1240, de 23 de outubro de 2012.

"Estabelece PONTO FACULTATIVO, e dá outras providências".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

I - CONSIDERANDO agravamento da situação financeira do Município, provocada pela redução das transferências constitucionais;

II - CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção das despesas públicas, como forma de assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da administração pública municipal, no dia 26 de novembro, antecipando o dia do funcionário público no dia 28 de novembro, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 23 de outubro de 2012.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

Marema

PREFEITURA

Minuta Edital

Prefeitura Municipal de Marema
Edital de Leilão Público n. 0001/2012

A Prefeitura Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema - SC, CEP n. 89.860-000, TORNA PUBLICO a todos os interessados, nos termos

da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como nas condições deste, que no dia 03/12/2012, às 09h00min, na Secretaria de Administração, fará realizar LEILÃO PÚBLICO, para alienação, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, para a venda dos seguintes veículo e equipamentos: trator agrícola MASSEY 5310, ano 2005, avaliado em R\$ 40.000,00 (reais); trator agrícola FORD 5030, ano 1997, avaliado em R\$ 25.000,00 (reais); veículo IMP/KIA BESTA GS GRAND, ano e modelo 2001, avaliado em R\$ 10.000,00 (reais); veículo VW/GOL 16V, ano e modelo 2000/2000, avaliado em R\$ 2.500,00 (reais); veículo VW/GOL 1000I, ano e modelo 1995/1995, avaliado em R\$ 2.000,00 (reais); veículo VW/QUANTUM/CG, ano e modelo 1986, avaliado em R\$ 1.000,00 (reais); veículo FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano e modelo 2008, avaliado em R\$ 8.000,00 (reais). Maiores informações ou a cópia da íntegra do presente edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00min, ou ainda, pelo telefone (0xx49)3354-0222.

Marema, 06/11/2012

JOSE ANTONIO MARCHETTI
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2577 de 01 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2577 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0260.2086 - Conservação de Estradas Municipais

0403 - 33900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0900 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 18.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2012.

.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 01 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2578 de 01 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2578 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0120.2040 - Fornecimento de Merenda Escolar

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferência do Salário Educação R\$ 10.000,00

0501.012.306.0122.2050 - Fornecimento de Merenda Escolar - Pré-Escola

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferência do Salário Educação R\$ 10.000,00

0501.012.306.0122.2051 - Programa Merenda Escolar Creches

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferência do Salário Educação R\$ 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 01 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 332/2012

PORTARIA n.º 332/2012

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 155/2012 da Senhora PATRÍCIA PIRES, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo Nº. 01/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 01/2012

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal nº 936 de 06/04/98, torna pública, pelo presente Edital, as normas para a realização do processo seletivo para admissão de professores em caráter temporário, para atuação na educação especial, educação infantil, anos iniciais e séries finais do ensino fundamental da rede pública municipal, para o ano letivo de 2013.

DAS INSCRIÇÕES

1.1 O Edital e a Ficha de Inscrição contendo as informações e orientações para a realização das inscrições estão disponíveis no endereço eletrônico www.morrodafumaca.sc.gov.br, à disposição dos interessados.

1.2 Poderão inscrever-se, todos aqueles que atenderem os requisitos do presente Edital.

DO PERÍODO, LOCAL E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão realizadas:

Período: 21/11/2012 a 23/11/2012

Horário: 08:30 às 13:00 h

Local: NAES – Núcleo Avançado do Ensino Supletivo, situado a Rua José Guglielmi, 140 – Centro (Antiga EEBM Zuleima Búrigo Guglielmi).

DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA INSCRIÇÃO:

Ser nato(a) ou naturalizado(a) brasileiro;

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

Ter idade inferior a 70 anos;

Estar legalmente habilitado(a) para o exercício do magistério:

Para os anos/séries finais do ensino fundamental poderá, inscrever-se o(a) candidato(a) HABILITADO(a) em curso superior de licenciatura ou que estiver cursando a 5ª fase, na disciplina em que irá inscrever-se;

Para os anos iniciais do ensino fundamental, poderá inscrever-se o candidato(a) HABILITADO(a) em Curso superior de Pedagogia / Normal Superior, ou que estiver cursando a 5ª fase;

Para a educação Infantil, poderá inscrever-se o (a) HABILITADO em Pedagogia/ Ed.Infantil e/ou Complementação/aprofundamento em Educação Infantil, que estiver cursando a 5ª fase.

3.4.4 Para atuar como Auxiliar de Ensino , especificamente para creches e/ou Anos Iniciais, determinado pela Secretaria de Educação quando necessário, poderá inscrever-se o(a) candidato(a) que obrigatoriamente dispor de certificado de curso magistério em nível médio. O(a) candidato(a) que estiver cursando curso superior de Pedagogia deverá apresentar o atestado de frequência no ato da inscrição, sendo que para efeito de classificação será considerado desde a 1ª Fase.

3.4.5 Para atendimento na Educação Especial (AEE) poderá inscrever –se o (a) candidato(a) HABILITADO em Educação Especial e /ou Pedagogia com Complementação/Aprofundamento em Educação Especial.

3.5 O professor não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, em decorrência de processo disciplinar.

DOCUMENTAÇÃO

Documentação Geral:

4.1.1 Carteira de identidade (original e cópia);

4.1.2 CPF (original e cópia);

4.1.3 Título de Eleitor (original e cópia) e comprovante de quitação eleitoral da última eleição;

4.1.4 Certificado de reservista para o sexo masculino (original e cópia);

4.1.5 Certidão de nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos (somente cópia);

4.1.6 Atestado de Tempo de Serviço no Magistério – no cargo de professor – das Redes: Estadual, Municipal e Particular expedido por órgão competente, com período de trabalho discriminado, expresso em anos, meses e dias;

4.1.7 Certificados de cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de educação (somente originais), expedido por órgão competente, contendo tema e/ou ministrante, no período compreendido entre janeiro de 2011 a novembro de 2012.

Da documentação específica comprobatória de Habilitação

4.2.1 Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior – licenciatura na área e disciplina específica (original e cópia);

4.2.2 Atestado de frequência de Curso Superior – licenciatura – na área de inscrição, especificando a HABILITAÇÃO do curso e a FASE em que está cursando – a partir da 5ª fase - (no caso de aluno(a) que esteja cursando disciplinas de diversas fases, será considerada a fase que consta no boleto, o qual será apresentado junto com o atestado), (original e cópia);

Diploma de Curso específico de Magistério, em nível de Ensino Médio (ou declaração como está apto a lecionar), (original e cópia); (Exceto para disciplinas específicas)

Diploma ou certificado do Curso de pós-graduação na área da educação (título opcional e classificatório) sendo que será considerado apenas um diploma por candidato(a) (original e cópia);

5. DA EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.1 O(a) candidato(a) deverá preencher a ficha de inscrição – disponível no site www.morrodafumaca.sc.gov.br e anexar os documentos solicitados nos itens 4.1 e 4.2 e apresentar no ato da inscrição;

5.2 A inscrição será realizada na presença do(a) candidato(a), ficando este responsável pelas informações prestadas;

5.3 Não serão admitidas inscrições condicionadas ou por correspondência, somente por procuração pública ou particular com firma reconhecida que ficará arquivada junto à ficha de inscrição;

5.4 A assinatura do candidato(a) à ficha de inscrição valerá como forma expressa de aceitação do(a) candidato(a) às normas do presente edital.

6. DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1. A classificação dar-se-á de acordo com os seguintes critérios e pontuação:

Diplomas, certificados e/ou atestado de frequência:

	Concluído	Cursando
Magistério (Exceto para disciplinas específicas)	50 pontos	-
Pedagogia – Habilitação em Anos Iniciais	300 pontos	10 pontos por fase
Pedagogia – Habilitação em Educação Infantil/ Complementação Educação Infantil	300 pontos	10 pontos por fase
Habilitação em Ed. Especial e/ou Pedagogia com Habilitação em Educação Especial/Complementação Educação Especial	300 pontos	10 pontos por fase
Licenciatura em disciplinas específicas (6º ano, 7ª série e 8ª série)	300 pontos	10 pontos por fase
Pós-Graduação na área educacional	400 pontos	-
Mestrado na área educacional	450 pontos	
Doutorado na área educacional	500 pontos	

Ensino Religioso	Ciências da Religião	300 pontos	10 pontos por fase
	Filosofia/História/ Estudos. Sociais	300 pontos	10 pontos por fase

* Licenciatura em disciplinas específicas (6º ano, 7ª série e 8ª série): língua portuguesa, matemática, geografia, história, inglês, educação-física, ciências e artes.

b) Cômputo de tempo serviço: 03 pontos a cada mês trabalhado. Será considerado um total máximo de 25 anos. No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á como um mês a fração igual ou superior a quinze dias

c) Será considerado um total máximo de 400 horas de cursos de formação continuada/aperfeiçoamento, Sendo uma pontuação de 5,0 ponto para cada 20 horas de curso presencial e 1,0 para cada 20 horas de curso à distância.

6.2. Em caso de empate no total de pontos obtidos, serão aplicados os seguintes critérios:

- o (a) que possuir o maior tempo de serviço no magistério;
- o (a) que possuir o maior número de horas de aperfeiçoamento presencial;
- o (a) que possuir o maior número de horas de aperfeiçoamento a distância;
- o (a) que possuir a maior idade;
- o (a) candidato (a) que possuir maior número de filhos.

7.0 DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO

A listagem classificatória será divulgada na Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br, na data de 05 de dezembro de 2012.

DO RECURSO

8.1 O(a) candidato(a) que sentir-se prejudicado(a) poderá entrar com recurso no prazo de 48 horas após a data da divulgação da listagem classificatória, na Secretaria Municipal de Educação.

8.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data de inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação.

8.3 Se houver recurso, será divulgada nova listagem classificatória, até o dia 12/12/2012.

9.0 DAS VAGAS

9.1 O provimento e admissão dos professores se darão por conveniência e oportunidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

10. DA ESCOLHA DAS VAGAS

10.1 A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação sendo efetuada no dia 01 de fevereiro de 2013 para os Anos Finais, das 9:00 as 12:00 horas, e para a Educação Infantil, Auxiliar de Ensino, Educação Especial e Anos Iniciais, das 13:30 as 16:30 horas, no NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo - situado a Rua José Guglielmi, 140 – Centro. A ordem de escolha será a seguinte:

9:00 as 12:00

1º Ensino Fundamental Anos Iniciais

13:30 as 16:30

1º Educação Infantil e Auxiliar de Ensino
2º Ensino Fundamental Anos/Séries Finais.
3º Educação Especial

A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato(a), não podendo ser efetuada por outro (a).

10.3 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação.

10.4 O(a) candidato(a) que escolher a vaga e desistir da mesma, será excluído da listagem de classificação da escolha de vaga,

ficando impossibilitado (a) de inscrever-se no Município por 2 (dois) anos.

10.5 O(a) candidato(a) que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, passará automaticamente para o final da lista de classificação.

10.6 Depois de efetuada a escolha de vagas, não será permitido o candidato (a) trocá-la, salvo por interesse da Secretaria Municipal de Educação.

10.7 Após a 1ª chamada, no surgimento de vagas durante o ano letivo de 2012, caberá a Secretaria Municipal de Educação convocar o(a) candidato(a) classificado(a), observando a ordem de classificação.

11- DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

11.1- Na inscrição o candidato(a) declarará, sob as penas da Lei:

ter nacionalidade brasileira;
estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada quando do processo de admissão através de atestado médico (emitido pela Junta Médica Oficial do Município) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo de Professor e auxiliar de Educação Infantil, expedido há no máximo 30 (trinta) dias.
não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado no ato da admissão;
não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias consecutivos ou cinco dias intercalados de ausência;
não ter sofrido ou estar sofrendo processo de sindicância;

não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum.

Possuir escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo de Professor ou Auxiliar de Ensino.

Ter idade mínima de 18 (Dezoito) anos ;

12-DA REMUNERAÇÃO

12.1-A remuneração dos servidores contratados em caráter temporário (por tempo determinado) obedecerá a legislação vigente.

12.1.1 Auxiliar de Ensino

	Salário base	Total
Remuneração 40 h	R\$ 787,00	R\$ 787,00

Educação Especial, Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos/Séries Finais

	Salário base	Regência de Classe (20%)	Total
Remuneração 20h	R\$ 760,00	R\$ 152,00	R\$ 912,00

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 O tempo de serviço do(a) servidor(a) aposentado(a) ou em processo de aposentadoria em tramitação não poderá ser considerado na contagem prevista no item 4.1.6

13.2 O(a) candidato(a) que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sob pena do art.299 do Código Penal Brasileiro.

13.3 Os projetos e programas educacionais, externos a regência de classe (sala de aula) mantidos pela Secretaria de Educação, não fazem parte deste edital de classificação, inclui-se neste critério: apoio pedagógico, laboratório de informática, PETI, projetos de música.

13.4 O(a) candidato(a) poderá fazer no máximo duas inscrições.

13.5 O(a) candidato(a) que escolheu vaga e não assumiu na data determinada pela Secretaria de Educação ficará impossibilitado (a) de inscrever-se no Município por 2 (dois) anos.

13.5.1 A lista de professores impedidos de se inscrever encontra-se publicada no mural público no átrio do Paço Municipal da Prefeitura de Morro da Fumaça e no Diário Oficial dos Municípios de SC edição nº 1113 do dia 07/11/2012 na pag. 142.

13.6 O(a) candidato(a) contratado(a) que abandonar ao serviço sem justificativa, terá seu contrato rescindido quando decorridos mais de 3 (três) dias consecutivos de ausência, não podendo ocupar, neste processo seletivo, nenhuma outra vaga.

13.7 Após a primeira escolha de vagas, o(a) candidato(a) será chamado conforme necessidades surgidas no decorrer do ano letivo de 2013, em ordem classificatória, por telefone (até 3 tentativas). Será de responsabilidade do(a) candidato(a) manter as informações referentes a contatos atualizados.

13.8 A não localização do(a) candidato(a) no momento da chamada via telefone (telefone desligado, fora de área), implicará no preenchimento da vaga pelo(a) candidato(a) seguinte que for localizado(a), ficando assim aguardando uma nova vaga.

13.9 O(a) candidato(a) contratado(a) ficará em permanente avaliação de desempenho e caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

13.10 A avaliação de desempenho, neste caso, será comprovada através de relatórios, onde no mínimo 2 (duas) pessoas da referida unidade de educação (sendo uma obrigatoriamente a diretora) e 01(uma) da Coordenação Pedagógica correspondente, assinem cada um deles

13.11 O pedido de inscrição do(a) candidato(a) importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas nele contidas.

13.12 Para o cômputo de horas de aperfeiçoamento não contarão como horas de aperfeiçoamento cursos de pós-graduação, adicional do pré-escolar e afins.

13.13 A seleção de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2013;

13.14 Os casos omissos deste Edital, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura através da Secretária da Educação em primeira instância e pelo Sr. Prefeito Municipal em última.

Morro da Fumaça - SC, 07 de Novembro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

MÁRCIA SALVAN GABRIEL SAVIATTO

Secretária de Educação e Cultura

Navegantes

PREFEITURA

Portaria Nº 4410 de 31 de Outubro de 2012

PORTARIA N º 4410 DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O ANO DE 2012, INSTITUÍDA PELA PORTARIA 4002 DE 23 DE JULHO DE 2012

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I SUBSTITUIR a Presidência da Comissão Permanente de Licitações para o ano de 2012, instituída pela Portaria 4002 de 23/07/2012, que passa a ser de CARLA CLAUDINO, em lugar de Nelson da Cunha.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 31 DE OUTUBRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de outubro de 2012.

Antônio Carlos Romão Carmona

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Extrato de Distrato 128/2011 PMN

DISTRATO DO CONTRATO Nº 128/2011 PMN.

Distrato do Contrato Nº...: 128/2011 PMN.

Contrato Nº 128/2011 PMN.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : USE LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Vigência : Início: 06/08/2012 Término: 31/12/2012.

Licitação : 162/2011.

OBJETO: DISTRATO DO CONTRATO 128/2011, REFERENTE À LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL 1.4, ANO 2011, MODELO 2012, PARA A Prefeitura Municipal de Navegantes, ATRAVÉS DO PREÇO PRESENCIAL 162/2011. NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Extrato de Distrato 254/2011 PMN

DISTRATO DO CONTRATO Nº 254/2011 PMN.

Distrato do Contrato Nº.: 254/2011 PMN.

Contrato Nº 254/2011 PMN.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : AUTOVIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Vigência : Início: 02/01/2012 Término: 31/12/2012.

Licitação : 83/2011.

OBJETO: DISTRATO DO CONTRATO 254/2011, REFERENTE À LOCAÇÃO DE VEÍCULOS 1.4 OU 1.6 - MODELO E ANO 2011 PARA A Prefeitura Municipal de Navegantes, PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2011. NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescisão Ata de Registro de Preços Nº 162/2011 PMN

RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2011 PMN.

Rescisão Ata de Registro de Preços Nº.: 162/2011 PMN.

Registro de Preços Nº 162/2011 PMN.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : AUTOVIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Vigência : Início: 19/03/2012 Término: 31/12/2012.

Licitação : 162/2011.

OBJETO: TERMO DE RESCISÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2011, REFERENTE À LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM CAPACIDADE PARA ATÉ 09 PESSOAS, ANO E MODELO 2010, PARA A Prefeitura Municipal de Navegantes, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL 162/2011.

NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Paial**PREFEITURA****Pregão Presencial 19/2012.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO do tipo PRESENCIAL, Julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para Registro de Preços cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de pregão presencial 19/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 45/2012 - Pregão Presencial 19/2012.

Objeto:

AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO CONFORME DESCRITOS NO ANEXO I A ESTE EDITAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CRAS.

Data e hora da Abertura: 22/11/2012 às 09h00min

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 22/11/2012 às 08h45min

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 06 de novembro de 2012

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Decreto Nº 1.444, de 31 de Outubro de 2012.**

DECRETO Nº. 1.444, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA FACULDADE MUNICIPAL DA PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

20:00 - FACULDADE MUNICIPAL DA PALHOÇA

20:01- FACULDADE MUNICIPAL DA PALHOÇA

Projeto/ Atividade: 2078- Func. E Manut. Da Faculdade Municipal de Palhoça

Red. 3 - 31.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 320.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotações como segue:

20:00 - FACULDADE MUNICIPAL DA PALHOÇA

20:01- FACULDADE MUNICIPAL DA PALHOÇA

Projeto/ Atividade: 1103- Construção da Faculdade Municipal de Palhoça

Red. 1 - 44.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 320.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.445, de 31 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 1.445, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DA PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

02:00 - Gabinete do Prefeito

02:01- Gabinete do Prefeito
Projeto/ Atividade: 2019- Func. E Manut. Gabinete do Prefeito
Red. 3 - 33.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotações como segue:

02:00 - Gabinete do Prefeito
02:01- Gabinete do Prefeito
Projeto/ Atividade: 2019- Func. E Manut. Gabinete do Prefeito
Red. 4 - 31.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.446, de 31 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 1.446, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar crédito adicional especial no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.141 - ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Red. 23 - 33.90.00.00.00.00.00.01.0040 - Aplicações Diretas
R\$ 170.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação dos Recursos do PAB FR 01.0040 R\$ 170.000,00.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.141 - ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Red. 23 - 33.90.00.00.00.00.00.01.0040 - Aplicações Diretas
R\$ 280.000,00

Art. 4º A suplementação que se refere o Artigo 3º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotações como segue:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.141 - ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Red. 22 - 44.90.00.00.00.00.00.01.0040 - Aplicações Diretas
R\$ 280.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.447, de 01 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 1.447, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

TEMPORADA DE VERÃO. Disciplina a temporada de Verão da Região Sul do município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso da competência privativa que regulamenta o art. 34 da Lei Complementar nº 018/02, resolve

DECRETAR:

Art. 1º A Temporada de Verão 2012/2013 terá vigência de 19 de dezembro de 2012 até 09 de março de 2013.

I - Serão designados fiscais de Tributos, de Obras e Postura e Vigilância Sanitária para realizar os trabalhos de fiscalização durante a vigência de temporada de verão;

II - Os fiscais designados terão o benefício de 20 (vinte) dias de folga que poderão ser gozadas até 90 (noventa) dias após o término da temporada, sob consentimento da chefia direta;

III - A carga horária dos fiscais de Obras e Postura e Tributos, deverá ser cumprida unicamente na Secretaria do Sul de segunda à sexta-feira em horário flexível das 08:00 até às 19:00 horas;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 01 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.449, de 05 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 1.449, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

PONTO FACULTATIVO. Proclamação da República.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

D E C R E T A R:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo o dia 16 de novembro (sexta-feira) do ano em curso, em decorrência da comemoração alusiva à Proclamação da República, que ocorre no dia 15 de novembro.

§ 1º O período de ponto facultativo, previsto no caput deverá ser compensado no decorrer do exercício de 2012, de acordo com a determinação das respectivas chefias.

§ 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput deverá ser garantido pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

§ 3º Devido a necessidade do cumprimento do calendário escolar municipal ficam excetuadas da regra do caput as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil.

Art. 2º Os órgãos do Poder Executivo Municipal, através dos titulares das respectivas pastas deverão, mediante ato específico, estabelecer o cronograma destinado à compensação da respectiva carga horária suspensa, pelos servidores, em decorrência do exercício da faculdade conferida neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Convênio Nº 026, de 24 de Outubro de 2012.

CONVÊNIO Nº 026, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através do Fundo Municipal de Assistência e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, através da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representada por seu gestor, Sra. MAURÍCIO ROQUE DA SILVA, e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalício Vidal, s/n, Centro de Palhoça/SC, representado neste ato por sua Presidente Sra. MARCIA MURITA JANSEN, portadora da cédula de identidade n.º 814.558 e CPF n.º 520.625.039-20, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.722, de 15 de outubro de 2012 e pelo Decreto Legislativo nº 242/2012, têm justo e contrato o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto deste Convênio, o repasse de recurso Federal visando ampliar e implementar os serviços aos 240 educandos com deficiência mental moderada, severa e profunda, múltipla ou não, que freqüentam a Instituição, através de manutenção dos serviços oferecidos (pedagógicos, psicológicos, fonoaudiológico, fisioterapêutico, assistência social, avaliação diag-nóstica, transporte, alimentação); para possibilitar e promover a pessoa com deficiência intelectual, condições de desenvolver-se na sociedade, através de medidas no âmbito municipal, garantindo direitos, reabilitação, prevenção e inclusão social, conforme o estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal n.º 8666 de 21/06/93, Lei n.º 8742, de 07/12/93 - Lei Orgânica de Assistência Social e na Resolução do CMAS nº 05 de 09 de março de 2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL repassará a importância de R\$ 17.217,73 (dezessete mil, duzentos e dezessete reais e setenta e três centavos), que serão pagos em 07 (sete) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 6.217,69 (seis mil, duzentos e dezessete reais e sessenta e nove centavos) no mês de junho de 2012 e as demais no valor de R\$ 1.833,34 (um mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) respectivamente até o mês de dezembro, correndo a despesa a conta do Projeto - Atividade 21 - Fundo Municipal de Assistência Social - 3.3.50. 00.00.00.00.00.0.1.0106.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

I - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FUNDO**MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA fica obrigada a:

I - responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - manter conta corrente específica junto ao Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/SA, sob o título Entidade/Municipal/FMAS/ Proteção Especial Alta Complexidade.

IX - computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

X - devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XI - utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XII - propiciar aos técnicos da MUNICIPIO/FMAS CMAS, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIII - manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento a supervisão e o controle dos serviços.

IVX - dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigente;

§ 1º É vedado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A CONVENIADA deverá apresentar, à FMAS, mensalmente, no prazo 30 (trinta) dias contados do recebimento do recurso, conforme estabelecido na CLÁUSULA QUINTA, a prestação de contas dos recursos repassados, a qual deverá os seguintes documentos:

I - Ofício do responsável pela Prestação de Contas;

II - Declaração do Presidente da CONVENIADA que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

III - Parecer do Conselho Fiscal da CONVENIADA, quando necessário;

IV - Balancete de Prestação de Contas dos Recursos Antecipados - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

V - Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

VI - Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques). No caso de cheques não compensados até o prazo legal da Prestação de Contas deverá ser apresentada a Conciliação Bancária;

VII - Fotocópia de cheques nominais e individualizados por credor, poderá ser utilizada ordem bancária;

VIII - Comprovantes de despesas efetuadas em primeira via (Notas Fiscais, Nota Fiscal de Prestação de Serviços, Nota Fiscal Eletrônica - Modelo 1 e 1-A, Folhas de Pagamentos, Relatório de Viagem, Ordem de Tráfego, Bilhetes de Passagem, Guias de Recolhimento de En-cargos Sociais, Tributos, e demais Encargos que a Instituição estiver sujeita, estes devem ser apresentados devidamente preenchidos com clareza e sem rasuras;

IX - Quando se tratar de Guias de Recolhimentos Sociais (PIS, FGTS e INSS), e de recolhimento demais impostos que a Instituição estiver sujeita tais como: ISS, IRRF, entra outros, estes poderão ser apresentados em cópia desde que autenticadas pelo Servidor Público responsável pelo recebimento dos documentos que compõem a Prestação de Contas;

X - Declaração do responsável, quando se tratar de obra, dos serviços executados, com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de sua conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

XI - É VEDADA a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária exceto para a taxa de manutenção de conta ativa;

XII - Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou serviço foi prestado, conforme abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:"

Parágrafo único. A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos. as fichas e relatórios individualizados dos usuários , bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social, decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mutuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31/12/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do conselho Municipal de Assistência Social/Palhoça o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Palhoça, 24 de outubro de 2012.
Prefeitura Municipal de Palhoça
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Secretaria Municipal De Assistência Social
MAURÍCIO ROQUE DA SILVA

Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais
MÁRCIA MURITA JANSEN

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 026, de 24 de Outubro de 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 026, de 24 de outubro de 2012 - Firmado entre o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Celebram o presente Termo Aditivo ao referido Convênio, o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representada por seu gestor, Sra. MAURÍCIO ROQUE DA SILVA, e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalício Vidal, s/n, Centro de Palhoça/SC, representado neste ato por sua Presidente Sra. MARCIA MURITA JANSEN, portadora da cédula de identidade n.º 814.558 e CPF n.º 520.625.039-20, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.722, de 15 de outubro de 2012 e pelo Decreto Legislativo nº 242/2012, têm justo e contrato o que segue, resolvem celebrar entre si Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 026, de 24 de outubro de 2012, mediante as cláusulas condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Dá nova redação a Cláusula Terceira do Convênio nº 026, de 24 de outubro de 2012, celebrado entre o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL repassará a importância de R\$ 17.217,73 (dezesete mil, duzentos e dezessete reais e setenta e três centavos), que serão pagos em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no mês de novembro de 2012 e a segunda no valor de R\$ 7.217,73 (sete mil e duzentos e dezessete reais e setenta e três centavos) respectivamente no mês de dezembro de 2012, correndo a despesa a conta do Projeto - Atividade 21 - Fundo Municipal de Assistência Social - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0106.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

I - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93."

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Palhoça, 26 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeitura Municipal

MAURICIO ROQUE DA SILVA
Secretário de Assistência Social

MÁRCIA MURITA JANSEN
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Passo de Torres**PREFEITURA****Decreto Nº 274/2012**

DECRETO Nº. 274, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, DAVID NAZARE DE OLIVEIRA, DA FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, David Nazaré de Oliveira, da Função de Encarregado de serviços, FG - 5.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 275/2012

DECRETO Nº. 275, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, FLAVIO GONÇALVES CARDOSO, DA FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS , FG-5".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Flavio Gonçalves Cardoso, da Função de Encarregado de serviços, FG - 5.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 276/2012

DECRETO Nº. 276, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, EVANDRO PERES CARDOSO, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE EQUIPE , FG-4".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Evandro Peres Cardoso, da Função de Chefe de Equipe, FG - 4.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração

e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 277/2012

DECRETO Nº. 277, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, CRISTIANO ALVES, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE EQUIPE , FG-4".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Cristiano Alves, da Função de Chefe de Equipe, FG - 4.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 278/2012

DECRETO Nº. 278, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, JOELMA DOMINGOS LOPES HESPANHOL, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO , FG-1".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Joelma Domingos Lopes Hespanhol, da Função de Chefe de Departamento, FG - 1.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 279/2012

DECRETO Nº. 279, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, MILTON SANTANA ANTONIO, PARA OCUPAR A ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Milton Santana Antonio, para ocupar a função de Encarregado de Serviços - FG -5.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 280/2012

DECRETO Nº. 280, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, GILBERTO SCHEFFER VIEIRA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO , FG-1".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Gilberto Scheffer Vieira, da Função de Chefe de Departamento, FG - 1.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 281/2012

DECRETO Nº. 281, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, FABIO ALVES DA SILVEIRA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO , FG-1".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Fabio Alves da Silveira, da Função de Chefe de Departamento, FG - 1.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 282/2012

DECRETO Nº. 282, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, ROSILENE DE MATOS DELFINO, DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SEÇÃO , FG-6".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Rosilene de Matos Delfino , da Função de Auxiliar de Seção, FG - 6.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 283/2012

DECRETO Nº. 283, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, ESLANIA DE OLIVEIRA GOMES, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO , FG-2".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Eslania de Oliveira Gomes , da Função de Chefe de Divisão, FG - 2.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 284/2012

DECRETO Nº. 284, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"DESIGNA O SERVIDOR GILBERTO SCHEFFER VIEIRA PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS , FG-5".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica designado ao servidor Gilberto Scheffer Vieira, para ocupar a Função de Encarregado de Serviços, FG - 5.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 285/2012

DECRETO Nº. 285, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, VENICIO PEREIRA DE SOUZA, DA FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS , FG-5".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Venicio Pereira de Souza , da Função de Encarregado de Serviços, FG - 5.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 286/2012

DECRETO Nº. 286, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"EXONERA, MARIA LEBERACI DIAS, DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS , FG-7".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Maria Leberaci Dias , da Função de Auxiliar de Serviços, FG - 7.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 287/2012

DECRETO Nº 287 DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

3.3.90.00.00.00.00.0122 (37) - Aplicações Diretas R \$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

4.4.90.00.00.00.00.0122 (153) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 01 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 288/2012

DECRETO Nº. 288, DE 08 DE OUTUBRO DE 2012.

"NOMEIA IOLANDA DA SILVA GOMES PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Iolanda da Silva Gomes para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (20 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 289/2012

DECRETO Nº. 289, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.

DETERMINA HORARIO DE EXPEDIENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º.- Fica determinado horário de expediente na Secretaria Municipal de Agricultura, com horário das 8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 hs a partir de 10 de outubro de 2012 (quarta -feira) .

Art.2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Decreto Nº 290/2012

DECRETO Nº. 290, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.

“EXONERA TATIANA VILASBOAS DE OLIVEIRA, DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada Tatiana Vilasboas de Oliveira, do cargo de Chefe de Departamento de Cadastro e Tributação -DAS-4.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Admin. e Finanças

Decreto Nº 291/2012

DECRETO Nº. 291, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.

“EXONERA JOICE VITORINO PERES, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada Joice Vitorino Peres, do cargo de Chefe de Divisão de Cultura -DAS-5.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Admin. e Finanças

Decreto Nº 292/2012

DECRETO Nº. 292, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

“NOMEIA CAMILA MACHADO DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Camila Machado da Silva para exercer o cargo de Coordenador de Educação - DAS - 1, com remuneração específica em LEI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Admin. e Finanças.

Decreto Nº 293/2012

DECRETO Nº. 293, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

"NOMEIA FABRICIA GOUDINHO HESPANHOL PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Fabricia Goudinho Hespanhol para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Planejamento - DAS - 5, com remuneração específica em LEI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Admin. e Finanças.

Decreto Nº 294/2012

DECRETO Nº. 294, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

"NOMEIA CAIO ROGERIO BARPP DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Caio Rogerio Barpp da Silva para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativo Escolar, do Grupo de Apoio Administrativo Educacional, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 295/2012

DECRETO Nº. 295, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

"DESIGNA A SERVIDORA ELIZANGELA COELHO RODRIGUES PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS , FG-5".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que

lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica designada a servidora Elizangela Coelho Rodrigues, para ocupar a Função de Encarregado de Serviços, FG - 5, para responder como responsável Técnica de Enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde de Passo de Torres, a partir de abril de 2012.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 296/2012

DECRETO Nº. 296, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

"NOMEIA IONARA MAGNUS BARBOSA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Ionara Magnus Barbosa para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 297/2012

DECRETO Nº. 297, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

"NOMEIA JOSIANE GOMES DA COSTA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Josiane Gomes da Costa para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (20 horas

semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 298/2012

DECRETO Nº. 298, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

"NOMEIA MAURA DAIANE BORGES MARTINS PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Maura Daiane Borges Martins para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativo Escolar, do Grupo de Apoio Administrativo Educacional, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 299/2012

DECRETO Nº 299 DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

3.3.90.00.00.00.00.0122 (37) - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Total R\$ 140.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

4.4.90.00.00.00.00.0122 (153) - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Total R\$ 140.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 26 de outubro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 26 de outubro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 091/2012

PORTARIA Nº. 091, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONCEDE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA DE 20 PARA 40 HORAS, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Aumentar , de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora Iolanda da Silva Gomes, com aumento de salário na mesma proporção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 092/2012

PORTARIA Nº 092, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, NOEDI MORAES NICOLAU ROLDÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres,

Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Noedi Moraes Nicolau Roldão, referente aos períodos aquisitivos de: 25/01/2000 à 24/01/2005 e 24/01/2005 à 23/01/2010.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias por período, iniciado em 01/11/2012 e terminará em 24/04/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 093/2012

PORTARIA Nº 093, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA DE LOURDES APOLINARIO PREREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Maria de Lourdes Apolinário Pereira, referente ao período aquisitivo de 15/12/2004 à 14/12/2009.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias por período, iniciado em 01/11/2012 e terminará em 29/01/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 094/2012

PORTARIA Nº 094, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ANA MARIA CAETANO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres,

Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Ana Maria Caetano da Silva, referente ao período aquisitivo de 03/07/2006 à 02/07/2011.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias por período, iniciado em 01/11/2012 e terminará em 29/01/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 095/2012

PORTARIA Nº 095, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ELISANGELA LUMMERTZ ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Elisangela Lummertz Alves, referente ao período aquisitivo de 22/07/2007 à 21/07/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias por período, iniciado em 01/11/2012 e terminará em 29/01/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Extrato de Termo de Contrato Nº 134/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 134/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Albino & Cia Ltda Me

Objeto: Pavimentação com pedra irregular, drenagem e meio fio da Rua Jose Pereira Maciel, entre as Ruas Manoel Genuíno

Santana e Guilherme Rodrigues da Silva, neste município com extensão de 155,00 Mts e largura de 8,30 metros, totalizando uma área de 1286,50 M².

Valor: R\$ 58.530,00

Vigência: 18/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação 51/2012

Modalidade Carta Convite

Dotação Orçamentária: (155) 1.052.4.4.90.00.00.00.00.0089-
(121) 1.052.4.4.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 18 de Setembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

**Inscrições através do site:
www.egem.org.br**

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº. 1.630, de 06 de Novembro de 2012.

LEI Nº. 1.630, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Pinheiro Preto para o Exercício de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, para exercício de 2013, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 13.218.321,00 (treze milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e vinte e um reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 11.001.014,00 (onze milhões, um mil e quatorze reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 8.281.104,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e um mil, cento e quatro reais), e Despesa Financeira de R\$ 2.719.910,00 (dois milhões, setecentos e dezenove mil, novecentos e dez reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	10.990.000,00
1.1- Receita Tributária	456.600,00
1.2- Receitas de Contribuições	51.700,00
1.3- Receita Patrimonial	216.750,00
1.4- Receita Agropecuária	1.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	25.000,00
17-Transferências Correntes	10.159.000,00
1.9- Outras Receitas Correntes	79.950,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	11.014,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	11.000,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	14,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	11.001.014,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	7.488.940,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.735.120,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	145.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.608.820,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	781.164,00
4.4- Investimentos	395.164,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00

4.6- Amortização da Dívida	385.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00
9.9- Reserva de Contingência	11.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUN-	
DOS MUNICIPAIS	2.719.910,00
- Fundo Municipal da Saúde	2.121.910,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	88.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	510.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	11.001.014,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais, Instituto de Previdência, Sistema de Assistência Médica e Poder Legislativo para o exercício de 2013 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	387.900,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	7.700,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	378.000,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.200,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.121.910,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.121.910,00
TOTAL	2.509.812,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.383.800,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.088.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.295.800,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	126.012,00
4.4- Investimentos	125.012,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.509.812,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	77.200,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	2.200,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	74.000,00

(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	88.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	88.000,00
TOTAL	165.200,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	149.200,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	149.200,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	16.000,00
4.4- Investimentos	16.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	165.200,00

IV – SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSP. DOS SERV. PÚBL.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	250.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	130.000,00
1.3- Receita Patrimonial	100.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	20.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7- RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	120.000,00
7.2- Receitas de contribuições	120.000,00
TOTAL	370.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	210.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	200.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00
9.9- Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	370.000,00

V – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	760.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	230.000,00
1.3- Receita Patrimonial	500.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	30.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7- RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	622.205,00
7.2- Receitas de contribuições	622.205,00
TOTAL	1.382.205,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	577.205,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	77.205,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4- Investimentos	5.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	800.000,00
9.9- Reserva de Contingência	800.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.382.205,00

VI – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	510.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	510.000,00
TOTAL	510.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	490.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	345.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	145.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4- Investimentos	20.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	510.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	11.000,00

III – Outros Riscos e Eventos Fiscais	
Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	11.000,00

UNIDADE GESTORA: SISTEMA DE ASSIST. MÉDICA E HOSP. SERV.

I – Passivo Contingente	150.000,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais	
Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	150.000,00

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚB.

I – Passivo Contingente	800.000,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais	
Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	800.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito, alienação de bens e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante

convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Edital de Licitação Nº 052/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 052/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 23 DE NOVEMBRO DE 2012, licitação modalidade Pregão Presencial nº 052/2012, visando a "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO"

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 23/11/2012, até às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
06 DE NOVEMBRO DE 2012

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento N. 277/2012.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 277/2012.

Termo de Contrato de CONSERTO no equipamento Retro Escavadeira da secretaria de Transportes e Obras, celebrados entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MIRANDA & MIRANDA LTDA, autorizado através do Processo nº 0245/2012, Dispensa de Licitação nº. 0159/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MIRANDA & MIRANDA LTDA

CNPJ n.º 85.193.860/0001-41

Endereço: Rua Prefeito Normélio Zilio, 73.

Distrito Industrial

JOAÇABA/SC 89600-000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato de conserto no equipamento, MODALIDADE DISPENSA que passam a fazer parte integrante

deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 1|parafuso MA 6mm x 35 mm, 2|arruela lisa 5/8, 3|loctite torque alto, 4|tubo cola branca, 5|cola silicone, 6|querosene, 7|lixa ferro, 8|rolamento cone/capa, 9|rebite, 10|bujão, 11|retentor, 12|anel o' ring, 13|anel o' ring, 14|anel o' ring, 15|anel o' ring, 16|anel o' ring, 17|anel o' ring, 18|anel o' ring, 19|anel o' ring, 20|anel o' ring, 21|anel o' ring, 22|silencioso, 23|anel o' ring, 24|retentor, 25|rolamento capa, 26|rolamento cone, 27|anel o' ring, 28|disco de freio, 29|jogo lona de freio, 30|cruzeta, 31|guarda pó, 32|cabo, 33|arruela, 34|jogo de calço, 35|parafuso, 36|espaçador, 37|calço, 38|calço, 39|rebite, 40|parafuso allen, 41|satélite, 42|planetária, 43|embolo, 44|rolamento cone/capa, |T O T A L : | 7.556,22|

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços, no valor de R\$ 7.556,22 (sete mil quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: PODER DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS.

APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi entregue a mercadoria;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 18 de Julho de 2012.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

CONTRATADA
MIRANDA & MIRANDA LTDA

Testemunhas:

1- _____
Nome: CPF:

2- _____
Nome: CPF

Contrato de Fornecimento N. 299/2012. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 299/2012.

Termo de Contrato de CONserto no equipamento Retroescavadeira da secretaria de Transportes e Obras, celebrados entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MIRANDA & MIRANDA LTDA, autorizado através do Processo nº 0267/2012, Dispensa de Licitação nº. 0180/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MIRANDA & MIRANDA LTDA
CNPJ n.º 85.193.860/0001-41
Endereço: Rua Prefeito Normélio Zilio, 73.
Distrito Industrial
JOAÇABA/SC 89600-000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato de conserto no equipamento, MODALIDADE DISPENSA que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 1|parafuso, 2|porca 10mm, 3|engraxadeira, 4|arruela lisa 10mm, 5|descarga final, 6|filtro combustível, 7|reparo, 8|reparo, 9|cuba, 10|reparo, 11|reparo, 12|haste, 13|BUCHA, 14|válvula termostática, 15|terminal hidráulico, 16|embuchamento dianteiro MB, 17|reparo bomba hidráulica, 18|MANGUEIRA, 19|óleo para

transmissão, 20|pino, 21|mão de obra para conserto no equipamento retroescavadeira, |fiat FB 80 - retificar assento rolamento, madrilhar assento | |disco carcaça, rebaixar luva do grupo, tornear embolo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços, no valor de R\$ 6.799,65 (seis mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: PODER DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS.

APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi entregue a mercadoria;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de Agosto de 2012.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

CONTRATADA
MIRANDA & MIRANDA LTDA

Testemunhas:

1- _____

Nome: CPF:

2- _____

Nome: CPF:

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.037/2012

DECRETO Nº 1.037/2012

"Atualiza o valor da UFM-PB, conforme específica."

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.071/98 - Código Tributário,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, prevista na Lei Municipal nº 1.071/98 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008, com uma correção de 0,02% (zero, zero dois por cento), considerando o IGP-M do mês de setembro de 2012, que vigorará a partir de 1º de dezembro de 2012.

Art. 2º O valor da UMF-PB passará a ser de R\$ 1,9902.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de novembro de 2012.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito

Decreto Nº 1.038/2012

DECRETO Nº 1.038/2012

"Decreta Ponto Facultativo no Município de Porto Belo e dá outras providências".

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no dia 16 de novembro do ano em curso, nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta.

Art. 2º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de novembro de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito

Porto União**PREFEITURA****Lei Nº 4.047/2012**

LEI Nº 4.047, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde, as dotações orçamentárias no valor de R\$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais), conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2068 - Agentes Comunitários de Saúde

MODALIDADE 3190 - 453 - Aplicações Diretas 17 228.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 228.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2067 - Estratégia Saúde da Família

MODALIDADE 3190 - 456 - Aplicações Diretas 15 132.000,00

MODALIDADE 4490 - 465 - Aplicações Diretas 44 19.000,00

ATIVIDADE 2071 - Manutenção Servs.de Média e Alta Complexidade

MODALIDADE 3191 - 103 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 22 9.000,00

MODALIDADE 4490 - 454 - Aplicações Diretas 27 9.000,00

ATIVIDADE 2073 - SAMU

MODALIDADE 3191 - 462 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 34 9.000,00

ATIVIDADE 2075 - Manutenção da Vigilância Epid. Ambiental
MODALIDADE 3191 - 103 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 41 30.000,00

MODALIDADE 4490 - 458 - Aplicações Diretas 46 20.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 228.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 4.048/2012

LEI Nº 4.048, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde, as dotações orçamentárias no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2068 - Agentes Comunitários de Saúde

MODALIDADE 3190 - 453 - Aplicações Diretas 17 30.000,00

ATIVIDADE 2067 - Estratégia Saúde da Família

MODALIDADE 3190 - 456 - Aplicações Diretas 15 70.000,00

ATIVIDADE 2073 - SAMU

MODALIDADE 3190 - 462 - Aplicações Diretas 33 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 110.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício de 2012, nas Fontes 453, 456 e 462.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 4.049/2012

LEI Nº 4.049, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde as dotações orçamentárias no valor de R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais), conforme abaixo discriminado:
ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2066 - Manutenção da Atenção Básica
MODALIDADE 3191 - 103 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 09 100.000,00

ATIVIDADE 2073 - SAMU
MODALIDADE 3190 - 462 - Aplicações Diretas 33 70.000,00

ATIVIDADE 2074 - Manutenção da Vigilância Sanitária
MODALIDADE 3190 - 466 - Aplicações Diretas 36 5.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 175.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e remanejamento das seguintes dotações orçamentárias, do orçamento da Prefeitura Municipal:
ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0207 - SECRET. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚB
PROJETO 1001 - Aquisição de Imóveis
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 19 100.000,00

PROJETO 1007 - Obras de Saneamento em Geral
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 51 75.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 175.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria N.º 1260/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.260, de 22 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de outubro a 21 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rosenilda de Souza, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Jane Mara Caribatti Juraszek que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde de Santa Cruz do Timbó, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1261/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.261, de 23 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Viviana Peters Kozakiewicz, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1262/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.262, de 24 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Alcione Aparecida Húpalo, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 24 de outubro a 22 de novembro de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Leonilda Blaskowski que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 24 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1263/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.263, de 24 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Gisele Gajdeczka, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 24 de outubro a 22 de novembro de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Leonilda Blaskowski que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 24 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito MunicipalROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura**Portaria N.º 1264/2012 - RH**

PORTARIA Nº 1.264, de 24 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 24 de outubro a 21 de novembro de 2012, o Contrato de Trabalho nº 185/2012, de 24 de setembro de 2012, de Janete Fernandes, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Rosane da Silva Dehengoski que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito MunicipalROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura**Portaria N.º 1265/2012 - RH**

PORTARIA Nº 1.265, de 25 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de outubro a 06 de novembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ivete de Fátima Meredyk Paulichen, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Janete Preveda que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito MunicipalROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura**Portaria N.º 1266/2012 - RH**

PORTARIA Nº 1.266, de 26 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Eliane Soares Ferreira, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 26 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito MunicipalROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura**Portaria N.º 1267/2012 - RH**

PORTARIA Nº 1.267, de 29 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daniele de Oliveira Slomp, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão

do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1268/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.268, de 30 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Roseli dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1269/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.269 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/02/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo julho de 2006 a julho de 2011, da servidora Roseli Aparecida Tczornei, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1270/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.270 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de outubro 1999 a outubro de 2004, da servidora Jane Regina Barth Brixner, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1271/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.271 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de outubro 2004 a outubro de 2009, da servidora

Silmara de Fátima Amarante Bueno, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1272/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.272 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de julho 2004 a julho de 2009, da servidora Sianara Cheili Saade, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1273/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.273 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Ricardo Jorge Pfeifer, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1274/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.274 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, do servidor Aroldo Heineck, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1275/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.275 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, do servidor Davi Damasceno dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Esportivo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1276/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.276 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, da servidora Eliane Grossl Cruz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1277/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.277 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de maio de 2001 a maio de 2006, do servidor Márcio Luis Herzog, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (Otorrinolaringologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1278/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.278 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de março de 2002 a março de 2007, do servidor Ivan José Schorr, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1279/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.279 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de maio de 2003 a maio de 2008, da servidora Laureci Freisleben, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1280/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.280 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº

2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, a ser pago na folha de pagamento de Outubro/2012, referente ao período aquisitivo de maio de 2003 a maio de 2008, do servidor Marcelo Heimann, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1281/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.281, de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 31 de outubro de 2012, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município e Artigo 4º do Decreto 668/2011, ao servidor Jorge Cristóvão Ribeiro de Lima, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1282/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.282, de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 26 de outubro a 20 de dezembro de 2012, o Contrato de Trabalho nº 188/2012, de 27 de setembro de 2012, de Ana Claudia Glixinski, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Alessandra Pofahl de Araújo, que continua afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de outubro de 2012.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1283/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.283 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Eliane Cristina dos Santos, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 25 de outubro a 07 de novembro de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Elizabeth Carmen Panenn, com carga horária de 40 horas semanais, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de outubro de 2012.

Porto União, SC em 31 de outubro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1284/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.284 de 31 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, de 31 de outubro de 2012 a 30 de outubro de 2013 o Contrato de Trabalho nº 174/2011 de Sonia Regina

Guzzoni Drozda, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínica Geral) do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda da Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa e por haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1285/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.285, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00079/97-1, datada de 11 de dezembro de 1997, do Servidor ODAIR BORGES MUNIZ, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 7.990 dias, ou seja, 21 (vinte e um) anos, 10 (dez) meses e 25 (vinte e cinco) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
01/06/1970 a 05/12/1970 -	Indústria e Comércio Iguazu LTDA	00a 06m 05d
03/01/1972 a 30/11/1973	Madeira Miguel Forte SA	01a 10m 28d
01/01/1974 a 06/08/1974 -	Comercial Bandeirante LTDA	00a 07m 06d
17/08/1974 a 15/11/1975 -	Selectas SA Indústria e Comercio de Madeiras	01a 02m 29d
01/12/1975 a 29/02/1976 -	Lojas Unterstell SA	00a 03m 00d
01/05/1976 a 03/07/1976 -	Proenge Projetos e Serv. de Engenharia LTDA	00a 02m 03d
12/07/1976 a 27/10/1976 -	Construtora Andrade Gutierrez SA	00a 03m 16d
01/01/1977 a 23/01/1978 -	Cia Brasileira de Projetos e Obra CBPO	01a 00m 23d
01/03/1978 a 31/01/1979 -	Pavileste Construções SA	00a 11m 00d

10/02/1979 a 09/11/1979 -	Cazamajou, Celli e Cia LTDA	00a 09m 00d
13/11/1979 a 24/05/1982 -	Arnaldo A Rotta e Cia LTDA	02a 06m 12d
01/11/1982 a 12/08/1984 -	Auto Viação União LTDA	01a 09m 2d
14/09/1984 a 18/07/1985 -	Dissenha SA Ind e Com	00a 10m 05d
01/11/1985 a 30/09/1986 -	Transp de Cargas Gritsch LTDA	00a 11m 00d
01/10/1986 a 10/06/1987 -	Weiss e Cia LTDA	00a 08m 10d
24/08/1987 a 19/01/1995 -	Prefeitura Municipal de Porto União	07a 04m 26d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1286/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.286, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGA a Portaria nº 1.061 de 02 de julho de 2012 da servidora efetiva Deizi Carla Drosdoski Amaro.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1287/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.287, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGA a Portaria nº 1.239 de 01 de outubro de 2012 da servidora efetiva Lúcia Paolyck Walek.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1288/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.288, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 01 a 07 de novembro de 2012, o Contrato de Trabalho nº 129/2012, de 04 de abril de 2012, de Vilma de Fátima Pinto da Silva, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Lindaura Ondina Loss que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1289/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.289, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00136/00-2, datada de 06 de novembro de 2012, da servidora JANE APARECIDA FERREIRA RODRIGUES, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 3.029 dias, ou seja, 08 (oito) anos, 03 (três) meses e 19 (dezenove) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, no período de 01 de outubro de 1986 a 19 de janeiro de 1995, diante do vínculo de emprego mantido com a Prefeitura Municipal de Porto União, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1291/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.291, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Adilson José Marino, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1292/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.292, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Bernard Michel Damasceno, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1293/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.293, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Carlos Eduardo dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1294/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.294, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Diego Pimentel de Bairros, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1295/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.295, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Edson Luiz Wolf, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1296/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.296, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fernando Cardoso André, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1297/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.297, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Juliano Rodrigues, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1298/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.298, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Lucas Maria de Agostinho, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1299/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.299, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marcos Vinícius dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1300/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.300, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Roberto Hansch, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1301/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.301, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sidney Luis Dombrski, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1302/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.302, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alex Schorr, das funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1303/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.303, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Giovane Alves, das funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1304/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.304, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ivo dos Santos, das funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 080/2012

PORTARIA Nº 080, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 060, de 14 de dezembro de 2011, donde restou configurada a inassiduidade habitual por parte da Servidora Pública Municipal Cristiane Sabatke;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal CRISTIANE SABATKE, com fulcro no artigo nº 227, inciso III, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 1251/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.251, de 15 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONSIDERANDO as declarações assinadas em 30 de maio e 11 de outubro de 2012, pelo servidor Osni José Borges de Camargo, de gozo de sessenta (60) dias de Licença Premio referente ao período outubro de 1999 a outubro de 2004;

CONSIDERANDO a conversão em Pecúnia de trinta (30) dias, conforme Portaria nº 1.043, de 30 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Premio referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, do servidor Osni José Borges de Camargo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2012 Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 034/2012 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2012 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de produtos para manutenção da alimentação escolar. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 28 de Novembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 020/2012 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 032/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 020/2012 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item do tipo presencial, para aquisição de material de higiene e limpeza e gêneros de alimentação destinados ao Apoio a Pessoa Idosa. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 26 de Novembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 021/2012 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 033/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 021/2012 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item do tipo presencial, para aquisição de jogos e brinquedos para atendimento de pessoas em situação de violação de direitos, através do programa CREAS - PFMC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 27 de Novembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Edital 002/2012 - Progressao por Formação Continuada

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE

PROGRESSAO POR FORMAÇÃO CONTINUADA

PORTARIA 078, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.

EDITAL 002/2012

DIVULGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS E ABRE PRAZO RECURSAL PARA PROGRESSAO POR FORMAÇÃO CONTINUADA.

A comissão responsável pelo processo de Progressão por formação continuada, no uso de suas atribuições legais torna público as inscrições DEFERIDAS E INDEFERIDAS e abre PRAZO RECURSAL, conforme abaixo relacionado:

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

- ADRIANA MARY CORREA STACECHEN

- ANA PAULA SOUZA COELHO TESTI

- CIANE GIANINI DROSDOSKI MOHR
- CLAUDIO AUGUSTO BUSCH
- ELIZABET CARMEN PANNEN
- EMILIA DA CONCEIÇÃO BANASZESKI
- GISELE CASAGRANDE
- JOSIANE GROSSL FROELICH
- MARCIA ISABERL LUDKE BRIXNER
- MARIA DE LOURDES FURKIM DOS SANTOS
- MOIRA DE CASSIA FERREIRA
- SALETE APARECIDA JARENTCHUK VOGEL
- SORAYA BAKRI
- TIAGO METZLER DE BRITO
- VILMA TERESINHA BULEK
- ZILDA LEONI FARBER

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

- ELIANE BRADOSKI DOS SANTOS

MOTIVO: Vedado o acesso, em conformidade com o Art.12, parágrafo Único, da Lei Municipal nº 3885/2011, que dispôs sobre o plano de carreira e remuneração do Magistério Público Municipal.

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE PROGRESSAO POR FORMAÇÃO CONTINUADA PORTARIA 078, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.

DO PRAZO RECURSAL

Em conformidade com o previsto no item IV, letra E, do Edital 001/2012, de 17 de outubro de 2012, o docente que sentir-se prejudicado com o resultado, deverá manifestar-se por escrito no prazo de cinco (05) horas, a contar da divulgação do presente edital.

Esgotado o PRAZO RECURSAL, será homologado por Ato da Comissão o resultado FINAL DA PROGRESSAO POR FORMAÇÃO CONTINUADA, que terá seus efeitos a partir de janeiro do ano seguinte.

Porto União (SC), em 05 de novembro de 2012.

BENTO TRINDADE JUNIOR

Presidente da Comissão

Edital Nº 003/2012

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO, PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR E DOS CONSELHOS FISCAIS DO IMPRESS E DA AMASPU

NOMEADA PELA PORTARIA 072, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Edital nº 003/2012

A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 072, de 17 de setembro de 2012, no uso das suas atribuições legais, ALTERA o local de votação da servidora ALDA PAOLYCK WALEK:

Da Seção V - Itinerante (Santa Cruz do Timbó) ficando esta urna com 32 servidores votantes.

Para Seção I - Urna da Administração - ficando esta urna com 111 servidores votantes.

Porto União (SC), em 29 de outubro de 2012.

ROSELI Mª COSTA CURTA DE BONA

Presidente da Comissão

Editais Nº 004/2012

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO, PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR E DOS CONSELHOS FISCAIS DO IMPRESS E DA AMASPU
NOMEADA PELA PORTARIA 072, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.
Edital nº 004/2012

A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 072, de 17 de setembro de 2012, no uso das suas atribuições legais, REMOVE da Lista Nominal de servidores votantes das urnas abaixo relacionadas os seguintes nomes, em razão dos motivos descritos:

Seção IV - Educação - MAIARA DE BAIROS RODRIGUES DOS SANTOS - exoneração, ficando esta urna com 276 servidores votantes.

Porto União (SC), em 29 de outubro de 2012.
ROSELI Mª COSTA CURTA DE BONA
Presidente da Comissão

Rio do Sul

PREFEITURA

Resolução 38/2012**RESOLUÇÃO Nº 38/2012**

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS E/OU INSCRIÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E/OU AO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL, criado pela Lei Municipal nº 2.947 de 09 de dezembro de 1994, e no que couber nas Leis Municipais nº 3.204 de 24/09/1998, nº 3.278 de 16/06/2006, nº 4.356 de 28/04/2006 (art. 5º), nº 4.743 de 24/06/2008, nº 5.116 de 20/04/2011, na Constituição Federal, nas Leis nº 12.010 de 2009, nº 12.101 de 2009, nº 12.594 de 2012, no uso de suas competências, com base na Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais legislações pertinentes à criança e ao adolescente nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta, no território nacional.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os procedimentos para registro de Entidades Não-Governamentais e a inscrição das Entidades de Serviços, Programas e Projetos, para entidades Governamentais e Não-Governamentais que executem Serviços, Programas e Projetos de proteção e/ou sócio-educativo, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

I - Entende-se por registro de Entidades, o credenciamento pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e Adolescente/Rio do Sul, SC, para funcionamento das entidades de atendimento não governamentais, que executam Serviços, Programas e Projetos de proteção e/ou sócio-educativo.

II - entende-se por inscrição de Serviços, Programas e Projetos das Entidades de Atendimento governamentais e não governamentais, o procedimento de matricular junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente/Rio do Sul, SC, o (s) serviço(s), programa(s) ou projeto(s) de proteção e/ou sócio-educativo, conforme artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - As Entidades Não-Governamentais, já existentes no

Município de Rio do Sul, deverão, no período de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta resolução, solicitar seu registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Parágrafo Único - As Entidades Não-Governamentais que vierem a instalar-se no Município, terão prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do registro de seus estatutos, para solicitar o seu registro e inscrever seus Serviços, Programas e Projetos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não podendo entrar em funcionamento sem antes ter sido finalizado o registro perante o CMDCA, conforme art. 91 do ECA.

Art. 3º - A solicitação de registro, pela Entidade Não-Governamental, deverá ser feita através de requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, em formulário fornecido pelo Conselho, conforme Anexo I, parte integrante desta Resolução.

Parágrafo Único - O registro terá validade máxima de 04 anos, podendo ser renovado, conforme resolução específica a ser editada pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - A entidade Não-Governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente:

I - Requerimento de registro (Anexo I), assinado pelo representante legal;

II- Formulário cadastral (Anexo II), específico do Conselho municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente;

III - Cópia do Estatuto da Entidade, devidamente registrado no órgão competente onde deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento da criança e/ ou do adolescente;

IV - Cópia da ata de fundação da entidade;

V - Cópia da última eleição da diretoria;

VI - Certidão de Antecedentes Criminais e Certidão de Distribuição Civil dos representantes legais da entidade (Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário, Diretor);

VII - Cartão atualizado de inscrição no CNPJ;

VIII - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência fornecido pela

Prefeitura;

IX - Cópia do Alvará Sanitário, expedido pelo órgão competente;

X - Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;

XI - Plano de trabalho compatível com princípios do Estatuto da Criança e do adolescente, contendo inclusive o sistema avaliativo dos trabalhos desenvolvidos pela entidade e seus Serviços, Programas e Projetos. Caso a entidade estiver funcionando há mais de 1 (um) ano, deve apresentar relatório das atividades desenvolvidas;

XII - Listar a origem dos recursos que garantam a manutenção da entidade.

XIII - Declaração de que a entidade se dispõe a integrar a rede de atenção e proteção à Criança e ao Adolescente. (Anexo III).

Art. 5º Após a análise da documentação apresentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá solicitar parecer técnico que discorrerá sobre as instalações

físicas da entidade, a sua capacidade de desenvolver o serviço, programa ou projeto apresentado no Plano de Trabalho, bem como outros documentos que se fizerem necessários, das Secretarias Municipais, outros órgãos ou instituições a critério deste Conselho, para uma melhor avaliação.

Parágrafo Único - O órgão gestor, outros órgãos ou instituições terão o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir do recebimento da solicitação especificada no "caput" do artigo 5º, para expedir o parecer e/ou documentos solicitados.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de posse do processo de registro, devidamente instruído,

apreciará a solicitação da entidade, emitindo, em caso de deferimento, o "Atestado de Registro".

Art. 7º - As Entidades Governamentais e Não-Governamentais deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Resolução, proceder à inscrição de seus Serviços, Programas e Projetos, apresentando:

I - Requerimento (Anexo IV) solicitando a inscrição dos serviços, programas ou projetos, assinado pelo representante legal e responsável técnico do Serviço, Programa ou Projeto;

II - Alvará de localização da sede do serviço, programa ou projeto, fornecido pela prefeitura;

III - Alvará Sanitário;

IV - Atestado de vistoria fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

V - Atestado de antecedentes criminais do responsável técnico;

VI - Cópia autenticada do registro no Conselho de Classe e/ou diploma do responsável técnico/coordenador, devendo este pertencer a uma categoria profissional com perfil e/ou entendimento para atuação na área da infância e Adolescência;

VII - Ficha Cadastral (Anexo V) específica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente;

VIII - Projeto do(s) Serviço(s) ou Programa(s) a serem inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Anexo VI).

Parágrafo 1º - No caso de entidade que presta serviços na área de dependência química, deverá ser observada a legislação vigente.

Parágrafo 2º - No caso de entidades que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência, deverá ser observada o que trata a Resolução - RDC Nº 29, de 30 de Junho de 2011.

Parágrafo 3º O prazo de validade da inscrição dos Serviços, Programas e Projetos governamentais e não governamentais será de no máximo 04 anos, podendo ser renovado, conforme resolução específica a ser editada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 4º - Toda e qualquer alteração ocorrida nos Serviços, Programas e Projetos inscritos deverá ser comunicada por escrito, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - No caso de alteração no serviço, programa ou projeto, adotar-se-á as mesmas providências previstas no art. 5º desta Resolução, a fim de observar se há condição da manutenção do registro ou necessidade de adequação.

Art. 8º Para concessão do registro às entidades e/ou inscrição, dos Serviços, Programas e Projetos, deverão ser observadas as seguintes vedações:

Parágrafo 1º - Será negado registro à entidade nas hipóteses relacionadas pelo art. 91, Lei nº 8.069/90;

Parágrafo 2º - Será negado registro às entidades e inscrição dos Serviços, Programas e Projetos que não respeitem os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pelas Leis nº 8.069/1990, nº 12.010/2009, nº 12.101/2009, nº 12.594/2012, Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA e que sejam incompatíveis com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, traçada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste município e com as demais legislações vigentes no território nacional voltada à criança e ao adolescente;

Parágrafo 3º - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente não concederá registro para funcionamento de entidades ou inscrição de Serviços, Programas e Projetos que desenvolvam apenas atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio;

Parágrafo 4º - Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, poderá ser, a qualquer momento, cassado o registro originalmente concedido à entidade ou serviço, programa ou projeto, comunicando-se o fato à Autoridade

Judiciária, ao Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 9º - Indeferido o pedido de registro e/ou inscrição de Serviços, Programas e Projetos, a Entidade poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do indeferimento interpor recurso que será julgado pela Plenária no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do mesmo.

Parágrafo 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da plenária, em julgamento de recurso, poderá conferir o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para a Entidade adequar-se e sanar as deficiências que foram motivo de indeferimento de seu registro e/ou inscrição dos serviços, programas e projetos.

Parágrafo 2º - O parágrafo anterior não contempla as hipóteses previstas no art. 8º desta resolução.

Art. 10º - O prazo máximo para concessão do registro às entidades e/ou inscrição dos Serviços, Programas e Projetos será de 90 (noventa) dias, contados da data do protocolo da solicitação, desde que a situação esteja regular, ou no mesmo prazo, após o julgamento definitivo previsto no parágrafo 1º do art. 9º desta resolução.

Art. 11º - Toda decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relacionada com a concessão, indeferimento, suspensão ou cassação do registro de Entidades Não-Governamentais e inscrição de Serviços, Programas e Projetos das Entidades Governamentais e Não-Governamentais será encaminhada ao Conselho Tutelar, Ministério Público e Autoridade Judiciária, com vistas à fiscalização dos mesmos.

Art. 12º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar à Promotoria da Infância e Juventude, o nome e endereço da Entidades Governamentais e Não-Governamentais que executem Serviços, Programas e Projetos de proteção e sócio-educativos com crianças e/ou adolescentes que não solicitarem suas Inscrições e/ou registros nos prazos estabelecidos nesta Resolução, bem como, em se tratando, a qualquer tempo, que alguma entidade ou serviço, programa ou projeto esteja atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro e/ou inscrição, para que seja tomadas as medidas cabíveis, na forma do disposto nos artigos 95, 97 e 191 a 193, todos da Lei nº 8.069/90.

Art. 13º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares qualquer irregularidade que tenha conhecimento quanto aos Serviços, Programas e Projetos desenvolvidos pelas entidades Governamentais e Não-Governamentais.

Parágrafo Único - Após a verificação, por parte do órgão responsável da irregularidade comunicada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procederá, se for o caso, a suspensão ou cassação do registro da Entidade, assegurando-se à mesma o devido processo legal e o amplo direito de defesa.

Art. 14º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 05/2006 de 21 de março de 2006 deste Conselho.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2012.

IVANIR SCHLEMPER NEVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Portaria N. 1166/RH

PORTARIA Nº. 1166/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal MARLENE MORAES, Auxiliar de Serviços Gerais feminino, no Centro de Educação Infantil Tia Bea, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha de Vagas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RI

Portaria N. 1171/RH

PORTARIA Nº. 1171/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal ADRIANA FRANZEN, Auxiliar de Serviços Gerais feminino, no Centro de Educação Infantil Ruth Schroeder Ohf, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha de Vagas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RI

Portaria N. 1172/RH

PORTARIA Nº. 1172/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal ALAIDE FERNANDES, Professor Nível III, 20 horas semanais, no Centro de Educação Ribeirão Cobras Norte, nos termos do Art. 2º inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 75 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha de Vagas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RI

Portaria N. 1173/RH

PORTARIA Nº. 1173/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal LEILA PATRICIA CONTI, Professor Nível III, 20 horas semanais, no Centro de Educação Ulrich Hübsch, nos termos do Art. 2º inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 75 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha de Vagas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RI

Portaria N. 1175/RH

PORTARIA Nº. 1175/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal SCHEILA BATISTA DA SILVA ZUCATELLI, Nutricionista, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha de Vagas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RI

Portaria N. 1177/RH

PORTARIA Nº. 1177/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal ELIANE JANETE DA SILVA RUBLESKI, Auxiliar de Serviços Gerais feminino, no Centro de Educação Infantil Navegantes, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha de Vagas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RI

Portaria Nº 1186/RH
PORTARIA Nº 1186/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 19/10/2012 a 17/12/2012, concedida através da Portaria nº 0931/RH de 27/08/2012, a servidora municipal LEILA DENISE GUCKERT LOSI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor III, classe A.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1187/RH
PORTARIA Nº 1187/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/10/2012 a 18/04/2013, concedida através da Portaria nº 0707/RH de 27/07/2012, ao servidor municipal ELIGIO LUIS PESSOA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, classe D.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1188/RH
PORTARIA Nº 1188/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 22/10/2012 a 05/12/2012, a servidora municipal GORETTI SCHLICKMANN LEHMKUHL, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1189/RH
PORTARIA Nº 1189/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 01/10/2012 a 28/01/2013, a servidora municipal KEIDIMA CASSIA DE MELO GARDIOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1190/RH
PORTARIA Nº 1190/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 04/11/2012 a 02/01/2013, a servidora municipal MARIZE OSS-EMER LUNELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1191/RH
PORTARIA Nº 1191/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença

Especial à Gestante, no período de 23/10/2012 a 21/12/2012, a servidora municipal MERI ADRIANA BAADE BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1192/RH

PORTARIA Nº 1192/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal EDIT ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo Telefonista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1193/RH

PORTARIA Nº 1193/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal INGELOR CRISTEN DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1194/RH

PORTARIA Nº 1194/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio metade em pecúnia e metade em gozo, no período de 06/11/2012

a 20/12/2012 referente ao quinquênio 02/04/2007 a 30/03/2012, ao servidor municipal CELSO LUIS MARCHI ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1195/RH

PORTARIA Nº 1195/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 04/10/2007 a 01/10/2012, a servidora municipal EDIT ROCHA ocupante do cargo de provimento efetivo Telefonista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1196/RH

PORTARIA Nº 1196/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 12/10/2007 a 09/10/2012, a servidora municipal INGELOR CRISTEN DE OLIVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1197/RH

PORTARIA Nº 1197/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140,

parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 09/10/2007 a 06/10/2012, a servidora municipal ANA CLARA WENDHAUSEN ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1198/RH
PORTARIA Nº 1198/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 02/10/2007 a 29/09/2012, a servidora municipal NESELI MARI STADNICK LEITE ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1199/RH
PORTARIA Nº 1199/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 16/10/2007 a 13/10/2012, ao servidor municipal FRANCISCO ODELLI ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1200/RH
PORTARIA Nº 1200/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 20/10/2007 a 17/10/2012, ao servidor municipal WILSON PEDRO SCHMIDT ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1201/RH
PORTARIA Nº 1201/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 03/10/2007 a 30/09/2012, ao servidor municipal GIBRAN DAMIAO RAMOS ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

14º Termo Aditivo ao Contrato Nº 565/2009

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0565/2009 firmado em 08/06/2009, com término previsto para 02/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANGELA JOHANN, portador(a) do CPF nº 008.285.659-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0565/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0565/2009, iniciando-se a prorrogação em 03/10/2012 e encerrando-se em 11/10/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Setembro de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSANGELA JOHANN
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

Resumo dos Aditivos do Mês 10/2012

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 158/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 128/2012
Tomada de Preços nº 078/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RUTH SCHROEDER OHF
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 03 de abril de 2013.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 159/2012 - DO CONTRATO DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA NR. 021/2010
Dispensa nº 028/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPUEJ.
Do Objeto: VISANDO ESTUDO E A REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DO GEOPROCESSAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
Do Preâmbulo: Fica corrigido o número da inscrição no CNPJ/MF da CONTRATANTE, sendo sob o nº 83.102.574/0001-06, do contrato nº 21/2010 de 19 de março de 2010.

Rio do Sul, 05 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 160/2012 - DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS NR. 214/2011
Dispensa de Licitação nº 154/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DRENAGEM PLUVIAL DA RUA BRASIL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 45 (quarenta e cinco) dias, com o seu término em 28 de novembro de 2012.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 161/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 103/2012
Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA BECO RIO DE JANEIRO, BAIRRO LARANJEIRA

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 81 (oitenta e um) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 162/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 104/2012
Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA FRITZ KE-NEIDL, BAIRRO LARANJEIRA
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 81 (oitenta e um) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 163/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 105/2012
Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA BECO ANILDO ANILDO DE OLIVEIRA, BAIRRO CANOAS
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 81 (oitenta e um) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 164/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 112/2012
Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA LEANDRO MURARA, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 81 (oitenta e um) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 165/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 113/2012
Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA RUDE MESHKER, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 81 (oitenta e um) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 166/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 049/2012
Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Metro Cúbico Engenharia Ltda
Do Objeto: EXECUÇÃO DA RECONSTRUÇÃO PARCIAL PONTE PÊNSIL MARTIM DE SOUZA, LIGANDO OS BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 109 (cento e nove) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 167/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 121/2010
Tomada de Preços nº 106/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: RZS - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME
Do Objeto: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 14 de novembro de 2012.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 168/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 016/2012
Tomada de Preços nº 171/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO MATADOR
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 51 (cinquenta e um) dias, com o

seu término em 20 de outubro de 2012.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 169/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 174/2012
Tomada de Preços nº 120/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE PÊNSIL, LIGANDO OS BAIRROS BARRA DA ITROUPAVA/BREHMER EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 213 (duzentos e treze) dias, com o seu término em 30 de abril de 2013.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 170/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 016/2012
Tomada de Preços nº 171/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO MATADOR
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 8.120,05 (oito mil e cento e vinte reais e cinco centavos), conforme justificativa e parecer técnico anexo.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo dos Contratos 280 e 281/2012

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 280/2012
Concorrência nº 142/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: SEPATE - Serviços de Pavimentação e Terraplenagem Ltda

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Brasil, Bairro Sumaré em Rio do Sul

Valor: R\$ 444.747,31 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e setecentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos).
Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
Recurso: Próprios/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de outubro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 281/2012

Concorrência nº 149/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Mauricio Ely Puttkammer - ME

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em lajotas e sinalização viária, do Beco Jânio Cipriani, Bairro Santa Rita em Rio do Sul, com extensão de 185,58.

Valor: R\$ 129.119,97 (cento e vinte e nove mil e cento e dezenove reais e noventa e sete centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/Badesc

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo dos Contratos Mês 10/2012**RESUMO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 279/2012**

Concorrência nº. 147/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: QUIOSQUE KML LTDA - ME

Objeto: Permissão de uso para exploração de 01 quiosque, com encargo a PERMISSIONÁRIA de manutenção de sanitário público, sem direito a qualquer cobrança dos usuários, em área localizada junto ao Terminal Urbano Rodoviário da PERMITENTE

Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais

Condições de Pagamento: até o dia 05 (cinco) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Prazo/entrega: 04 (quatro) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

Recurso:

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 03 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 285/2012

Pregão Presencial nº 154/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: ORBENK Administração e Serviços Ltda

Objeto: prestação de serviços de Copa e Cozinha e Limpeza, Higienização e Conservação, a serem executados nas instalações da Sede da Companhia de Bombeiros Militar de Rio do Sul, com vigência de 03 (três) meses improrrogáveis

Valor: R\$ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mês, totalizando em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Condições de Pagamento: 10 dias após entrega da Nota Fiscal.

Prazo/entrega: 03 (três) meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

Recurso: Funrebom

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumos dos Contratos 282 a 284 - Pnafm**RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 282/2012**

Pregão Presencial nº 156/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: UNIDAS VEÍCULOS LTDA

Objeto:

Constitui objeto deste contrato de fornecimento de veículos novos para as Secretarias de Administração e Fazenda, no que segue:

Item	Qte.	Especificações	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	05 Un.	Veículo novo, tipo automóvel, zero quilometro, de fabricação nacional, na cor branca, com as seguintes características mínimas: ano 2012, bicombustível, Hatch, quatro portas, motorização 995 cm ³ , potencia de 72 cv, comprimento 375 cm, distância entre eixos de 235 cm, porta malas com capacidade de 250 litros, 5 ocupantes, chave codificada, ar condicionado, direção hidráulica, limpador e desembaçador do vidro traseiro, tapetes, calhas de chuva, aparelho de som com CD e entrada USB, película de controle solar com 50% de visibilidade, calotas, garantia do fornecedor e nacional total de 1 ano livre de quilometragem e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito.	Chevrolet/Celta LT	R\$ 27.500,00	R\$ 137.500,00
2	01 Un.	Veículo novo, tipo automóvel, zero quilometro, de fabricação nacional, na cor branca, com as seguintes características mínimas: ano 2012, bicombustível, Perua, quatro portas, motorização 1598cm ³ , potencia de 102 cv, comprimento 420 cm, distância entre eixos de 240 cm, porta malas com capacidade de 450 litros, 5 ocupantes, chave codificada, ar condicionado, direção hidráulica, limpador e desembaçador do vidro traseiro, tapetes, calhas de chuva, aparelho de som com CD e entrada USB, película de controle solar com 50% de visibilidade, calotas, garantia do fornecedor e nacional total de 1 ano livre de quilometragem e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito.	Chevrolet/SPIN LT	R\$ 45.500,00	R\$ 45.500,00

Valor: R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais).

Prazo de Entrega: 15 dias após emissão da Nota de Empenho na sede da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, 01, Centro, sem nenhum custo adicional.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/PNAFM

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 283/2012

Pregão Presencial nº 155/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: RDOIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Objeto: Constitui objeto deste contrato de fornecimento de equipamentos de informática, no que segue:

Item	Qte.	Especificações	Marca	Preço Unitário	Preço Total
		<p>Microcomputador com as seguintes características mínimas:</p> <p>Intel Pentium G860 ou processador com performance igual ou superior; Processador de 3,0 Ghz, 3MB cache inteligente, TDP 65W, socket LGA1155;</p> <p>Características :</p> <p>RoHS; Sistema de refrigeração incluso de mesma marca do fabricante do processador;</p> <p>Dual Core : Dois núcleos de processamento; 2 Threads;</p> <p>Processador gráfico Intel HD Graphics integrado;</p> <p>Especificações :</p> <p>Velocidade do Clock: 3 Ghz;</p> <p>Socket : LGA1155;</p> <p>TDP: 65W;</p> <p>Cache: 3 MB; Sistema de bit 64;</p> <p>Processador gráfico:</p> <p>Frequência : 850MHz ~ 1,1Ghz;</p> <p>Modelo: Intel HD Graphics;</p> <p>Conexões suportadas: VGA / DVI / HDMI/ DisplayPort;</p> <p>Tecnologia suportadas: Intel® Virtualization Technology (VT-x); Enhanced Intel SpeedStep® Technology; Thermal Monitoring Technologies; Intel® Fast Memory Access; Intel® Flex Memory Access; Intel® VT-x with Extended Page Tables;</p> <p>Placa Mãe Placa Mãe Intel DH61WWB3 ou performance igual ou superior;</p> <p>Suporte a Processador :</p> <p>Socket LGA1155;</p> <p>Suporta processador Intel Core i3 / i5 / i7;</p> <p>ChipSet:</p> <p>Intel H61;</p> <p>Memória:</p> <p>Suporta Dual Channel DDR3;</p> <p>Suporta até 8GB de memória;</p> <p>2 slots DDR3 SDRAM (240 pinos);</p> <p>Suporta memória DDR3 1.066 / 1.333MHz;</p> <p>Slot de expansão:</p> <p>1x PCI</p> <p>2x PCI Express 2.0 1x</p> <p>1x PCI Express 2.0 16x</p> <p>Armazenamento:</p> <p>4 canais SATA 3Gb/s providos pelo chipset Intel H61;</p> <p>Áudio:</p> <p>canais: 6 Canais;</p> <p>Conexões : 3 analógicas (Alto Falante Frontais, Linha de Entrada e Microfone);</p> <p>Rede:</p> <p>Conexão: 01 porta RJ45;</p> <p>Velocidade: Gigabit (10/100/1000Mb/s);</p> <p>USB:</p> <p>Padrão: USB v2.0;</p> <p>Chipset: Intel H61;</p> <p>Conexões: 6 portas; (4 Externas e 2 Internas)</p> <p>Conexões I/O:</p> <p>1x Paralela;</p> <p>4x USB v2.0;</p> <p>1x VGA;</p> <p>1x RJ45;</p> <p>3x 3,5mm (áudio integrado);</p> <p>1x PS/2 para teclado / mouse;</p>			

Lote 02	<p>Dimensões: Padrão : Micro ATX;</p> <p>Energia : 1x ATX 24; 1x ATX12V (4 pinos);</p> <p>Disco Rígido Capacidade 500 GB; Interface SATA de 3Gb/s. SATA II; Velocidade de rotação 7.200 RPM;</p> <p>Memória Memória DDR3 DIMM 1333MHZ PC3-10600; Capacidade: 4GB;</p> <p>Gabinete Padrão: ATX; Cor Predominante Preta;</p> <p>Monitor LED 18.5", Widescreen, 1366x768, HighDefinition; Cor Predominante Preta; Tipo : LED; DisplayTamanho da Tela 18.5 wide-screen; Resolução 1366x768;</p> <p>Teclado Português Brasil ABNT2, 107 teclas, USB;</p> <p>Mouse USB, 2 botões, com scroll, óptico;</p> <p>Sistema OperacionalWindows 7 Professional 64 bits em Português - Licenciado;</p> <p>Estabilizador 300 VA Nominal ou que suporte o equipamento especificado ; Entrada Bivolt (110 V/230 V); 04 Tomadas com saída de 110 V; Selo de Garantia do INMETRO;</p> <p>Garantia 12 meses; Deverá ser prestada no local onde estiver o equipamento, com início do atendimento em no máximo 12 horas a partir da abertura do chamado e 36 horas para conclusão ou substituição do equipamento; A garantia dos equipamentos, e eventuais custos relativos a deslocamentos, estadias, gastos com alimentação e transportes serão de responsabilidade da empresa vencedora sem nenhum ônus para a Prefeitura;</p> <p>Assessórios Cabos, manuais e drivers e acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento;</p>	PC-DUALCORE	R\$ 1.750,00	R\$ 29.750,00
---------	---	-------------	--------------	---------------

	<p>Microcomputador com as seguintes características mínimas:</p> <p>Processador Intel Core I5 ou processador com performance igual ou superior; Processador de 3,0 Ghz, 6MB cache inteligente, TDP 95W, socket LGA1155.</p> <p>Características :</p> <ul style="list-style-type: none">RoHS;Sistema de refrigeração incluso de mesma marca do fabricante do processador;Quad Core : Quatro núcleos de processamento; 4 Threads;Processador gráfico Intel HD Graphics (HD2000) integrado;Suporta a tecnologia Hyper_Threading; <p>Especificações :</p> <ul style="list-style-type: none">Velocidade do Clock: 3 Ghz;Socket : LGA1155;TDP: 95W;Cache: L2: 4x 256KB; L3: 6MB; Sistema de bit 64;Processador gráfico:<ul style="list-style-type: none">Frequência : 850MHz ~ 1,1Ghz;Modelo: Intel HD Graphics (HD 2000);Conexões suportadas: VGA / DVI / HDMI/ DisplayPort;Tecnologia suportadas: Intel Clear Video HD, InTRU 3D e Quick Sync, <p>DirectX 10.1, OpenGL 3.0 e HDMI 1.4;</p> <p>Placa Mãe Placa Mãe Intel DH61WWB3 ou performance igual ou superior.</p> <p>Suporte a Processador :</p> <ul style="list-style-type: none">Socket LGA1155;Suporta processador Intel Core i3 / i5 / i7; <p>ChipSet:</p> <ul style="list-style-type: none">Intel H61; <p>Memória:</p> <ul style="list-style-type: none">Suporta Dual Channel DDR3;Suporta até 8GB de memória;2 slots DDR3 SDRAM (240 pinos);Suporta memória DDR3 1.066 / 1.333MHz; <p>Slot de expansão:</p> <ul style="list-style-type: none">1x PCI;2x PCI Express 2.0 1x;1x PCI Express 2.0 16x; <p>Armazenamento:</p> <ul style="list-style-type: none">4 canais SATA 3Gb/s providos pelo chipset Intel H61; <p>Áudio:</p> <ul style="list-style-type: none">canais: 6 Canais;Conexões : 3 analógicas (Alto Falante Frontais, Linha de Entrada e Microfone); <p>Rede:</p> <ul style="list-style-type: none">Conexão: 01 porta RJ45;Velocidade: Gigabit (10/100/1000Mb/s); <p>USB:</p> <ul style="list-style-type: none">Padrão: USB v2.0;Chipset: Intel H61;Conexões: 6 portas; (4 Externas e 2 Internas)			
--	--	--	--	--

		<p>Conexões I/O:</p> <p>1x Paralela;</p> <p>4x USB v2.0;</p> <p>1x VGA;</p> <p>1x RJ45;</p> <p>3x 3,5mm (áudio integrado);</p> <p>1x PS/2 para teclado / mouse;</p> <p>Dimensões:</p> <p>padrão : Micro ATX;</p> <p>Energia :</p> <p>1x ATX 24;</p> <p>1x ATX12V (4 pinos);</p> <p>Disco Rígido Capacidade 500GB;</p> <p>Interface SATA de 3Gb/s. SATA II;</p> <p>Velocidade de rotação 7.200 RPM;</p> <p>Memória Memória DDR3 DIMM 1333MHZ PC3-10600;</p> <p>Capacidade: 8GB;</p> <p>Gabinete Padrão: ATX;</p> <p>Cor Predominante Preta;</p> <p>Monitor LED 21", Widescreen, 1366x768, HighDefinition;</p> <p>Cor Predominante Preta;</p> <p>Tipo : LED;</p> <p>DisplayTamanho da Tela 21 wide-screen;</p> <p>Resolução 1366x768;</p> <p>Teclado Português Brasil ABNT2, 107 teclas, USB;</p> <p>Mouse USB, 2 botões, com scroll, óptico;</p> <p>Sistema OperacionalWindows 7 Professional 64 bits em Português - Licenciado;</p> <p>Estabilizador 300 VA Nominal ou que suporte o equipamento especificado ;</p> <p>Entrada Bivolt (110 V/230 V);</p> <p>04 Tomadas com saída de 110 V;</p> <p>Selo de Garantia do INMETRO;</p> <p>Garantia 12 meses;</p> <p>Deverá ser prestada no local onde estiver o equipamento, com início do atendimento em no máximo 12 horas a partir da abertura do chamado e 36 horas para conclusão ou substituição do equipamento;</p> <p>A garantia dos equipamentos, e eventuais custos relativos a deslocamentos, estadias, gastos com alimentação e transportes serão de responsabilidade da empresa vencedora sem nenhum ônus para a Prefeitura;</p>				
Lote	02	8	Assessórios Cabos, manuais e drivers e acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento;	Rdois PC-15	R\$ 2.391,00	R\$ 19.128,00

Valor: R\$ 48.878,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e setenta e oito reais).

Prazo de Entrega: 20 dias após emissão da Nota de Empenho na sede da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, 01, Centro, sem nenhum custo adicional.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/PNAFM

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 284/2012

Pregão Presencial nº 155/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ARENA INFORMÁTICA LTDA – ME

Objeto: Constitui objeto deste contrato de fornecimento de equipamentos de informática, no que segue:

Item	Qte.	Especificações	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote 01	5	<p>Notebook com as seguintes características mínimas: Processador Intel Core I5 (3MB Cache 3,2 Ghz) ou processador com performance igual ou superior; Disco Rígido, Capacidade de 500 GB 5400 RPM; Memória 4 GB DDR3 1333MHZ; Tela Anti-reflexo, 15 Polegadas LED; Conectividade 802.11 /g/n; 10/100/1000 Mb; Bluetooth 2.1 Multimídia Áudio Alta Definição; Unidade óptica Leitora e Gravadora de DVD e CD; Câmera Integrada; Teclado Padrão ABNT-2 com Teclado Numérico; Dispositivo Apontador Touchpad; Mouse USB, 2 botões, com scroll, óptico, cabo retrátil; Porta de Conexão 03 portas USB 2.0 Fone de ouvido; Microfone; S-video; HDMI; Sistema Operacional Windows 7 Professional 64 bits em Português - Licenciado; Garantia 01 Ano;</p> <p>Deverá ser prestada no local onde estiver o equipamento, com início do atendimento em no máximo 12 horas a partir da abertura do chamado e 36 horas para conclusão ou substituição do equipamento; A garantia dos equipamentos, e eventuais custos relativos a deslocamentos, estadias, gastos com alimentação e transportes serão de responsabilidade da empresa vencedora sem nenhum ônus para a Prefeitura;</p> <p>Assessórios Cabos, manuais e drivers e acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento;</p> <p>Carregador com entrada Bivolt (110/220v); Bateria com duração de no mínimo de 2 horas; Mochila;</p>	LENOVO	R\$ 2.798,00	R\$ 13.990,00

Valor: R\$ 13.990,00 (treze mil e novecentos e noventa reais).
 Prazo de Entrega: 20 dias após emissão da Nota de Empenho na sede da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, 01, Centro, sem nenhum custo adicional.
 Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
 Recurso: Próprios/PNAFM
 Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de outubro de 2012.
 MILTON HOBUS
 Prefeito Municipal

Edital de Pavimentação Subsidiada Nº 0007/12

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº 0007/2012

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MILTON HOBUS, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA PETROPOLIS, Bairro BOA VISTA, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) Rua PETROPOLIS tem extensão de 183,59 metros e área a ser pavimentada de 1.042,36 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto,

com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5 cm sobre a área de 1.042,36m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 183,59m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 1.042,36 referidos neste edital é de R\$ 82.591,14 (oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e quatorze centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 67,38 (sessenta e sete reais e trinta e oito centavos) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Área Pav.	Valor R\$
ALGENE CAROLINA BRUSE ESPOLIO	4421.0	52,70	3.550,93
ANDERSON FERNANDO WAMSER	38119.5	53,45	3.601,46
BENTO FERREIRA	22320.4	25,25	1.701,35
CLEUZA DINIZ KREUSCH	4354.0	43,68	2.943,16

DANIEL CARLOS DE JESUS	42048.6	45,75	3.082,64
DANIEL CARLOS DE JESUS	19702.5	46,40	3.126,43
DIRCEU ALVES	4399.0	36,70	2.472,85
J O A Q U I M CONSTANCE	4416.4	58,75	3.958,58
JOSE MIGUEL DA COSTA	4419.9	38,00	2.560,44
JOSE MIGUEL DA COSTA	4420.2	24,00	1.617,12
MARCELO CIVIERO	4351.6	83,82	5.647,79
MARIA DE SOUZA - ESPOLIO	4344.3	50,00	3.369,00
MONICA FERREIRA	4397.4	47,25	3.183,71
NEYZE MULLER	4401.6	14,25	960,17
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	4353.2	175,76	11.842,71
SIMIÃO KREUSCH	4418.0	24,80	1.671,02
TERESA BONETTI	4342.7	74,30	5.006,33
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)			22.295,47
TOTAL GERAL		894,86	82.591,14

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de outubro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de Pavimentação Subsidiada Nº 011/12

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº 011/2012

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MILTON HOBUS, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, na(o) RUA JOAO PASQUALINI, Bairro CANTA GALO, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS da(o) Rua JOAO PASQUALINI tem extensão de 312,29 metros e área a ser pavimentada de 2.498,17 m², atingindo o presente

edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1

A rede de drenagem será executada com tubos de 40cm de diâmetro numa extensão de 2.498,17m².. Também serão executadas caixas de captação e redução ao longo da rede. A pavimentação será executada com lajotas sextavadas em concreto de 8cm de espessura, a base será em colchão de areia com 10cm de espessura, também serão executados meio fios em concreto pré-moldado totalizando 312,29m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 2.498,17 referidos neste edital é de R\$ 239.572,22 (duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 67,25 (sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Área Pav.	Valor R\$
CARLOS SCHAEFFER	32044.7	61,03	4.104,27
CARMELINO BALDO	13428.7	256,02	17.217,35
EDSON ROIVAS	37859.3	76,80	5.164,80
EMERSON ALEXANDRE PASQUALINI	31182.0	60,10	4.041,73
FRANCISCO DE ASSIS JEREMIAS	24997.1	60,68	4.080,73
FRANCISCO DE ASSIS JEREMIAS	30288.0	59,60	4.008,10
ILSA JURASZEK	32043.9	59,25	3.984,56
JACQUES FERNANDO CEOLA SCHWAMBACH	32041.2	59,85	4.024,91
JAMES MANSCHERIN	25721.4	80,90	5.440,53
JOAO FLORENCIO	30443.3	60,51	4.069,30
JOSE GUILHERME BITTEN COURT	41171.9	47,04	3.163,44
JOSE GUILHERME BITTEN COURT	41170.9	52,48	3.529,28
JOSE GUILHERME BITTEN COURT	13430.9	95,04	6.391,44
JUARES MARCOS ANGIOLETTI	30442.5	60,13	4.043,74
JULIO CEZAR GIRARDI	30287.2	60,00	4.035,00

LORIVALDO DA SILVA E IZABEL DOS SANTOS	35483.0	130,00	8.742,50
MARIA DA SILVA	32042.0	60,60	4.075,35
MAURELI FERREIRA DA SILVA	32045.5	59,40	3.994,65
NORIVAL KUHLE	37858.5	93,21	6.268,37
NORIVAL KUHLE	30289.9	59,11	3.975,15
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	43299.5	69,67	4.685,31
PROJETO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	13434.1	64,92	4.365,87
ROSI MARISA DA SILVA	24998.0	121,94	8.200,47
SANDRO PASQUALINI	13429.5	74,12	4.984,57
SERGIO CAMPESTRINI	32046.3	59,30	3.987,93
VALDIR PASQUALINI	13377.9	146,80	9.872,30
VALENTINO NIVALDO PASQUALINI	13373.6	65,38	4.396,81
WALTER PASQUALINI	13375.2	164,10	11.035,73
WILLY PASQUALINI	37860.7	76,80	5.164,80
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)			78.523,27
TOTAL GERAL		2.394,78	239.572,22

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de outubro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 092/2012

DECRETO Nº 092/2012, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.
Decreta Ponto Facultativo.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo Municipal, o dia 16 de novembro de 2012 (sexta-feira), em todas as repartições públicas municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de novembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1536/2012 e 1537/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1536/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA6082	55726482D	6920/0	08/08/2012	R\$ 127,69	233
AJY6258	55726800D	6700/1	11/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
ALI2880	55726409D	6700/1	01/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
BAD0031	55725610D	6920/0	31/08/2012	R\$ 127,69	233
BLI4119	54075918D	6920/0	19/03/2012	R\$ 127,69	233
BZM4053	54075927D	6920/0	19/03/2012	R\$ 127,69	233
IEQ3715	55726267D	6670/0	03/08/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
LWZ9307	54075925D	6920/0	19/03/2012	R\$ 127,69	233
LXI0838	55727000D	6920/0	31/07/2012	R\$ 127,69	233
LXJ0649	55726429D	6700/1	08/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
LYG1267	55726476D	6920/0	06/08/2012	R\$ 127,69	233
LYN7837	55726461D	6920/0	03/08/2012	R\$ 127,69	233
LZE8417	54857375C	5010/0	09/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZE8417	54857376C	5061/0	09/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZH1264	55445204C	6726/1	09/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAB3653	55726997D	6920/0	31/07/2012	R\$ 127,69	233
MBI3682	54075486D	6726/1	12/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBN5409	55726224D	6920/0	21/08/2012	R\$ 127,69	233
MDG1102	55726851D	6599/2	10/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDG1102	55726852D	6726/1	10/07/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDH0157	54075860D	5045/0	19/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDH0157	54075861D	5142/0	19/03/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MDS6113	54075381D	6920/0	15/06/2012	R\$ 127,69	233
MDY7638	55726142D	6637/1	31/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MFE3769	55726798D	5010/0	07/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFY5374	55726657D	6599/2	22/08/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGR3263	55725902D	6599/2	15/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHE9896	55726301D	5010/0	06/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHE9896	55726302D	5118/0	06/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1537/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKX9451	54045552D	5541/2	31/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ0649	54043939D	5185/1	09/08/2012	R\$ 127,69	167
MAI1607	54045118D	7366/2	09/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MBI3682	54075487D	5452/1	12/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCB2578	54074832D	5878/0	22/03/2012	R\$ 85,12	199
MDF9537	55726068D	7030/2	12/08/2012	R\$ 191,53	244 * I
MDY7638	55726137D	5720/0	31/08/2012	R\$ 127,69	186 * I
MDY7638	55726139D	5207/0	31/08/2012	R\$ 53,20	169
MEF4421	54043993D	7366/2	10/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEU4328	54045568D	5541/2	20/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW1307	54045601D	5541/2	27/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR3263	55725903D	5819/1	15/08/2012	R\$ 574,61	193
MHY1168	54043759D	7366/2	10/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIA9455	54045515D	5185/1	03/08/2012	R\$ 127,69	167
MIG9531	54044045D	5541/2	03/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV0353	55726614D	5452/1	08/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MKD7729	54043856D	5541/1	20/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 727/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 727/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABD3113	8492040928	7455/0	11/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
ADX2035	8492041806	7455/0	03/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
AEH7707	8492041835	7455/0	02/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
AET8329	8492042640	6050/3	01/08/2012	R\$ 191,53	208
AFS3778	8492041092	7455/0	14/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFX6970	8492042043	7455/0	07/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGW5802	8492042977	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGY8221	8492042609	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AHM1473	8492042859	7455/0	07/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJH2140	8492042576	7463/0	28/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
AMB1961	8492040839	5673/2	13/06/2012	R\$ 85,12	183
AMQ2936	8492042738	7463/0	01/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
BSS0145	8492042536	5673/2	26/07/2012	R\$ 85,12	183
BXI2562	8492042709	7455/0	30/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
HJB2978	8492042645	5673/2	31/07/2012	R\$ 85,12	183
HMB2629	8492042764	5673/2	08/08/2012	R\$ 85,12	183
IIW9428	8492042790	7463/0	05/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
JPT8662	8492043432	7463/0	19/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
KFD2304	8492040828	6050/3	10/06/2012	R\$ 191,53	208
LWT7096	8492042922	7455/0	08/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXC4797	8492040896	7455/0	06/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXC8643	8492041232	6050/3	16/06/2012	R\$ 191,53	208
LYA1865	8492042862	7455/0	08/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYJ3646	8492042703	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYV3292	8492042870	5673/2	05/08/2012	R\$ 85,12	183
LZI9549	8492041220	6050/3	16/06/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZP4422	8492042904	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZS8151	8492042895	7455/0	08/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZY9759	8492042618	7463/0	29/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZZ4926	8492041080	7455/0	13/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAE3265	8492042880	7455/0	08/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAE3265	8492042976	7455/0	07/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAU0720	8492042943	7455/0	02/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBH4456	8492041227	6050/3	18/06/2012	R\$ 191,53	208
MBP5148	8492043117	5673/2	10/08/2012	R\$ 85,12	183
MBQ2245	8492041129	7455/0	15/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBR3415	8492042692	7455/0	30/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBW0830	8492041188	7463/0	17/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBX1002	8492043286	6050/3	19/08/2012	R\$ 191,53	208
MCA5772	8492042786	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD6579	8492041678	7463/0	01/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCG4875	8492042759	6050/3	06/08/2012	R\$ 191,53	208
MCL5457	8492042040	7455/0	09/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCL9923	8492042577	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCN5472	8492042695	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCW5084	8492042960	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY8755	8492042613	7455/0	27/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY8755	8492042623	7455/0	30/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDR5345	8492042620	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDV0656	8492042718	7455/0	26/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEI6168	8492042664	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEP7802	8492041039	7455/0	08/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MER9447	8492042809	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MET9628	8492042837	7455/0	07/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEY7589	8492041059	7455/0	09/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFD0198	8492042842	6050/3	02/08/2012	R\$ 191,53	208
MFL2488	8492043282	6050/3	18/08/2012	R\$ 191,53	208
MFM1899	8492042840	7463/0	08/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFR7967	8492042733	7455/0	27/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFT7538	8492042952	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFV0393	8492042816	7455/0	07/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGF3378	8492042958	7463/0	05/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGF5186	8492042663	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGP4713	8492041314	7455/0	19/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGQ9547	8492043377	5673/2	22/08/2012	R\$ 85,12	183
MGV5074	8492042813	7455/0	05/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGX3630	8492042822	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE8562	8492041197	7455/0	15/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX1763	8492042714	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIA3835	8492041896	7455/0	05/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB4769	8492041908	7455/0	05/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MID2892	8492042909	7463/0	03/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MID5563	8492042615	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH1214	8492041041	7455/0	12/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIM1262	8492041289	7455/0	20/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIN0016	8492042885	7463/0	04/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIT6094	8492042917	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIZ4028	8492042882	7455/0	02/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJC2385	8492042841	6050/3	02/08/2012	R\$ 191,53	208
MJJ0027	8492042599	7463/0	27/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJJ4770	8492042889	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJM8931	8492042533	7455/0	26/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJM8931	8492042781	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJO6471	8492042855	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJO6471	8492043113	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJS4092	8492040991	7455/0	10/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJV3522	8492042877	5673/2	07/08/2012	R\$ 85,12	183
MJV3522	8492042878	6050/3	07/08/2012	R\$ 191,53	208
MMM4110	8492042804	7463/0	05/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MVQ7581	8492041158	7455/0	18/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
NFH6454	8492042583	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1534/2012 e 1535/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1534/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIP4503	55725841D	6610/2	14/10/2012	230 * VII
AIP4503	55725844D	7340/0	14/10/2012	252 * IV
AIP4503	55725845D	7358/0	14/10/2012	252 * V
AJA3087	55725882D	6920/0	17/10/2012	233
AJO7087	55725830D	5142/0	20/09/2012	164 c/c 162 * V
AJO7087	55725831D	6548/2	20/09/2012	229
AME3639	54852050C	6920/0	17/09/2012	233
ANW2347	54075507D	6912/0	16/09/2012	232
ANW2347	54075509D	5045/0	16/09/2012	162 * V
AVG1380	55726387D	5169/1	11/10/2012	165
BMM1166	55725732D	6700/1	21/09/2012	230 * XVI
DIL3139	55725987D	6700/1	20/09/2012	230 * XVI
JZW1354	54854084C	6599/2	22/09/2012	230 * V
LXA4086	55725847D	6599/2	15/10/2012	230 * V
LZE8700	54854085C	6700/1	24/09/2012	230 * XVI
LZE8700	54854086C	6548/2	24/09/2012	229
MAF4317	55725670D	6599/2	11/10/2012	230 * V
MAF4317	55725671D	6726/1	11/10/2012	230 * XVIII
MAR4276	54075502D	6599/2	15/09/2012	230 * V
MAR4276	54075503D	5320/0	15/09/2012	176 * V
MAX3007	55725885D	6920/0	18/10/2012	233
MBV1814	54076193D	6599/2	13/10/2012	230 * V
MDT2549	54853192C	6599/2	13/10/2012	230 * V
MFY0150	55726394D	5169/1	18/10/2012	165
MGS9258	55725730D	6700/1	20/09/2012	230 * XVI
MGS9258	55725731D	6548/2	20/09/2012	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGV9711	54075510D	6599/2	16/09/2012	230 * V
MHR8536	54854095C	6599/2	15/10/2012	230 * V
MHR8536	54854096C	6700/1	15/10/2012	230 * XVI
MHR8536	54854097C	6769/1	15/10/2012	230 * XXII
MIN0016	55725608D	6920/0	30/08/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1535/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEG9722	55725754D	5452/3	14/10/2012	181 * VIII
AIP4503	55725842D	5185/1	14/10/2012	167
AIP4503	55725843D	5185/2	14/10/2012	167
ANW2347	54075508D	5193/0	16/09/2012	168
ANZ6930	54045580D	5541/2	29/09/2012	181 * XVII
AST7736	54045203D	5541/2	06/09/2012	181 * XVII
DCP2831	55727051D	6270/0	18/10/2012	220 * II
LZC1223	54045193D	5541/2	28/09/2012	181 * XVII
MBG2943	55725726D	7366/2	17/09/2012	252 * VI
MBS2677	54045185D	5746/1	15/10/2012	187 * I
MCG2794	54045220D	5568/0	15/10/2012	181 * XIX
MDJ4420	54045230D	5541/2	26/09/2012	181 * XVII
MFD9917	54045199D	5746/1	17/10/2012	187 * I
MHK2186	54043872D	5541/2	30/08/2012	181 * XVII
MID4343	54043887D	5541/2	29/09/2012	181 * XVII
MIM8943	54045180D	5746/2	10/10/2012	187 * I
MJD9191	55726319D	5509/0	19/09/2012	181 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 726/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 726/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABD8990	8492045327	7463/0	03/10/2012	218 * II
ACS1160	8492044109	7455/0	07/09/2012	218 * I
AES9663	8492045256	7455/0	04/10/2012	218 * I
AFH4849	8492045055	7455/0	08/10/2012	218 * I
AGH2607	8492045114	5673/2	06/10/2012	183
AIW1422	8492044170	7455/0	11/09/2012	218 * I
AKM8519	8492045202	7463/0	06/10/2012	218 * II
AKR8488	8492045111	5673/2	05/10/2012	183
ANJ4714	8492045326	7455/0	03/10/2012	218 * I
AQC8280	8492045189	7455/0	06/10/2012	218 * I
BJN3186	8492044143	7455/0	08/09/2012	218 * I
CIU0370	8492045063	7455/0	07/10/2012	218 * I
CJY7501	8492045047	7455/0	09/10/2012	218 * I
DGP9310	8492044066	7455/0	09/09/2012	218 * I
GTI6225	8492045106	6050/3	10/10/2012	208
LCK7426	8492044146	7455/0	09/09/2012	218 * I
LYO2156	8492045147	6050/3	08/10/2012	208
LYQ1086	8492045233	7455/0	06/10/2012	218 * I
LYT4231	8492045088	6050/3	05/10/2012	208
LYT4231	8492045092	6050/3	06/10/2012	208
LYY6909	8492044122	6050/3	09/09/2012	208
LZA7871	8492045312	7463/0	02/10/2012	218 * II
LZC0895	8492044140	7455/0	07/09/2012	218 * I
LZU8350	8492045211	7455/0	08/10/2012	218 * I
MAF9352	8492044134	5673/2	08/09/2012	183
MAX7041	8492045237	7455/0	07/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAY0567	8492045054	7455/0	08/10/2012	218 * I
MBA6945	8492044194	7455/0	05/09/2012	218 * I
MBG2457	8492045043	6050/3	07/10/2012	208
MBJ0023	8492045078	7455/0	06/10/2012	218 * I
MCE8800	8492045117	6050/3	07/10/2012	208
MCF0120	8492044175	7455/0	07/09/2012	218 * I
MCG5648	8492045278	7455/0	02/10/2012	218 * I
MCI1898	8492045025	7455/0	08/10/2012	218 * I
MCR2454	8492044032	5673/2	10/09/2012	183
MDG3700	8492045188	7463/0	06/10/2012	218 * II
MDN5761	8492045084	7455/0	10/10/2012	218 * I
MDP8472	8492044079	7455/0	06/09/2012	218 * I
MDS3244	8492045176	7455/0	04/10/2012	218 * I
MDY7657	8492045300	7455/0	02/10/2012	218 * I
MEF7821	8492044033	7471/0	12/09/2012	218 * III
MEL2361	8492044052	7455/0	08/09/2012	218 * I
MEQ4603	8492045109	6050/3	04/10/2012	208
MEZ7296	8492045318	7455/0	03/10/2012	218 * I
MFF8652	8492044127	5673/2	06/09/2012	183
MFM1899	8492045085	7471/0	10/10/2012	218 * III
MFS0147	8492045030	7455/0	04/10/2012	218 * I
MFS0147	8492045045	7455/0	08/10/2012	218 * I
MGO0646	8492045253	7455/0	06/10/2012	218 * I
MGZ2747	8492045079	7455/0	07/10/2012	218 * I
MHB6786	8492045049	7455/0	10/10/2012	218 * I
MHJ0416	8492045248	7455/0	09/10/2012	218 * I
MHM1601	8492045264	7455/0	09/10/2012	218 * I
MHN1223	8492045083	7455/0	10/10/2012	218 * I
MIE1054	8492045230	7463/0	05/10/2012	218 * II
MIE4973	8492044237	7455/0	12/09/2012	218 * I
MIF2016	8492045257	7455/0	04/10/2012	218 * I
MII0605	8492045150	5673/2	09/10/2012	183
MIK4044	8492045101	6050/3	09/10/2012	208
MIN0016	8492045195	7455/0	07/10/2012	218 * I
MJH5284	8492044048	7455/0	07/09/2012	218 * I
MJI3570	8492045309	7455/0	02/10/2012	218 * I
MJR5410	8492044065	6050/3	09/09/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJU2523	8492045245	7455/0	08/10/2012	218 * I
MJY5609	8492044150	7455/0	06/09/2012	218 * I
MKF5211	8492045074	7455/0	06/10/2012	218 * I
MKF5211	8492045091	7455/0	06/10/2012	218 * I
MKF9480	8492045241	7455/0	07/10/2012	218 * I
MKL5679	8492045330	7463/0	03/10/2012	218 * II
MMJ9969	8492045066	7455/0	04/10/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.515, de 06 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.515, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida nas Leis Municipais nºs 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e 2.043 de 06 de novembro de 2012 e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 591.274,00 (quinhentos e noventa e um mil, duzentos e setenta e quatro reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 86 Aplicação Direta R\$ 300.000,00
09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 97 Aplicação Direta R\$ 200.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.02.182.0000.0.003.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 142 Aplicação Direta R\$ 91.274,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.845.4503.2.007.3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0000 18 Aplicação Direta R\$ 2.220,00
06.01.04.845.4503.2.007.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 19 Aplicação Direta R\$ 5.000,00
06.01.04.845.4503.2.007.3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0000 20 Aplicação Direta R\$ 1.200,00
06.01.04.122.4503.2.022.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 24 Aplicação Direta R\$ 17.358,00

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01.04.123.4504.2.011.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 26 Aplicação Direta R\$ 60.000,00
07.01.04.123.4504.2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 27 Aplicação Direta R\$ 7.069,00

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.026.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 72 Aplicação Direta R\$ 200.000,00
09.02.16.482.4511.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 95 Aplicação Direta R\$ 7.250,00
09.02.16.482.4511.2.040.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 96 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.602.4507.2.023.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 105 Aplicação Direta R\$ 36.590,00
10.01.20.603.4507.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 107 Aplicação Direta R\$ 25.437,00

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.01.08.244.4509.2.029.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 119 Aplicação Direta R\$ 39.000,00
11.01.08.244.4509.2.029.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 120 Aplicação Direta R\$ 48.000,00
11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 121 Aplicação Direta R\$ 120.000,00
11.02.08.243.4509.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 133 Aplicação Direta R\$ 12.150,00
11.02.08.243.4509.2.030.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 134 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de novembro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.516, de 06 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.516, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida nas Leis Municipais nºs 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e 2.043, de 06 de novembro de 2012 e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 208.726,00 (duzentos e oito mil, setecentos e vinte e seis reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.02.182.0000.0.003.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 142 Aplicação Direta R\$ 108.726,00
16.01.28.846.0000.0.004.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 143 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 01 Aplicação Direta R\$ 208.726,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de novembro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Icslo Nº 08/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC -
INSTITUTO CULTURAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 21/11/2012, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 008/2012 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº07 - OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, VIDROS FIXOS E PORTAS, FORRO E PAINÉIS ACÚSTICOS NAS OFICINAS DE MÚSICA, NO CENTRO DE EVENTOS. Informações licitacoes@saoulourenco.sc.gov.br.

EVERTON LUIZ LOVERA

Gerente Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº100.2012 MODALIDADE: Carta Convite

OBJETO: A Sinalização nas Vias Municipais com Pintura, Fornecimento e colocação de tachas, mini tachões e placas, conforme Anexo do Edital

TIPO: Menor Preço Global DATA DE ABERTURA: 14:30 (catorze horas e trinta minutos), do dia 19 de novembro de 2012. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 05/11/2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 134/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 134/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de dez horas de som volante, convidando os munícipes a participar da Operação Cidadania, a ser realizada no dia 10 de novembro de 2012.

O serviço será realizado nos dias 8, 9 e 10 de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 08/11/12 a 10/11/12.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 7 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 4.813/2012, de 06 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.813/2012, de 06 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado do senhor Lucio Henrique Pedri, em 30 de outubro de 2012;

Considerando não há candidatos de Concurso Público e/ou Processo Seletivo aprovados para serem convocados;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.532/2012, de 05/11/2012, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Lucio Henrique Pedri, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral, percebendo o nível salarial nº 106 (Nível 114), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.532/2012, de 05/11/2012, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT NADIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Prefeito Municipal Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.814/2012, de 06 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.814/2012, de 06 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º REABRIR o afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Luzinei Rodrigues, adquirindo efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 86/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 86/2012-PMS
PROCESSO Nº. 138/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de novembro de 2012 às 08h45min.
Abertura do Processo: 27 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 08 de novembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 88/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 88/2012-PMS
PROCESSO Nº. 141/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das frotas das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de novembro de 2012 às 08h45min.
Abertura do Processo: 23 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br)

br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 89/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 89/2012-PMS

PROCESSO Nº. 142/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e do Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de novembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 26 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 90/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 90/2012-PMS

PROCESSO Nº. 143/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de matérias operacionais a serem usados para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água dentro

do Município pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de novembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 92/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 92/2012-PMS

PROCESSO Nº. 145/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus e para a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de novembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 16/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2012-FMS

PROCESSO Nº. 27/2012-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial e processos judiciais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Credenciamento e entrega dos envelopes até: 04 de dezembro de 2012 às 08h45min.

Abertura das propostas: 04 de dezembro de 2012 às 09h.

Etapas de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A79/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A79/2012 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Avenida Pref. Osmar Cunha, nº 251, sala 601, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.015-100, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhorita Leticia Bonatti Brandão, inscrita no CPF sob o nº 003.398.379-85, portadora da Carteira de Identidade no 3.638.089-SSP/SC e o senhor Luiz Fernando Oliveira da Silva, inscrito no CPF sob o nº 416.361.989-53, portador da Carteira de Identidade no 1/R 497.014-SSI/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 05/2011-PMS, celebrado em 20 de janeiro de 2011, proveniente do Pregão Presencial nº. 101/2010-PMS, Processo nº. 186/2010-PMS, contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto para suprir as necessidades da

Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a necessidade da prestação dos serviços de forma contínua e tendo em vista a imprescindibilidade desse serviço público, e também considerando o disposto no artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental no valor de R\$ 80.094,95 (oitenta mil e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos), para o ano de 2013.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” e na Cláusula Quarta “do valor do contrato”, item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 80.094,95 (oitenta mil e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos), para o ano de 2013, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto do município de Schroeder/SC, no que se refere: Serviço de locação de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto, com sistema gráfico, banco de dados em instalação física na máquina com atualizações constantes e necessárias para atendimento das necessidades locais;	12	Mês	1.054,669	12.656,02
02	Serviço de leitura estimado em até 50.000 hidrômetros anual, com entrega de fatura e atualização cadastral;	50000	Unidade	1,056	52.800,00
03	Serviço de entrega estimado em até 4500 avisos de corte anual impresso junto a fatura; d) Serviço de corte estimado em até 2000cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	4500	Unidade	0,57	2.566,57
04	Serviço de corte estimado em até 2.000cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	2000	Unidade	2,271	4.541,66



05	Serviço de liberação de desbloqueio estimado em até 2.000 liberações/ano do abastecimento com desbloqueio no cavalete;	2000	Unidade	2,186	4.372,67
06	Serviço de Implantação, Conversão/Migração de Software. Descrição dos serviços e especificação técnica do software em anexo.	01	Unidade	3.158,038	3.158,038
TOTAL R\$					80.094,95

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 do contrato nº 05/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Cláusula 3ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 05/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 06 de novembro de 2012.

CONTRATADA:

RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Letícia Bonatti Brandão

CPF no 003.398.379-85

RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Luiz Fernando Oliveira da Silva

CPF no 416.361.989-53

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Edital de Praça Nº 01 _2012 Contribuição de Melhoria Rua 67 Florianópolis

EDITAL DE PRAÇA Nº 01/2012

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a de Pavimentação Asfáltica da Rua 67-Florianópolis, perfazendo a área total de 5.522,70m², localizada no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte área:

Imóveis localizados na Rua 67-Florianópolis com extensão total de 0.5km.

Diante da constatação da ocorrência do fato gerador da Contribuição de Melhoria será cobrado dos proprietários de imóveis lindeiros, situados na área diretamente beneficiada pela obra, ou seja, será cobrada contribuição dos imóveis confrontantes com a rua que foram valorizados.

É importante esclarecer que também foram considerados lindeiros os imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas de passagens particulares, entradas de vila, servidores de passagens e outros do gênero.

Todos imóveis estão localizadas no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	ÁREA
822	2.898	Ademir Fischer	1.849,00
831	8.697	Celso Tomaselli	2.115,00
833	8.698	Milano Export Legno	1.047,15
4318	7.833	Milano Export Legno	1.755,00
821	11.420	Heins Volles	675,00
820	11.266	Alcir Duwe	675,00
819	9.210	Valdecir Steinert	675,00
818	15.213	Leandro Bauer	675,00
817	15.214	Genecir Raimundo Grando Scorsato	675,00
816	8.858	Alvaro Lange	675,00
815	9.028	Mayron Pavanello e Aline Pavanello	675,00
814	9.211	Albertina Rosa Borinelli	1.350,00
812	10.374	Adelar Rabuske	675,00
811	10.375	Geralito Antônio de Andrade	675,00
810	10.376	Marlindo Reinoldo Volles	675,00
3542	13.554	Marlindo Reinoldo Volles	675,00
3540	13.555	Vanderlei da Silva	675,00
3539	13.556	Rui Marciel Correa	675,00
3563	14.681	Lucia Klaumann Panstein	620,00
*	*	Semar Administradora de Bens Próprios EPP - Imóveis 836 e 837	15.327,70
868	7.932	Comércio de Derivados de Petróleo Junior Ltda	781,25
838	9.898	Décio Seidel	454,30
840	7.796	Eunice Gielow	454,30
842	9.948	Nelson Volles	450,00
10490	25.983	Osvin Jurck	9.642,84
4468	17.060	Hilário Rabuske	720,00
843	17.059	Nelson Pavanello	570,60
844	12.118	Amarildo Lange	588,37
6155	23.560	Germano Fischer	736,50
6157	23.562	Germano Fischer	349,70
6158	23.563	Germano Fischer	345,00
6159	23.564	Germano Fischer	882,05
6156	23.561	Leandro Fischer	640,64
845	10.993	Mario Ender	900,00
8029	23.509	Semar Administradora de Bens Próprios EPP	420,00
8030	23.510	Orival Pires	812,00
9092	25.230	Rancho Bom Supermercados Ltda	3.598,50
*	*	Erico Borinelli - Imóveis 916, 3565, 4662	9.803,62
4983	21.929	Rudimar Hilger	569,38

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FLORIANÓPOLIS

APRESENTAÇÃO

Esse memorial que consta na íntegra no Processo de Licitação nº 34/2011-PMS, Tomada de Preço nº 04/2011, tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA 67-FLORIANÓPOLIS, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIACÕES

Foram empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual foi celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participou da Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstos na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados está de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger

o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarela;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo

da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possa carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreendem os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado. Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

Corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

Corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

Remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução

de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, são ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

REFORÇO DO SUBLEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais,

equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC \square 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

Motoniveladora;

Carro-tanque distribuidor de água;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

Grade de discos;

Entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : \square 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : \square 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

Carro-tanque com barra distribuidora de água;

Grade de discos;

Pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação as cotas de projeto; ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte ($ISC < 20\%$) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca, obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

Até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS	F A I X A				
	mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

A fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

A porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

O índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica..

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Carro-tanque distribuidor de água;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

Grade de discos;

Pulvi-misturador

Central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreendem as operações de fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2 \%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

Até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : Aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

Promover condições de aderência entre a base e o revestimento; Impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: Emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

Para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do

material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são: agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

Cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

Desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

Índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

Durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
		4,0 – 7,0	4,5 – 7,5	4,5 – 9,0	± 3%
Betume solúvel no CS2 (+) %		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

As Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

As misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não será permitida.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com

alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de lição.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 □ 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à

medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:

Para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de forma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da

mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

Do agregado, no silo quente da usina;

Do ligante, na usina;

Da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova, deverão ser colhidas bem próximas ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação. O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação às espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrados

(DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável. Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao

estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento de a tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha 04/04)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa (mesma da tampa – vide prancha 04/04), com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha 04/04).

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

SARJETAS REVESTIDAS DE CONCRETO

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolva atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários serão feitos com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada

uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

Dimensões das faixas;

Espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

Outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Pode ser aplicada nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimento de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

Tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua

aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, depois de aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto à natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

Tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Deve obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos, são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície

aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

EXECUÇÃO

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Transito

–CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – “Pare” e R19 – “Velocidade Permitida” – “40 Km/h”. Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

MATERIAL

1.1 - Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 - Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 - As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

A superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

A pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

A pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

Consumo dos materiais;

Espessura do material aplicado;

Tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

Dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

Linearidade das faixas;

Temperatura de aquecimento do material termoplástico;

Sinalização para o serviço de obras;

Atendimento ao projeto de sinalização;

Retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc.

Placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

PLANILHA CUSTO - RUA 67 - FLORIANÓPOLIS

CONTRATO Nº 63/2011 – PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	CUSTO UNIT. R\$	CUSTO TOTAL R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado (3,00m x 1,50m)	m²	4,50	R\$ 184,00	R\$ 828,00
SUBTOTAL					R\$ 828,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0km	m³	469,32	R\$ 8,00	R\$ 3.754,56
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	670,45	R\$ 33,50	R\$ 22.460,08
2.3	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado, DMT até 10,0 km	m³	337,74	R\$ 15,00	R\$ 5.066,10
2.4	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	Unid.	38,00	R\$ 411,00	R\$ 15.618,00
SUBTOTAL					R\$ 47.628,74
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0km (2,50km de cada lado da via)	m³	1.380,68	R\$ 9,80	R\$ 13.530,66
3.2	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções, DMT até 10,0km	m³	1.380,68	R\$ 15,00	R\$ 20.710,20
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	1.380,68	R\$ 1,80	R\$ 2.485,22
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m - DMT até 10,0km	m³	1.380,68	R\$ 15,00	R\$ 20.710,20
SUBTOTAL					R\$ 57.436,29
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.522,70	R\$ 0,99	R\$ 5.467,47
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	552,27	R\$ 79,00	R\$ 43.629,33
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.522,70	R\$ 2,20	R\$ 12.149,94
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.522,70	R\$ 0,86	R\$ 4.749,52
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	193,29	R\$ 405,00	R\$ 78.282,45

4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m ³	41,42	R\$ 405,00	R\$ 16.775,10
SUBTOTAL					R\$ 161.053,82
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	1.074,54	R\$ 11,20	R\$ 12.034,85
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (2x (552,27m - 15,00 m) x 0,20 m x 2,00 m)	m ³	429,82	R\$ 9,00	R\$ 3.868,38
SUBTOTAL					R\$ 15.903,23
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta retro refletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidros e durabilidade de 2 anos	m ²	167,90	R\$ 14,00	R\$ 2.350,60
6.2	Sinalização Vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40 cm) + escavação	m ³	0,29	R\$ 317,00	R\$ 91,93
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo A - 32 "Faixa de pedestre" + Suporte (Instalada)	Unid.	2,00	R\$ 134,00	R\$ 268,00
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R - 19 "Velocidade Máxima" + Suporte (Instalada)	Unid.	4,00	R\$ 134,00	R\$ 536,00
6.2.4	Placa de sinalização vertical - tipo R - 1 "Pare" + Suporte (Instalada)	Unid.	1,00	R\$ 134,00	R\$ 134,00
SUBTOTAL					R\$ 3.380,53
BDI ADOTADO =					
TOTAL GERAL					R\$ 286.230,60

ADITIVO CONTRATUAL NºA55/2011 - PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis para bota fora, DM< 5,0 km	m ³	1.104,60	R\$ 9,80	R\$ 10.825,08
1.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções, DMT até 10,0 km	m ³	1.104,60	R\$ 15,00	R\$ 16.569,00
SUBTOTAL					R\$ 27.394,08

ADITIVO CONTRATUAL Nº42/2012 - PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m ³	32,00	R\$ 8,00	R\$ 256,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço ø 40 cm	m	109,00	R\$ 33,50	R\$ 3.651,50
2.3	Escavação e retirada de tubulação existente ø 40 cm	m	67,00	R\$ 18,60	R\$ 1.246,20
2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado, DMT até 10,0 km	m ³	51,36	R\$ 15,00	R\$ 770,40



2.5	Caixas de ligação				
2.5.1	1,3 x 1,1 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.168,00	R\$ 1.168,00
2.5.2	1,9 x 4,0 x 1,6	Unid.	1,00	R\$ 3.049,78	R\$ 3.049,78
2.5.3	2,2 x 1,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.654,67	R\$ 1.654,67
2.5.4	2,0 x 1,5 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.703,33	R\$ 1.703,33
2.5.5	1,5 x 1,2 x 1,0	Unid.	1,00	R\$ 1.095,00	R\$ 1.095,00
2.5.6	1,5 x 2,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.800,67	R\$ 1.800,67
2.5.7	1,5 x 1,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.314,00	R\$ 1.314,00
2.5.8	1,7 x 2,2 x 1,0	Unid.	1,00	R\$ 1.013,89	R\$ 1.013,89
2.5.9	1,6 x 1,1 x 1,4	Unid.	1,00	R\$ 1.533,00	R\$ 1.533,00
2.5.10	1,8 x 1,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.460,00	R\$ 1.460,00
2.6	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	Unid.	5,00	R\$ 411	R\$ 2.055,00
SUBTOTAL					R\$ 23.771,44
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para botar fora, DMT < 5,0 km (2,50m de cada lado da rua)	m³	56,75	R\$ 9,80	R\$ 556,15
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções, DMT até 10,0 km	m³	56,75	R\$ 15,00	R\$ 851,25
3.3	Compactação de seixo à 95% do PN	m³	56,75	R\$ 1,80	R\$ 102,15
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e= 0,25m – DMT até 10,0 km	m³	56,75	R\$ 15,00	R\$ 851,25
SUBTOTAL					R\$ 2.360,80
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	310,70	R\$ 0,99	R\$ 307,59
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	31,07	R\$ 79,00	R\$ 2.454,53
4.3	Imprimação com CM 30	m²	310,70	R\$ 2,20	R\$ 683,54
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	310,70	R\$ 0,86	R\$ 267,20
4.5	Revestimento em C.B.Q.U. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	12,87	R\$ 405,00	R\$ 5.214,17
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	1,33	R\$ 405,00	R\$ 539,76
SUBTOTAL					R\$ 9.466,80
TOTAL GERAL					R\$ 35.599,04

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

DOCUMENTO	VALOR R\$
Contrato nº 63/2011 – PMS	R\$ 286.230,60
Aditivo Contratual A55/2011- PMS	R\$ 27.394,08
Aditivo Contratual Nº 48/2012 - PMS	R\$ 35.599,04
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 349.223,72

IV - FATOR DE ABSORÇÃO:

Para a presente obra, a municipalidade absorverá 94,49% (setenta e quatro por cento) do valor do benefício constado em cada imóvel. Essa absorção corresponderá à 70% do valor total da obra.

Absorção em relação a valorização auferida:

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Total valorizado	R\$ 1.891.574,53
Valorização absorvida (94,49%)	R\$ 1.787.348,77
Valorização lançada (5,51%)	R\$ 104.225,76

Valor lançado em relação ao custo da obra

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Valor total da obra	R\$ 349.223,72
Valor lançado (30%)	R\$ 104.225,76
Valor absorvido pelo Município (70%)	R\$ 244.997,96

V - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública apurada por meio de Parecer Técnico de Engenheiro da Prefeitura Municipal de Schroeder, em anexo, deduzindo-se o fator de absorção disposto no item IV deste edital. Os valores a serem despendidos pelos lindeiros em favor do Município, por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública são os seguintes:

IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	VALOR VENAL		VALORIZAÇÃO	VALOR ABSORVIDO	VALOR CONTRIBUIÇÃO
			ANTES OBRA	DEPOIS OBRA			
822	2.898	Ademir Fischer	R\$ 304.209,96	R\$ 365.051,95	R\$ 60.841,99	R\$ 57.489,60	R\$ 3.352,39
831	8.697	Celso Tomaselli	R\$ 222.487,06	R\$ 266.984,47	R\$ 44.497,41	R\$ 42.045,60	R\$ 2.451,81
833	8.698	Milano Export Legno	R\$ 165.868,56	R\$ 199.042,27	R\$ 33.173,71	R\$ 31.345,84	R\$ 1.827,87
4318	7.833	Milano Export Legno	R\$ 286.331,76	R\$ 343.598,11	R\$ 57.266,35	R\$ 54.110,98	R\$ 3.155,38
821	11.420	Heins Volles	R\$ 103.495,39	R\$ 124.194,47	R\$ 20.699,08	R\$ 19.558,56	R\$ 1.140,52
820	11.266	Alcir Duwe	R\$ 101.442,53	R\$ 121.731,03	R\$ 20.288,51	R\$ 19.170,61	R\$ 1.117,90
819	9.210	Valdecir Steinert	R\$ 106.920,00	R\$ 128.304,00	R\$ 21.384,00	R\$ 20.205,74	R\$ 1.178,26
818	15.213	Leandro Bauer	R\$ 103.050,29	R\$ 123.660,35	R\$ 20.610,06	R\$ 19.474,44	R\$ 1.135,61
817	15.214	Genecir Raimundo Grando Scorsato	R\$ 102.977,42	R\$ 123.572,91	R\$ 20.595,48	R\$ 19.460,67	R\$ 1.134,81
816	8.858	Alvaro Lange	R\$ 101.005,34	R\$ 121.206,41	R\$ 20.201,07	R\$ 19.087,99	R\$ 1.113,08
815	9.028	Mayron Pavanello e Aline Pavanello	R\$ 104.075,14	R\$ 124.890,16	R\$ 20.815,03	R\$ 19.668,12	R\$ 1.146,91
814	9.211	Albertina Rosa Borinelli	R\$ 206.059,39	R\$ 247.271,27	R\$ 41.211,88	R\$ 38.941,10	R\$ 2.270,77
812	10.374	Adelar Rabuske	R\$ 101.518,56	R\$ 121.822,27	R\$ 20.303,71	R\$ 19.184,98	R\$ 1.118,73
811	10.375	Geralito Antônio de Andrade	R\$ 104.588,35	R\$ 125.506,02	R\$ 20.917,67	R\$ 19.765,11	R\$ 1.152,56
810	10.376	Marlindo Reinoldo Volles	R\$ 93.353,04	R\$ 112.023,65	R\$ 18.670,61	R\$ 17.641,86	R\$ 1.028,75
3542	13.554	Marlindo Reinoldo Volles	R\$ 111.424,90	R\$ 133.709,88	R\$ 22.284,98	R\$ 21.057,08	R\$ 1.227,90
3540	13.555	Vanderlei da Silva	R\$ 105.027,12	R\$ 126.032,54	R\$ 21.005,42	R\$ 19.848,03	R\$ 1.157,40
3539	13.556	Rui Marciel Correa	R\$ 101.841,70	R\$ 122.210,04	R\$ 20.368,34	R\$ 19.246,04	R\$ 1.122,30
3563	14.681	Alcides Pereira Viana	R\$ 98.946,79	R\$ 118.736,15	R\$ 19.789,36	R\$ 18.698,97	R\$ 1.090,39
*	*	Semar Administradora de Bens Próprios EPP – Imóveis 836 e 837	R\$ 1.889.472,69	R\$ 2.267.367,23	R\$ 377.894,54	R\$ 357.072,55	R\$ 20.821,99
868	7.932	Comércio de Derivados de Petróleo Junior Ltda	R\$ 109.888,42	R\$ 131.866,10	R\$ 21.977,68	R\$ 20.766,71	R\$ 1.210,97
838	9.898	Décio Seidel	R\$ 69.798,96	R\$ 83.758,75	R\$ 13.959,79	R\$ 13.190,61	R\$ 769,18
840	7.796	Eunice Gielow	R\$ 72.224,06	R\$ 86.668,88	R\$ 14.444,81	R\$ 13.648,90	R\$ 795,91
842	9.948	Nelson Volles	R\$ 75.328,70	R\$ 90.394,44	R\$ 15.065,74	R\$ 14.235,62	R\$ 830,12
10490	25.983	Osvin Jurck	R\$ 1.493.058,77	R\$ 1.791.670,53	R\$ 298.611,75	R\$ 282.158,25	R\$ 16.453,51
4468	17.060	Hilário Rabuske	R\$ 109.145,52	R\$ 130.974,62	R\$ 21.829,10	R\$ 20.626,32	R\$ 1.202,78
843	17.059	Nelson Pavanello	R\$ 85.987,44	R\$ 103.184,93	R\$ 17.197,49	R\$ 16.249,91	R\$ 947,58
844	12.118	Amarildo Lange	R\$ 111.583,30	R\$ 133.899,96	R\$ 22.316,66	R\$ 21.087,01	R\$ 1.229,65
6155	23.560	Germano Fischer	R\$ 119.761,73	R\$ 143.714,07	R\$ 23.952,35	R\$ 22.632,57	R\$ 1.319,77
6157	23.562	Germano Fischer	R\$ 47.082,26	R\$ 56.498,71	R\$ 9.416,45	R\$ 8.897,61	R\$ 518,85
6158	23.563	Germano Fischer	R\$ 47.362,31	R\$ 56.834,78	R\$ 9.472,46	R\$ 8.950,53	R\$ 521,93
6159	23.564	Germano Fischer	R\$ 45.801,84	R\$ 54.962,20	R\$ 9.160,37	R\$ 8.655,63	R\$ 504,74
6156	23.561	Leandro Fischer	R\$ 104.805,58	R\$ 125.766,70	R\$ 20.961,12	R\$ 19.806,16	R\$ 1.154,96
845	10.993	Mario Ender	R\$ 128.449,57	R\$ 154.139,48	R\$ 25.689,91	R\$ 24.274,40	R\$ 1.415,51
8029	23.509	Semar Administradora de Bens Próprios EPP	R\$ 68.523,84	R\$ 82.228,61	R\$ 13.704,77	R\$ 12.949,64	R\$ 755,13
8030	23.510	Orival Pires	R\$ 128.620,80	R\$ 154.344,96	R\$ 25.724,16	R\$ 24.306,76	R\$ 1.417,40
9092	25.230	Rancho Bom Supermercados Ltda	R\$ 570.002,40	R\$ 684.002,88	R\$ 114.000,48	R\$ 107.719,05	R\$ 6.281,43

		Erico Borinelli – Imóveis 916, 3565 e 4662	R\$ 1.463.455,68	R\$ 1.756.146,82	R\$ 292.691,14	R\$ 276.563,85	R\$ 16.127,28
4983	21.929	Rudimar Hilger	R\$ 92.895,49	R\$ 111.474,58	R\$ 18.579,10	R\$ 17.555,39	R\$ 1.023,71
			TOTAL		R\$ 1.891.574,53	R\$ 1.787.348,77	R\$ 104.225,76

VI – DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O prazo para contestação dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração competente, através de petição.

Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 74/2009)

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

O laudo que apurou a valorização auferida por cada imóvel está no processo administrativo que teve o acompanhamento da comissão de acompanhamento do lançamento da contribuição instituída pela portaria n.º 4755/2012 de 11 de setembro de 2012. O laudo faz parte do presente edital (anexo I)

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

MILTON TRAPP JUNIOR
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 1.559

ANEXO I
Laudo de Avaliação 01
Rua Florianópolis

Sumário

1. Preliminares 45
 - a. Objetivo 45
 - b. Objetivo 45
 - c. Do solicitante 45
 - d. Do Logradouro 45
 - e. Do levantamento fotográfico 45
2. Avaliação 47
 - a. Critérios 47
 - b. Metodologia 47
 - d. Dos Conceitos 47
 - e. Pesquisa de valores 48
 - f. Construções existentes 48
 - g. Índice de Desvalorização/Valorização 50
 - h. Dados coletados 53
3. Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados 54
4. Dos Imóveis em serem Avaliados 64
5. Notações, simbologia e convenções 68
6. Bibliografia 74
7. Anexos 75

1. Preliminares**a. Objetivo**

Esta avaliação tem como objetivo analisar os imóveis localizados na Rua Florianópolis, no Município de Schroeder, a fim de verificar a valorização após a execução dos serviços de pavimentação asfáltica.

b. Do Avaliador

Walter Egídio Mukai
Engenheiro Civil – CREA 065.488-5 SC
Município de Schroeder/SC

c. Do solicitante

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, CNPJ: 83.102.491/0001-09, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Felipe Voigt, CPF: 352.318.319-72, solicita este laudo de avaliação de bem tangível.

d. Do Logradouro

O logradouro foi denominado pela Lei Nº 536/1986 (Anexo 1), e contemplado pelo processo de pavimentação asfáltica conforme Tomada de Preços Nº 04/2011 PMS numa extensão total de 552,27m., cobrindo uma área de 5.522,70m2, atendendo diretamente 42 imóveis.

e. Do levantamento fotográfico

i. Anterior a Pavimentação

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.

ii. Após a Pavimentação

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	
IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	

2. Avaliação

a. Critérios

Foram utilizados para a produção deste a ABNT NBR 5676/89 Avaliação de Imóveis Urbanos, NBR 14653-1:2001 Versão Corrigida 2:2005 Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais, e ABNT NBR 14653-2:2011 Avaliação de bens Parte 2: Imóveis urbanos, de onde procederão os quesitos para elaboração deste laudo, a matrícula do imóvel e na falta dela as informações contidas no Cadastro Imobiliário do Município, de onde procederão as dimensões do imóvel, e avaliações de corretoras de imóveis e anúncios particulares de imóveis a venda no período de 30/08/2012 a 19/10/2012, de onde se obterá o Valor Genérico Unitário(VGU) do metro quadrado de terreno, e dele resultarão os valores do imóvel anterior e posterior, utilizando-se os fatores na fórmula de cálculo:

$$VI_{ant} = VGU \times At \times FI \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg$$

$$VI_{pos} = VGU \times At \times FI \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg$$

onde

VI_{ant} – Valor do imóvel anterior

VI_{pos} – Valor do imóvel posterior

VGU – Valor Genérico Unitário do m² do terreno, (R\$/m²)

At – Área do lote (terreno), (m²)

FI – Fator de localização

Fp – Fator de pavimentação

Fg – Fator Gleba

Ce – Fator numero de frentes

Cf – Coeficiente de frente

b. Metodologia

No intuito de contemplar o maior número de amostras, utilizou-se o Método Comparativo de Custo de Reprodução e o Método Direto de Comparação, onde o valor do imóvel é obtido através de comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, contemplados ou não com a pavimentação asfáltica.

c. Nível de Rigor da Avaliação

A avaliação adotada foi a de Nível Normal, contemplando algum grau de subjetividade, com fontes de dados idôneas, atuais e assemelhados aos imóveis avaliados. Com os dados homogeneizados através de fatores ou ponderações empíricas, assim como estatística descritiva que leva a convicção de valor.

d. Dos Conceitos

i. Valor

Corresponde a relação da quantidade de bens disponíveis para satisfazer as necessidades econômicas do homem, que é a expressão monetária do bem.

Na engenharia de avaliações, seguimos a escola monovalente, em que o valor determinado pelo avaliador é único, não existindo diferença de avaliação para quem quer que seja, vendedor ou comprador.

ii. Preço

Representa a quantidade de moeda (dinheiro) pela qual se efetua uma transação.

Seu valor nem sempre representa um perfeito equilíbrio entre fatores sociais e econômicos, devido a necessidades e desejos pessoais, desta forma seu valor poderá ser menor ou maior que o valor de mercado.

iii. Valorização

Resultante da diferença do valor anterior e posterior do imóvel após um benefício, que nessa situação é a pavimentação da via.

Conforme significado da língua portuguesa: *v.t. Aumentar o valor ou preço de: a abertura de estradas valoriza grandes regiões.*

Representado por:

$$\text{Valorização} = \text{Vlpos} - \text{Vlant}$$

e. Pesquisa de valores

A Determinação do Valor Genérico Unitário (VGU) por metro quadrado dos terrenos objeto da avaliação é oriundo da amostragem realizada no Município de Schroeder. Amostras consideradas:

- I. 8 (oito) ofertas de imobiliárias (anuncio em mídia impressa e eletrônica), conforme Anexo 2.
- II. 10 (dez) ofertas particulares (coleta a campo), conforme Anexo 3.

Com os dados das amostragens foram aplicadas variáveis considerando vários elementos que influenciam na composição da avaliação a fim de se aferir a real valorização dos imóveis avaliados.

f. Construções existentes

A fim de identificar a valorização dos imóveis em função da pavimentação (melhoria), foram consideradas todas as pesquisas de mercado contendo ou não construções para atingirmos um índice satisfatório de pesquisas.

Para a avaliação foi necessário estimar o valor da construção para os imóveis que neles existissem edificações, desta forma, adotou-se o índice CUB (Custo Unitário Básico) para o Estado de Santa Catarina (Anexo 4) – link: http://www.sinduscon-fpolis.org.br/MyFiles/CUB2006_2008/2012/CUB2006_Agosto2012.pdf, utilizando-se a classificação quanto a ocupação, padrão de construção e obsolescência, conforme segue abaixo:

i. Ocupação/Padrão de Construção

Entenda-se ocupação do imóvel, o regime de utilização, podendo ele ser:

- + Residencial Unifamiliar(R);
- + Prédio Popular (PP);
- + Projeto Interesse Social (PIS);
- + Residencial Multifamiliar até 8 pavimentos (R8);
- + Residencial Multifamiliar até 16 pavimentos (R16);
- + Comercial/salas/serviços;
- + Galpão (CSL), conforme quadro a seguir:

CUB Santa Catarina - Agosto/2012 - R\$/m²

Tabela 1: PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS

R (Residência Unifamiliar); PP (Prédio Popular) e PIS (Projeto De Interesse Social)

PADRÃO BAIXO		PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO	
R-1	1.067,99	R-1	1.272,11	R-1	1.542,46
PP-4	1.001,35	PP-4	1.200,14	R-8	1.254,16
R-8	954,93	R-8	1.064,18	R16	1.345,21
PIS	756,10	R-16	1.029,28		

Tabela 2: PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS

CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL

CAL - 8 1.224,58

CSL - 8 1.070,90

CSL - 16 1.167,71

PADRÃO ALTO

CAL - 8 1.296,99

CSL - 8 1.167,71

CSL - 16 1.554,97

Tabela 3: PROJETOS - PADRÃO RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q) E GALPÃO INDUSTRIAL (GI)

RP1Q 1.137,03**GI** 604,30**Legenda:**

R1(Residencial 1 pavimento)

R8(8 pavimentos)

R16(16 pavimentos)

PP4(Projeto padrão)

B(Baixo) - N(Normal) - A(Alto Padrão)

PIS(Projeto de interesse social)

RP1Q(Residencial popular de 1 quarto)

Fonte: Sindicon Santa Catarina**Legenda:**

CCAL(Comercial andar livre)

CSL(Comercial salas e lojas)

GI(Galpão Industrial)

ii. Conservação

Entenda-se como estado de conservação/manutenção, a situação da edificação quanto a sua possibilidade de ocupação e conservação conforme o método de Ross-Heidecke e o método da idade (vida útil), assim classificado:

1. Em Construção

Considera-se imóvel em construção aquele que está em construção propriamente dito, sem condições de habitação.

2. Ruim

Considera-se imóvel em estado de conservação ruim aquele que é passível de uso (ocupação), porem necessitando de reforma.

3. Normal

Considera-se imóvel em estado de conservação normal, aquele que é passível de uso (ocupação) e não necessitando de reforma.

4. Ótimo

Considera-se imóvel em estado de conservação ótimo, aquele que é passível de uso (ocupação), não necessitando de reformas e com o padrão de acabamento e conservação em perfeita qualidade.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de conservação (Fc), em função do estado de conservação, como observa-se na Tabela 4 abaixo

Tabela 4: Estado de Conservação do imóvel:

Estado de Conservação	Fc(%)
Em Construção	50
Ruim	65
Normal	85
Ótimo	100

g. Índice de Desvalorização/Valorização

Ao se avaliar as características dos imóveis de uma cidade, procura-se identificar a normalidade de uma situação, que no caso do objeto é o terreno.

Notoriamente entende-se que a comercialização de imóveis de características distintas seguem por caminhos diferenciados. Com o objetivo de posicionar por igual os imóveis, foram adotados critérios de homogeneização de informações, assim foram adotados os índices que seguem:

i. Localização (FI)

Entenda-se como fator de localização do imóvel, a posição geográfica do imóvel em relação a via principal ou região central do município, sendo a característica do ordenamento territorial do Município de Schroeder a linear onde se tem uma via principal de acesso (tornando-se via principal de comércio) irradiando para suas laterais. Por esse motivo adotou-se os seguintes fatores de localização:

1. De primeira grandeza

Imóveis localizados a menos de 200m. da rua Marechal Castelo Branco.

2. De segunda grandeza

Imóveis localizados entre 200 e 500m. da rua Marechal Castelo Branco.

3. De terceira grandeza

Imóveis localizados entre 500 e 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

4. De quarta grandeza

Imóveis localizados acima de 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de localização (FI), em função da localização, como se observa na tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Localização do Imóvel:

Localização	FI (%)
1ª Grandeza (1G)	100
2ª Grandeza (2G)	90
3ª Grandeza (3G)	85
4ª Grandeza (4G)	80

ii. Numero de Frentes (Ce)

O numero de frentes, pode interferir na sua valorização, sendo um fator ligado diretamente a sua localização, onde um imóvel comercial certamente será mais valorizado do que um imóvel residencial, e em função do padrão de desenvolvimento

da zona onde se localiza o imóvel, conforme (Soller,2000), adotou-se o fator de interferência como segue na tabela 6 :

Tabela 6: Fator numero de frentes em função da sua localização

	Reduzida	Média	Elevada
Zona Residencial ou de Comércio Incipiente	1,03	1,05	1,08
Zona Comercial ou de Incorporação imobiliária	1,12	1,15	1,18

iii. Fator Gleba (Área)

Devido a existência de imóveis com áreas acima do limite tolerável do padrão do município, observa-se a necessidade de utilizar o fator de gleba, que tem a função de homogeneizar as pesquisas em torno da área, com fatores conforme segue:

Tabela 7: Fator de Gleba

Limite de área	Fator Gleba (Fg)
Menor que 4999,99m2	1,00
de 5000,00 a 9.999,99m2	0,85
De 10.000,00 a 19.999,99m2	0,75
De 20.000,00 a 49.999,99m2	0,60
De 50.000,00 a 99.999,99m2	0,50
Acima de 100.000m2	0,40

iv. Pavimentação

Ao se comparar um lote com melhoramentos públicos com outro sem os mesmos melhoramentos. Conforme tabela de pesos de melhoramentos públicos sugerida pelo Eng. Ruy Canteiro e seguida por Norberto Hochheim (IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações), adotou-se o peso de 20% de valorização em função da característica do município não contemplar via não calçada com meio fio, assim reduziu-se o índice indicado de 30% para 20%.

v. Frente Irregular

Para situações oriundas da configuração de testada fora da legislação, em que a testada mínima é de 12,00 metros, empiricamente adotou-se o Coeficiente de Frente Irregular (Ce), visando corrigir as pesquisas e posteriormente chegar ao valor do

imóvel, através da verificação da relação existente entre testada/profundidade, conforme tabela 8:

Tabela 8: Frente Irregular

Testada/Profundidade	Fator Irregular (Fi)
Menor ou igual a 0,15	0,85
Maior que 0,15	1,00

i. Demais fatores não considerados

Em virtude das características da região serem homogêneas no que tange a topologia e a pedologia, esses fatores não foram considerados para a presente avaliação.

h. Dados coletados

Conforme pesquisas efetuadas pela equipe técnica do município, considerando apenas as ofertas incluídas no raio de 1km (conforme Anexo I - Mapa com o raio da área considerada) e levantamento fotográfico (Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas), agrupou-se as informações, para melhor entendimento e análise de informações, como segue na tabela 9:

Tabela 9: Estado de Conservação do imóvel:

	Data	Anuncio	Contato	Cod. Insc.	Logradouro	Proprietário	Valor (R\$)	Ocupação
1	2/9/2012	MG Moveis	3374-0096	1989	Guilherme Zastron	Dirceu Lenhard	200.000,00	Residência
2	2/9/2012	Proprietário	8819-2571	1954	Carlos Eggert	Rivael dos Santos Castilhos	185.000,00	Residência
3	2/9/2012	Proprietário	3374-0760	4327	Ottoli Peschke	José Fossile	85.000,00	Terreno
4	2/9/2012	Proprietário	3275-0455	3845	XV de Novembro	Adelar Antonio Herbert	115.000,00	Residência
5	2/9/2012	Proprietário	3374-0449	1992	XV de Novembro	Pedro Paulo Adriano	280.000,00	Residência
6	8/10/2012	Proprietário	9973-3489	7906	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
8	10/10/2012	Eliane Corretora	9998-4404	956	01 de Maio	Adi Vogel Klitzke	112.000,00	Terreno
7	8/10/2012	Engetec Moveis	3374-2135	2963	Santa Catarina	Noemia Muller Mascke	225.000,00	Residência
9	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6118	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
10	8/10/2012	Forte Moveis	3273-7966	1350	Antonio Zoz	Daniel Volles	200.000,00	Residência
11	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6122	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
13	8/10/2012	Proprietário	3374-0354	4023	Carlos Eggert	Odair Antonio Domingues	120.000,00	Residência
14	10/10/2012	Jaragua Moveis	3370-9849	6016	Luiza Mascke	Hilbert Mascke	85.000,00	Terreno
12	8/10/2012	Proprietário	9186-	10645	03 de	Jose da Cruz	80.000,00	Terreno

			9249		Outubro			
15	2/9/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	4750	Guilherme Zastron	Claudemir Lucas Alves	240.000,00	Residência
16	2/9/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	846	Jorge Lacerda	Roselia Flohr Pasquali	270.000,00	Residência
17	10/10/2012	Leier Imoveis	2107-0500	682	03 de Outubro	Pedro Dellagiustina	213.000,00	Residência
18	2/9/2012	Proprietário	8809-4508	8029	Florianópolis	Domingos da Silva	110.000,00	Terreno

3. Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados

a. Apresentação dos dados pesquisados

Através das pesquisas de campo e cruzamento das informações do Cadastro Imobiliário do Município, incluiu-se demais dados necessários, como segue na tabela 10:

Tabela 10: Informações adicionais dos imóveis

	Valor (R\$)	Ocupação	Logradouro	Pavimentação	Numero de Frentes (Nf)	Área Terreno (At) (m2)	Área Construída (Ab) (m2)
1	200.000,00	Residência	Guilherme Zastron	Não	2,00	531	128,00
2	185.000,00	Residência	Carlos Eggert	Não	2,00	494	156,00
3	85.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	480	-
4	115.000,00	Residência	XV de Novembro	Não	1,00	440	70,00
5	280.000,00	Residência	XV de Novembro	Não	1,00	666	304,00
6	95.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	488	-
7	225.000,00	Residência	Santa Catarina	Não	1,00	512	130,00
8	112.000,00	Terreno	01 de Maio	Não	2,00	600	-
9	95.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	461	-
10	200.000,00	Residência	Antonio Zoz	Não	1,00	625	100,00
11	95.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	449	-
12	80.000,00	Terreno	03 de Outubro	Sim	1,00	408	-
13	120.000,00	Residência	Carlos Eggert	Não	1,00	400	50,00
14	85.000,00	Terreno	Luiza Mascke	Não	2,00	371	-
15	240.000,00	Residência	Guilherme Zastron	Não	2,00	422	131,00
16	270.000,00	Residência	Jorge Lacerda	Sim	1,00	430	250,00

17	213.000,00	Residência	03 de Outubro	Sim	1,00	450	159,00
18	110.000,00	Terreno	Florianópolis	Sim	2,00	450	-

b. Homogeneização das informações quanto à ocupação/conservação

Conforme descrito anteriormente no item 2 – Avaliação (f) Avaliação das construções, valores referentes às áreas construídas foram levantados e suprimidos da amostragem, resultando assim o valor referente a parcela do terreno sem benfeitorias (Vsc), abaixo indicado na tabela 11:

11:

Tabela 11: Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc)

	Logradouro	Valor (V)	Ocupação	Área Terreno (m2) = (At)	Área Construída (m2) - (Ab)	Classificação 08/2012		Fator Conservação - (Fc)	Valor Terreno sem Construção (R\$)	Valor do m2 Terreno sem construção - (Vsc)
						Classificação	CUB			
1	Guilherme Zastron	200.000,00	Residência	531	128	R1A	1.067,99	0,85	83.802,69	157,82
2	Carlos Eggert	185.000,00	Residência	494	156	PIS	756,10	0,85	84.741,14	171,54
3	Ottoli Peschke	85.000,00	Terreno	480			-	-	85.000,00	177,08
4	XV de Novembro	115.000,00	Residência	440	70	PIS	756,10	0,65	80.597,45	183,18
5	XV de Novembro	280.000,00	Residência	666	304	PP4	756,10	0,65	130.594,64	196,09
6	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	488			-	-	95.000,00	194,67
7	Santa Catarina	225.000,00	Residência	512	130	PIS	1.067,00	0,85	107.096,50	209,17
8	01 de Maio	112.000,00	Terreno	600			-	-	112.000,00	186,67
9	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	461			-	-	95.000,00	206,07
10	Antonio Zoz	200.000,00	Residência	625	100	PIS	1.067,00	0,65	130.645,00	209,03
11	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	449			-	-	95.000,00	211,58
12	03 de Outubro	80.000,00	Terreno	408			-	-	80.000,00	196,08
13	Carlos Eggert	120.000,00	Residência	400	50	PIS	756,10	0,65	95.426,75	238,57
14	Luiza Mascke	85.000,00	Terreno	371			-	-	85.000,00	229,11
15	Guilherme Zastron	240.000,00	Residência	422	131	R1B	1.272,11	0,85	98.350,55	233,06
16	Jorge Lacerda	270.000,00	Residência	430	250	R1A	1.067,99	0,65	96.451,63	224,31
17	03 de Outubro	213.000,00	Residência	450	159	PIS	756,10	0,85	110.813,09	246,25
18	Florianópolis	110.000,00	Terreno	450			-	-	110.000,00	244,44

Formula considerada para obter o Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc) para os imóveis na homogeneização quanto à ocupação:

Quando Edificado: $V_{sc} = \frac{V - (Ab \times CUB \times Fc)}{At}$

At

Quando não edificado: $V_{sc} = \frac{V}{At}$

c. Fator Gleba

Nas amostras consideradas, não foi necessário a atribuição do fator devido as ofertas estarem dentro do limite de até 4.999,99m²

d. Fator de localização (FI)

Conforme descrito, em função da localização do imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 12: Fator de localização do imóvel

Oferta	Logradouro	Localização	
		Grandeza	(FI) Fator localização
1	Guilherme Zastron	3	0,85
2	Carlos Eggert	4	0,80
3	Ottoli Peschke	3	0,85
4	XV de Novembro	3	0,85
5	XV de Novembro	4	0,80
6	Ottoli Peschke	3	0,85
7	Santa Catarina	4	0,80
8	01 de Maio	2	0,90
9	Ottoli Peschke	3	0,85
10	Antonio Zoz	3	0,85
11	Ottoli Peschke	3	0,85
12	03 de Outubro	4	0,80
13	Carlos Eggert	4	0,80
14	Luiza Mascke	3	0,85
15	Guilherme Zastron	3	0,85
16	Jorge Lacerda	2	0,90
17	03 de Outubro	3	0,85
18	Florianópolis	2	0,90

e. Fator de Pavimentação (Fp)

Conforme descrito anteriormente, em função da pavimentação do logradouro onde está localizado o imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 13: Fator de pavimentação

Oferta	Logradouro	Pavimentação	(Fp)Fator Pavimentação
1	Guilherme Zastron	Não	1,00
2	Carlos Eggert	Não	1,00
3	Ottoli Peschke	Não	1,00
4	XV de Novembro	Não	1,00
5	XV de Novembro	Não	1,00
6	Ottoli Peschke	Não	1,00
7	Santa Catarina	Não	1,00
8	01 de Maio	Não	1,00
9	Ottoli Peschke	Não	1,00
10	Antonio Zoz	Não	1,00
11	Ottoli Peschke	Não	1,00
12	03 de Outubro	Sim	1,20
13	Carlos Eggert	Não	1,00
14	Luiza Mascke	Não	1,00
15	Guilherme Zastron	Não	1,00
16	Jorge Lacerda	Sim	1,20
17	03 de Outubro	Sim	1,20
18	Florianópolis	Sim	1,20

f. Coeficiente de numero de frentes (Ce)

Tabela 14: Fator numero de Frentes

Oferta	Logradouro	Número de Frentes	(Ce) Fator frentes
1	Guilherme Zastron	2	1,03
2	Carlos Eggert	2	1,03
3	Ottoli Peschke	1	1,00
4	XV de Novembro	1	1,00
5	XV de Novembro	1	1,00
6	Ottoli Peschke	1	1,00
7	Santa Catarina	2	1,03
8	01 de Maio	1	1,00
9	Ottoli Peschke	1	1,00
10	Antonio Zoz	1	1,00
11	Ottoli Peschke	1	1,00
13	Carlos Eggert	1	1,00
14	Luiza Mascke	1	1,00
12	03 de Outubro	2	1,05
15	Guilherme Zastron	2	1,03
16	Jorge Lacerda	1	1,00
17	03 de Outubro	1	1,00
18	Florianópolis	2	1,03

g. Fator Frente Irregular (Cf)

Tabela 15: Frente Irregular

Oferta	Logradouro	Testada / Profundidade	Numero de imóveis	Frente Irregular Cf
1	Guilherme Zastron	0,61	1	1,00
2	Carlos Eggert	0,59	1	1,00
3	Ottoli Peschke	0,53	1	1,00
4	XV de Novembro	0,51	1	1,00
5	XV de Novembro	0,38	1	1,00
6	Ottoli Peschke	0,52	1	1,00
7	Santa Catarina	0,78	1	1,00
8	01 de Maio	0,67	1	1,00
9	Ottoli Peschke	0,56	1	1,00
10	Antonio Zoz	0,41	1	1,00
11	Ottoli Peschke	0,57	1	1,00
13	Carlos Eggert	0,90	1	1,00
14	Luiza Mascke	0,39	1	1,00
12	03 de Outubro	0,41	1	1,00
15	Guilherme Zastron	0,61	1	1,00
16	Jorge Lacerda	0,52	1	1,00
17	03 de Outubro	0,50	1	1,00
18	Florianópolis	0,50	1	1,00

h. Valor do m2 do terreno homogeneizado

Resultado e Fórmula de Cálculo do valor do m² do terreno, utilizando a homogeneização de informações:

Fórmula de Cálculo do Valor por M² do terreno:

$$Vh (R\$/m^2) = Vsc \times FI \times Ce \times Cf \times Fp \times Fg$$

Tabela com os valores por metro quadrado (R\$/m²) das pesquisas homogeneizadas:

Tabela 16: Valor m2 do terreno homogeneizado

Oferta	Area (At) Terreno (m2)	Valor m2 terreno Sem Construção (Vsc)	Fator de Localização (FI)	Fator Numero de Frentes (Ce)	Fator Frente Irregular (Cf)	Fator Pavimentação (Fp)	Valor m2 Terreno (Vh)
1	531	157,82	0,85	1,03	1,00	1,00	138,17

2	494	171,54	0,80	1,03	1,00	1,00	141,35
3	480	177,08	0,85	1,00	1,00	1,00	150,52
4	440	183,18	0,85	1,00	1,00	1,00	155,70
5	666	196,09	0,80	1,00	1,00	1,00	156,87
6	488	194,67	0,85	1,00	1,00	1,00	165,47
7	512	209,17	0,80	1,00	1,00	1,00	167,34
8	600	186,67	0,90	1,03	1,00	1,00	173,04
9	461	206,07	0,85	1,00	1,00	1,00	175,16
10	625	209,03	0,85	1,00	1,00	1,00	177,68
11	449	211,58	0,85	1,00	1,00	1,00	179,84
12	408	196,08	0,80	1,00	1,00	1,20	188,24
13	400	238,57	0,80	1,00	1,00	1,00	190,85
14	371	229,11	0,85	1,05	1,00	1,00	204,48
15	422	233,06	0,85	1,03	1,00	1,00	204,04
16	430	224,31	0,90	1,00	1,00	1,20	242,25
17	450	246,25	0,85	1,00	1,00	1,20	251,18
18	450	244,44	0,90	1,03	1,00	1,20	271,92

i. Tratamento estatístico:

No trabalho estatístico para a avaliação de imóveis, busca-se o valor médio que seja válido (representativo) para toda a população de imóveis semelhantes a imóvel que buscamos avaliar, para isso utiliza-se normalmente uma amostra.

Após definida a população e a amostra, deve-se encontrar valores que possam representar a população e a amostra, Esses valores são representados são a média e o desvio padrão, definidos também como parâmetros populacionais e da amostra, representando assim a Estatística Descritiva.

i. Médias sem homogeneização

1. Média Aritmética da População – R\$ 206,37
2. Média Aritmética da Amostra sem Pavimentação – R\$ 200,26
3. Média Aritmética da Amostra com Pavimentação – R\$ 227,77
4. Mediana da População – R\$ 206,38

5. Moda da População – sem representatividade devido a não repetição.

ii. Médias homogeneizadas

1. Média Aritimetrica da População – R\$ 185,21
2. Média Aritmétrica da Amostra sem Pavimentação – R\$ 169,34
3. Média Aritmétrica da Amostra com Pavimentação – R\$ 240,75
4. Mediana da População – R\$ 185,21
5. Moda da População – sem representatividade devido a não repetição.
6. Dispersão
 - a. Amplitude Total – R\$ 133,75
 - b. Desvio Médio – R\$ 28,46
 - c. Variância da População – 1.322,61
 - d. Variância da Amostra – 1.831,31
 - e. Desvio Padrão da População – 36,37
 - f. Desvio Padrão da Amostra – 42,79
 - g. Coeficiente de variação – 23,11%
 - h. Exclusão de dados da amostra

O procedimento de exclusão de dados, tem por objetivo eliminar os elementos atípicos que não representam uma situação normal de mercado, pois sua presença pode distorcer a representatividade da amostra. Sua presença pode ser oriunda do fornecimento de valores falseados (fontes não confiáveis) ou ao erro de coleta.

i. Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

Consiste em eliminar as amostras que estejam afastadas mais de um desvio médio da média da amostra, assim os dados que estiverem fora do intervalo serão eliminados.

1. Desvio Médio – R\$ 28,46/m²
2. Valor Médio – R\$ 185,21/m²
3. Limite inferior – R\$ 156,75/m²
4. Limite superior – R\$ 213,67/m²
5. Numero de dados fora do limite do intervalo: 07
6. Numero de dados no limite do intervalo: 11

iii. Novo cálculo para as amostras consideradas

Tabela 17: Tabela de Cálculo após 1ª Exclusão

Oferta	Area Terreno (m2)	Valor m2 terreno homogeneizado (Vmh)	Fator Localização (Fl)	Fator Frentes	Fator Irregular	Fator Pavimentação (Fp)	Valor m2 Terreno (Vh)
5	666	196,09	0,80	1,00	1,00	1,00	156,87

6	488	194,67	0,85	1,00	1,00	1,00	165,47
8	600	186,67	0,90	1,00	1,00	1,00	168,00
7	512	209,17	0,80	1,03	1,00	1,00	172,36
9	461	206,07	0,85	1,00	1,00	1,00	175,16
10	625	209,03	0,85	1,00	1,00	1,00	177,68
11	449	211,58	0,85	1,00	1,00	1,00	179,84
13	400	238,57	0,80	1,00	1,00	1,00	190,85
14	371	229,11	0,85	1,00	1,00	1,00	194,74
12	408	196,08	0,80	1,05	1,00	1,20	197,65
15	422	233,06	0,85	1,03	1,00	1,00	204,04

i. Médias homogeneizadas

- a. Média Aritmética – R\$ 180,24
- b. Mediana– R\$ 177,68
- c. Moda– sem representatividade devido a não repetição.

ii. Dispersão

- a. Amplitude Total – R\$ 47,17
- b. Desvio Médio – R\$ 12,06
- c. Variância da População – 200,11
- d. Variância da Amostra – 366,88
- e. Desvio Padrão da População – 14,15
- f. Desvio Padrão da Amostra – 19,15
- g. Coeficiente de variação – 10,63%

iv. Intervalo de Confiança

O nível de confiança de uma amostra é possibilidade de se afirmar que determinado valor está contido num intervalo de valores, e a probabilidade do mesmo estar fora do intervalo é denominado significância.

Utilizando-se o intervalo de confiança a ser construído na distribuição *student* (t),

Limite inferior para o intervalo de confiança:

$$L_{\text{inf}} = (\text{Média Aritmética}) - \frac{t \times (\text{Desvio Padrão})}{\sqrt{(n-\text{fatores})}}$$

Limite superior para o intervalo de confiança:

$$L_{\text{sup}} = (\text{Média Aritmética}) + \frac{t \times (\text{Desvio Padrão})}{\sqrt{(n-\text{fatores})}}$$

$\sqrt{(n-fatores)}$

Assim para um intervalo de confiança de 80% (com $t = 1,345$ conforme distribuição *student* teremos os valores (R\$/m²)

 $169,72 < I < 190,76$

*O perito tem liberdade para determinar o valor unitário dentro do campo de arbitrio.
Sugere-se utilizar o critério da média dos valores dentro do campo de arbitrio.

j. Conclusões

Desta forma, conclui-se que o valor a ser adotado (VGU), deve estar dentro do intervalo de confiança fica entre R\$ 169,72 e R\$ 190,76.

Assim adota-se o em R\$ 176,00, e a equação para o cálculo do valor de um imóvel a ser avaliado localizado no raio de abrangência da pesquisa é dado por:

$$VI = VGU \times At \times FI \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg$$

Onde:

VGU – Valor Genérico Unitário do m² do terreno, (R\$/m²)

At – Área do lote (terreno), (m²)

FI – Fator de localização

Fp – Fator de pavimentação

Fg – Fator Gleba

Ce – Fator numero de frentes

Cf – Coeficiente de frente

4. Dos Imóveis em serem Avaliados

Os imóveis em avaliação, conforme apresentado no prefácio, são aqueles beneficiados pela pavimentação da Rua Florianópolis, conforme segue a tabela geral de apresentação de cálculo, utilizando conceitos e conclusões citadas anteriormente.

Imóvel	Proprietário	Matrícula	Area terreno (At)	Fator Numero de Frentes		Fator Frente Irregular				Fator de Localização	Fator Gleba	Fator Localização	Fator Pavimentação	Valor Anterior a Pavimentação	Valor Posterior a Pavimentação	Valorização
				Fren tes	Ce	Testada	Profundi dade	Resulta nte	Cf					VA	VP	
822	Ademir Fischer	2.898	1.864,58	2	1,03	43,65	42,72	1,0219	1,00	2	1,00	0,90	1,20	304.209,96	365.051,95	60.841,99
831	Celso Tomaselli	8.697	1.404,59		1,00	32,00	43,89	0,7290	1,00	2	1,00	0,90	1,20	222.487,06	266.984,47	44.497,41
833	Milano Export Legno	8.698	1.047,15		1,00	23,27	45,00	0,5171	1,00	2	1,00	0,90	1,20	165.868,56	199.042,27	33.173,71
4318	Milano Export Legno	7.833	1.755,00	2	1,03	22,00	79,77	0,2758	1,00	2	1,00	0,90	1,20	286.331,76	343.598,11	57.266,35
821	Heins Volles	11.420	653,38		1,00	15,08	43,33	0,3480	1,00	2	1,00	0,90	1,20	103.495,39	124.194,47	20.699,08
820	Alcir Duwe	11.266	640,42		1,00	15,00	42,69	0,3513	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.442,53	121.731,03	20.288,51
819	Valdecir Steinert	9.210	675,00		1,00	15,00	45,00	0,3333	1,00	2	1,00	0,90	1,20	106.920,00	128.304,00	21.384,00
818	Leandro Bauer	15.213	650,57		1,00	15,00	43,37	0,3459	1,00	2	1,00	0,90	1,20	103.050,29	123.660,35	20.610,06
817	Genecir Raimundo Grando Scorsato	15.214	650,11		1,00	15,00	43,34	0,3461	1,00	2	1,00	0,90	1,20	102.977,42	123.572,91	20.595,48
816	Alvaro Lange	8.858	637,66		1,00	14,30	44,59	0,3207	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.005,34	121.206,41	20.201,07
815	Mayron Pavanello e Aline Pavanello	9.028	657,04		1,00	15,15	43,37	0,3493	1,00	2	1,00	0,90	1,20	104.075,14	124.890,16	20.815,03
814	Albertina Rosa Borinelli	9.211	1.300,88		1,00	30,30	42,93	0,7057	1,00	2	1,00	0,90	1,20	206.059,39	247.271,27	41.211,88
812	Adelar Rabuske	10.374	640,90		1,00	14,74	43,48	0,3390	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.518,56	121.822,27	20.303,71
811	Geralito Antônio de Andrade	10.375	660,28		1,00	15,39	42,90	0,3587	1,00	2	1,00	0,90	1,20	104.588,35	125.506,02	20.917,67
810	Marlindo Reinoldo Volles	10.376	589,35		1,00	13,87	42,49	0,3264	1,00	2	1,00	0,90	1,20	93.353,04	112.023,65	18.670,61
3542	Marlindo Reinoldo Volles	13.554	703,44		1,00	16,06	43,80	0,3667	1,00	2	1,00	0,90	1,20	111.424,90	133.709,88	22.284,98
3540	Vanderlei da Silva	13.555	663,05		1,00	15,55	42,64	0,3647	1,00	2	1,00	0,90	1,20	105.027,12	126.032,54	21.005,42
3539	Rui Marciel Correa	13.556	642,94		1,00	14,84	43,32	0,3425	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.841,70	122.210,04	20.368,34
3563	Lucia Klaumann Panstein	14.681	606,47	2	1,03	20,20	30,02	0,6728	1,00	2	1,00	0,90	1,20	98.946,79	118.736,15	19.789,36
*	Semar Adm. de Bens Próprios EPP – Imóveis 836 e 837	14.682	15.441,41	3	1,03	180,00	85,79	2,0983	1,00	2	0,75	0,90	1,20	1.889.472,69	2.267.367,23	377.894,54
868	Comércio de Deriv. de Petróleo Junior Ltda	7.932	693,74		1,00	42,89	16,17	2,6516	1,00	2	1,00	0,90	1,20	109.888,42	131.866,10	21.977,68

838	Décio Seidel	9.898	440,65		1,00	15,28	28,84	0,5298	1,00	2	1,00	0,90	1,20	69.798,96	83.758,75	13.959,79
840	Eunice Gielow	7.796	455,96		1,00	15,28	29,84	0,5121	1,00	2	1,00	0,90	1,20	72.224,06	86.668,88	14.444,81
842	Nelson Volles	9.948	475,56		1,00	16,07	29,59	0,5430	1,00	2	1,00	0,90	1,20	75.328,70	90.394,44	15.065,74
#####	Osvin Jurck	25.983	9.642,84	2	1,15	138,00	69,88	1,9749	1,00	2	0,85	0,90	1,20	1.493.058,77	1.791.670,53	298.611,75
4468	Hilário Rabuske	17.060	689,05		1,00	15,03	45,84	0,3278	1,00	2	1,00	0,90	1,20	109.145,52	130.974,62	21.829,10
843	Nelson Pavanello	17.059	542,85		1,00	14,90	36,43	0,4090	1,00	2	1,00	0,90	1,20	85.987,44	103.184,93	17.197,49
844	Amarildo Lange	12.118	704,44		1,00	19,06	36,96	0,5157	1,00	2	1,00	0,90	1,20	111.583,30	133.899,96	22.316,66
6155	Lilian Fischer de Souza	23.560	734,05	2	1,03	19,40	37,84	0,5127	1,00	2	1,00	0,90	1,20	119.761,73	143.714,07	23.952,35
6157	Germano Fischer	23.562	349,69		1,00	1,00	349,69	0,0029	0,85	2	1,00	0,90	1,20	47.082,26	56.498,71	9.416,45
6158	Germano Fischer	23.563	351,77		1,00	1,00	351,77	0,0028	0,85	2	1,00	0,90	1,20	47.362,31	56.834,78	9.472,46
6159	Germano Fischer	23.564	340,18		1,00	1,00	340,18	0,0029	0,85	2	1,00	0,90	1,20	45.801,84	54.962,20	9.160,37
6156	Leandro Fischer	23.561	642,38	2	1,03	17,60	36,50	0,4822	1,00	2	1,00	0,90	1,20	104.805,58	125.766,70	20.961,12
845	Mario Ender	10.993	787,30	2	1,03	25,97	30,32	0,8567	1,00	2	1,00	0,90	1,20	128.449,57	154.139,48	25.689,91
8029	Semar Adm. de Bens Próprios EPP	23.509	420,00	2	1,03	28,00	15,00	1,8667	1,00	2	1,00	0,90	1,20	68.523,84	82.228,61	13.704,77
8030	Orival Pires	23.510	812,00		1,00	29,00	28,00	1,0357	1,00	2	1,00	0,90	1,20	128.620,80	154.344,96	25.724,16
9092	Rancho Bom Supermercados	25.230	3.598,50		1,00	30,00	119,95	0,2501	1,00	2	1,00	0,90	1,20	570.002,40	684.002,88	114.000,48
*	Erico Borinelli – Imóveis 916, 3565 e 4662	17.175	9.451,65	2	1,15	80,60	172,00	0,4686	1,00	2	0,85	0,90	1,20	1.463.455,68	1.756.146,82	292.691,14
4983	Rudimar Hilger	21.929	569,38	2	1,03	22,95	24,81	0,9250	1,00	2	1,00	0,90	1,20	92.895,49	111.474,58	18.579,10
4984	Semar Adm. de Bens Próprios EPP	21.930	450,00	1	1,00	15,00	30,00	0,5000	1,00	3	1,00	0,85	1,20	67.320,00	80.784,00	13.464,00

5. Notações, simbologia e convenções

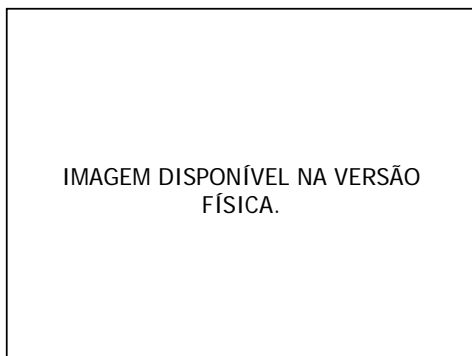
Símbolo	Descrição	Unidade
Fc	Fator de Conservação	
Fg	Fator de Gleba	
Fl	Fator de Localização	
Ce	Coefficiente Numero de frentes	
VGU	Valor Genérico Unitário	/m2
VI	Valor do Imóvel	R\$
Vlant	Valor do Imóvel anterior	R\$
Vlpos	Valor do Imóvel posterior	R\$
Ab	Area Construida (benfeitorias)	m2
At	Area Terreno	m2
Fp	Fator Pavimentação	
Cf	Coefficiente Frente Irregular	
Vsc	Valor do m2 sem benfeitorias	/m2
Nf	Numero de Frentes	unitário
V	Valor da oferta	
Vh	Valor do m2 homogeneizado	/m2

6. Bibliografia

- a. Castro, C Moura – “A Prática da Pesquisa”, Mc Graw-Hill, 1977;
- b. Dantas, Rubens A. – “Engenharia de Avaliações – Uma Introdução à Metodologia Científica”;
- c. Fiker, José – “Manual de Redação de Laudos”, Editora Pini Ltda, 9ª Edição, 2006;
- d. Richardson, H.W., “Economia Urbana”, Interciencia, 1978;
- e. Soler, Andrés Nobell, Manual de Avaliação Imobiliária, Editora Pini, 2000;
- f. Wonnacott, R. e Wonnacott, T., “Fundamentos de Estatística”, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1985;
- g. IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações, Prof. Dr. Norberto Hochheim, 2002;
- h. IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações Imobiliárias, Sérgio Alberto Pires da Silva, 2006;
- i. IBAPE/SP – Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos, São Paulo, SP, 1995;
- j. Secretaria do Patrimônio da União, Manual de Avaliação Técnica de Imóveis da União, Brasília, SPU (Apostila), 1994;
- k. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
 - i. NBR 5676/89
 - ii. NBR 14653

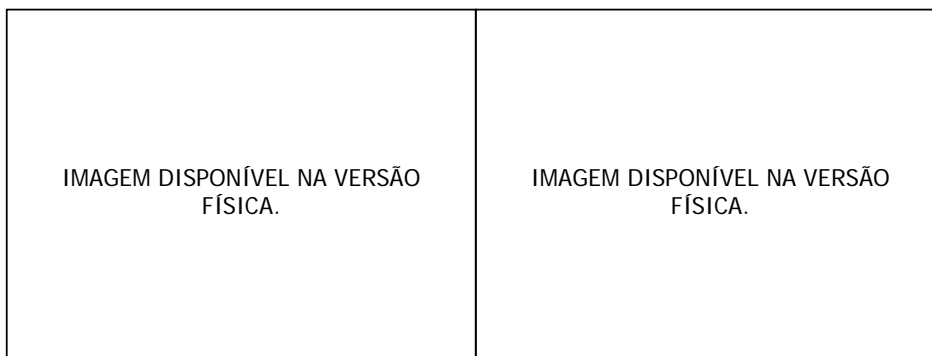
7. Anexos

Anexo I – Mapa com o raio da área considerada

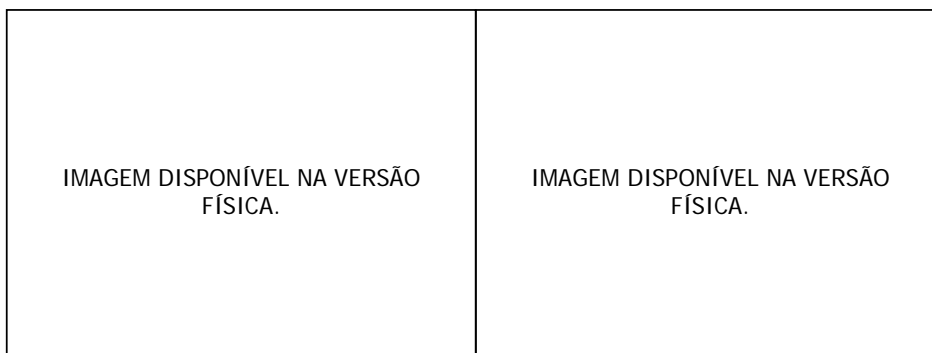


Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 3845



Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4327



Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 2963

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 682

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1954

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 7906

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1989

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4750

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1992

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 8029

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 846

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 6016

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.	IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.
-------------------------------------	-------------------------------------

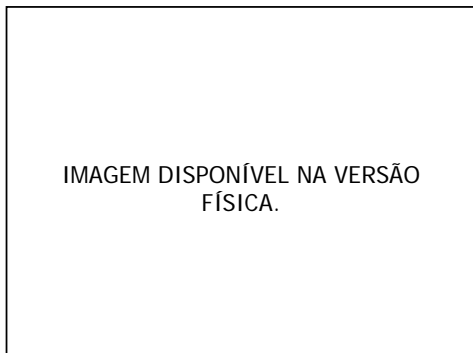
Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4023

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.

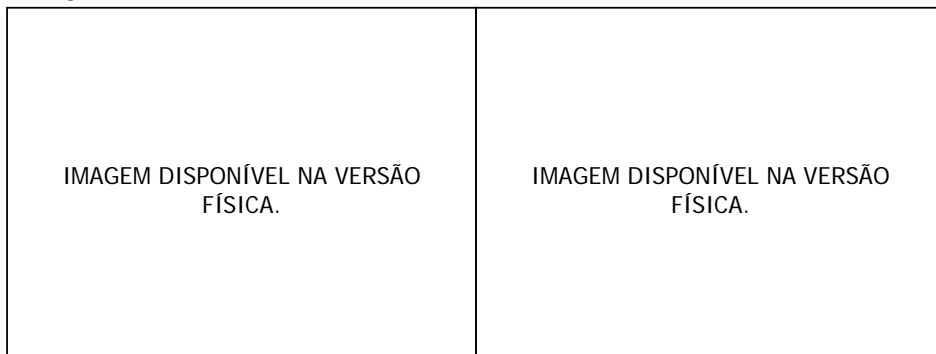
Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1350

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO FÍSICA.

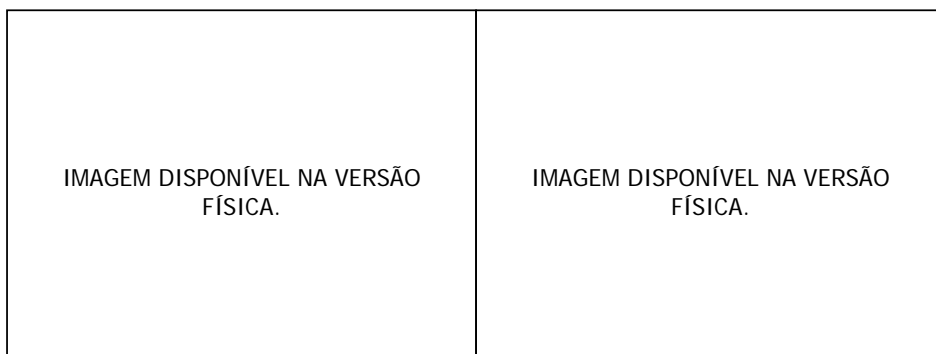
Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 956



Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 10645



Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 894



Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 6118

IMAGEM DISPONÍVEL NA VERSÃO
FÍSICA.

Parecer Nº 005 _2012 Transporte Escolar

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- COMED

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ASSUNTO: Transporte Escolar Gratuito e suas Áreas de Abrangência por Unidades Escolares

PARECER Nº 005 /2012

APROVADO EM 25/10/2012

Estabelece parâmetros para a implementação da oferta de transporte escolar gratuito e as respectivas áreas de abrangência por Unidades Escolares aos alunos do Ensino Fundamental e Médio vinculados ao Sistema Municipal e Estadual de Ensino do município de Schroeder.

HISTÓRICO

Diante da necessidade de se estabelecer novos parâmetros para a implementação do Transporte Escolar Gratuito no município de Schroeder, o Conselho Municipal de Educação- COMED realizou análise detalhada do Parecer nº. 002/2012, aprovado em 28 de março de 2012, solicitou assessoria junto à Procuradoria e Controladoria Municipal e trocou informações com outros municípios da região buscando embasamento para redefinir os parâmetros e estabelecer áreas de abrangências por Unidades Escolares.

ANÁLISE**a) Da Solicitação**

Torna-se evidente, pelo ofício nº. 021/2012 - Secretaria Municipal de Educação- SECEL que se pretende assegurar a garantia ao transporte escolar, observando a segurança dos estudantes e permitindo o acesso dos alunos ao ensino, porém essa garantia não impõe ao Município a obrigação de deslocar o veículo escolar até a porta da residência de cada aluno. Além disso, a família também deve assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações que assegurem o direito à educação.

b) Das considerações

Toda a legislação pertinente à oferta de transporte escolar gratuito aponta que o educando tenha acesso ao atendimento educacional em todas as etapas da educação básica, bem como o Poder Público deve assegurar a permanência dos alunos na escola através de programas suplementares de material didático, escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Torna-se evidente a necessidade de se estabelecer parâmetros para a oferta do transporte escolar, distribuindo as Unidades Escolares em áreas de abrangência, visto a existência de educandos que utilizam-se do transporte escolar gratuito para deslocarem-se até as Unidades Escolares mais distantes que o necessário, quando há escolas mais próximas de suas residências.

III – DOS PARÂMETROS

De acordo com a Análise, sugerem-se os parâmetros abaixo para a implementação da oferta de transporte escolar gratuito aos alunos do Ensino Fundamental e Médio vinculados ao Sistema Municipal e Estadual de Ensino:

- Que a área de abrangência dentro do território municipal seja fixada em 1,5km, possibilitando aos alunos que residam a uma distância igual ou maior que a fixada tenham direito ao transporte escolar gratuito no período em que estiverem estudando;
- Que a Unidade Escolar que eventualmente não possua vagas para o atendimento educacional, o aluno deverá ser reconduzido gratuitamente, com transporte escolar, à Unidade Escolar mais

próxima;

c) Os pais e/ou responsáveis pelo aluno que não queira, por motivos de ordem particular, matricular o aluno na Unidade Escolar referência da localidade, poderá matricular em qualquer unidade existente no município, desde que haja vagas disponíveis. No entanto, o transporte escolar deixa de ser conferido pelo município, passando a responsabilidade à família, vez que não respeitou as áreas de abrangência propostas neste Parecer;

d) Que seja disponibilizada carteirinhas e/ou passe escolar aos estudantes para a utilização do transporte escolar gratuito, contendo a ressalva que proíba a utilização do transporte público no contraturno;

e) Que os alunos residentes próximos às escolas multisseriadas tenham direito ao transporte escolar gratuito até a escola mais próxima, quando optarem pela matrícula em escolas que não são referência da localidade, visto que a oferta de ensino nas escolas com turmas específicas garantem um aprendizado focado em conteúdos apropriados à faixa etária de cada criança;

f) Que os alunos do Ensino Médio vinculados ao Sistema Estadual de Ensino realizem a matrícula na Unidade Escolar Referência da localidade;

g) O atendimento ao educando da Rede Estadual de Ensino será regulamentado por convênio específico entre o Estado e o Município;

h) Que as situações que envolvam desrespeito do direito à liberdade e ao respeito à dignidade entre os próprios alunos durante a utilização do transporte escolar gratuito, sejam comunicadas à Secretaria Municipal de Educação para que se tome as providências cabíveis junto à empresa concedente do transporte e aos pais ou responsáveis pelos educandos, com fulcro nos artigos 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990.

Transcreve:

Art. 17- O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 – É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

i) Que os alunos que residem em Tifas e/ou servidões deverão se deslocar até os pontos de paradas que serão definidos pelo Poder Público Municipal;

j) Em consonância com o mapa da distribuição geográfica das localidades do município, estabelecem-se os parâmetros abaixo para a implementação das Áreas de Abrangência por Unidades Escolares para a oferta de transporte escolar gratuito aos alunos do Ensino Fundamental e Médio vinculados ao Sistema Municipal e Estadual de Ensino:

BAIRRO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS	ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS	ENSINO MÉDIO
--------	-------------------	--------------------------------------	------------------------------------	--------------

ITOUPAVA- AÇÚ	ESCOLA MU- NICIPAL RUI BARBOSA	ESCOLA MU- NICIPAL RUI BARBOSA	ESCOLA DE ENSINO FUN- DAMENTAL LUIZ DELFINO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
BRACINHO	JARDIM DE INFÂNCIA BONDINHO ALEGRE	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LEONETE BAUER WALZ	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
SCHROEDER III	JARDIM DE INFÂNCIA BRANCA DE NEVE	ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
CENTRO NOR- TE, SOSSEGO E BRAÇO DO SUL - até a Travessia Amandos Müller	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZI- NHO VERME- LHO	1º ANO : ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA KISMARA LISLEI W. MOREIRA 2º AO 5º ANO: ESCOLA DE ENSINO FUNDAMEN- TAL LUIZ DELFINO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
RANCHO BOM E BRAÇO DO SUL - a partir da Travessia Amandos Müller	JARDIM DE INFÂNCIA FLOR DO CAMPO JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VALI JORCK VOIGT ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TO- MASELLI	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TO- MASELLI	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO

DUAS MAMAS	JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TO- MASELLI	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TO- MASELLI	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
CENTRO LESTE	JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TO- MASELLI	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TO- MASELLI	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
CENTRO	JARDIM DE INFÂNCIA PINGO DE GENTE	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR EMÍLIO DA SILVA	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
CENTRO SUL – Rua Princesa Isabel até a Rua Paulo Setter	JARDIM DE INFÂNCIA PINGO DE GENTE	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR EMÍLIO DA SILVA	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
CENTRO SUL – a partir da Rua Paulo Setter até Rua Jaraguá	JARDIM DE INFÂNCIA CRESCER E APRENDER	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SARITA BECK REZENDE	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
BAIRRO SCHROEDER I - Rua Erich Froehner até o número 1000	JARDIM DE INFÂNCIA CRESCER E APRENDER	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SARITA BECK REZENDE	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MI- GUEL COUTO
BAIRRO SCHROEDER I – Rua Erich Froehner e laterais, a partir do número 1000 até divisa com Guaramirim	JARDIM DE INFÂNCIA ABELHINHA FELIZ ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CLARICE LAN- GE JACOBI (CONFORME EXISTÊNCIA DE TURMAS)	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CLARICE LAN- GE JACOBI	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFª. ELISA CLAUDIO DE AGUIAR	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFª. ELISA CLAUDIO DE AGUIAR	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFª. ELISA CLAUDIO DE AGUIAR

IV- DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão acompanha, por unanimidade dos presentes, o Voto do Relator. Em 25 de outubro de 2012.

Sugere-se que:

a) Deverá estar anexado a este Parecer o mapa "SCHROEDER PERÍMETRO URBANO" com divisão de bairros, versão 01" de 09 de junho de 2010;

b) No ato da matrícula ou de sua renovação compete à Direção Escolar ou professores responsáveis pelas Unidades Escolares informar aos pais e/ou responsáveis sobre as informações contidas neste Parecer. Tal comunicação deverá ser registrada e protocolada no ato da matrícula ou de sua renovação.

c) Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e/ou comissão designada para este fim.

d) Assinam também este Parecer os servidores da Procuradoria e Controladoria Municipal e Diretor de Educação.

Madalena Laube Borgert – Relatora

Ivone Fátima Taffarel dos Santos

Melani Zelfeld

Djuli Cristiane Konell

Édna Maria da Rocha

Adriana de Fátima Dorigon Adams

Diviê Roberta Welter Carvalho

Glaucia Regina Sevegnani

Márcia Aparecida Oberthur

Daniella Maria Volani de Souza

Geziane Machado

Procurador Municipal: Kesley de Moraes Silva

Controlador Municipal: Marcio Adriano Sabino

Diretor de Educação: Alessandro Martins Viana

V- DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação, reunido em Sessão Plena no dia 25 de outubro 2012, deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Voto do Relator, conforme consta registro em ata.

Este Parecer entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário contidas no Parecer nº. 002/2012.

MADALENA LAUBE BORGERT

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Schroeder

Parecer Nº 006_2012 Autorização de Credenciamento e Funcionamento do Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- COMED

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ASSUNTO: Autorização de Credenciamento/Funcionamento do Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi.

PARECER Nº 006/2012

APROVADO EM 25/10/2012

Credencia/autoriza o funcionamento do Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi vinculado ao Sistema Municipal de Ensino de Schroeder.

O Conselho Municipal de Educação de Schroeder- COMED, no uso das prerrogativas que lhe confere o artigo 4º, incisos V e VI do Regimento Interno, recebeu da Secretaria Municipal de Educação - SECEL, ofício nº 099/2012 com pedido de credenciamento/autorização de funcionamento do Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi, situado à Rua Guaramirim, n.º 313, Bairro Schroeder I, município de Schroeder- SC.

1. Instruem o processo, dentre outros, os seguintes documentos:

1.1 Ofício subscrito pelo Dirigente Municipal de Educação, solicitando abertura de processo para fins de credenciamento/autorização de funcionamento do Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi.

1.2 Lei de Criação da Unidade Escolar.

1.3 Portaria fixando o horário de atendimento aos alunos no referido Centro.

1.4 Comprovação de propriedade mediante Certidão de Registro de Imóvel ou contrato de sua locação ou cessão de uso.

1.5 Planta baixa do prédio, comprovando atendimento às especificações técnicas e legais.

1.6 Laudos técnicos expedidos pelos órgãos de Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros e Alvará Municipal de funcionamento, comprovando as condições adequadas do imóvel para os fins educacionais.

1.7 Relação dos profissionais da educação da Unidade Escolar, mencionando sua habilitação e vínculo empregatício.

1.8 Ato de designação do(a) Diretor Escolar da Unidade Escolar.

1.9 Previsão de matrículas com demonstrativos de grupos ou turmas.

1.10 Regimento Interno que expresse a organização pedagógica e administrativa da Unidade Escolar.

1.11 Proposta Pedagógica para atendimento educacional.

1.12 Versão preliminar do Projeto Político Pedagógico.

1.13 Será juntado ao processo de autorização e credenciamento o relatório de Verificação In Loco.

1.14 Relação de mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico.

2 Da análise do Processo, a Comissão Especial destaca:

2.1 O Projeto Político Pedagógico - PPP constitui-se como documento norteador de toda atividade pedagógica desenvolvida na Unidade de Ensino. Neste sentido, torna-se necessária e obrigatória sua construção junto à comunidade escolar, sendo que a Direção Escolar deverá encaminhar o Projeto Político Pedagógico para apreciação deste Conselho até 31 de março de 2012.

2.2 O Relatório de Verificação evidencia que o ambiente físico oferece condições adequadas ao atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Além disso, foi respeitado o limite de alunos por turma, conforme normativa exarada por este Conselho.

Diante do exposto, com base na Lei Municipal n.º 1530/2006, na Resolução n.º 002, de 10 de fevereiro de 2010, Parecer n.º 007, de 19 de dezembro de 2011, todos do COMED/Schroeder e com base nos documentos e informações constantes neste Processo, a Comissão Especial propõe a este Colegiado que credencie/autorize o funcionamento, por quatro anos, a contar da data de aprovação deste Parecer do Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi no município de Schroeder.

A referida Instituição de Educação Infantil deverá encaminhar o Projeto Político Pedagógico para apreciação deste Conselho até 31 de março de 2013 e posteriormente deverá ser aprovado em Assembleia de Pais.

É imprescindível que a Unidade Escolar:

a) Solicite Renovação de autorização de funcionamento, respeitando as normas exaradas pelo Conselho Municipal de Educação-COMED.

b) Atualize e aprofunde o PPP para que se torne um documento vivo e eficiente na medida em que serve como parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto a longo prazos.

Orienta-se que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer exerça a supervisão da Instituição observando a legislação em vigor e documentos aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Schroeder, 25 de outubro de 2012.
Comissão Especial

MELANI ZELFELD- Relatora
MADALENA LAUBE BORGERT
IVONE FATIMA TAFFAREL DOS SANTOS
DJULI CRISTIANE KONELL
DIVIÊ ROBERTA WELTER CARVALHO

Aprovado, por unanimidade, em Sessão Plenária realizada no dia 25 de outubro de 2012.

MADALENA LAUBE BORGERT
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Schroeder

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 2903, de 23 de Outubro de 2012

DECRETO No 2903, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-247,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00163	01 micro computador Athlon XP 2.4, AMD, Placa Mãe Asus	R\$ 2.197,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro

de 2010.

Município de Timbó, em 23 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto No 2905, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO No 2905, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-248,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE SAÚDE DA FAMÍLIA PE.MARTINHO STEIN

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
01148	01 Gaveteiro de Melamina com 02 Gavetas Pequenas	R\$ 40,00
01197	01 Cadeira para Escritório, Estofada na Cor Cinza	R\$ 10,00
14798	01 Maca Rígida	R\$ 186,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto No 2906, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO No 2906, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis,

e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-249,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00335	01 MODEM ADSL D-Link	R\$ 150,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto No 2907, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO No 2907, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-250,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

CEDUP – CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17356	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17357	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17358	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17359	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17360	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17361	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17363	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50

17364	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17365	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17366	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17367	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17368	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17369	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17370	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17372	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17373	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50
17374	01 Protoboard Marca Minipa MP 2420	R\$ 109,50

XEROX E INFORMAÇÕES

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14292	01 cadeira giratória injetada	R\$ 90,00

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PE.MARTINHO STEIN

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	02 Bancos com 2 Lugares (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
01148	01 Gaveteiro de Melamina com 02 Gavetas Pequenas	R\$ 40,00
01197	01 Cadeira para Escritório Estofada na Cor Cinza	R\$ 10,00
14798	01 Maca Rígida	R\$ 186,00
14798	01 Maca Rígida	R\$ 186,00

UNIDADE PRÉ-ESCOLAR VIOLETA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
15399	01 Video Cassete de 7 Cabeças	R\$ 482,00
x-x-x	01 Micro Computador (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

DIVERSOS DEPARTAMENTOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
09775	01 Nobreak Auto Bi-volt SMS 0.6 Kwa	R\$ 300,00
19002	01 Microcomputador Core 2 Duo, E6750 Intel	R\$ 1.695,00
20198	01 Estabilizador	R\$ 60,00
21882	01 Estabilizador de Tensão, 1Kva de 220/110	R\$ 150,00

UNIDADE PRÉ-ESCOLAR HORTÊNSIA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17572	01 Impressora HP Deskjet 3845	R\$ 223,74
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAI0 DE SOL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Fogão de Quatro Bocas Industrial (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 Buffe (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	02 Impressoras: uma HP Deskjet 3845 e uma HP (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	01 Televisor Philips (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x-x	02 Cpu's - Marca Infowayl (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
DIVISÃO DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
10844	01 Suporte para Televisor e Video Cassete com Estrutura de Ferro	R\$ 25,00
x-x-x-x	01 Televisor de 21" - Marca Mitsubishi	x-x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto No 2908, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO No 2908, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-251,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do

Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR NESTOR MARGARIDA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x	02 Carteiras Escolares com Mesa de Fórmica com Suporte (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	27 cadeiras de Imbuia (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	01 Mesa de Professor (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	02 Monitores (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	02 Cpu's (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	01 Epson FX 2180 (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	01 Televisão (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	01 Retroprojeto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	08 Ventiladores (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
02501	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
02527	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
02536	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
02789	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03138	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03145	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03196	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03230	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03237	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03244	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03244	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00



03252	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03269	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
03317	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03318	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03319	01 Fogão a Gás Industrial com 04 Bocas - Marca Dako	R\$ 70,00
03386	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
03387	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03652	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
06019	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
06074	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
06626	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
07373	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07381	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07418	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07424	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07468	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07495	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07508	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07533	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
07536	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
07805	01 CPU Pentium ® III, Genuineintel Processador 120.0	R\$ 1.200,00

07806	01 CPU Pentium ® III, Genuineintel Processador 120.0	R\$ 1.200,00
07819	01 Monitor de 14" Marca Visionner	R\$ 150,00
07838	01 Estabilizador Marca Stabilux	R\$ 15,00
07841	01 Estabilizador Marca Stabilux	R\$ 15,00
08608	01 No Break	R\$ 150,00
08788	01 Fogão a Gás Industrial com 06 Bocas e Forno	R\$ 200,00
09844	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
10408	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 15,41
10409	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 15,41
11613	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11638	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11654	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11749	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11767	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11772	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11781	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11787	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11788	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11809	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11816	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11820	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11828	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11829	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00

11834	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11847	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11855	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11857	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
12732	01 cadeira Fixa - Estofado Fino	R\$ 29,00
13030	01 Escrivania com 02 Gavetas, Medidas: 1,20 x 0,60	R\$ 97,00
15619	01 Balcão Kolcava 0,80 com Pia Marmore BR	R\$ 210,00
15642	01 Monitor de 15" - Marca Samsung 591s	R\$ 500,00
15661	01 Micro Computador, Composto de Placa Mãe Asus A78x	R\$ 970,00
15662	01 Micro Computador, Composto de Placa Mãe Asus A78x	R\$ 970,00
15668	01 Nobreak 2Kva de 220/110v, com baterias Seladas	R\$ 400,00
16090	01 Cadeira Fixa em Curvim Preto	R\$ 43,00
17546	01 Monitor de 15" Tela Plana - Marca LG	R\$ 281,22
17554	01 Microcomputador P4, Celeron D336 2.8GHZ e Placa Mãe	R\$ 30,00
19401	01 Microcomputador	R\$ 1.210,00
19841	01 Cadeira Estofada Fixa de 15mm com Encosto e Assento	R\$ 38,49

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto No 2909, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO No 2909, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso

I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-252,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL TIROLESES

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x	05 Cadeiras Escolares (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
x-x-x	01 Ventilador de Teto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x-x
01605	01 Cadeira de Imbuia Infantil, na Cor Azul	R\$ 1,00
03704	01 cadeira em Laminado de Imbuia com estrutura de Ferro	R\$ 6,00
04080	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05605	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07342	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07407	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07490	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07530	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07727	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
9645	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09648	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09651	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09656	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09660	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09661	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09668	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09673	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09679	01 Cadeira Escolar	R\$ 15,00
09700	01 Carteira Escolar Mesa de Madeira Estrutura de Ferro	R\$ 30,00
10439	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 15,41
10445	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 15,41



10462	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 15,41
10481	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 15,41
10483	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 15,41
10486	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 15,41
11761	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
13398	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 25,71
13457	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 17,13
13477	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 17,13
14650	01 Micro Computador AMD Athlon XP, 1.8GHZ Box	R\$ 2.041,00
14654	01 Micro Computador AMD Athlon XP, 1.8GHZ Box	R\$ 2.041,00
14658	01 Micro Computador AMD Athlon XP, 1.8GHZ Box	R\$ 2.041,00
14681	01 Monitor AX de 15"	R\$ 800,00
14689	01 Monitor AX de 15"	R\$ 800,00
16199	01 Mesa de 1,10 sem Gaveta	R\$ 95,00
16646	01 cadeira para Pré-Escolar em Laminado de Imbuia	R\$ 15,00
16753	01 Mesa de Tênis de Mesa do Tipo (Ping-Pong)	R\$ 228,00
17685	01 Centrifuga de Roupas - Marca Arno	R\$ 290,00
18843	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
20079	01 Microcomputador Composto de Processador 1.8GHZ, Cel	R\$ 1.470,00

SECRETARIA DE SAÚDE/CEMUR

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
10172	01 Mesa de 1,20x0,50 com Teclado Retrátil	R\$ 154,00

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20808	01 Teclado Multimídia ABNT 2	R\$ 36,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto No 2910, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO No 2910, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-253,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00010	01 Mesa Redonda	R\$ 72,00
00011	01 Mesa Redonda	R\$ 72,00
00128	01 Balcão Floresta Móveis para Pia de 1,20m, Canela com 02 Portas	R\$ 212,00
00142	01 Conjunto de Caixa Som Amplificada - Woofer 10	R\$ 2.370,00
12308	01 Mesa de 1,40m com 2 Gavetas	R\$ 89,00
12309	01 Mesa de 1,20m sem Gaveta	R\$ 76,00
12310	01 Conexão de Mesa	R\$ 21,00
12316	01 Arquivo de Aço de 4 Gavetas	R\$ 239,00
12319	01 Conexão de Mesa	R\$ 21,00
12322	01 Mesa de Reunião	R\$ 122,00
12323	01 Mesa de 1,00m sem Gavetas	R\$ 71,00
12324	01 Mesa de 1,20m com 2 Gavetas	R\$ 117,00
12325	01 Conexão de Mesa	R\$ 21,00
12326	01 Pé para Conexão	R\$ 31,00
12333	01 Armário com 2 Portas	R\$ 259,00

PERDIDOS NA ENCHENTE

10826	01 Conexão de 60 x 60, Ovo / Preto	R\$ 25,00
10827	01 Pé para Conexão	R\$ 30,00



17075	01 Estação de Trabalho de 1,40 x 1,40 e 60x60 em MDF	R\$ 397,00
-------	--	------------

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto No 2911, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO No 2911, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-254,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE PRÉ-ESCOLAR GIRASSOL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x	01 TV Philco Emotion (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	01 TV Broksonic (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
03171	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03187	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00

POLÍCIA MILITAR

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14807	01 Monitor de 14" Marca Samsung	R\$ 500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17262	01 Teclado K-Mex Ps2	R\$ 30,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2.923, de 05 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2.923, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

Reajusta o preço da passagem no transporte coletivo urbano do Município de Timbó, a contar de 12 de novembro do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa conferida pelo artigo 50, XX e XXV, c/c art. 70, Inciso I, alínea "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, e fundamentada na Lei Complementar Municipal nº 256/2003, e Lei Federal nº 8.987/95; e Considerando-se a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano, na forma da Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004; Considerando-se que a empresa concessionária LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, requereu o reajuste do preço praticado no Município, nos termos do contido na Cláusula Décima Nona do Contrato Administrativo nº 20/2004; Considerando-se a demonstração da defasagem no preço atual pela planilha de custos do transporte coletivo urbano, apresentada pelo Departamento Municipal de Trânsito; Considerando-se o Parecer Técnico favorável ao reajuste pelo Departamento Municipal de Trânsito e a necessidade de manutenção da viabilidade do sistema de transporte coletivo urbano, com o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão; Considerando-se a prática anterior de aplicação de preços diferenciados a usuários estudantes, equiparando-os aos estudantes usuários do transporte intermunicipal beneficiados pela Lei Estadual nº 5.684, de 09/05/80 e Decreto Estadual nº 12.601, de 06/11/80, consoante previsão do Edital de Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado para R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos), o valor da passagem cobrada pelo Transporte Coletivo Urbano, concedido para empresa LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, através do Processo Licitatório - Concorrência Pública nº 36/2004, na cidade de Timbó-SC.

Parágrafo único. O aluno do Ensino Fundamental e Médio, devidamente matriculado, terá direito a desconto de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos), que representa 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem prevista no caput deste artigo, mediante a aquisição de passe mensal, durante o período escolar, no trajeto escola-casa e vice-versa.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 2481, de 03 de outubro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 12 de novembro do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício.

Aviso Carta Convite N.º 139 2012 - Extensão Rede Elétrica Rua Inglaterra

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 139/2012

OBJETO: Execução de projeto de extensão rede da Rua Inglaterra conforme projetos e demais anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 19 de novembro de 2012. ABERTURA: dia 19 de novembro de 2012 as 09h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 06/11/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

SAMAE**Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato N.2012/113**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/113

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/113.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: ECAGEL EMPRESA CATARINENSE DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

OBRA: EXECUÇÃO DA OBRA DE ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO DE PARALELEPÍPEDO OU PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CONCRETO - PAVER SOBRE CALÇADAS E VIAS DANIFICADAS PELA IMPLANTAÇÃO DA ADUTORA DO BAIRRO DAS NAÇÕES CONFORME CARTA CONVITE N. 28/2012. DATA DA ASSINATURA: 13/09/2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: PRORROGADO POR MAIS 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS.

Timbó, 07 de novembro de 2012.

EDSON ADAM

Diretor Presidente

Tunápolis**PREFEITURA****Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 65/2011, Término Para 31/12/2012**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2011

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 65/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MATEUS ANGELO ROMANI-ME.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a empresa MATEUS ANGELO

ROMANI-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.687.115/0001-50, estabelecida na Linha Passarinhos, interior do Município de Palmitos/SC, neste ato devidamente representado pelo sócio proprietário Sr. Mateus Angelo Romani, inscrito no CPF sob o nº 050.577.979-05, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 65/2011.

Considerando o contrato administrativo nº 65/2011 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de agosto de 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 83/2011 e Edital Tomada de Preços 09/2011, com seus anexos PMT, em que consta como objeto contratação de Obra em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra de pavimentação com pedras irregulares nas Ruas 25 de Julho, São Lourenço e Jacó Eidt, de acordo com o projeto e demais informações complementares em anexo, com área total de 3.427,30 m², com recursos do Contrato de Repasse nº 0330911-94/2010 Ministério das Cidades/CAIXA e próprios.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa MATEUS ANGELO ROMANI-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado para igual período, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57.

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 55(cinquenta e cinco) dias com término para 31/12/2012.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 05 de novembro de 2012.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

MATEUS ANGELO ROMANI-ME

Contratada(o)

JACKSON SCHERER

Secretario Municipal da Administração

Testemunhas:

1) Cleverson Inácio Kerkoff

CPF: 918.368.409-34

2) Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

Contrato Administrativo Nº 10/2012 Fmsaúde

Contrato Administrativo nº 10/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS (SC), por intermédio do e a empresa Próteses Dentárias Klein Ltda ME.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, com sede na Albino Frantz, centro, no município de Tunápolis/SC inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Próteses Dentárias Klein ME inscrita no CNPJ sob o nº 09.221.317/0001-22 estabelecida na Rua Marechal Floriano, 223, no Município de São

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Miguel do Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vanderlei Paulo Klein, portador da Carteira de Identidade nº 5.454.443-0. CPF nº 760.563.680-68. residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1319, centro no Município de São Miguel do Oeste/SC celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 26/2012 instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 20/2012 homologado no dia 16 de outubro de 2012 o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto "Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias, de acordo com a Lei autorizativa nº 1.068/2011, "Programa Saúde Bucal" desenvolvido pelo Fundo Municipal da Saúde, e Portaria nº40 de 10 de janeiro de 2010, Ministério da Saúde:

Item	Qtd.	Uni	Objeto	Valor Unit R\$	Valor Total
1	76	unid	Contratação de laboratório de próteses dentárias, para realizar próteses dentárias superiores e inferiores	150,00	11.400,00
			Total Geral		11.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A presente contratação terá vigência até 31.12.2012 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total ora contratado é de R\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais), considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012 do Fundo Municipal da Saúde:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO: Secretaria Municipal da Saúde e Bem estar Social
Órgão 10, Unid 01, Proj/Ativ 2.030, (dot, 67)	3.3.90.00.00.00.00.00.0149 – Manutenção do Programa Saúde da Família

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Fratz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1 Entregar as próteses de acordo com as especificações do Edital (termo de referencia), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

7.2.2 O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade das próteses entregues, especialmente para efeito de substituição IMEDIATA, no caso de não atendimento ao solicitado ou por qualquer problema que seja detectado na falha da montagem das próteses;

7.2.3 Entregar juntamente com o faturamento, cópia do encaminhamento do paciente para conferência;

7.2.4 Quando da necessidade de informações ou dúvidas referente a procedimentos a serem realizados, o fornecedor deverá entrar em contato com o Dentista Sr. Eduardo Machado, no Posto de Saúde de Tunápolis/SC fone (49) 3632.1147.

7.2.5 Fornecer as devida Notas Fiscais, nos termos da Lei;

7.2.6 Fica sob responsabilidade da Contratada qualquer problema que seja observado na falha da montagem das próteses;

7.2.7 A licitante vencedora deverá entregar a prótese pronta em no máximo 30 (trinta) dias, a contar da retirada da moldagem inicial. A critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, poderão ser tolerados atrasos na entrega da prótese, se correrem motivos relevantes que os justifiquem;

7.2.8 A licitante vencedora será responsável pela base de prova, montagem dos dentes, ceroplastia, escultura, inclusão, prensagem

com resina rósea e acabamento;

7.2.9 Todos os materiais necessários para montagem das próteses correrão às custas da contratada;

7.2.10 Todo o transporte a ser executado em função da entrega será de única e total responsabilidade da Detentora do Contrato, correndo por sua conta e risco da operação, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga;

7.2.11 A contratada se responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados ao município e/ou terceiros.

7.2.12 CRONOGRAMA DE ENTREGA: O objeto licitado será adquirido em PARCELAS, mediante solicitações, com estimativa de 20 próteses mensais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público; Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS,SC 26 de Outubro de 2012

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor Fundo

Próteses Dentárias Klein Ltda-ME

Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Administrativo Nº 10/2012 Fmsaúde

Contrato Administrativo nº 10/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS (SC), por intermédio do e a empresa Próteses Dentarias Klein Ltda ME.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, com sede na Albino Frantz, centro, no município de Tunápolis/SC inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Próteses Dentárias Klein ME inscrita no CNPJ sob o nº 09.221.317/0001-22 estabelecida na Rua Marechal Floriano, 223, no Município de São Miguel do Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vanderlei Paulo Klein, portador da Carteira de Identidade nº 5.454.443-0. CPF nº 760.563.680-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1319, centro no Município de São Miguel do Oeste/SC celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 26/2012 instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 20/2012 homologado no dia 16 de outubro de 2012 o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto "Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias, de acordo com a Lei autorizativa nº 1.068/2011, "Programa Saúde Bucal "desenvolvido pelo Fundo Municipal da Saúde, e Portaria nº40 de 10 de janeiro de 2010, Ministério da Saúde:

Item	Qtd.	Uni	Objeto	Valor Unit R\$	Valor Total
1	76	unid	Contra- tação de laboratório de próteses dentarias, para reali- zar próteses dentarias superiores e inferiores	150,00	11.400,00
Total Geral					11.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A presente contratação terá vigência até 31.12.2012 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total ora contratado é de R\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais), considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012 do Fundo Municipal da Saúde:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO: Secretaria Municipal da Saúde e Bem estar Social
Órgão 10, Unid 01, Proj/Ativ 2.030, (dot, 67)	3.3.90.00.00.00.00.0149 – Manutenção do Programa Saúde da Família

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Fratz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES**RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas

as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1 Entregar as próteses de acordo com as especificações do Edital (termo de referencia), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

7.2.2 O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade das próteses entregues, especialmente para efeito de substituição IMEDIATA, no caso de não atendimento ao solicitado ou por qualquer problema que seja detectado na falha da montagem das próteses;

7.2.3 Entregar juntamente com o faturamento, cópia do encaminhamento do paciente para conferência;

7.2.4 Quando da necessidade de informações ou dúvidas referente a procedimentos a serem realizados, o fornecedor deverá entrar em contato com o Dentista Sr. Eduardo Machado, no Posto de Saúde de Tunápolis/SC fone (49) 3632.1147.

7.2.5 Fornecer as devida Notas Fiscais, nos termos da Lei;

7.2.6 Fica sob responsabilidade da Contratada qualquer problema que seja observado na falha da montagem das próteses;

7.2.7 A licitante vencedora deverá entregar a prótese pronta em no máximo 30 (trinta) dias, a contar da retirada da moldagem inicial. A critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, poderão ser tolerados atrasos na entrega da prótese, se correrem motivos relevantes que os justifiquem;

7.2.8 A licitante vencedora será responsável pela base de prova, montagem dos dentes, ceroplastia, escultura, inclusão, prensagem com resina rósea e acabamento;

7.2.9 Todos os materiais necessários para montagem das próteses correrão às custas da contratada;

7.2.10 Todo o transporte a ser executado em função da entrega será de única e total responsabilidade da Detentora do Contrato, correndo por sua conta e risco da operação, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga;

7.2.11 A contratada se responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados ao município e/ou terceiros.

7.2.12 CRONOGRAMA DE ENTREGA: O objeto licitado será adquirido em PARCELAS, mediante solicitações, com estimativa de 20 próteses mensais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93; Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público; Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS,SC 26 de Outubro de 2012

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor Fundo

PRÓTESES DENTÁRIAS KLEIN LTDA-ME

Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

Editais Notificação de Transito

Venho por meio deste solicitar que seja publicado no Diário Oficial do Município os editais de notificações lavrados no município de Turvo-SC.

números:

184427/2010; 184 435/2010; 184 437/2010; 184 438/2010; 184 439/2010;

184440/2010; 184 441/2010; 184 442/2010; 184 443/2010; 184 444/2010;

184445/2010; 184 446/2010; 184 447/2010; 184 448/2010; 184 449/2010;

184450/2010; 184 451/2010; 184 452/2010; 184 453/2010; 184 454/2010;

184455/2010; 184 456/2010; 184 458/2010; 184 459/2010; 184 460/2010;

184462/2010; 184 463/2010; 184 464/2010; 184 465/2011; 184 466/2011;

184467/2011; 184 468/2011; 184 469/2011; 184 470/2011; 184 471/2011;

184472/2011; 184 473/2011; 184 474/2011; 184 475/2011; 184 476/2011;

184478/2011; 184 479/2011; 184 480/2011; 184 481/2011; 184 482/2011;

184483/2011; 184 484/2011; 184 485/2011; 184 486/2011; 184 487/2011;

184488/2011; 184 489/2011; 184490/2011; 184 491/2011; 184 492/2011;

184493/2011; 184 494/2011; 184 495/2011; 184 496/2011; 184 497/2011;

184498/2011; 184 499/2011; 184 500/2011; 184 501/2011; 184 502/2011;

184503/2011; 184 504/2011; 184 505/2011; 184 506/2011; 184 507/2011;

184508/2011; 184 509/2011; 184 510/2011; 184 511/2011; 184 512/2011;

184513/2011; 184 514/2011; 184 515/2011; 184 517/2011; 184 519/2011;

184520/2011; 184 521/2011; 184 522/2011; 184 523/2011; 184 524/2011;

184525/2011; 184 527/2011; 184 528/2011; 184 529/2011; 184 530/2011;

184531/2011; 184 532/2011; 184 533/2011;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 427/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IED1069	55977042B	5738/0	12/12/2009	R\$ 191,53	186 * II
IED1069	55977043B	7366/2	12/12/2009	R\$ 85,12	252 * VI
IED1069	55977044B	5169/1	12/12/2009	R\$ 957,69	165
LXC2830	55976820B	6920/0	17/12/2009	R\$ 127,69	233
LXE7353	55976489B	6599/2	30/09/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 435/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BLA9690	55673751C	5010/0	12/04/2010	162 * I
BLA9690	55673752C	6599/2	12/04/2010	230 * V
BVM5311	55673804C	6610/2	14/04/2010	230 * VII
INV8175	55673854C	6653/2	10/04/2010	230 * XI
LXC3623	55673807C	5010/0	14/04/2010	162 * I
LXM0484	55976634B	6599/2	14/04/2010	230 * V
LYL3569	55976191B	5010/0	12/04/2010	162 * I
LYL3569	55976192B	6599/2	12/04/2010	230 * V
MAJ1090	55976211B	5010/0	21/04/2010	162 * I
MBP6586	55976177B	5738/0	25/03/2010	186 * II
MBP6586	55976178B	7064/0	25/03/2010	244 * IV
MCW0282	55673856C	5452/3	13/04/2010	181 * VIII
MDA5585	55673707C	5010/0	08/04/2010	162 * I
MDA5585	55673708C	5118/0	08/04/2010	164 c/c 162 * I
MDA5585	55673710C	6408/0	08/04/2010	221
MDL3302	55673864C	6920/0	19/04/2010	233
MDV5727	55976209B	5010/0	21/04/2010	162 * I
MDV5727	55976210B	5118/0	21/04/2010	164 c/c 162 * I
MFV8070	55976189B	5037/1	09/04/2010	162 * III
MHH5692	55673756C	6912/0	14/04/2010	232
MHI8074	55673735C	5010/0	17/04/2010	162 * I
MHI8074	55673736C	5118/0	17/04/2010	164 c/c 162 * I
MIH3204	55673757C	6599/1	12/04/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 437/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFO4010	55976974B	6599/2	01/03/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 438/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBT3493	55674019C	5142/0	04/06/2010	164 c/c 162 * V
MBT3493	55674020C	5045/0	04/06/2010	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 439/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MWC2611	55976190B	6599/2	09/04/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 440/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZF4320	55674008C	6610/2	20/05/2010	230 * VII
MBE4760	55674009C	5045/0	26/05/2010	162 * V
MBE4760	55674010C	5142/0	26/05/2010	164 c/c 162 * V
MEA2706	55674011C	5835/0	26/05/2010	195
MEA2706	55674012C	7030/2	26/05/2010	244 * I
MGG1249	55674013C	7056/1	26/05/2010	244 * III
MGG1249	55674014C	5274/1	26/05/2010	175
MGG1249	55674015C	7030/2	26/05/2010	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 441/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCA1964	55976083B	5452/3	19/03/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MGG1249	55673716C	5274/1	11/04/2010	R\$ 191,53	175
MGG1249	55673717C	7056/1	11/04/2010	R\$ 191,53	244 * III
MGG1249	55673718C	7030/2	11/04/2010	R\$ 191,53	244 * I
MGY4563	55976096B	5452/3	07/04/2010	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 442/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJT7360	55673743C	5045/0	29/04/2010	162 * V
IJT7360	55673744C	5142/0	29/04/2010	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 443/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJT7360	55673743C	5045/0	29/04/2010	R\$ 191,53	162 * V
IJT7360	55673744C	5142/0	29/04/2010	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 444/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDM3943	55976824B	6920/0	15/01/2010	233
IGF5124	55674160C	6599/2	12/08/2010	230 * V
LYZ6424	55673927C	6599/2	06/08/2010	230 * V
LYZ6424	55673928C	5010/0	06/08/2010	162 * I
MCE8013	55674031C	6599/2	07/07/2010	230 * V
MCV9910	55674036C	5010/0	10/07/2010	162 * I
MCV9910	55674037C	5118/0	10/07/2010	164 c/c 162 * I
MCV9910	55674038C	6602/0	10/07/2010	230 * VI
MCV9910	55674039C	5185/1	10/07/2010	167
MCY1391	55674057C	5010/0	06/08/2010	162 * I
MCY1391	55674058C	5118/0	06/08/2010	164 c/c 162 * I
MDK6146	55976123B	6920/0	04/01/2010	233
MEO2355	55976638B	5169/1	03/07/2010	165
MGB1679	55976955B	6050/2	13/01/2010	208
MGB1679	55976956B	7064/0	13/01/2010	244 * IV
MGB1679	55976957B	7030/2	13/01/2010	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 445/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEB1094	55673762C	5010/0	04/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEB1094	55673763C	5118/0	04/05/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEB1094	55673764C	6610/2	04/05/2010	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 446/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEW6202	55976950B	5835/0	26/02/2010	R\$ 127,69	195
MEW6202	55976968B	7030/2	26/02/2010	R\$ 191,53	244 * I
MEW6202	55976969B	7064/0	26/02/2010	R\$ 191,53	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 447/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
INN5507	55976195B	5037/1	12/04/2010	162 * III
INN5507	55976196B	6912/0	12/04/2010	232
LWW8860	55673926C	6599/2	01/08/2010	230 * V
LYJ0268	55674101C	6599/2	10/07/2010	230 * V
LZJ3061	55976197B	5010/0	12/04/2010	162 * I
LZJ3061	55976198B	5118/0	12/04/2010	164 c/c 162 * I
MDJ3593	55674041C	5835/0	25/07/2010	195
MDJ3593	55674042C	7030/2	25/07/2010	244 * I
MDJ3593	55674043C	5274/1	25/07/2010	175
MDJ3593	55674044C	5215/1	25/07/2010	170
MEX5418	55673917C	6556/1	28/07/2010	230 * I
MGZ7541	55673719C	6653/2	11/04/2010	230 * XI
MHU0456	55673909C	5010/0	25/07/2010	162 * I
MHU0456	55673910C	5118/0	25/07/2010	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 448/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHC2730	55673758C	6610/2	24/04/2010	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 449/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXK4953	55674175C	5010/0	28/08/2010	162 * I
LYU0800	55673960C	6920/0	08/07/2010	233
MFL1869	55674030C	5185/1	07/07/2010	167
MFZ3077	55673923C	5010/0	01/08/2010	162 * I
MFZ3424	55673920C	6599/2	30/07/2010	230 * V
MHN7340	55674035C	6599/2	10/07/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 450/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABS2001	55673968C	6920/0	23/08/2010	233
AJH5114	55674056C	6599/2	06/08/2010	230 * V
BZC5906	55674168C	6599/2	21/08/2010	230 * V
LYR9763	55674154C	5010/0	12/08/2010	162 * I
LYR9763	55674155C	6599/2	12/08/2010	230 * V
LZM2936	55673972C	5452/1	31/08/2010	181 * VIII
LZR7592	55674023C	5010/0	13/06/2010	162 * I
LZR7592	55674024C	5118/0	13/06/2010	164 c/c 162 * I
LZR7592	55674025C	6599/2	13/06/2010	230 * V
LZR7592	55674026C	6580/0	13/06/2010	230 * IV
MAR8590	55674169C	5010/0	21/08/2010	162 * I
MAR8590	55674170C	5118/0	21/08/2010	164 c/c 162 * I
MDA6904	55674165C	6599/2	20/08/2010	230 * V
MDA6904	55674166C	5045/0	20/08/2010	162 * V
MDA6904	55674167C	6912/0	20/08/2010	232
MDR7392	55673975C	5452/1	08/09/2010	181 * VIII
MGH5144	55673967C	5541/4	23/08/2010	181 * XVII
MGM2993	55673806C	6610/2	14/04/2010	230 * VII
MHA8732	55673969C	6920/0	27/08/2010	233
MHI0869	55674055C	5010/0	06/08/2010	162 * I
MHY7904	55673955C	5010/0	23/06/2010	162 * I
MHY7904	55673957C	5118/0	23/06/2010	164 c/c 162 * I
MHY7904	55673958C	5274/1	23/06/2010	175
MHY7904	55673959C	6637/1	23/06/2010	230 * IX
MIO5460	55673907C	5010/0	21/07/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 451/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CDL1926	55976928B	6599/2	22/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCQ6202	55976808B	5010/0	05/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCQ6202	55976809B	5118/0	05/12/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCQ6202	55976810B	6599/2	05/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDZ3020	55673858C	5452/3	13/04/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MEO2355	55976638B	5169/1	03/07/2010	R\$ 957,69	165
MGB1679	55673711C	5835/0	08/04/2010	R\$ 127,69	195
MGB1679	55673712C	7030/2	08/04/2010	R\$ 191,53	244 * I
MGB1679	55673713C	7064/0	08/04/2010	R\$ 191,53	244 * IV
MGB1679	55673851C	6556/4	10/04/2010	R\$ 191,53	230 * I
MGB1679	55976099B	5010/0	10/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGB1679	55976100B	6599/2	10/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGO1063	55977048B	5010/0	20/12/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 452/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCZ3857	55976646B	5010/0	02/09/2010	162 * I
MCZ3857	55976647B	6599/2	02/09/2010	230 * V
MCZ3857	55976648B	5347/0	02/09/2010	178
MCZ3857	55976649B	5118/0	02/09/2010	164 c/c 162 * I
MGD3214	55673962C	5207/0	21/08/2010	169
MII4405	55976645B	5010/0	29/08/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 453/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GXP3933	55976690B	6599/2	06/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXT0126	55976917B	6599/2	18/12/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 454/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDZ6215	55976650B	6599/2	06/09/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 455/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWY0910	55977028B	5045/0	30/11/2009	R\$ 191,53	162 * V
LWY0910	55977029B	6599/2	30/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MED7557	55977008B	6920/0	18/11/2009	R\$ 127,69	233
MEG5511	55976621B	5452/3	15/12/2009	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 456/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYU0172	55674172C	6050/2	24/08/2010	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 458/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CET4678	55674050C	5185/1	27/07/2010	R\$ 127,69	167
DBX7546	55977026B	6602/0	30/11/2009	R\$ 191,53	230 * VI
IJN6540	55674045C	5010/0	25/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
IJN6540	55674046C	5118/0	25/07/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IJN6540	55674047C	6700/1	25/07/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
IOH3982	55976905B	6637/2	27/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LYK7554	55977025B	5045/0	25/11/2009	R\$ 191,53	162 * V
LYT3222	55976118B	6920/0	25/11/2009	R\$ 127,69	233
LZE3806	55976906B	5010/0	27/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZE3806	55976907B	6599/2	27/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZR9590	55976901B	5010/0	27/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZR9590	55976902B	6599/2	27/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBG3513	55976500B	6599/2	21/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBG3513	55977016B	5010/0	21/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBK0983	55977040B	6599/2	09/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBP4283	55673814C	6599/2	25/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBP4283	55673815C	6912/0	25/07/2010	R\$ 53,20	232
MBP4283	55673816C	7030/1	25/07/2010	R\$ 191,53	244 * I
MBU2932	55976912B	6599/2	03/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCO8467	55977017B	6912/0	24/11/2009	R\$ 53,20	232
MDD9871	55977039B	6653/1	09/12/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDZ2739	55976623B	6653/2	15/12/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEC8124	55673925C	6599/2	01/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEG7608	55977009B	6599/2	18/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEI8591	55976184B	6599/2	03/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEJ7531	55976677B	7030/1	06/09/2009	R\$ 191,53	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFB5142	55977022B	5010/0	24/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFB5142	55977023B	5118/0	24/11/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFB5142	55977024B	6653/1	24/11/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFC0188	55976816B	5169/1	09/12/2009	R\$ 957,69	165
MFI9283	55976388B	6920/0	07/12/2009	R\$ 127,69	233
MFI9283	55976911B	6599/2	03/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFJ7739	55976904B	6599/2	27/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFN6399	55976122B	5452/3	10/12/2009	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 459/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAJ2926	55674187C	5738/0	20/10/2010	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 460/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJT7360	55674021C	5010/0	10/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
IJT7360	55674022C	5118/0	10/06/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 462/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWX0037	55674156C	5452/3	12/08/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
LXY3851	55674161C	5010/0	16/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXY3851	55674162C	5118/0	16/08/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXY3851	55674163C	5185/1	16/08/2010	R\$ 127,69	167
MFZ3017	55977012B	5010/0	18/11/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 463/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILL2223	55674211C	5452/3	01/12/2010	181 * VIII
LAB9609	55673980C	6920/0	19/10/2010	233
LXC6784	55674205C	5185/1	26/11/2010	167
LXC6784	55674206C	5185/2	26/11/2010	167
LXC6784	55674207C	5274/2	26/11/2010	175
MCN3356	55674078C	5010/0	27/11/2010	162 * I
MCN3356	55674079C	5118/0	27/11/2010	164 c/c 162 * I
MCN3356	55674080C	6599/2	27/11/2010	230 * V
MGJ9247	55674075C	5010/0	01/11/2010	162 * I
MGJ9247	55674076C	6599/2	01/11/2010	230 * V
MGJ9247	55674077C	6610/2	01/11/2010	230 * VII
MGT9900	55674212C	5541/4	01/12/2010	181 * XVII
MGV0279	55674190C	5010/0	29/10/2010	162 * I
MGV0279	55674191C	5118/0	29/10/2010	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 464/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AET6462	55976300B	6599/2	18/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
AHV1345	55504898A	6700/0	22/06/2007	R\$ 127,69	230 * XVI
AKN8379	55976837B	6580/0	01/02/2010	R\$ 191,53	230 * IV
AKN8379	55976838B	6599/2	01/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
AKN8379	55976841B	5118/0	01/02/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AMD2966	55505727A	5045/0	03/07/2008	R\$ 191,53	162 * V
BOA9306	55503967A	5010/0	08/12/2006	R\$ 574,61	162 * I
BOA9306	55503968A	6599/0	08/12/2006	R\$ 191,54	230 * V
IBK6399	55505230A	6599/0	11/08/2007	R\$ 191,54	230 * V
IED0275	55976548B	6920/0	22/05/2009	R\$ 127,69	233
IFM9895	55976611B	5452/3	29/09/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
IY2948	55977018B	6912/0	24/11/2009	R\$ 53,20	232
IY2948	55977019B	6599/2	24/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
IJP6173	55505776A	5010/0	24/07/2008	R\$ 574,61	162 * I
IJP6173	55505778A	5118/0	24/07/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LAO2937	55505657A	5487/0	22/06/2008	R\$ 127,69	181 * XI
LXG4234	55505526A	6599/0	04/02/2008	R\$ 191,54	230 * V
LXJ3374	55976314B	6599/2	11/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXJ3374	55976315B	5045/0	11/08/2009	R\$ 191,53	162 * V
LXM3163	55504817A	5738/0	17/04/2006	R\$ 191,53	186 * II
LXN4076	55976113B	5452/3	17/09/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
LXQ4959	55976490B	6610/1	05/10/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXT8233	55505352A	5010/0	26/10/2007	R\$ 574,61	162 * I
LXT8233	55505353A	6599/0	26/10/2007	R\$ 191,54	230 * V
LXT9375	55673759C	5010/0	27/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXT9375	55673760C	5118/0	27/04/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXZ7149	55976958B	6599/2	13/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXZ7149	55976959B	6912/0	13/01/2010	R\$ 53,20	232
LYP9715	55505034A	5010/0	19/10/2007	R\$ 574,61	162 * I
LYP9715	55505035A	6599/0	19/10/2007	R\$ 191,54	230 * V
LYP9715	55505125A	5010/0	16/09/2008	R\$ 574,61	162 * I
LYQ2070	55976514B	5452/3	14/04/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
LZC6825	55976726B	6599/2	04/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZJ5434	55976749B	6599/2	25/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZK8662	55976718B	6599/2	26/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZV3490	55505049A	6599/0	04/01/2008	R\$ 191,54	230 * V
LZX3736	55505694A	6580/0	16/06/2008	R\$ 191,54	230 * IV
LZZ8450	55505324A	5010/0	20/05/2008	R\$ 574,61	162 * I
MAH0811	55505687A	5010/0	13/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MAI1507	55505544A	5010/0	22/03/2008	R\$ 574,61	162 * I
MAI1507	55505545A	5118/0	22/03/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAI1507	55505546A	6599/0	22/03/2008	R\$ 191,54	230 * V
MAW4558	55505455A	6599/0	18/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MAY4188	55504702A	5460/0	26/11/2005	R\$ 85,12	181 * IX
MAY5705	55504685A	6920/0	05/12/2005	R\$ 127,69	233
MBJ7110	55505672A	6912/0	30/06/2008	R\$ 53,20	232
MBJ7110	55505673A	5037/0	30/06/2008	R\$ 191,53	162 * III
MBK9375	55976942B	5010/0	20/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBM5946	55976351B	6599/2	02/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBO0494	55976687B	6599/2	18/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBO9557	55976989B	5010/0	10/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBO9557	55976990B	5118/0	10/03/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBS0711	55505753A	6920/0	28/11/2008	R\$ 127,69	233
MBT1899	55505423A	5010/0	09/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MBT1899	55505424A	5118/0	09/12/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBT1899	55505425A	6599/0	09/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCA7447	55976757B	6912/0	10/10/2009	R\$ 53,20	232
MCA7447	55976758B	6599/2	10/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCA9024	55976333B	5452/3	19/10/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MCE2618	55976306B	6920/0	29/01/2009	R\$ 127,69	233
MCI4594	55673720C	5010/0	11/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCM8088	55504265A	5010/0	03/07/2007	R\$ 574,61	162 * I
MCO4335	55504811A	6599/0	14/04/2006	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO4335	55504812A	5045/0	14/04/2006	R\$ 191,53	162 * V
MCO6830	55976978B	6599/2	04/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCP3353	55504716A	5010/0	23/09/2006	R\$ 574,61	162 * I
MCP3353	55505678A	6599/0	07/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MCP3353	55505679A	5010/0	07/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCP3353	55505680A	5118/0	07/06/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCQ2618	55505303A	6599/0	27/10/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCQ2618	55505304A	5010/0	27/10/2007	R\$ 574,61	162 * I
MCQ2618	55505305A	5118/0	27/10/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCQ2618	55505306A	5835/0	27/10/2007	R\$ 127,69	195
MCV5752	55505002A	6599/0	20/01/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCW0335	55976526B	5452/3	07/05/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MCY8801	55976411B	5010/0	21/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDA1752	55673709C	7048/1	08/04/2010	R\$ 191,53	244 * II
MDF3711	55976529B	5452/3	08/05/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MDI6399	55504955A	6920/0	23/01/2007	R\$ 127,69	233
MDL6299	55976108B	5010/0	21/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDL6299	55976109B	6599/2	21/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDR0260	55505332A	5010/0	28/10/2007	R\$ 574,61	162 * I
MDX0598	55976739B	5010/0	13/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDX0598	55976740B	5118/0	13/09/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDX0598	55976742B	6599/2	13/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEB3159	55504860A	5045/0	01/06/2006	R\$ 191,54	162 * V
MEI1763	55976798B	5010/0	09/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEI1763	55976799B	6599/2	09/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEI1763	55976800B	5118/0	09/11/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEL7916	55505667A	5010/0	30/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEQ7251	55673901C	6599/2	24/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEQ7251	55673902C	6912/0	24/04/2010	R\$ 53,20	232
MER9485	55976785B	6599/2	03/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MES8322	55976517B	6653/2	22/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEV2403	55505708A	5010/0	07/08/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEV2403	55505709A	5118/0	07/08/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFH2004	55505196A	6700/0	09/08/2007	R\$ 127,69	230 * XVI
MFH2004	55505197A	6610/0	09/08/2007	R\$ 127,69	230 * VII
MFS2290	55504809A	6599/0	07/03/2006	R\$ 191,53	230 * V
MFW0484	55976710B	5010/0	17/08/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFW0484	55976711B	5118/0	17/08/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFY7798	55976152B	6599/2	18/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFY7798	55976153B	5010/0	18/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFY7798	55976154B	5118/0	18/04/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFZ8209	55976704B	5010/0	14/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFZ8209	55976705B	6912/0	14/08/2009	R\$ 53,20	232
MGU2150	55505368A	6050/0	30/11/2007	R\$ 191,54	208
MGU2150	55505369A	7064/0	30/11/2007	R\$ 191,54	244 * IV
MGX6443	55673714C	5010/0	08/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGX6443	55673715C	6610/2	08/04/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MHQ5982	55505393A	5010/0	24/11/2007	R\$ 574,61	162 * I
MHQ5982	55505394A	6912/0	24/11/2007	R\$ 53,20	232
MIO7150	55505883A	5010/0	04/10/2008	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 465/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZF4320	55674198C	6670/0	10/11/2010	230 * XIII
LZF4320	55674199C	6610/2	10/11/2010	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 466/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DQL8739	55976952B	6599/2	05/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYU0172	55674172C	6050/2	24/08/2010	R\$ 191,53	208
MBE3490	55976179B	5010/0	01/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBE3490	55976180B	5118/0	01/04/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCH8032	55976486B	6599/2	10/08/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 467/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOI5840	55505201A	6920/0	05/09/2007	R\$ 127,69	233
JNU7389	55504942A	6920/0	22/11/2007	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 468/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DRA1268	55673937C	6920/0	08/11/2010	233
IAS2286	55674081C	6599/2	14/12/2010	230 * V
MIL9347	55673982C	5010/0	16/11/2010	162 * I
MIL9347	55673983C	6599/1	16/11/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 469/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEX2802	55505438A	5169/0	09/02/2008	R\$ 957,69	165
AEX2802	55505439A	5010/0	09/02/2008	R\$ 574,61	162 * I
AEX2802	55505440A	6637/0	09/02/2008	R\$ 127,69	230 * IX
AGL0585	55976051B	6920/0	30/10/2008	R\$ 127,69	233
AHI6975	55504928A	6599/0	08/09/2006	R\$ 191,54	230 * V
AIP9042	55504741A	5045/0	12/12/2005	R\$ 191,53	162 * V
AJK5417	55976436B	5452/3	12/07/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
BJT1714	55976487B	6920/0	10/08/2009	R\$ 127,69	233
BQN4422	55505020A	6920/0	06/02/2007	R\$ 127,69	233
BZH7557	55505242A	6920/0	04/10/2007	R\$ 127,69	233
CAF3428	55505590A	6610/0	22/06/2008	R\$ 127,69	230 * VII
CCW3120	55505005A	6700/0	20/01/2007	R\$ 127,69	230 * XVI
CEZ6163	55504567A	6050/0	25/11/2005	R\$ 191,53	208
CGO2284	55976593B	5010/0	20/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
CGO2284	55976594B	5118/0	20/06/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CHW5386	55976525B	5541/1	05/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CJI6589	55504941A	6920/0	22/11/2007	R\$ 127,69	233
CRL9784	55976602B	5452/3	02/06/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
CVM8532	55504954A	6920/0	15/01/2007	R\$ 127,69	233
CYR0336	55976566B	6920/0	27/01/2009	R\$ 127,69	233
DDB8635	55976535B	5452/3	13/05/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
DDB8635	55976580B	6920/0	12/05/2009	R\$ 127,69	233
DEM6233	55505749A	5045/0	18/07/2008	R\$ 191,53	162 * V
DEV2299	55976561B	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
DKD4444	55976724B	5010/0	04/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
FRE0007	55505216A	5738/0	11/10/2007	R\$ 191,54	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IAS2492	55976922B	5010/0	20/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
IAV5072	55976587B	6599/2	30/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
IAV5072	55976588B	5010/0	30/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
IAV5072	55976589B	5118/0	30/05/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IGL6065	55505159A	6920/0	22/01/2008	R\$ 127,69	233
IHZ4377	55504223A	6920/0	25/07/2006	R\$ 127,69	233
IKX1745	55976442B	5452/3	12/07/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
IMV3339	55976151B	6912/0	18/04/2009	R\$ 53,20	232
ING4529	55976591B	6599/2	08/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
JLX5815	55976717B	6599/2	26/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LNG2454	55976413B	6920/0	24/06/2009	R\$ 127,69	233
LWS9308	55505287A	6920/0	23/01/2008	R\$ 127,69	233
LXH4236	55976849B	5010/0	07/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXH4236	55976850B	5118/0	07/02/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXI1273	55505663A	5010/0	30/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
LXI1273	55505664A	6599/0	30/06/2008	R\$ 191,53	230 * V
LXI7130	55505221A	5010/0	14/10/2007	R\$ 574,61	162 * I
LXJ4790	55976713B	6599/2	17/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXL7295	55504256A	6912/0	12/06/2007	R\$ 53,20	232
LXQ4542	55505704A	6599/2	29/07/2008	R\$ 191,53	230 * V
LXQ4542	55505705A	5010/0	29/07/2008	R\$ 574,61	162 * I
LXR2865	55976476B	5738/0	24/06/2009	R\$ 191,53	186 * II
LXR2865	55976477B	6963/1	24/06/2009	R\$ 127,69	237
LXS4116	55504171A	6912/0	13/04/2006	R\$ 53,20	232
LXS8433	55976624B	6920/0	25/02/2010	R\$ 127,69	233
LXT9203	55976299B	6599/2	18/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXV8063	55976301B	6920/0	12/11/2008	R\$ 127,69	233
LYK4066	55504754A	6050/0	14/04/2006	R\$ 191,53	208
LYO1711	55504666A	5010/0	10/10/2005	R\$ 574,61	162 * I
LYO7056	55976770B	6599/2	31/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYO7056	55976771B	5010/0	31/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYP6618	55504758A	6920/0	10/01/2008	R\$ 127,69	233
LYP6698	55505061A	5169/0	07/04/2007	R\$ 957,69	165
LYP6698	55505062A	5010/0	07/04/2007	R\$ 574,61	162 * I
LYP6698	55505063A	5118/0	07/04/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYT1008	55503887A	6599/0	06/10/2006	R\$ 191,54	230 * V
LYT9832	55505108A	6920/0	21/01/2008	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYU2660	55504635A	5274/0	18/09/2005	R\$ 191,53	175
LYZ7576	55976550B	6920/0	25/05/2009	R\$ 127,69	233
LZB6183	55976467B	6599/2	10/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZB6183	55976752B	5010/0	01/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZE4560	55504875A	5452/0	14/08/2006	R\$ 127,69	181 * VIII
LZF4972	55505831A	6920/0	15/08/2008	R\$ 127,69	233
LZH0150	55976562B	6599/2	05/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZH1725	55976631B	5010/0	21/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
LZH1725	55976632B	5169/1	21/03/2010	R\$ 957,69	165
LZH1725	55976633B	5118/0	21/03/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZI3381	55976484B	6599/2	27/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZJ3939	55505706A	6599/2	01/08/2008	R\$ 191,53	230 * V
LZJ3939	55505707A	6912/0	01/08/2008	R\$ 53,20	232
LZJ7820	55976685B	5169/1	12/09/2009	R\$ 957,69	165
LZK8596	55505280A	6599/0	14/10/2007	R\$ 191,54	230 * V
LZL2390	55504670A	6920/0	25/10/2005	R\$ 127,69	233
LZM1114	55505420A	5010/0	06/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
LZM1114	55505421A	5118/0	06/12/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZM1114	55505422A	6599/0	06/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
LZM7193	55976714B	6599/2	17/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZM7763	55976343B	5010/0	28/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZM7763	55976344B	6599/2	28/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZP9871	55976058B	5452/3	23/01/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
LZR6525	55976398B	5452/3	19/02/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
LZT9777	55505235A	6599/0	13/09/2007	R\$ 191,54	230 * V
LZT9777	55505237A	5045/0	13/09/2007	R\$ 191,54	162 * V
LZU8324	55504778A	6599/0	24/12/2005	R\$ 191,53	230 * V
LZU9507	55504807A	6599/0	07/03/2006	R\$ 191,53	230 * V
LZX1526	55504837A	5010/0	28/08/2006	R\$ 574,61	162 * I
LZX1526	55504838A	6912/0	28/08/2006	R\$ 53,20	232
LZX1526	55504840A	5169/0	28/08/2006	R\$ 957,69	165
LZX6444	55504260A	6920/0	18/06/2007	R\$ 127,69	233
LZZ8923	55505880A	5010/0	04/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
LZZ8923	55505881A	6599/2	04/10/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAA1160	55504836A	5045/0	23/06/2006	R\$ 191,54	162 * V
MAB1505	55976057B	5452/3	23/01/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MAB7168	55976302B	6920/0	12/11/2008	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAD6343	55505434A	5010/0	23/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MAD6343	55505435A	6599/0	23/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MAD6893	55976733B	5010/0	13/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAD6893	55976734B	6599/2	13/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAG7443	55976346B	5185/1	28/10/2009	R\$ 127,69	167
MAI5715	55976747B	6599/2	22/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAI8177	55505289A	6920/0	23/01/2008	R\$ 127,69	233
MAL8702	55976568B	5010/0	08/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAL8702	55976569B	5118/0	08/02/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAM9107	55976350B	6599/2	31/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAN7218	55504261A	5185/0	21/06/2007	R\$ 127,69	167
MAO0925	55504729A	5010/0	27/11/2005	R\$ 574,61	162 * I
MAO0925	55504730A	6599/0	27/11/2005	R\$ 191,53	230 * V
MAO0925	55976265B	6912/0	15/02/2009	R\$ 53,20	232
MAP1361	55505217A	5010/0	13/10/2007	R\$ 574,61	162 * I
MAP1361	55505218A	5118/0	13/10/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAP9902	55976789B	5010/0	03/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAP9902	55976790B	6599/2	03/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAT0327	55504871A	6599/0	28/06/2006	R\$ 191,54	230 * V
MAT0327	55505026A	5010/0	02/03/2007	R\$ 574,61	162 * I
MAT5989	55505901A	6920/0	14/10/2008	R\$ 127,69	233
MAU7890	55504761A	5169/1	28/07/2008	R\$ 957,69	165
MAU7890	55505596A	5010/0	28/07/2008	R\$ 574,61	162 * I
MAU7890	55505598A	6599/2	28/07/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAU7890	55505599A	5118/0	28/07/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAX4091	55504496A	5010/0	20/08/2005	R\$ 574,61	162 * I
MAX4091	55504496A	6599/0	20/08/2005	R\$ 191,53	230 * V
MAZ4462	55505174A	6920/0	04/04/2008	R\$ 127,69	233
MBB2791	55505069A	5207/0	28/05/2007	R\$ 53,20	169
MBB9616	55976766B	5835/0	31/10/2009	R\$ 127,69	195
MBB9616	55976769B	7030/2	31/10/2009	R\$ 191,53	244 * I
MBE1300	55976156B	5185/1	20/10/2009	R\$ 127,69	167
MBG9281	55976620B	5720/0	01/11/2009	R\$ 127,69	186 * I
MBH3203	55505001A	6599/0	20/01/2007	R\$ 191,54	230 * V
MBH9744	55505468A	5045/0	11/01/2008	R\$ 191,54	162 * V
MBH9744	55505469A	6912/0	11/01/2008	R\$ 53,20	232
MBI3815	55504862A	7048/0	07/06/2006	R\$ 191,54	244 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBK0016	55976362B	5010/0	01/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBK0397	55505339A	5541/0	31/10/2007	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK0397	55505341A	6599/0	31/10/2007	R\$ 191,54	230 * V
MBK9375	55976943B	5118/0	20/02/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBL2680	55976174B	6599/2	22/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBL2680	55976175B	5010/0	22/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBL2680	55976176B	6556/4	22/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MBM2892	55505264A	6920/0	25/04/2008	R\$ 127,69	233
MBN4895	55503957A	6920/0	05/12/2006	R\$ 127,69	233
MBP3179	55504914A	5010/0	30/09/2006	R\$ 574,61	162 * I
MBP3179	55504915A	6726/0	30/09/2006	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBP3179	55505788A	6599/2	01/10/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBP3179	55505789A	5010/0	01/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBQ3404	55976576B	5010/0	30/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBQ3404	55976577B	6599/2	30/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBQ3404	55976578B	5118/0	30/04/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBQ3404	55976579B	6653/2	30/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MBR6714	55504827A	5010/0	12/04/2006	R\$ 574,61	162 * I
MBR6714	55504828A	5061/0	12/04/2006	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBS2866	55504175A	6920/0	15/08/2007	R\$ 127,69	233
MBS6754	55505559A	5010/0	23/05/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBU6223	55504841A	6599/0	06/10/2006	R\$ 191,54	230 * V
MBV8933	55505668A	6556/0	30/06/2008	R\$ 191,53	230 * I
MBW4046	55504919A	6912/0	03/10/2006	R\$ 53,20	232
MBZ0553	55976251B	6912/0	03/11/2008	R\$ 53,20	232
MCA9015	55976783B	6599/2	03/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCD6911	55976755B	5010/0	10/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCD6911	55976756B	6912/0	10/10/2009	R\$ 53,20	232
MCE3410	55976066B	6599/2	18/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCE3410	55976067B	5010/0	18/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCE3410	55976068B	5118/0	18/04/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCE8013	55505751A	6610/2	04/10/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MCF1889	55505402A	6920/0	03/12/2007	R\$ 127,69	233
MCG1662	55505791A	5010/0	25/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCH4152	55976930B	5010/0	06/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCH4152	55976931B	5118/0	06/01/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCI8145	55976762B	6912/0	10/10/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCI8456	55505836A	6920/0	20/11/2008	R\$ 127,69	233
MCL0678	55505777A	6912/0	24/07/2008	R\$ 53,20	232
MCL2417	55504649A	6912/0	16/03/2006	R\$ 53,20	232
MCL2447	55505698A	6912/0	19/06/2008	R\$ 53,20	232
MCL8523	55505652A	5010/0	01/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCL8523	55505653A	6912/0	01/06/2008	R\$ 53,20	232
MCL8523	55505654A	5118/0	01/06/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCL9309	55503972A	6599/0	14/12/2006	R\$ 191,54	230 * V
MCL9309	55976316B	6599/2	20/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCO9766	55976169B	6769/3	19/03/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MCQ8863	55976417B	5010/0	24/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCQ8863	55976418B	6599/2	24/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCR7936	55505855A	6920/0	15/09/2008	R\$ 127,69	233
MCT4499	55504258A	6912/0	12/06/2007	R\$ 53,20	232
MCT4499	55505131A	5010/0	12/06/2007	R\$ 574,61	162 * I
MCT7048	55505501A	6610/0	14/01/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MCW0176	55504876A	6920/0	21/07/2006	R\$ 127,69	233
MCX6685	55505179A	6599/0	07/07/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCY8798	55976826B	6599/2	29/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCZ4199	55504793A	5207/0	22/01/2007	R\$ 53,20	169
MCZ4199	55504901A	7056/0	14/08/2006	R\$ 191,54	244 * III
MCZ4199	55505471A	6599/0	11/01/2008	R\$ 191,54	230 * V
MCZ4199	55505472A	6637/0	11/01/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MDC8806	55976980B	5118/0	04/03/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDC8806	55976981B	5010/0	04/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDC8806	55976982B	6599/2	04/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDC8806	55976983B	5835/0	04/03/2010	R\$ 127,69	195
MDC8806	55976984B	6556/1	04/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MDE0248	55505298A	5118/0	07/03/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDE0248	55505299A	5010/0	07/03/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDE0248	55976432B	5010/0	03/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDE0248	55976433B	6599/2	03/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDE7247	55505202A	6920/0	14/09/2007	R\$ 127,69	233
MDE9532	55505272A	5010/0	26/07/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDE9532	55976471B	6599/2	19/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDE9532	55976472B	5010/0	19/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDE9729	55976182B	6599/2	03/04/2010	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE9729	55976183B	5010/0	03/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDJ5781	55976781B	5010/0	03/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDJ5781	55976782B	6599/2	03/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDK6000	55505466A	6920/0	08/01/2008	R\$ 127,69	233
MDK8159	55505066A	6912/0	19/05/2007	R\$ 53,20	232
MDK9543	55504986A	5010/0	17/02/2007	R\$ 574,61	162 * I
MDO9944	55505148A	5010/0	29/08/2007	R\$ 574,61	162 * I
MDO9944	55505149A	5118/0	29/08/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDO9944	55505362A	7064/0	26/11/2007	R\$ 191,54	244 * IV
MDO9944	55505363A	5835/0	26/11/2007	R\$ 127,69	195
MDO9944	55505364A	7030/0	26/11/2007	R\$ 191,54	244 * I
MDQ0338	55504897A	6920/0	22/06/2007	R\$ 127,69	233
MDQ9973	55976447B	6610/2	12/07/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDQ9973	55976485B	6610/1	07/08/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDR7678	55976961B	5835/0	29/01/2010	R\$ 127,69	195
MDR7678	55976962B	7064/0	29/01/2010	R\$ 191,53	244 * IV
MDR7678	55976963B	7030/2	29/01/2010	R\$ 191,53	244 * I
MDR7922	55505417A	5010/0	06/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MDR7922	55505418A	5118/0	06/12/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDR7922	55505419A	7030/0	06/12/2007	R\$ 191,54	244 * I
MDR9607	55976092B	5452/3	07/04/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MDT4442	55504863A	5010/0	10/06/2006	R\$ 574,61	162 * I
MDT4442	55504864A	6599/0	10/06/2006	R\$ 191,54	230 * V
MDT4442	55505621A	5010/0	30/05/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDT4442	55505622A	5118/0	30/05/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDT4442	55505623A	6599/0	30/05/2008	R\$ 191,54	230 * V
MDU0182	55504714A	5207/0	07/08/2006	R\$ 53,20	169
MDU2747	55505406A	6670/0	03/12/2007	R\$ 127,69	230 * XIII
MDV5721	55976759B	6599/2	10/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDW1493	55505588A	5185/0	22/06/2008	R\$ 127,69	167
MDW4681	55976457B	6599/2	10/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDX8572	55976722B	5452/3	04/09/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MDY3892	55976825B	6599/2	29/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDY7740	55503899A	6920/0	27/10/2006	R\$ 127,69	233
MDY9525	55976203B	5010/0	22/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEB3392	55976459B	6610/1	25/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MEC0145	55505720A	5835/0	12/09/2008	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEC0145	55505721A	5274/1	12/09/2008	R\$ 191,53	175
MEC0145	55505722A	6610/2	12/09/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MEC0145	55505876A	7030/2	22/09/2008	R\$ 191,53	244 * I
MEC0145	55505877A	5835/0	22/09/2008	R\$ 127,69	195
MEC0145	55505878A	7064/0	22/09/2008	R\$ 191,53	244 * IV
MEC3862	55505126A	6599/0	12/06/2007	R\$ 191,54	230 * V
MEC3862	55505127A	6556/0	12/06/2007	R\$ 191,54	230 * I
MED4162	55504991A	6912/0	26/02/2007	R\$ 53,20	232
MED6263	55976480B	6599/2	07/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MED6263	55976481B	5045/0	07/07/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEF3232	55976164B	5045/0	16/03/2010	R\$ 191,53	162 * V
MEG9718	55505044A	5010/0	09/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MEG9718	55505045A	5118/0	09/12/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG9718	55505046A	6599/0	09/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MEH6805	55976985B	5010/0	07/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEH6805	55976986B	6556/1	07/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MEL7022	55505695A	6599/0	16/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MEL7022	55505854A	6920/0	13/08/2008	R\$ 127,69	233
MEO2518	55505718A	6610/2	03/09/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MER4108	55505699A	6599/0	19/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MER4108	55505700A	5010/0	19/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MER5024	55976366B	5452/3	13/04/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MET9371	55504713A	5045/0	01/08/2006	R\$ 191,54	162 * V
MEV2164	55976318B	5010/0	16/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEV2164	55976319B	6912/0	16/09/2009	R\$ 53,20	232
MEV2874	55976465B	6556/1	08/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
MEV9312	55505834A	5010/0	02/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEV9312	55505835A	5118/0	02/10/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEV9312	55976558B	5010/0	25/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEV9312	55976559B	5118/0	25/12/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEX8217	55976945B	5010/0	26/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEX8217	55976946B	6599/2	26/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFA1357	55976544B	5452/3	20/05/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MFE7910	55505256A	6920/0	17/10/2007	R\$ 127,69	233
MFF9183	55976275B	5010/0	28/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFH0662	55504701A	5010/0	26/11/2005	R\$ 574,61	162 * I
MFH7763	55976320B	6912/0	16/09/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFJ9426	55976354B	5541/1	16/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN9112	55976651B	5010/0	05/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFN9112	55976652B	5118/0	05/07/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFN9112	55976653B	6556/1	05/07/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFS4642	55505379A	5010/0	12/11/2007	R\$ 574,61	162 * I
MFS4642	55505380A	6599/0	12/11/2007	R\$ 191,54	230 * V
MGA5038	55976297B	5010/0	15/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGB8478	55976162B	5207/0	11/03/2010	R\$ 53,20	169
MGC5170	55976313B	6599/2	11/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGF7182	55505397A	5010/0	27/11/2007	R\$ 574,61	162 * I
MGF7182	55505398A	5118/0	27/11/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGH1958	55505428A	5010/0	11/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MGH1958	55505429A	6599/0	11/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MGN1391	55505582A	5010/0	14/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MGS7131	55976966B	5452/3	04/02/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MGZ7541	55976186B	6912/0	03/04/2010	R\$ 53,20	232
MGZ7541	55976697B	6610/2	08/11/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MHB1931	55976284B	6599/2	22/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHB8744	55976435B	5541/1	06/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC6833	55976534B	5452/3	12/05/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MHD4092	55976288B	6599/2	15/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHL4262	55976310B	5010/0	11/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHQ7935	55976940B	5010/0	20/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHQ7935	55976941B	5118/0	20/02/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHT4542	55504996A	6580/0	09/06/2007	R\$ 191,54	230 * IV
MHT4542	55504997A	5010/0	09/06/2007	R\$ 574,61	162 * I
MHT7690	55976528B	5452/3	08/05/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MHZ6100	55505790A	5010/0	01/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MJS5700	55505294A	6920/0	27/02/2008	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 470/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBJ0828	55674095C	6599/2	24/12/2010	230 * V
IBJ0828	55674096C	5010/0	24/12/2010	162 * I
IBJ0828	55674097C	5118/0	24/12/2010	164 c/c 162 * I
LXY1537	55673943C	6599/2	15/12/2010	230 * V
MCT8836	55674028C	6599/2	22/06/2010	230 * V
MCT8836	55674029C	5835/0	22/06/2010	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 471/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZQ1182	55976267B	6599/2	21/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBB2351	55505733A	6599/2	06/07/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBB2351	55976469B	6599/2	10/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCZ6898	55976556B	6599/2	10/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MEV9615	55976456B	5010/0	10/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFA2538	55505461A	7358/0	21/12/2007	R\$ 85,13	252 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 472/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJB2007	55674218C	6599/2	09/12/2010	230 * V
DLR3396	55674214C	6599/2	01/12/2010	230 * V
DLR3396	55674215C	5525/0	01/12/2010	181 * XV
DLR3396	55674216C	5045/0	01/12/2010	162 * V
DLR3396	55674217C	5142/0	01/12/2010	164 c/c 162 * V
IJT7360	55674021C	5010/0	10/06/2010	162 * I
IJT7360	55674022C	5118/0	10/06/2010	164 c/c 162 * I
LZE4560	55674208C	5738/0	26/11/2010	186 * II
MHU1917	55674085C	5010/0	15/12/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 473/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BSS5194	55504691A	5010/0	03/02/2006	R\$ 574,61	162 * I
BSS5194	55504691A	6912/0	03/02/2006	R\$ 53,20	232
IEH0787	55976330B	6599/2	13/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
IEO0410	55976934B	5118/0	06/01/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXD8810	55976424B	5010/0	02/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXD8810	55976425B	5118/0	02/07/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXD8810	55976426B	6599/2	02/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEP8046	55976592B	5452/3	20/06/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MFP1268	55505444A	7056/0	15/02/2008	R\$ 191,54	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 474/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNA5172	55674098C	5010/0	30/12/2010	162 * I
BNA5172	55674099C	5118/0	30/12/2010	164 c/c 162 * I
BNA5172	55674100C	6599/2	30/12/2010	230 * V
DHV7474	55674104C	5169/1	20/11/2010	165
IBT9587	55674251C	5835/0	08/01/2011	195
IBT9587	55674252C	5274/2	08/01/2011	175
IBT9587	55674253C	5215/1	08/01/2011	170
MBS2849	55674092C	6599/2	24/12/2010	230 * V
MBS2849	55674093C	5037/1	24/12/2010	162 * III
MBS2849	55674094C	7030/1	24/12/2010	244 * I
MCL0249	55673987C	5541/4	06/01/2011	181 * XVII
MHI4350	55674222C	6599/2	17/12/2010	230 * V
MHL4433	55674088C	5010/0	24/12/2010	162 * I
MHL4433	55674089C	6912/0	24/12/2010	232
MHL4433	55674090C	6637/2	24/12/2010	230 * IX
MHL4433	55674091C	7030/2	24/12/2010	244 * I
MHS0006	55674256C	5541/4	11/01/2011	181 * XVII
MHS0984	55674220C	5452/3	17/12/2010	181 * VIII
MHW5793	55674223C	5010/0	20/12/2010	162 * I
MHW5793	55674224C	5118/0	20/12/2010	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 475/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCG5220	55674228C	6920/0	19/01/2011	233
MUQ7553	55674227C	6920/0	07/01/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 476/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA5125	55673984C	6599/2	20/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXA5125	55673985C	5010/0	20/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEH7054	55673941C	6599/2	12/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEH7054	55673942C	6556/1	12/11/2010	R\$ 191,53	230 * I
MFI3791	55505027A	6599/0	12/05/2007	R\$ 191,54	230 * V
MFI3791	55505100A	5010/0	12/05/2007	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 478/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZH9313	55674257C	5541/4	11/01/2011	181 * XVII
MDU1265	55673989C	6920/0	18/01/2011	233
MEL8630	55674225C	6599/2	04/01/2011	230 * V
MEL8630	55674226C	5010/0	04/01/2011	162 * I
MEP2422	55674258C	5010/0	14/01/2011	162 * I
MEP2422	55674259C	5118/0	14/01/2011	164 c/c 162 * I
MEP2422	55674260C	6599/2	14/01/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 479/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHD6079	55674201C	6955/0	23/11/2010	R\$ 85,12	236
MHQ7622	55674082C	5452/1	15/12/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MHQ7622	55674084C	6599/2	15/12/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 480/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DBI3649	55674239C	5452/3	18/02/2011	181 * VIII
DBI3649	55674240C	6599/2	18/02/2011	230 * V
IEK5632	55674229C	6920/0	25/01/2011	233
LYQ5316	55674242C	7366/2	21/02/2011	252 * VI
MEK6512	55674230C	6920/0	28/01/2011	233
MFY0794	55674231C	6599/2	06/02/2011	230 * V
MFY0794	55674232C	7048/1	06/02/2011	244 * II
MFY0794	55674233C	7030/2	06/02/2011	244 * I
MFY0794	55674234C	5835/0	06/02/2011	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 481/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE9532	55505273A	6599/1	26/07/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDF1404	55674086C	5045/0	19/12/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDF1404	55674087C	5142/0	19/12/2010	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 482/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJB2007	55674238C	5045/0	16/02/2011	162 * V
LZB6681	55976208B	6599/2	21/04/2010	230 * V
LZI9990	55976212B	6599/2	21/04/2010	230 * V
MGM1278	55674235C	5738/0	12/02/2011	186 * II
MGM1278	55674236C	6050/2	12/02/2011	208
MGM1278	55674237C	5207/0	12/02/2011	169
MGY1043	55673810C	6912/0	16/04/2010	232
MGY1043	55673811C	5010/0	16/04/2010	162 * I
MGY1043	55673812C	5061/0	16/04/2010	163 c/c 162 * I
MHC3418	55674268C	5010/0	17/02/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 483/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDN8488	55674261C	6920/0	14/01/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 484/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBS7548	55674244C	5045/0	20/03/2011	162 * V
MBS7548	55674245C	6599/2	20/03/2011	230 * V
MEY5747	55674270C	5452/3	15/03/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 485/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHI8136	55976221B	5835/0	05/04/2011	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 486/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBP9754	55674299C	5541/4	26/04/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 487/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJM0055	55673988C	5541/4	06/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 488/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDB5837	55674278C	6599/2	30/03/2011	230 * V
LYK1583	55976851B	6599/2	16/04/2011	230 * V
LZI6306	55976218B	6599/2	02/04/2011	230 * V
LZI6306	55976219B	5010/0	02/04/2011	162 * I
LZI6306	55976220B	5118/0	02/04/2011	164 c/c 162 * I
MEH4422	55674296C	7030/2	26/04/2011	244 * I
MEH4422	55674297C	6610/2	26/04/2011	230 * VII
MFF7887	55674279C	6912/0	05/04/2011	232
MIA7187	55674303C	5010/0	02/04/2011	162 * I
MID5625	55674285C	5525/0	20/04/2011	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 489/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEP2261	55674202C	5185/1	26/11/2010	167
AEP2261	55674203C	6050/2	26/11/2010	208
AEP2261	55674204C	5193/0	26/11/2010	168
LYV4549	55674221C	5452/3	17/12/2010	181 * VIII
LYY5635	55674307C	6912/0	10/04/2011	232
MBU2510	55674359C	5541/4	02/05/2011	181 * XVII
MCS3443	55674356C	5541/4	02/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 490/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFN9782	55505060A	6920/0	26/03/2007	R\$ 127,69	233
AJA8345	55976573B	5452/3	19/03/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
AKN8379	55976840B	5010/0	01/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
AKN8379	55976842B	5835/0	01/02/2010	R\$ 127,69	195
DJB4351	55505111A	6920/0	30/04/2008	R\$ 127,69	233
DRQ7018	55976723B	5541/1	04/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
FFM6969	55505366A	5185/0	30/11/2007	R\$ 127,69	167
IBW0787	55505182A	6920/0	03/08/2007	R\$ 127,69	233
IDB0955	55976745B	5010/0	22/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
IDB0955	55976746B	6599/2	22/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
IDN1965	55504639A	5045/0	06/11/2005	R\$ 191,53	162 * V
IDN1965	55504640A	6599/0	06/11/2005	R\$ 191,53	230 * V
IID1014	55505122A	6912/0	16/09/2008	R\$ 53,20	232
IIN1806	55505616A	6599/0	24/05/2008	R\$ 191,54	230 * V
IIN1806	55505617A	5045/0	24/05/2008	R\$ 191,54	162 * V
IIN1806	55505618A	5096/0	24/05/2008	R\$ 191,54	163 c/c 162 * V
IIN1806	55505619A	6912/0	24/05/2008	R\$ 53,20	232
JJC4534	55976309B	6920/0	05/08/2009	R\$ 127,69	233
JKW9461	55976608B	6920/0	29/07/2009	R\$ 127,69	233
LWQ5951	55505104A	6920/0	23/07/2007	R\$ 127,69	233
LXA8571	55976835B	6599/2	29/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXG4234	55504575A	6920/0	22/02/2008	R\$ 127,69	233
LXK8706	55976626B	5010/0	12/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXK8706	55976627B	5118/0	12/03/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXQ4226	55505113A	5118/0	18/07/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXQ4226	55505750A	5010/0	18/07/2008	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXX3704	55504905A	6599/0	14/08/2006	R\$ 191,54	230 * V
LXX7327	55976305B	6920/0	15/12/2008	R\$ 127,69	233
LYA3899	55976778B	6599/2	31/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYA3899	55976779B	5010/0	31/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYM6193	55504742A	6599/0	17/12/2005	R\$ 191,53	230 * V
LYO1728	55976106B	6920/0	06/08/2009	R\$ 127,69	233
LYO4252	55976607B	6599/2	12/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYP9715	55505036A	6050/0	19/10/2007	R\$ 191,54	208
LYS4300	55505517A	6599/0	01/02/2008	R\$ 191,54	230 * V
LZB2523	55505165A	6920/0	22/02/2008	R\$ 127,69	233
LZB6046	55505576A	6920/0	10/04/2008	R\$ 127,69	233
LZF5353	55505723A	5010/0	12/09/2008	R\$ 574,61	162 * I
LZF5353	55505724A	5118/0	12/09/2008	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZF5353	55505725A	6599/2	12/09/2008	R\$ 191,53	230 * V
LZI3790	55505166A	6920/0	28/02/2008	R\$ 127,69	233
LZJ5434	55976748B	5010/0	25/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZJ5434	55976750B	6912/0	25/09/2009	R\$ 53,20	232
LZQ1182	55976268B	5010/0	21/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZR7502	55504532A	5010/0	07/02/2005	R\$ 574,61	162 * I
LZU7015	55505195A	6599/0	09/08/2007	R\$ 191,54	230 * V
LZX7915	55976334B	6599/2	22/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAH0811	55505688A	6599/0	13/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MAL1801	55505832A	6920/0	23/09/2008	R\$ 127,69	233
MAU7132	55504916A	5010/0	01/10/2006	R\$ 574,61	162 * I
MAU7132	55504917A	5061/0	01/10/2006	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAV2886	55505827A	6920/0	31/07/2008	R\$ 127,69	233
MAV5071	55976996B	5037/1	13/03/2010	R\$ 574,61	162 * III
MAW4558	55505456A	6726/0	18/12/2007	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAY2260	55504926A	6912/0	09/08/2006	R\$ 53,20	232
MAY4188	55504683A	5045/0	26/11/2005	R\$ 191,53	162 * V
MAY4188	55504702A	6599/0	26/11/2005	R\$ 191,53	230 * V
MBB2351	55505732A	5010/0	06/07/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBB2351	55976470B	5010/0	10/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBD1592	55504679A	6920/0	21/10/2005	R\$ 127,69	233
MBL0367	55505365A	6599/0	26/11/2007	R\$ 191,54	230 * V
MBN3663	55503955A	6912/0	13/11/2006	R\$ 53,20	232
MBN3663	55504692A	6912/0	06/02/2006	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBO1036	55505383A	5738/0	12/11/2007	R\$ 191,54	186 * II
MBP4782	55504565A	6920/0	03/08/2005	R\$ 127,69	233
MBV7125	55504661A	5010/0	27/08/2005	R\$ 574,61	162 * I
MBV7125	55504662A	6599/0	27/08/2005	R\$ 191,53	230 * V
MBV7125	55504663A	5061/0	27/08/2005	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBW0699	55976616B	5452/3	20/10/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MBY1725	55976617B	5452/3	26/10/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MCG4353	55504925A	5010/0	03/10/2006	R\$ 574,61	162 * I
MCI4594	55673721C	5118/0	11/04/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCV2865	55976160B	6912/0	22/10/2009	R\$ 53,20	232
MCW4123	55505690A	6599/0	13/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MCY8801	55976412B	6599/2	21/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCZ8348	55505236A	6599/0	13/09/2007	R\$ 191,54	230 * V
MDA9609	55505038A	6599/0	09/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MDA9609	55505039A	6050/0	09/12/2007	R\$ 191,54	208
MDA9609	55505040A	6556/0	09/12/2007	R\$ 191,54	230 * I
MDD4166	55976847B	6599/2	07/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDE1968	55504707A	6920/0	05/04/2006	R\$ 127,69	233
MDK1625	55505153A	5010/0	07/07/2007	R\$ 574,61	162 * I
MDR0260	55505333A	5118/0	28/10/2007	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDR0260	55505334A	6599/0	28/10/2007	R\$ 191,54	230 * V
MDW1256	55976460B	5010/0	25/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDW1256	55976464B	5061/0	25/04/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEA9920	55976564B	6599/2	15/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEC8120	55976259B	5550/0	05/01/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MER9485	55976784B	5010/0	03/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MER9485	55976804B	5010/0	29/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MER9485	55976805B	5118/0	29/11/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFB4504	55505712A	5274/1	07/08/2008	R\$ 191,53	175
MFB4504	55505713A	5835/0	07/08/2008	R\$ 127,69	195
MFB4504	55505714A	5215/1	07/08/2008	R\$ 191,53	170
MFE5151	55976788B	6599/2	03/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFG1374	55976845B	5452/3	01/02/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MFJ0930	55504902A	5185/0	14/08/2006	R\$ 127,69	167
MFO3687	55976973B	5010/0	01/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFW0318	55505414A	5010/0	06/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MFW0318	55505415A	6599/0	06/12/2007	R\$ 191,54	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGE7040	55976415B	6599/2	24/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGG5578	55505407A	5010/0	03/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MGG5578	55505408A	6599/0	03/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MGH2018	55976059B	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGH2068	55505451A	5010/0	12/12/2007	R\$ 574,61	162 * I
MGH2068	55505452A	6599/0	12/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MGZ0460	55977006B	5835/0	14/11/2009	R\$ 127,69	195
MGZ0460	55977007B	7048/1	14/11/2009	R\$ 191,53	244 * II
MHB7011	55976909B	5010/0	03/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHB7011	55976910B	5118/0	03/12/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHN5800	55977000B	6700/1	16/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MHP1030	55503973A	5010/0	14/12/2006	R\$ 574,61	162 * I
MHP1030	55503974A	5118/0	14/12/2006	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHP1030	55503975A	6599/0	14/12/2006	R\$ 191,54	230 * V
MHP1030	55505377A	6912/0	12/11/2007	R\$ 53,20	232
MHP1030	55505378A	6610/0	12/11/2007	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 491/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEE8215	55674280C	7056/1	05/04/2011	244 * III
MEE8215	55674281C	6912/0	05/04/2011	232
MHG9758	55674302C	5010/0	01/04/2011	162 * I
MHL6023	55674286C	5010/0	20/04/2011	162 * I
MHL6023	55674287C	5282/0	20/04/2011	176 * I
MX5311	55674289C	5541/4	20/04/2011	181 * XVII
MIA7187	55674284C	7030/1	11/04/2011	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 492/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZE4299	55674241C	5010/0	19/02/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 493/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRM8800	55976224B	5185/1	11/05/2011	167
IPU1506	55674365C	5541/4	05/05/2011	181 * XVII
JPN4337	55674308C	6599/2	10/04/2011	230 * V
JPN4337	55674309C	5215/1	10/04/2011	170
JPN4337	55674310C	6076/0	10/04/2011	210
LYP6703	55976858B	5010/0	25/04/2011	162 * I
LYP6703	55976859B	5118/0	25/04/2011	164 c/c 162 * I
MBC9067	55674293C	6610/2	24/04/2011	230 * VII
MBC9067	55674294C	5274/1	24/04/2011	175
MBC9067	55674295C	5835/0	24/04/2011	195
MFT0367	55674300C	5541/4	26/04/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 494/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGL5187	55673946C	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
BGL5187	55673947C	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 495/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJM2361	55673993C	6920/0	15/04/2011	233
IXE7070	55976861B	5185/1	28/04/2011	167
LXH9241	55674364C	5541/4	05/05/2011	181 * XVII
MFG6157	55674360C	5541/4	05/05/2011	181 * XVII
MFG6157	55674361C	6599/2	05/05/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 496/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAL1801	55674328C	6599/2	02/06/2011	230 * V
MAL1801	55674329C	5738/0	02/06/2011	186 * II
MCV8238	55673994C	5541/4	09/05/2011	181 * XVII
MEG8828	55673918C	5010/0	30/07/2010	162 * I
MEG8828	55673919C	6599/2	30/07/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 497/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJZ0660	55976818B	6556/1	14/12/2009	R\$ 191,53	230 * I
IJZ0660	55976819B	7030/1	14/12/2009	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 498/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAG0504	55674374C	5010/0	26/05/2011	162 * I
AAG0504	55674375C	5118/0	26/05/2011	164 c/c 162 * I
LXN2191	55674323C	6947/1	30/05/2011	235
MBT8856	55976863B	5010/0	22/05/2011	162 * I
MBT8856	55976864B	6599/2	22/05/2011	230 * V
MCZ3621	55674312C	6599/2	21/05/2011	230 * V
MCZ3621	55674313C	5010/0	21/05/2011	162 * I
MDA8238	55674376C	5835/0	29/05/2011	195
MDA8238	55674377C	5274/2	29/05/2011	175
MDA8238	55674378C	5215/2	29/05/2011	170
MDA8238	55674379C	7064/0	29/05/2011	244 * IV
MHN8131	55674372C	6599/2	21/05/2011	230 * V
MIS5661	55673995C	5541/4	09/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 499/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHS8262	55976866B	5010/0	28/05/2011	162 * I
MHS8262	55976867B	6599/2	28/05/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 500/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXZ1273	55674357C	5541/4	02/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 501/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAG0504	55674381C	5010/0	01/06/2011	162 * I
AAG0504	55674382C	5118/0	01/06/2011	164 c/c 162 * I
MFO6856	55674326C	5118/0	02/06/2011	164 c/c 162 * I
MFO6856	55674327C	5010/0	02/06/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 502/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW2629	55674366C	5541/4	05/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF1116	55976860B	5010/0	25/04/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 503/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDF2419	55976226B	5525/0	17/07/2011	181 * XV
IDF2419	55976227B	5460/0	17/07/2011	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 504/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSF7428	55673906C	6920/0	03/05/2010	R\$ 127,69	233
LZN2620	55673761C	6599/2	27/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MIL9071	55674351C	5010/0	26/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIL9071	55674352C	5118/0	26/04/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 505/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH4422	55976872B	6599/2	28/05/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 506/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBQ2894	55674393C	6599/2	21/07/2011	230 * V
MEJ0964	55674402C	6599/2	25/06/2011	230 * V
MGG7116	55674391C	5010/0	30/06/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 507/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFJ6278	55673905C	6599/2	30/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
CVC0035	55673951C	5525/0	12/05/2010	R\$ 85,12	181 * XV
LAP1090	55673740C	5010/0	26/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
LAP1090	55673742C	6556/1	26/04/2010	R\$ 191,53	230 * I
MBZ2219	55674003C	6912/0	14/05/2010	R\$ 53,20	232
MDL4464	55673748C	5010/0	14/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDL4464	55673749C	5118/0	14/05/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFN0690	55673863C	5452/3	19/04/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MGJ9247	55674004C	5835/0	17/05/2010	R\$ 127,69	195
MGJ9247	55674005C	7030/2	17/05/2010	R\$ 191,53	244 * I
MGJ9247	55674006C	7064/0	17/05/2010	R\$ 191,53	244 * IV
MHL4433	55976200B	5010/0	24/04/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 508/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXK4953	55674176C	5118/0	28/08/2010	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 509/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LAP1090	55673741C	5118/0	26/04/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 510/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXX5770	55674404C	5010/0	07/08/2011	162 * I
LXX5770	55674405C	5169/1	07/08/2011	165
LXX5770	55674407C	5118/0	07/08/2011	164 c/c 162 * I
MAH4668	55674336C	6599/2	23/07/2011	230 * V
MAH4668	55674337C	5010/0	23/07/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 511/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAM1013	55976869B	5118/0	28/05/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 512/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW0544	55674408C	5380/0	21/08/2011	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 513/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAB0044	55674339C	6599/2	29/07/2011	230 * V
MFF4314	55674338C	6920/0	29/07/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 514/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT4045	55674395C	5010/0	13/08/2011	162 * I
MAT4045	55674396C	6599/2	13/08/2011	230 * V
MBS7706	55674340C	7366/2	10/08/2011	252 * VI
MCY3740	55674394C	6599/2	08/08/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 515/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAK5203	55505696A	6912/0	16/06/2008	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 517/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJB1601	55674389C	5010/0	27/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJB1601	55674390C	5118/0	27/06/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 519/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBJ9247	55674196C	6670/0	06/11/2010	R\$ 127,69	230 * XIII
MBJ9247	55674197C	7030/2	06/11/2010	R\$ 191,53	244 * I
MCI8145	55505585A	6548/0	18/06/2008	R\$ 85,13	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 520/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBE5946	55673753C	6599/2	12/04/2010	230 * V
MBK5273	55673725C	5010/0	15/04/2010	162 * I
MBK5273	55673726C	5118/0	15/04/2010	164 c/c 162 * I
MBK5273	55673727C	7048/1	15/04/2010	244 * II
MBO7177	55976231B	5207/0	07/09/2011	169
MDG9502	55673803C	6653/1	14/04/2010	230 * XI
MFK3343	55673805C	6912/0	14/04/2010	232
MHP6410	55673750C	5010/0	14/05/2010	162 * I
MHP6410	55674001C	5118/0	14/05/2010	164 c/c 162 * I
MHP6410	55674002C	6599/2	14/05/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 521/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BGM6104	55976889B	6599/2	22/08/2011	230 * V
MIP0019	55976899B	5738/0	17/09/2011	186 * II
MJG3509	55976898B	5010/0	15/09/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 522/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CRI3956	55674062C	5185/1	20/09/2010	R\$ 127,69	167
JNL8627	55674070C	5835/0	26/09/2010	R\$ 127,69	195
JNL8627	55674071C	5274/1	26/09/2010	R\$ 191,53	175
JNL8627	55674072C	5819/2	26/09/2010	R\$ 574,61	193
LXM0982	55674184C	7056/1	17/10/2010	R\$ 191,53	244 * III
LXM0982	55674185C	6599/2	17/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXM0982	55674186C	7030/1	17/10/2010	R\$ 191,53	244 * I
MER8442	55673747C	5169/1	12/05/2010	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 523/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CNY5703	55673976C	5010/0	26/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
LNG1483	55674180C	5169/1	06/09/2010	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 524/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHR8779	55674524C	5525/0	20/10/2011	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 525/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJH2623	55976895B	5010/0	10/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
DJH2623	55976896B	6599/2	10/09/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 527/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJH2623	55976897B	5118/0	10/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYF9454	55976228B	6599/2	19/08/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 528/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXF0660	55674414C	6920/0	21/10/2011	233
LZN5527	55674556C	5746/3	21/10/2011	187 * I
MII9423	55674525C	5045/0	21/10/2011	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 529/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BMV1634	55674419C	5010/0	28/10/2011	162 * I
BMV1634	55674420C	5118/0	28/10/2011	164 c/c 162 * I
LXF0660	55976243B	5010/0	28/10/2011	162 * I
LXF0660	55976244B	6653/2	28/10/2011	230 * XI
LYW8107	55674344C	6599/2	01/11/2011	230 * V
LYW8107	55674345C	6653/2	01/11/2011	230 * XI
MBF9820	55674553C	5010/0	18/10/2011	162 * I
MBF9820	55674554C	5118/0	18/10/2011	164 c/c 162 * I
MBF9820	55674555C	6599/2	18/10/2011	230 * V
MGB1679	55674418C	5720/0	28/10/2011	186 * I
MII9423	55976245B	5045/0	28/10/2011	162 * V
MII9423	55976246B	5096/0	28/10/2011	163 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 530/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BWT1545	55976232B	6823/1	16/09/2011	R\$ 127,69	231 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 184 531/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BCL9699	55674264C	5169/1	29/01/2011	R\$ 957,69	165
IBT9587	55674265C	5010/0	01/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
IBT9587	55674266C	5118/0	01/02/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IBT9587	55674267C	6599/2	01/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
IFH9240	55976887B	5169/1	20/08/2011	R\$ 957,69	165
IFH9240	55976888B	6670/0	20/08/2011	R\$ 127,69	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 532/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW9380	55674563C	5010/0	13/11/2011	162 * I
LXW9380	55674564C	5118/0	13/11/2011	164 c/c 162 * I
LXW9380	55674565C	6599/2	13/11/2011	230 * V
LXW9380	55674566C	5835/0	13/11/2011	195
LXW9380	55674567C	5215/1	13/11/2011	170
LXW9380	55674568C	5274/1	13/11/2011	175
MHI0869	55674453C	5738/0	11/11/2011	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 184 533/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CZZ5538	55674605C	6912/0	22/11/2011	232
DJB2911	55674347C	5010/0	09/12/2011	162 * I
DJB2911	55674348C	5118/0	09/12/2011	164 c/c 162 * I
MET1060	55674602C	5010/0	19/11/2011	162 * I
MET1060	55674604C	6599/2	19/11/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 27 DE OUTUBRO DE 2012

ANDRE GAZZONI COUTRO

DELEGADO DE POLÍCIA

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: VIVER DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME

OBJETO: Realização de curso para Capacitação dos Conselheiros Tutelares do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 3.284,00 (três mil duzentos e oitenta e quatro reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 189/2012.

Vargeão, SC, 06 de novembro de 2012.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0138/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0138/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI
CPF: 048.765.029-86
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 29 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0140/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEILA DO CARMO LEMOS
CPF: 021.962.309-01
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 02 de novembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0172/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0172/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIULI KELI DA SILVA
CPF: 047.825.129-70
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 02 de novembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0241/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0241/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUCILENE MARIA FAVARIN
CPF: 916.013.639-15
VIGÊNCIA: 17 de maio de 2012 até 16 de julho de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0270/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0270/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAM RIGO DEMORI
CPF: 008.789.459-97
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 09 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0336/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0336/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA CRISTINA DA CRUZ SCHNEIDER
CPF: 085.764.239-10
VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2012 até 21 de dezembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0379/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0379/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEONICE MARIA COITO
CPF: 949.619.999-20
VIGÊNCIA: 01 de março de 2012 até 01 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0389/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0389/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANA APARECIDA VARELLA
CPF: 226.852.538-40
VIGÊNCIA: 07 de março de 2012 até 04 de novembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0390/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0390/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE SALETE DELAZZARI
CPF: 020.363.909-00
VIGÊNCIA: 08 de março de 2012 até 05 de novembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0411/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0411/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MÁRCIA MIRANDA
CPF: 035.828.059-13
VIGÊNCIA: 14 de março de 2012 até 05 de novembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0450/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0450/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA
CPF: 020.106.029-94
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2012 até 02 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0478/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0478/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA GORETE GALON MARTINS
CPF: 692.556.529-15

OBJETO: alterar a justificativa de "em substituição à servidora SOLANGE BUSANELLO ORTH, em licença para tratamento de saúde" para "em substituição à servidora SOLANGE BUSANELLO ORTH, em licença-gestação".

VIGÊNCIA: 08 de maio de 2012 até 03 de dezembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0496/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0496/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANETE BATISTA DOS SANTOS

CPF: 039.567.119-12

VIGÊNCIA: 23 de maio de 2012 até 05 de novembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0517/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0517/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANE GIRARDI MACEDO

CPF: 028.077.150-95

VIGÊNCIA: 12 de junho de 2012 até 23 de setembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0526/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0526/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO

CPF: 025.724.409-38

OBJETO: alterar a justificativa de "em substituição à servidora MARIBEL LUIZA CASTILHOS GATTI, em gozo de licença-prêmio, conforme Portaria n. 0102/12" para "em substituição à servidora MARIBEL LUIZA CASTILHOS GATTI, em licença para tratamento de saúde de membro da família".

VIGÊNCIA: 05 de junho de 2012 até 14 de setembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão N. 0110/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0110/2012

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0128/12

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GLACY DA SILVA FREITAS

CPF: 017.182.959-01

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 24 de outubro de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0111/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0111/2012

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0489/12

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELITA DAL PIZZOL DOS SANTOS

CPF: 017.966.979-66

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 23 de outubro de 2012.

Anexo V Controle Gastos Educação - 09 2012

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS SETEMBRO/2012

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	3.069.887,95
1.2 - ITBI	1.232.637,71
1.3 - ISS	4.844.513,78
1.5 - IRRF	1.112.522,33
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	294.813,29
1.7 - Multas e Juros de Impostos	246.278,08
1.8 SOMA	10.800.653,14
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	12.179.217,86
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	124.110,38
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	26.143.019,38
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	424.654,51
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	3.124,99
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	4.210.889,67
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	43.085.016,79
1.18 TOTAL	53.885.669,93

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	13.471.417,48
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	11.869.898,71
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	101.950,80
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	551.360,46
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.087.666,28
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	90.290,71
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.019.964,68
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	730.942,18
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	121.795,23

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	13.471.417,48	16.356.815,75	2.885.398,27
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		7.482.509,94	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		8.874.305,81	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	12.523.209,97	12.704.330,28	181.120,31
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	7.513.925,98	10.156.418,57	2.642.492,59
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	5.009.283,99	2.547.911,71	-2.461.372,28
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.197.921,67	134.399,53	-2.063.522,14
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	852.737,41	392.424,68	-460.312,73

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,13%	-0,87%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	84,84%	24,84%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	21,28%	-19,12%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	11.869.898,71	8.616.366,98	3.253.531,73

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 06 de novembro de 2012.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

Resolução CIGA Nº 32/2012

Resolução CIGA nº 32, de 07 de novembro de 2012

Nomeia os membros da Comissão de Licitação, o Pregoeiro e os Membros da Equipe de Apoio.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, Resolve:

Art. 1º Nomear os seguintes empregados e servidores para exercício das funções de Comissão de Licitação, Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

I - Comissão de Licitação: Marcello André Previdi, na condição de Presidente, Rodrigo Valceli Raimundo e Danilo Murilo Chagas da Silva, todos empregados do CIGA; e João Luiz Augusto Cobalchini e Ernani R. Seiffert de Matos, estes servidores da Agência de Regulação Intermunicipal de Saneamento – ARIS, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira CIGA/ARIS nº 01/2012;

II - Pregoeiro: João Luiz Augusto Cobalchini;

III - Equipe de Apoio: Rodrigo Valceli Raimundo, Danilo Murilo Chagas da Silva e Ernani R. Seiffert de Matos.

Art. 2º É facultada a nomeação de demais servidores do CIGA ou da ARIS para atuarem em comissões especiais de licitação na condição de pregoeiro ou na condição de membro da equipe de apoio, nos termos do instrumento convocatório da respectiva licitação pública.

Art. 3º Esta Resolução revoga a Resolução nº 12/2011.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 07 de novembro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

CINCO

Extrato T.a N. 0019/2012 - CINCO

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0019/2012/CINCO

Contrato: CT0026/2012/CINCO. Contratada: IDELBRANDO GOMES DA ROCHA. Objeto: Prestação de serviço de hospedagem, em estabelecimento de propriedade Fornecimento de refeição (café da manhã e almoço incluso um refrigerante), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO aos empregados públicos do CONTRATANTE. Objeto do Aditivo: as partes prorrogam o prazo do contrato, passando a vigorar até dia 30/11/2012. Data do Aditivo: 07.11.2012. Data do Contrato: 01.08.2012. Vigência do Contrato: 01.08.2012 a 09.11.2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato T.a N. 0020/2012 - CINCO

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0020/2012/CINCO

Contrato: CT0027/2012/CINCO. Contratada: JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJIKOSKI ME. Objeto: Fornecimento de refeição (jantar incluído um refrigerante), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO aos empregados públicos do CONTRATANTE. Objeto do Aditivo: as partes prorrogam o prazo do contrato, passando a vigorar até dia 30/11/2012. Data do Aditivo: 07.11.2012. Data do Contrato: 01.08.2012. Vigência do Contrato: 01.08.2012 a 09.11.2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato T.a N. 0021/2012 - CINCO

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0021/2012/CINCO

Contrato: CT0025/2012/CINCO. Contratada: CATIA REGINA FUCK DA ROCHA ME. Objeto: Fornecimento de refeição (café da manhã e almoço incluso um refrigerante), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO aos empregados públicos do CONTRATANTE. Objeto do Aditivo: as partes prorrogam o prazo do contrato, passando a vigorar até dia 30/11/2012. Data do Aditivo: 07.11.2012. Data do Contrato: 01.08.2012. Vigência do Contrato: 01.08.2012 a 09.11.2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMOSC

Resolução Cis 2012

RESOLUÇÃO Nº 06/2012

MARINO DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS, no uso das atribuições conferidas pelos art. 17 e 27 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2012 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), conforme descrição a seguir:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados
Atividade: 2.002 - Serviços Médicos Especializados
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 950.000,00

Art. 2º Para fazer face as despesas provenientes do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2012.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 31 de outubro de 2012.

MARINO DAGA

Prefeito de Águas Frias

Presidente do CIS-AMOSC



CITMAR**Extrato de Contrato Nº 10/CC 01/2012**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

EXTRATO DE CONTRATO nº 10/CC 01/2012

Nº. Processo: 01/2012.

Objeto: Licitação sob a modalidade Carta Convite, do tipo menor preço global, para aquisição de 11 (onze) terminais de autoatendimento para os municípios de Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo e para o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar.

Fundamento Legal: Artigo 23, inciso II, "a" e §8º da Lei Federal nº. 8.666/93.

Contratado: Daitech Indústria Eletrônica Ltda EPP- CNPJ nº. 06.936.527/0001-09

Valor: R\$ 53.883,50 (cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

Vigência: 03/09/2012 à 02/10/2012.

Itajaí/SC, 03 de Setembro de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo - CITMAR

Extrato de Contrato Nº. 07/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 07/2012

Objeto: O CONTRATADO obriga-se através do presente instrumento a realizar os serviços de hospedagem, manutenção e suporte dos websites do CITMAR.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 335,40 (trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos) mensais.

Contratado: Outdesk Informática Ltda.

Vigência: 02/03/2012, e findando em 02/03/2013.

Itajaí/SC, 20 de Março de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR

Extrato de Contrato Nº. 08/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 08/2012

Objeto: O objeto do presente contrato perfaz o desenvolvimento de um aplicativo mobile para as plataformas iOS e Android, para o CITMAR - Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar, com a funcionalidade de Guia Turístico Digital para todo o circuito, composto pelos municípios de Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, devendo ser o aplicativo dinâmico e interativo, em três idiomas (português, espanhol e inglês), que tenha suporte para visualização em tablets e smartphones, integração com as principais redes sociais, galeria de fotos e vídeos, mapa e dados gerais sobre o Turismo no destino, além de informações sobre atrativos turísticos, hospedagem, gastronomia, e demais prestadores de serviços.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 20.564,00 (vinte mil e quinhentos e sessenta e

quatro reais).

Contratado: Eder Geovani Sambo - CNPJ 13.450.370/0001-72.

Vigência: 26/06/2012, e findando em 26/06/2013.

Itajaí/SC, 26 de Junho de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR

Extrato de Contrato Nº. 09/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 09/2012

Objeto: objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE IDIOMAS, sendo comercializadas 30 (trinta) licenças, na modalidade a DISTÂNCIA, acessado via web e protegido por uma senha, e PRESENCIAL, com aulas quinzenais conforme cronograma fornecido pelo CONTRATADO.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 22.080,00 (vinte e dois mil reais e oitenta centavos).

Contratado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - Departamento Regional no Estado de Santa Catarina - CNPJ 03.603.739/0001-86.

Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da ativação e liberação do software pelo SENAC, para acesso ao curso.

Itajaí/SC, 02 de Agosto de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR